

aspectos da cultura goiana

antologia de artigos

organizadores :

- *ático vilas boas da mota*
- *modesto gomes*

Aspectos da Cultura Goiana

Articulasistas dêste tomo

Amália Hermano Teixeira

Antônio Theodoro da Silva Neiva

Atico Vilas Boas da Motta

Braz Wilson Pompeu de Pina

Claro Augusto Godoy

Domingos Velasco

Domingos Félix de Sousa

Eduardo Guedes de Amorim

Elder Rocha Lima

Horieste Gomes

J. Pitágoras

Jales Rodrigues Naves

José Gomes

José Leal

José Sisenando Jayme

José Ubiratan de Moura

Joviano Ribeiro

Luiz Curado

Modesto Gomes

Nair Perillo Ritcher

Nice Monteiro Daher

Octo Marques

Olavo de Castro

Regina Lacerda

Sérgio Paulo Moreira

Virgilio Gondim

Vivaldo Vieira

W. Villela Horbillon

Beto
607
1987

200

CONHEÇAM A
Feira Cultural
(Vocês vão gostar)
Rua 4 próximo da 8

ASPECTOS DA

CULTURA GOIANA

B869.4

M917

Mota, Ático Vilas Poas da

Aspectos da cultura goiana; antologia de artigos organizada por Ático Vilas Boas da Mota e Modesto Gomes. Capa de Amaury Menezes. Goiânia, Departamento Estadual de Cultura - Gráfica Oriente, 1971

224 p.

1. Literatura goiana-ensaios. 2. Cultura goiana-ensaios. 3. Goiás - Descrições, Viagens etc.

I. Gomes, Modesto - colab. II. Título.

ÁTICO VILAS BOAS DA MOTA
MODESTO GOMES
(Organizadores)

ASPECTOS DA

CULTURA GOIANA
(II)

Edição Departamento Estadual de Cultura
Goiânia - Goiás
1971

19 8
800.6
MOT
asp

Nov. 72
Data: 07-10-93

OBRAS DOS ORGANIZADORES:

I. ÁTICO VILAS BOAS DA MOTA

Mutirão, inquérito linguístico-etnográfico-folclórico,
Goiânia, Edição do Autor, gráfica da Imprensa Universitária, 1964
Os ciganos em Goiás (inédito)
História da Literatura Goiana (inédito)
Bibliografia dos Estudos Goianos (em preparação)

II. MODESTO GOMES

História e Literatura, Goiânia, Departamento Estadual de Cultura,
Cerne 1968
As horas e os minutos (crônica)
Goiânia, Departamento Estadual de Cultura - Gráfica Oriente, 1971

Capa:

AMAURY MENEZES

Reservados os direitos de
reprodução e tradução para
todos os países.
Copyright by
Ático Vilas Boas da Mota
Modesto Gomes

Departamento Estadual de
Cultura - Praça Cívica, 13

Gráfica Oriente - Av. Alfredo
Nasser, 312 - B. Popular
Goiânia - Go. - Brasil

ÍNDICE

Prof ^a . AMÁLIA HERMANO TEIXEIRA: O descobrimento de Goiás	11
Prof. LUIZ CURADO: Veiga Vale, o Fra Angélico brasileiro	17
Prof. OLAVO DE CASTRO: Goiás entra na fase do cinema	21
Prof. MODESTO GOMES: As Expedições e Bandeiras que devassaram Goiás	25
Prof. SÉRGIO PAULO MOREIRA: A bandeira do Anhanguera a Goiás em 1722	30
Prof. MODESTO GOMES: Alguns aspectos da mineração em Goiás	33
Prof. SÉRGIO PAULO MOREIRA: História de Goiás em pauta	36
Prof. SÉRGIO PAULO MOREIRA: O presídio de Santa Maria do Araguaia	41

Prof. W. VILLELA HORBYLLON: Uma coluna na História	44
Prof. JOSÉ SISENANDO JAYME: Jarbas Jayme, um historiad dor goiano	48
DOMINGOS VELASCO: Joaquim da Cunha Bastos, o homem	68
Prof. VIVALDO VIEIRA: O indígena brasileiro no Século XIX em três províncias do Império: Goiás, Pará e Maranhão	71-79
Prof. ANTÔNIO THEODORO DA SILVA NEIVA: Um estudo antropológico: A formação cultural de Goiás	94
Prof. ANTÔNIO THEODORO DA SILVA NEIVA: Os canoieiros	103
JOVIANO RIBEIRO: A velha capital: Memórias de uma visita	130
OCTO MARQUES: Teatro de S. Joaquim	134
Prof. DOMINGOS FÉLIX DE SOUSA: O teatro em Goiás: Uma tradição que data da Colônia	137
JOSÉ GOMES: Teatro	141
NICE MONTEIRO DAHER: Honra ao mérito	145
NICE MONTEIRO DAHER: Minhas igrejas de Goiás	149
NAIR PERILLO RITCHER: Outros tempos	152
Prfa. REGINA LACERDA: Traços da cultura portuguesa em Goiás	154
CLARO AUGUSTO GODOY: Um pouco de história	158
Prof. ÁTICO VILAS BOAS DA MOTA: Os ciganos em Goiás	162
JALES RODRIGUES NAVES: Caracterização da tradição do in- terior goiano	166
J. PITÁGORAS: Folclore e arte popular em Goiás	170
BRAZ WILSON POMPEU DE PINA: Folclore goiano: festa do Divino em Pirenópolis	174
Prof. JOSÉ UBIRATAN DE MOURA: Introdução ao estudo das águas subterrâneas do Estado de Goiás	185
Prof. HORIESTE GOMES: A vegetação e o aproveitamento dos campos cerrados	191
VIRGÍLIO GONDIM: Romaria do Muquém	196
JOSÉ LEAL: <u>Goiania do meu coração: reportagem</u>	199
EDUARDO GUEDES DE AMORIM: Brincando com a Morte no Araguaia	210

APRESENTAÇÃO

A presente antologia, despretenciosa e singela, quiz apenas salvar do rápido esquecimento a matéria que, semanalmente, anda pelos suplementos literários de Goiás. Sabemos de quão efêmeras são as páginas dos jornais, se mãos beneditinas não as recortarem e as colocarem ao abrigo dos arquivos. O destino do diário, para a grande maioria de consumidores é informar, no instante, na hora, no justo momento em que a vista do leitor sequioso busca a notícia como uma necessidade de consumo. Logo depois, amarelece. Daí o nosso interesse — o meu e o do Prof. Modesto Gomes — de fazer com que muita matéria circulante passe à biblioteca do estudioso, num afã de despertar-lhe o gosto pelas coisas de Goiás, facilitando, portanto,

a consulta. Além do interesse muito maior, que é o de fixar a paisagem, o homem, o meio goiano, através do superior e maravilhoso instrumento do espírito: a palavra escrita!

Ao reunirmos o material que haveria de compor o presente volume, não alimentamos a mínima espécie de preconceito ou capricho. Limitamo-nos tão-somente a um corte vertical no tempo, tomando como base principal o próprio Suplemento Literário de "O POPULAR", tão bem dirigido por meu companheiro de empreendimento. Por isso — quem sabe — algumas pessoas apressadas poderão estranhar a omissão de muitos nomes que enriquecem o panorama de nossa cultura. Não temos a mais leve culpa, pois não poderíamos ter operado o milagre de fazer com que eles aparecessem nos jornais ao tempo onde fomos respigar a matéria. É evidente que a nossa coletânea terá pleno andamento no futuro. Nos próximos volumes haveremos de aproveitar, embora com o mesmo critério seletivo, muitos artigos que apareceram ou hão de aparecer nos números do Suplemento.

Agradecemos a benevolência dos demais órgãos de imprensa que nos franquearam sua matéria e, de maneira especial, ao Prof. Douglas Avanço, diretor da revista "Província de Goyaz" e do Prof. Taylor Oriente, editor de "Informática". Um agradecimento cordial e extensivo à figura dinâmica do jornalista Domiciano de Faria, sempre disposto a cooperar com aqueles que lidam com problemas culturais.

A nossa antologia procurou ampliar a sua área de interesse, mediante a inclusão do maior número possível de artigos que pudessem interessar aos estudiosos da goianidade: história, geografia, jornalismo, viagens, folclore, teatro, música etc. Quanto à literatura, pelo fato de ter recebido ultimamente um invejável tratamento didático via lei do então deputado Ursulino Leão, que a incluiu nos programas de ensino médio, procuramos conceder-lhe um destaque todo especial, terminando por merecer um volume especial.

Com esperança de podermos contar com a atenção do público leitor, desejamos que nosso trabalho possa ser útil a todos aqueles que amam a sua terra, desinteressadamente.

Ático Vilas Boas da Mota
— Professor da Universidade Federal de Goiás

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA —
Prof. Ático Vilas Boas da Mota
Caixa Postal 518
Goiânia — Estado de Goiás — Brasil

DESCOBRIMENTO DE GOIÁS

Amália Hermano Teixeira

A revelação da chamada **carta bandeirante**, o mais antigo documento cartográfico sobre as entradas em Goiás, pelo erudito mestre Taunay, e o conhecimento dos arquivos paulistas vieram sanar erros repetidos em muitas publicações sobre a história de Goiás e do Brasil.

Nessa carta castelhana, de autor anônimo, incluída por Taunay, em 1922, na **Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga**, representando região parano-paraguaia, e, presumidamente, do século XVIII, vê-se nas proximidades de Vila Boa esta inscrição: **Estas minas já foram descobertas por Sebastião Marinho no tempo de Felipe II, em 1592** (1).

Taunay afirmou não saber o valor da indicação dessas jazidas situadas perto de Vila Boa mas o historiador português Jaime Cortesão conferiu autenticidade ao mapa traçado pelos informes e "riscos" dos bandeirantes, conhecedores seguros das terras centrais de nosso território. Os mapas **a** e **b**, compreendendo parte do govêrno de São Paulo e parte dos domínios da Corôa de Espanha, representam para Cortesão "quase tôda a lição geográfica das bandeiras".

O capitão Sebastião Marinho, do grupo paulista, tocou as terras goianas nos fins do século em que Cabral tomou posse do Brasil.

Henrique Silva, notável estudioso de nossas coisas, diretor da

(1) — Afonso de Escragnole Taunay, **História das Bandeiras Paulistas**, tomo II, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1953, pág. 191.

revista **Informação Goiana**, asseverava, em 1920, que, contrariamente ao que se lê nos cronistas da era colonial, não foi Manoel Correia quem pela primeira vez entrou em terras dos índios **Goiás**: Sebastião Marinho (1592), frei Cristóvão de Lisboa (1625), Manuel Brandão e Gonçalo Pais (1669) o antecederam. Citando Capistrano de Abreu, Henrique Silva acrescenta que Sebastião Marinho, pelo Mogi-Guaçu, Pardo e Paranaíba, penetrara em Goiás, descobrindo primeiro aquelas minas em 1592. Correia teria vindo em 1670 e Bartolomeu Bueno da Silva, o velho, de alcunha Anhangüera, em 1682; Diogo Pinto de Gaia em 1720 e Bartolomeu Bueno da Silva, filho, também cognominado Anhangüera, em 1722 (2).

A publicação dos documentos paulistas, atas da Câmara, testamentos e inventários dos bandeirantes, obra meritória do ex-presidente da República, Washington Luís, autor de **Na Capitania de São Vicente, definiu** os objetivos das bandeiras dos Bueno da Silva, pai e filho, fixando as datas de suas arrancaças de São Paulo rumo aos sertões goianos.

Ellis Júnior, dos mais notáveis bandeirologistas, registra em 1592 a entrada do capitão Sebastião Marinho à frente de uma pequena bandeira, atingindo as nascentes do Tocantins, em Goiás, descobrindo metais preciosos, acrescentando que essa expedição consta do referido mapa castelhano incluído na Coletânea de Taunay (3).

O renomado Basílio de Magalhães, igualmente, situa a bandeira de Sebastião Marinho em 1592. A leva saíra a prear gentio, chegando até Goiás, correndo a fama de ter ali descoberto riquezas minerais (4).

Americano do Brasil, pesquisador, jornalista, tribuno, e, como Henrique Silva, natural de Bonfim (Silvânia, Goiás), árduo lutador pela transferência da capital do país para o Planalto Central, admirado pelos discursos proferidos na Câmara Federal em defesa dos direitos de Goiás nas questões de limites com os Estados vizinhos e dos interesses goianos, também dá Sebastião Marinho como o pioneiro.

(5). E Americano do Brasil fugiu à rotina, deixou de repetir o relato dos primeiros historiadores. Pesquisou, incansavelmente, examinando obras e papéis dos arquivos goianos, paulistas, de instituições do Rio de Janeiro e de Portugal, buscando sempre a verdade histórica. Desfêz equívocos da história de Goiás, alterou o significado da

(2) — **Informação Goiana**, ano IV, vol. III, n.º 6, pág. 65.

(3) — Alfredo Ellis (Júnior), **O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano**, 3.ª edição, Brasiliense, vol. 36, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, pág. 58.

(4) — Basílio de Magalhães, **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**, vol. V, Biblioteca Brasileira de Cultura, Epasa, Rio de Janeiro, 1944, pág. 45.

(5) — José Veiga Neto, **Antologia Goiana**, edição da Bôlsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, tomo I, pág. 113.

bandeira do Anhangüera filho, relacionou as incursões paulistas relegadas ao esquecimento, corrigiu erros seculares, afirmando que a descoberta de Goiás no século XVI é uma novidade incontestável e que seu descobridor foi Sebastião Marinho, em 1592 (6).

Antes de Americano do Brasil, que muito mais teria feito pela história e pelas letras goianas, não fôsse sua trágica e prematura morte, ensinou-se história de Goiás através de lições calcadas nas obras de historiadores que nos legaram preciosos ensinamentos, mas, relativamente à descoberta, conquista e povoamento de nossa terra, incorreram em falhas, por desconhcerem os documentos paulistas.

Sustenta a prioridade de Sebastião Marinho mais uma das inscrições da já mencionada **carta bandeirante**. Registra ela a saída de São Paulo do capitão-mór Bartolomeu Bueno e um genro com uma tropa; e lá se lê que Bueno "provou estas minas em 1721". A data correta, sabemos, é 1722, quando êsses bandeirantes provaram a existência das citadas minas, descobertas 130 anos antes (6).

Vejamos os testemunhos dos destacados historiadores de Goiás, que não compulsaram a vasta documentação dos arquivos paulistas. O padre, depois cônego, Silva e Souza, em sua **Memória**, assinada de Vila Boa, aos 30 de setembro de 1812, disse "constar, por tradição, que Manuel Correia foi o primeiro que, ambicioso dêste lucro, chegou até o lugar dos famigerados **Araés** desta Capitania, a que depois o gentio Goiás, habitante no lugar de maior riqueza, fêz dar o nome, que ainda conserva, de Goiás (8).

O brigadeiro Cunha Matos, Governador das Armas da Província, em sua **Corografia Histórica**, elaborada em 1824 e assinada do arraial de Traíras, assegurou que o piratiningano Manuel Correia foi o primeiro homem civilizado que deu notícia e apresentou amostras da riqueza da terra dos **Araés** ou **Aracis**, índios que habitavam a região ao norte de Goiás (9).

Alencastre, presidente da Província de Goiás, nos famosos **Anais**, lembrando que as crônicas faziam especial menção a um Manoel Correia "como sendo dos primeiros que, levado dêste gênio aventureiro, que tanto distinguiu os paulistas e deu-lhes as glórias das mais ousadas explorações, saindo de São Paulo com uma bandeira, cu conquista das hordas selvagens, ou em descobertas de minas de ouro,

(6) — Americano do Brasil, **Súmula de História de Goiás**, Imprensa Oficial de Goiás, 1932, pág. III.

(7) — Americano do Brasil, op-cit. pág. 7.

(8) — Padre Luís Antônio da Silva e Souza, **Memória sobre o Descobrimento**, Governo, População e Coisas mais notáveis da Capitania de Goiás, Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 4.º trimestre de 1849, pág. 431.

(9) — Raimundo José da Cunha Matos, **Corografia Histórica de Goiás**, Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 2.º trimestre de 1874, págs. 79-80.

atravessando os sertões e internando-se por Goiás até além das margens do Araguaia, deu no regresso precisas notícias de uma região até então desconhecida, a que denominaram Araés, do nome dos índios que a povocavam, e prodigiosamente rica de minas de ouro". Alencastre cita trecho da **História da Capitania de Goiás**, do cirurgião Antunes da Frota, publicada em "O Patriota", em 1824, e que situa a bandeira de Manoel Correia em 1719 e se refere a "alguns papéis escritos da sua mão, que eram como o seu roteiro, "dos gentios que vendeu em São Paulo com grande lucro e da surpresa que causou a todos com a pequena quantidade de ouro trazida — 10 oitavas, que valiam mil e quinhentos réis, doadas à Nossa Senhora do Pilar da vila de Sorocaba de que, com porção maior, se fez uma corôa para a padroeira de sua terra. Mas, o autor dos Anais da Província de Goiás chama a atenção dos estudiosos, afirmando que outros bandeirantes, antes de Correia, já haviam percorrido as margens do Araguaia e as do rio das Mortes, e navegado o Tocantins além da confluência do Araguaia: Manoel Brandão e Gonçalo Pais; Diogo Pinto de Gaia teria subido, em 1720, pelas águas do Araguaia, até a ilha do Bananal. Atribui Alencastre as glórias do descobrimento de Goiás a Bartolomeu Bueno, o filho. (10).

Outros e mais atuais autores de livros, memórias, almanaques, entre eles o ilustrado professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (11) e o professor Colemar Natal e Silva, com sua bem documentada **História de Goiás** (12), seguiram Alencastre, Silva e Souza e Cunha Matos, dando Bueno, o filho, como descobridor do território goiano.

Joaquim Bonifácio, autor de preciosas monografias e que deixou os originais de uma **História de Goiás** e dos **Apontamentos para o Dicionário Histórico e Geográfico de Goiás**, frutos de prolongadas pesquisas, infelizmente desaparecidos, não se refere a Manoel Correia, atribuindo a Bartolomeu Bueno, o filho, o descobrimento de Goiás, o que veio estabelecer confusão entre o que primeiro tocou as terras goianas e o revelador do ouro, fundador do arraial de Saneana (depois Vila Boa) e de outros povoados, incontestavelmente, o conquistador, o colonizador de Goiás (13).

Incansável estudioso da história e das riquezas de Goiás, com muitas obras publicadas, o professor Zoroastro Artiaga, em sua **Histó-**

(10) — José Martins Pereira de Alencastre, **Anais da Província de Goiás**, Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 3.º trimestre de 1864, págs. 25-26.

(11) — Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, **Almanaque Histórico, Geográfico e Descritivo do Estado de Goiás**, 1910, Goiás, pág. 38.

(12) — Colemar Natal e Silva, **História de Goiás**.

(13) — Joaquim Bonifácio de Siqueira, **A Descoberta de Goiás**, Tipografia do "Jornal de Goiás", 1921, pág. 3.

ria de Goiás, também dá Sebastião Marinho como o descobridor de Goiás (14).

Aqueles historiadores deixaram sua valiosa contribuição, modificada, acrescida pelas pesquisas posteriores, renovada pela descoberta de documentos e pelo método interpretativo, pois a História é a ciência da mudança. Para a fiel compreensão do presente, há de se buscar o passado, o documento, o testemunho fidedigno. O historiografo José Honório Rodrigues, evoca Croce e Ritter, quando nos adverte que a História não é dos mortos, mas dos vivos, que a História não deve ser estranha à vida mas por isso mesmo ela se impõe em certos momentos uma revisão que restabeleça a conexão entre o passado e o presente no presente descobrindo o passado, aquele passado que interessa ao presente. E mestre Honório Rodrigues nos dá a regra fundamental: no princípio o fato apurado e criticado, no fim, a compreensão. Para tanto, o estudioso se valera das ciências auxiliares da História. Citando Ortega y Gasset o autor de **Teoria da História do Brasil** chama nossa atenção: a história não é documento, como a física não é experiência. A inovação substancial consiste em aliar-se ao puro documento uma disciplina mental que compreenda o processo histórico (15).

No tocante ao descobrimento de Goiás, a Cartografia, como importante auxiliar da História, e a análise dos acontecimentos, no período 1580 — 1640, conduzem-nos à compreensão de que as terras de Goiás foram primeiro pisadas ainda no século da revelação oficial do Brasil.

Efetivamente, morto em 1580 o Cardeal-Rei D. Henrique, o último da dinastia de Aviz, Felipe II, de Espanha, alegando direito sobre o trono português, tomou Lisboa, dominando toda a Península Ibérica e suas colônias. A situação decorrente da dominação, espanhola que durou 60 anos, exerceu influência sobre a penetração do território da América do Sul, levando os exploradores, livremente, seus descobrimentos para o oeste (16).

Em 1592, pois, a bandeira de Sebastião Marinho adentrou-se, alcançando Goiás.

A revisão do capítulo do descobrimento de Goiás se tornou imperiosa, tal como aconteceu com o do Brasil. A comemoração do descobrimento de nosso país se fez, por centenas de anos, a 3 de maio, até que a famosa carta de Pero Vaz de Caminha veio revelar o dia

(14) — Zoroastro Artiaga, *História de Goiás*, 2.^a edição, Goiânia, 1959, pág. 15.

(15) — José Honório Rodrigues, **Teoria da História do Brasil** (Introdução Metodológica), 2.^a edição, 2.^o volume, Brasiliense, série 5.^a, vol. 11—A, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pág. 646.

(16) — J. Pandiá Calógeras, **Formação Histórica do Brasil**, 5.^a edição, Brasiliense, série 5.^a, volume 42, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pág. 17.

exato daquele acontecimento: 22 de abril. O importante documento, considerado certidão de batismo do Brasil, achado por D. Juan Baptista Nunoz em 1793, no Arquivo da Torre, em Lisboa, foi, pela primeira vez publicado em 1817 pelo padre Ayres de Casal na sua **Corografia Brasília**.

A tese da intencionalidade substituiu a da ocasionalidade do descobrimento do Brasil, trazendo à tona a política de defesa, o sábio segredo oficial, então adotado pelos reis de Portugal.

E sobre o conhecimento prévio da terra brasileira se manifestou um grupo representativo de historiadores: o território que viria constituir o Brasil havia sido antes palmilhado por aventureiros e exploradores de diferentes nacionalidades. Aos portugueses coube a prioridade no descobrimento face à oficialização do achamento perante o mundo civilizado.

Ainda a carta de Vaz de Caminha e outros documentos, alguns cartográficos, permitiram a historiadores e geógrafos contemporâneos a determinação definitiva do "porto muito seguro", onde ancorou a frota de Cabral: a Baía Cabralia, como a designou Ayres de Casal, restabelecendo uma tradição de quase dois séculos, a partir de Gandavo, com seu **Tratado da Terra do Brasil**, escrito por volta de 1570.

Varnhagen, agraciado com o título de Visconde de Porto Seguro, e seus seguidores, que situaram o ancoradouro onde se levantou a povoação chamada Porto Seguro, foram contraditados frente à documentação e interpretação históricas posteriores.

Recuando um pouco no tempo, e voltando as vistas para o norte do nosso continente, constataremos análoga situação: cinco séculos antes de Colombo e antes do viking escandinavo outros navegadores teriam aportado à América Setentrional (17).

Se foi, se é, se está sendo oportuníssima a revisão dos principais acontecimentos históricos do Brasil, especialmente dos constantes de livros didáticos, empenhemo-nos, de nossa parte, pela revisão dos acontecimentos marcantes da História de Goiás, frente ao documento, presente a interpretação, a compreensão do fato, para que as lições de História, ciência explicativa, reflitam honestamente o passado, tornando possível também honesto entendimento do presente.

(17) — J. Pandiá Calógeras, op. cit., pág. 1.

VEIGA VALE : O FRA ANGÉLICO BRASILEIRO

Prof. Luiz Curado

No dia 9 de setembro de 1806 cabia à lenda Meia Ponte (Pirenópolis), a sorte de tornar-se berço do primogênito do vilaboense capitão Joaquim Pereira Vale e de Da. Ana Joaquina Pereira da Veiga.

Nascia naquele dia José Joaquim da Veiga Vale, até agora o único artista goiano cujo nome conseguiu não só transpor o tempo como também as fronteiras do país.

Exerceu Veiga Vale, além de outras funções públicas, as de vereador municipal da antiga Meia Ponte (1837 a 1841) e de deputado provincial.

Jovem ainda, dedicou-se à difícil arte da escultura, chegando, em fins de sua vida, a viver dela e para ela. É de sua juventude a execução da imagem da Santíssima Trindade, até hoje venerada na famosa romaria de Barro Preto.

Contam-se em dezenas e dezenas as esculturas deixadas pelas mãos hábeis do inspirado meia-pontense. E, nos altares ornados, ou nos oratórios particulares, ou mesmo sobre a mesa tosca de um casebre (vimos, em Pirenópolis, bellissimo menino Jesus, em misero rancho de indigentes moradores) elas são inconfundíveis apesar de o grande artista jamais assinar suas obras. É que já deixara a firma no extraordinário cunho personalístico que as identifica.

Pelo fato de ter mudado a residência para a cidade de Goiás, onde se casara com Da. Joaquina Porfíria Jardim, é a antiga Vila-

Boa, talvez, a maior detentora de suas obras. Porém, não ficou a sua arte restrita às cidades de Goiás. Quando esculturas suas não transpuseram os limites do Estado, para São Paulo, Mato Grosso, Bahia, na sua época, por força de encomendas que recebeu (segundo comprovam cartas e recibos) fizeram-no, após sua morte (29.1.1874) por transferência de terceiros.

Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, Bispo de Goiás quando reinante Pio IX, enviou a êste Pontífice, por solicitação de D. Eufemia Marcolina da Silveira Jubé, lindíssima imagem de Menino Jesus, esculpida por Veiga Vale. Esta imagem, que causou admiração ao Soberano Pontífice e que levou à cidade santa o nome do escultor goiano, naturalmente é conservada no Vaticano.

Impressionante é o número das produções de Veiga Vale que ainda podem ser vistas em nossos dias, e mais ainda é o encanto indescritível de que se vestem, como se o artista fôsse tocado por verdadeira inspiração divina!

O pintor florentino, frei Nazareno Confaloni — prof. da Escola Goiana de Belas Artes — num momento feliz, enquanto admirava pela vez primeira obras de Veiga Vale, com acêrto, definiu o actor: “É O FRA ANGELICO BRASILEIRO”.

Frei Giovanni de Fiesole passou à história apenas conhecido por “Fra Angelico”, talvez “porque ilustrou na terra as cenas que somente os anjos contemplam no céu”. Muito justa, a comparação feita por Frei Confaloni, irmão do Beato Angelico na ordem e na linguagem artística.

Nas obras de Veiga Vale, algo de celestial se pressente na suavidade e finura do colorido; algo de inatingível na espiritualidade do acabamento escultório; muito de angelical na espiritualidade e concepções; muito de milagroso na multiplicidade de apresentação de um mesmo tema.

Cada imagem, embora de mesma invocação, é uma obra nova que se contempla. Das inúmeras esculturas de sua autoria, apenas uma é profana: um belo nu, inacabado.

A precisão das atitudes anatômicas de seus santos surpreende, quando se pensa na falta de mestres. O frescor de suas tintas quase centenárias desafia o entendimento, quando se cogita da técnica de sua obtenção.

Se não ousamos afirmar ter sido Veiga Vale um gênio pelo menos temos que admitir que possuía uma fecunda inspiração — “um autodidata”.

Na época em que Veiga Vale realizava, em Vila-Boa, as obras que hoje nos despertam a admiração, em Vila-Rica, o Aleijadinho, com seu incansável cinzel, abria uma senda de glórias que lhe imortalizaria o nome.

Pode-se, perfeitamente, estabelecer um paralelo entre os dois escultores. Igualaram-se na produtividade; assemelharam-se na

precisão de extraordinária do talho; identificaram-se na espiritualidade das formas; amoldaram suas obras às curvas sensuais da época barroca, ao passo que cada um, a seu modo, conseguiu imprimir algo de nôvo no amontoado de curvas e contracurvas do "barroco-português", protuzindo peças que são inconfundíveis por traços personalísticos: o mineiro, com uma arte decorativa e arquitetônica; o goiano, com uma arte escultórica e pictórica. No Aleijadinho, à harmonia das curvas ornamentais sobrepõe-se o cunho monumental de suas obras; em Veiga Vale, o inigualável valor escultórico; e sobrejogado pelo inimitável pictorismo de suas tintas.

Mas há também entre eles um agrande discordância que vale assinalar: o artista de Vila Rica contou certamente com a sorte de um ambiente propício. O nome de sua cidade, originário da riqueza exuberante da região, evoca famosos solares da fidalguia portuguesa que tantos ensinamentos e obras de arte trouxe do Velho Mundo, e que, naturalmente, muito contribuíram para o aperfeiçoamento de Antônio Francisco de Lisboa.

José Joaquim da Veiga Vale pouco ou nada poderia obter de orientação, em sua Vila Rica, cidadezinha nascida do idealismo de Bueno, um ousado, porém pobre bandeirante.

Aleijadinho é estrela de primeira grandeza na constelação de artista de sua terra; Veiga Vale é astro único nos céus da arte goiana. Entretanto, se aquele é mundialmente conhecido o nome deste até hoje não pertence à história.

A apreciação qualitativa e quantitativa das obras de Veiga Vale esteve por muito tempo na obscuridade; até que, em 1940, o pintor brasileiro João Rescala, de passagem pela cidade de Goiás não resistindo ao encanto de suas criações, promoveu uma exposição delas, no que foi amplamente auxiliado pelo Dr. Edilberto da Veiga Jardim, neto do artista, e, na época, prefeito da cidade.

Aquela exposição como não poderia deixar de ser, trouxe aos vilaboenses o conhecimento de um goiano orgulho de sua terra.

Ainda o pintor Rescala, por iniciativa própria, encaminhou, na ocasião, à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, importante relatório, fartamente documentado, sobre o escultor goiano.

Infelizmente, por motivos que ignoramos, o Patrimônio Artístico nada pôde fazer ainda do que se impunha ante a revelação do citado relatório.

Treze anos se passaram, e a Escola Goiana de Belas Artes, em sua exposição inaugural — março de 1953 — expôs, nesta capital, vinte peças de Veiga Vale, para aqui trazidas às expensas dos professores idealizadores da mostra.

Se a primeira revelou o artista aos goianos, a segunda teve mais amplitude, de vez que foi visitada por brasileiros de todos os recantos que por aqui passaram.

Uma terceira exposição, a do Congresso Nacional de Intelectuais, propagou ainda mais o nome de Goiás sobretudo através dos trabalhos do inspirado artista.

As muitas delegações estrangeiras ao Congresso se extasiaram ante as obras de Veiga Vale.

A Escola Goiana de Belas Artes está empenhadíssima; mesmo ciente das grandes dificuldades que terá a vencer, em criar o MUSEU VEIGA VALE, homenagem justa ao grande artista goiano, cujo nome precisa ser conhecido e divulgado, e cujas obras merecem ser preservadas com carinho.

GOIÁS ENTRA NA FASE DO CINEMA

Prof. Olavo de Castro

Goiânia assistiu engalanada e feliz a primeira apresentação pública do filme de João Bênio, "O Diabo Mora no Sangue". E agradeceu a homenagem, aplaudindo calorosamente a película. O privilégio foi motivado pelo fato de ter sido o filme rodado em território goiano, às margens do Rio Araguaia — dono de exuberante paisagem que faz o deleite dos veranistas que para lá acorrem e o fetiche de ponderável parcela de pescadores e caçadores, tanto profissionais como esportistas.

O filme retrata a vida "dos ribeirinhos" ou "beiradeiros" do Araguaia, perdidos na imensidão beira-rio, cuja subsistência está condicionada às suas águas e suas riquezas; subsidiariamente, guiam os turistas que por aí aparecem durante a época da vasante. Gente que vive em quase completo isolamento, sem contato com a civilização e com um mínimo de contato entre si, despiça do espírito comunitário: as distâncias que separam os homens, aí, são imensas e o único caminho, o único meio de comunicação, é mesmo o rio. Gente simplória e inculta, que se preocupa apenas com o paupérrimo subsistir, sem aspiração alguma além dessa.

Dentro de tal contexto acontece o amor de Júlio — um experiente pescador — por sua irmã, Maria — ingênua e doce, em seus presumíveis quinze anos. Ambos, ilhados em um "tapiri" na barranca do rio, vigiados, apenas ocasionalmente, pelos olhos curiosos e interesseiros de Ferrugem — ardoroso pretendente de Maria

com sua meiguice matuta. Júlio tem consciência que seu amor é proibido, razão porque luta interiormente para resistir, para não capitular aos visíveis encantos caboclos de sua irmã, cujo pai deve ter sido um carajá, se não, não herdaria aquela côr de mel com seda e aquêles cabelos lisamente descaídos por sôbre os ombros morenos. Ela, ao contrário do irmão, não tem a menor noção de normas éticas; a ignôrância é causada pelo isolamento em que sempre vivera. O desfecho é inevitável e o amor incestuoso irrompe de modo natural para ela e afiito para êle.

O tema proposto pelo filme é bastante melindroso, mas a estória se desenvolve sem nenhum artifício, espelhando com fidelidade e discrição a absurda união entre irmãos, fato que ocorre nos êrmos da zona rural, como um fenômeno típico da incultura e do abandono. A temática não é comum, mas nem por isso inverossímil e a sua raridade concede ao filme um valor maior, pela delicadeza do assunto e pela dignidade de abordá-lo, trazendo ao debate a brutalidade do incesto, como uma verdadeira denúncia de caráter social. Ou uma destemida acusação.

Aí o filme alcança uma dimensão histórico-sociológica de rara importância pela coragem da acusação e pela convocação humanística com que atinge os espectadores: mostra um desajuste para reclamar uma solução. E o faz com um lirismo que comove, quase duramente.

A direção é firme; mantém um ritmo uniforme, a despeito da cena — considerada pelos mais rígidos — demasiadamente romântica, quando Júlio e Maria descansam na mata o seu amor e, depois, líricamente, colhem os cajus maduros. De resto, o desenvolvimento é natural e correto e seria justo assinalar a maneira respeitosa com que foram tratados os costumes da região; o sequito fúnebre e a cerimônia da promessa de São Lázaro foram magnificamente colhidas e demonstram a seriedade com que a direção soube aproveitar e encaixar os dois acontecimentos singulares e estranhos. As sequências são feitas com devido cuidado, pois não apresentam defeitos. Os cortes estão precisos e algumas vezes conseguem bastante comunicabilidade, como no episódio em que Maria deseja comer araquê e, imediatamente, numa cena quase instantânea, aparece grávida. O tiroteio, o primeiro beijo de Júlio e Maria e as perguntas da bonita turista na canoa, sôzinha com Júlio, movimentam muito.

A interpretação consegue o milagre de equilibrar os profissionais e os amadores. João Bênio, no principal papel, cumpre sua missão demonstrando surpreendente intimidade com a câmera. Sua tarefa é mais árdua e a mais singular, cumprindo-a incensuravelmente e consegue momentos de nível excepcional: na cena em que tira retrato ao lado de Maria Pompeu e na cena em que é ferrado pela arraia, para não mencionar diversos casos de grande efeito. João Bênio demonstrou que fará no cinema o sucesso que já conse-

guira no teatro: carreira garantida. Ana Maria Magalhães é dona de uma personalidade marcante; sua atuação é serena, conseguindo um impressionante tipo de matuta; não há exageros nem inautenticidade e atinge dois momentos quase geniais: quando dialoga com os dois turistas, na praia, sua figuração é belíssima; também quando se encaminha para medicá-lo com admirável estoicismo, realiza um quadro de muita ternura. O episódio do parto é de uma dramaticidade inigualável; audaciosa e tocante e atesta as qualidades da atriz. Hugo Brockes é uma revelação; fala muito mais pela força de sua "máscara" do que por palavras e coloca-se no mesmo plano dos principais intérpretes, garantindo a segura interpretação do trio central.

É duro e seco, mas bom.

Dinorah Brilhanti, em excelente desempenho, comprova o seu vigoroso talento: caracterização perfeita.

Todos os outros intérpretes estão mais ou menos, no mesmo plano, com excessão do próprio diretor, Cecil Thiré, que aparece no filme, como turista, mas não mantém o mesmo nível que alcança na direção, dá um grito absolutamente injustificável quando a sua interlocutora está bem perto de si e compromete uma das mais ternas cenas, com a sua vacilante corrida no momento em que Maria foge dele e de sua companheira.

Washington Rodrigues age com desembaraço e fala com bastante ênfase; parece um ator experimentado, pois desincumbe-se do seu papel, com naturalidade, Maria Pompeu responde com sua farta beleza à beleza da fotografia, completando o cenário meio paradisíaco, com sua esplêndida figura; não lhe é difícil realizar o papel de frívola esposa de turista endinheirado.

William Guimarães, Antônio Segatti, Marcia Helena e Sandra Curado, cumprem com espontaneidade a missão de representar os turistas em férias: despreocupados e barulhentos. Levando-se em conta que não possuíam nenhuma experiência cênica, o desempenho de todos é mais do que suficiente.

A queda de William Guimarães no barco, quando vai passando o entêrrio, dá uma certa autenticidade à cena.

A fotografia é de extraordinária qualidade, com tendência revolucionária: o beijo de Júlio e Maria, deitados na cama, de um ângulo inexplorado, renovou a cena antiga. O por do sol, colhido com maestria, oferece um momento de rara beleza visual, e se constitui num verdadeiro cartão postal do Araguaia. Júlio e Maria se reencontrando no canto inferior da tela, também, marca a presença do artista Ozem Sermet. A fotografia de "O Diabo Mora no Sangue" poderá conquistar prêmios se participar de algum festival, nacional ou internacional.

A música é outro ponto de exclamação. O efeito sonoro se integra tanto na estória que parece não poder existir um sem o ou-

tro. Haveria de ser, necessariamente, de autoria do maestro Guerra Peixe, velho pesquisador da nossa riqueza folclórica. Música linda e adequada.

"O Diabo Mora no Sangue" é um filme de ótima qualidade técnica e artística; comprova a evolução do cinema brasileiro e sua proximidade da grandeza. Teria alcançado um nível superior se não tivesse se preocupado em documentar; tal caráter ameaça o filme até o momento que os turistas partem. É, porém, perfeitamente compreensível esse aspecto do filme porque é a maneira de colocar o espectador familiarizado com o ambiente em que se desenrola o enredo, embora o filme não fique prejudicado por isso mas a qualidade da película melhora muito depois da partida dos desocupados turistas, tornando-se mais pura, uniforme, introspectiva, bela, espiritual, cheia de arte, de alto nível, enfim.

Para completar a soma de felizes realizações de "O Diabo Mora no Sangue" há essa revelação de novos e talentosos cineastas: João Bênio e Cecil Thiré, produtor e diretor, respectivamente. João Bênio, além de produtor e ator, é, ainda, o autor da estória.

"O Diabo Mora no Sangue" é um filme verdadeiramente deslumbrante.

AS EXPEDIÇÕES E BANDEIRAS QUE DEVISSARAM GOIÁS

Prof. Modesto Gomes

As primeiras incursões realizadas pelas bandeiras limitavam-se às proximidades dos aglomerados urbanos. Nem poderia ser de outra maneira pois que além da penúria, impossibilitando a formação de contingentes mais expressivos, havia falta de estímulo por parte de Metrópole, receiosa de ferir susceptibilidades castelhanas.

Desde, porém, que se verifica o retraimento da Espanha, obrigada a limitar seus domínios em solo americano (1), em consequência da cobiça manifestada por outras potências européias os bandeirantes se aventuraram, amplamente sugestionados pelo interesse estatal, a busca ousadamente, as áreas distantes da hinterlândia, num lento e duro labor, que lhes rouba energias imensas.

A conquista do Brasil Central, que começa a partir do século XVI, quando penetram em Goiás as primeiras expedições, objetiva-se, quase sempre, às custas do sacrifício brutal de vidas humildes. As provocações e injustificadas perseguições ao gentio, além de doenças, fome e sede, são as causas contantes de inúmeras baixas. O Cabo de tropa, salvo quando periclitavam seus interesses imediatos, jamais se preocupou seriamente com os desastres que atingiram membros da bandeira, principalmente se estes eram índios mansos ou escravos africanos.

Acima de tudo, estava a ambição do chefe, cujos olhos se voltavam para as posições privilegiadas, as quais se juntavam a glória e a fortuna.

É justo, entretanto, não obstante o bandeirismo haver sido movimento destinado a promover uma elite, relegando ao anonimato a força realmente responsável pelos sucessos, que se destaque a importância das expedições em referência, porquanto foi exatamente em decorrência de seu trabalho desbravador que se reuniu apreciável acervo de dados e informações acerca da região central do país. Consumadas ao longo de mais de um século de febris atividades sertanistas, construíram elas, não há ruídas, os degraus da escadada transposta pela bandeira de Bartolomeu Bueno Filho, primeira a despertar, na ambição lusitana, as atenções para o terceiro El-Dorado Brasileiro.

Ainda não se conseguiu levantar, firmada em documentação sólida, a relação exata das expedições que ingressaram em terras goianas antes que elas fossem pisadas pelos conquistadores.

Os estudiosos da história mediterrânea não estabeleceram até o momento, um acôrdo válido quanto aos sertanistas que abriram as primeiras brechas na vegetação virgem destes rincões.

Torna-se assim difícil, senão quase impossível, dada a ausência de documentos adequados em consequência das controvérsias existentes, dimensionar a verdade em tôda a sua extensão.

“Está a história dos primeiros anos de Goiás inçada de erros e contradições, convém não esquecer” (2).

Dividiremos em dois grupos, visando maior objetividade no exame do assunto, as expedições que percorreram ou teriam percorrido terras goianas

1 — Expedições documentadas.

Domingos Rodrigues Acompanhado de vários companheiros, com os quais se desgarrar da bandeira de João Pereira de Sousa Botafô, que fora prêso e remetido sob escolta para São Paulo, Domingos Rodrigues perambulou cerca de quatro anos (1600), por terras do Brasil Central.

Pero Domingues. A bandeira de Pero Domingues, contando com três dezenas de sertanistas já experimentados em refregas anteriores, após percorrer regiões desertas do planalto central durante dezanove meses, atingiu o Tocantins, que desceu até a jusante da confluência do Araguaia. Os bandeirantes, logo depois, toparam com as aldeias do gentio Caatinga, onde se refizeram por alguns dias. Conseguiu Domingues, ao regressar, fazer-se acompanhar de três milhares de silvícolas que, entretanto, em caminho, rebelando-se contra os predadores, massacraram vários deles. Os que escaparam da chacina, apavorados com a violência da agressão, fugiram desordenadamente, remando toscas embarcações contra a corrente do Araguaia.

Antônio Pedroso de Alvarenga. (Pedro Taques, o famoso linhagista paulistano, discorrendo sobre a expedição chefiada por Alvarenga, assevera que ela alcançou o vale do Tocantins.

Francisco Lopes Buenavides e Francisco Ribeiro de Moraes. A bandeira em questão percorreu terras goianas em 1665. Delas fez parte Manoel Correia, por muitos considerado como o efetivo descobridor de Goiás, embora seja escassa a documentação a respeito.

Luiz Castanho de Almeida. Acompanhado de seus filhos penetra em terras de Goiás, (...). Vítima de seus próprios índios, é assassinado às margens do Rio Meia Ponte. Os filhos de Castanho, posteriormente, encontram-se com a bandeira de Antônio Soares Fares, que se incluiu no rol dos que aqui vieram.

Mancel de Campos Bicudo. É fato incontestável a presença, em plagas goianas, de Manoel de Campos Bicudo, "velho caçador de ouro e de índios" (3), em cuja companhia estava o filho Antônio Pires de Campos, mais tarde tristemente célebre pelo extermínio de centenas e centenas de selvagens.

Bicudo costumava despovcar aldeias inteiras.

Sebastião Pais de Barros. Na expectativa de aprisionar índios Bilheiros, que venderia depois como escravos, Pais de Barros foi vencido pelo temível inimigo, que destruiu sua bandeira (1675).

Alinham-se ainda, no conjunto das estradas que vasculharam áreas goianas, as expedições chefiadas por: Pascoal Pais de Araújo (perseguidor do nativo do Tocantins, em cuja bacia teria encontrado ouro); Antônio de Oliveira, João Muzillo, Manoel Rodrigues, Manoel Requeixo, Martim Comes, Manoel Peres Calhamares (genro do primeiro Anhangüera).

Todas as expedições citadas representam esforços despendidos por paulistas. Tal afirmação se faz necessária, já que outras entradas, tendo como ponto de partida o cenário amazônico, igualmente contribuíram para o conhecimento das terras goianas, especialmente as que se situam na zona setentrional.

"Com elas, a região norte de Goiás ficara revelada, abrindo-se-lhes grande saída para o Atlântico, caminho que permitiria a exportação, senão mais fácil pelo menos mais rápida, da produção da hinterlândia" (4). As estradas do ciclo amazônico, quase sempre encetadas por religiosos, descortinam extensos trechos da mesopotâmia Araguaia-Tocantinica. Salientaram-se nessa tarefa: Padre Antônio Raposo, que chegara de Lisboa disposto, a "explorar o Tocantins" (...).

Manoel Brandão e Gonçalo Paes, que em obediência a recomendações do governador Berredo, exploraram o Tocantins, cuja corrente subiram ultrapassando a confluência do Araguaia; Diogo Pinto da Gaia, 1720, que também cumprindo determinações de Berredo atinge a ilha do Bananal, e, ainda Antônio Ribeiro, Antônio Vieira (célebre autor de "Os sermões"), Tomé Ribeiro e Ricardo (incursio-

nando pela região dos carajás), Manoel Nunes (subindo pelo Tocantins até proximidades do local onde hoje se ergue Carolina,; Gaspar Misn e irmão João de Almeida (1688) Gonçalo Deveras e irmão Sebastião Teixeira (percorrendo o vale do Araguaia); Jerônimo da Gama (explorando regiões banhadas pelo Tocantins); Emanuel de Mota (buscando o Araguaia).

II — EXPEDIÇÕES INSUFICIENTEMENTE DOCUMENTADAS

Sebastião Marinho. Americano do Brasil e Zorcastro Artiaga, êste evidentemente repetindo aquêle, defendem o ponto de vista segundo o qual o primeiro sertanista a devassar terras nêste Estado fôra Sebastião Marinho, 1592. Em que fonte se estriba Americano? A referência "ao mapa Bandeirante" que Afonso Taunay inserira na "coletânea de mapas da cartografia paulista antiga". O próprio Taunay todavia, ao se referir a coletânea em questão, afirma que "várias indicações cronológicas nelas existentes são errôneas", completando: "assim não sabemos que valor terá uma referência às jazidas situadas à noroeste de Vila Boa": — "estas minas já foram descobertas por Sebastião Marinho no tempo de Felipe II, em 1592" (6).

Não é remota, como se pode deduzir, a possibilidade de tratar-se de manuscrito apócrifo. Se a referência é passível de discussão, consoante deixa claro seu próprio descobridor, não nos parece plausível aceitá-la assim despida de outra fonte. É melhor que continue em aberto, nestas circunstâncias, até que surjam documentos plenamente convincentes, o problema da prioridade do descobridor de Goiás.

Martim Rodrigues Tenório de Aguiar. Partindo de São Paulo em 1608, com o intuito de alcançar o sertão dos Bilreiros, a expedição desapareceu sem deixar vestígios, supondo-se tenha sido exterminada pelo gentio mencionado. Não se pode afirmar porém que haja percorrido terras de Goiás.

Belchior Dias Carneiro. Diz-se que a bandeira deixou São Paulo, conduzindo 50 homens e muitos índios (7); para internar-se em terras dos Bilreiros. Apesar de perder no curso da jornada o seu comandante, a expedição regressou com grande leva de selvagens.

Lourenço Castanho. Depois de passar por Paracatu e percorrer regiões drenadas por tributários do S. Francisco, Castanho teria vindo ao Tocantins, demorando-se dois anos na exploração das zonas centrais do país (1668).

Padre Luiz Figueira. Muitos autores, embora o façam com reservas, afirmam que Figueira teria sido o primeiro religioso a percorrer terras goianas, em 1636.

Padre Cristovão Severim de Lisboa. É fora de dúvidas que frei Severim explorou terras do Inferno Verde, de cuja fauna, aliás, "sobretudo a ectiológica" (8), deixou excelente trabalho. Há incerteza contudo, quanto a sua vinda a Goiás.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Modesto Gomes, "Os Turbulentos Arraiais Goianos" — Caderno de Estudos Brasileiros (1), U.F.G., Goiânia, 1963.
- (2) Afonso Taunay, "História Geral das Bandeiras Paulistas" — Edição do Museu Paulista, 1950 — volume décimo, pág. 45.
- (3) Americano do Brasil, "Súmula de História de Goiás" — Dep. Estadual de Cultura, Goiânia — pág. 32.
- (4) A C. Ferreira Reis, "Panorama Histórico do Brasil Central", in Goiás — Uma Nova Fronteira Humana, CIC, Rio — 1949, pág. 4.
- (5) Americano, Op. Cit. (3).
- (6) Taunay, Op. Cit. (2), pág. 33.
- (7) Americano, Op. Cit. (3) pág. 26.
- (8) Taunay, "Histórias das Bandeiras Paulistas" — Edições Melhoramentos, S/d — tomo II, pág. 193.

A BANDEIRA DO ANHANGÜERA A GOIÁS EM 1722

Prof. Sérgio Paulo Moreira

Na empresa que Bartolomeu Bueno empreendeu em 1722 vieram também dois homens os qua'is não ficaram no rol dos anônimos, dos desconhecidos conquistadores. Eram eles o alferes José Peixoto da Silva Braga e o famigerado Urbano do Couto, que deixaram ambos roteiros da viagem. Durante largo tempo, tais roteiros permaneceram praticamente desconhecidos, acessíveis apenas a uns poucos estudiosos até 1883 — 1884, quando Capistrano de Abreu fêz imprimir o roteiro de Silva Braga pela primeira vez, na Gazeta Literária do Rio de Janeiro. Entretanto, se essa publicação foi de grande valia não se comparou ao trabalho de Henrique Silva, que não apenas transcreve o roteiro de Urbano do Couto, como ainda ao invés de simplesmente transcrever o de Silva Braga, que é de maior valia para o conhecimento da rota percorrida, não o publica ipse literis, mas comentado, interpretando-o e corrigindo-o.

Por isso, e outros méritos acumulados através dos anos, na pesquisa das coisas de Goiás, Henrique Silva mereceu referências elogiosas de Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu.

Enfim, segundo Henrique Silva, o roteiro que a bandeira do grande descobridor seguiu é o seguinte no qual apenas atualizamos os nomes locais, e resumimos a narrativa do historiógrafo. De Campinas até Araguari, a bandeira seguiu a rota dos atuais trilhos da estrada de Ferro Mogiana, com poucas variações.

De Araguari, partiram rumo ao Paranaíba, que o roteirista erroneamente chama de Meia Ponte, e que Henrique Silva corrige.

O Rio foi transposto nas proximidades do Pôrto Velho, que ficava na parte sul do atual município de Catalão. De Catalão a bandeira segue o rumo norte-nordeste, a bandeira deixa a região dos Goiases, que almejava alcançar, seguindo rumo à antiga Mestre-D'Armas (hoje Planaltina), atravessando os atuais municípios de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Norte de Ipameri, Oeste de Cristalina, leste de Lusiania, alcançando o Distrito Federal, e indo até às proximidades de Planaltina.

Como possam existir dúvidas à respeito de passagem por lugar tão distante, do que procuravam, vamos transcrever o escrito do próprio Henrique Silva: "as oitenta e tantas léguas andadas neste rumo são exageradas, marcam a distância de Catalão a Mestre D'Armas, onde de fato existem grandes chapadas sem mato, mas com muitos córregos abundantes de pescado como o de Mestre D'Armas, Paranoá, Pipiripau, Torto e outros, todos dentro da área demarcada para o Futuro Distrito Federal da República, pela comissão Cruls da qual fizemos parte. Tudo está indicando claramente que se trata de Mestre D'Armas ou suas vizinhanças, pois nos riachos e córregos inumeráveis que banham o município dessa localidade, são encontradas as espécies etiológicas que Silva Braga menciona: dourados, ... traíras e piabas.

"a simples referência ao nome da primeira espécie desses peixes que não ocorrem nas águas do Tocantins, nem em nenhum dos afluentes da bacia Amazônica, afasta a hipótese de se procurar mais adiante, ou à direita de Mestre D'Armas, o ponto em questão

Outro indício veemente vem a ser a abundância nas proximidades de Mestre D'Armas, da palmeira do gênero *Cocus*, que o autor, (Silva Braga) chama Jaguaroba a qual fornece o palmito amargoso guariroba, assim conhecido no interior do país, em Goiás principalmente".

De Planaltina, a bandeira seguiu no rumo da lagoa Formosa. Nas proximidades da atual sede de São João d'Aliança, deixando à esquerda o Rio Maranhão, e à direita as vertentes do Paraná, foi pela chapadas que seguem para Veadeiros. Foi nessa região que os sertanistas encontraram aldeamento dos Quirixa (Crixá), e, acerca do encontro, diz Henrique Silva: tribo hoje já extinta, como todas que entraram em contato com o Anhanguera, exceção talvez dos Caiapós.

Daí, a bandeira costeou o Tocantinzinho na parte baixa do rio, e daí rumo norte, chegou aos arredores do que seria depois o arraial das minas de São Félix. Foi a esta altura que se desentenderam muitos componentes de empresa, sendo que alguns, entre os quais o roteirista José Peixoto da Silva Braga abandonaram a Bandeira,

preferindo descer pelo Rio Maranhão. É muito provável que descessem por êsse rio convictos de estarem próximos do Maranhão. Descendo êles pelo Maranhão passaram pela embocadura do Paraná, entrando no Tocantins. Nas margens do Rio de Santa Tereza foi que acharam jangadas de buritis. Daí por diante, enfrentando as difíceis passagens do Tocantins, foram-se até Belém.

ALGUNS ASPECTOS DA MINERAÇÃO EM GOIÁS

Prof. Modesto Gomes

O português jamais deixou de acreditar que houvesse ouro no Brasil. Mesmo quando se fixa à terra para dedicar-se a ocupações agro-pastoris desaparece tal crença. Baseia-se, defendendo a tese em questão, nas descobertas castelhanas, cujas colônias americanas se revelam pródigas de prata e ouro. Raciocínio correto, de certa forma. Apenas, para complemento, o lusitano não atenta para um fato simples: enquanto o nativo do México e do Peru se encontra em razoável grau de civilização, que já lhe permite interessar-se por metais preciosos, o selvagem brasileiro, ainda na fase neolítica, não se sente interessado, consoante informa Caio Prado Júnior ("História Econômica do Brasil, 1962") por ouro ou prata.

Desde, porém, que Portugal se apercebe do grande capital representado pelo conhecimento que os paulistas tinham do sertão (Celso Furtado, "Formação Econômica do Brasil", Rio 1959), aí, então, entende que se os homens de Piratininga, apesar desse conhecimento, não descobrem metal precioso, valendo-se tão somente da captura do gentio, é porque algo lhes falta. E o que lhes falta é exatamente experiência técnica.

Descobertas as jazidas auríferas, brasileiras, faz-se sentir, imediatamente, a ação fiscalizadora da máquina estatal portuguesa, que se exerce duramente, sem contemplações, através de prepostos ávidos das boas graças reais, quando não sequiosos de alimentarem

suas próprias ambições, porque a verdade é que grande número de portugueses age desonestamente, generalizando-se o peculato e a improbidade — afirma-o P. Pereira dos Reis (“O colonialismo português e a conjuração mineira”, São Paulo, col. Brasileira, 1964)

É o que ocorre em Goiás, cujas minas se subordinam à Capitania Geral de São Paulo, governada pelo conde de Sarzedas, que se pode tomar como exemplo de funcionário identificado com a política colonialista da época. Tanto que um de seus primeiros atos, que indicaria a tônica de seu procedimento futuro, é a fixação, pelo bando de 2 de outubro de 1732, de via única de acesso às minas de Goiás. Estabelece o documento que a estrada “saía de São Paulo, cortava Jundiá e Mogi do Campo e daí rumava até “as ditas minas”, (Taubay, “História Geral das Bandeiras Paulistas”, São Paulo, 1950).

Aos que se utilizam de outro caminho, que não o oficial, estão reservadas penalidades severas: além de sequestro e confisco de seus bens para a Fazenda Real, sujeitam-se os transgressores a serem presos. É que por essa época, seduzidos pelo lucro fácil, criadores baianos e outros já fixados no vale do São Francisco, comerciam francamente com mineradores goianos. As ordens mandadas ao Anhanguera, Superintendente Geral das Minas, são peremptórias: impedir, de qualquer maneira, que se abram novos trilhos e picadas, rotas futuras de contrabando. A vigilância do Capitão-General se torna tão efetiva que, não raras vezes, incrimina a incúria do Superintendente, citando-lhe inclusive nomes de contrabandistas. O contrabando, entretanto, que Bartolomeu Bueno da Silva seria acusado de tolerar, é, àquela época, benéfico para o Brasil por constituir-se na única maneira de retenção de ouro que, estimulando transações comerciais, beneficia áreas produtoras da Colônia. Por outro lado, o ouro que Portugal arrecada no Brasil, tendo em vista o golpe de morte dada à nascente indústria metropolitana pelo tratado de Methuen, vai todo ele enriquecer empresas inglesas, vale dizer: a própria Inglaterra.

Sarzedas quer executar bem a sua parte. Daí, conseqüentemente, a fiscalização implacável que exerce, mesmo de São Paulo, sobre os negócios públicos de Goiás. Essa insistência no cumprimento do “dever” não se resume apenas na pressão epistolar que mantém, através da qual estabelece suas próprias normas, dá instruções e faz recriminações, mas vai ao ponto de solicitar do monarca luso providências junto aos administradores de Minas Gerais e Pernambuco no sentido de que estes proibam o trânsito para Goiás.

Continua a confusão, todavia, não obstante toda a vigilante preocupação de Sarzedas. É o contrabando; é a prevaricação; são os desentendimentos.

Vêm as represálias. Autoridades goianas são repreendidas, algumas destituídas de seus cargos, outras encarceradas. O Anhanguera mesmo, acusado de incapacidade na manutenção da ordem e

de protetor de contrabandista, é atingido pela fúria do Capitão General.

.....
De nada vale a cólera de Sarzedas. Nenhum resultado obtém com a substituição ou rebaixamento de funcionários. O statu quo anterior não se altera. Por fim, cansado possivelmente de administrar de longe, empreende viagem até às minas goianas. Quer ver tudo de perto, quer observar o funcionamento da máquina administrativa. Velho e doente, Sarzedas não suporta a aspereza da longa jornada. Morre em Trairas (28.8.1737).

HISTÓRIA DE GOIÁS EM PAUTA

Prof. Sérgio Paulo Moreira

De início gostaríamos de salientar que a apresentação que fazemos do livro do Sr. Silva Bruno se encontra estritamente no que diz respeito a Goiás. Quer dizer, nós nos propomos a apreciar a parte da sua História Regional do Brasil que fala de Goiás, e que está incluída no sexto volume da obra. Isso não seria procedimento ortodoxo em outro qualquer caso. Entretanto, o volume 6 da sua História do Brasil, que procura englobar a História do Grande Oeste, de maneira alguma se desenvolve como a descrição e a análise de um único processo histórico.

Antes aborda alternadamente, de maneira cronológica, o desenvolvimento paralelo dessas duas áreas — que correspondem a Goiás e Mato Grosso — e a sua progressiva integração no panorama colonial e nacional.

O livro não procura criar uma visão de conjunto das duas áreas, mesmo porque isso não seria possível, senão através de uma apreciação global do desenvolvimento do Brasil. Exceção feita às estradas e ocasionais treças existentes entre as duas áreas de mineração (às quais o autor faz referência) e a outras pequenas liga-

ções (como o envio anual de trezentos marcos de ouro com que Goiás ajudava a administração da Capitania de Mato Grosso), não se pode encarar como um único processo o desenvolvimento de duas áreas de características tão diversas. É por isso que nós propusemos a apreciar a parte do livro que fala de Goiás.

Numa das capas do livro, menciona-se que o autor teria seguido, na repartição da obra, um critério geográfico, de acordo com a divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Isso não pode ser considerado perfeitamente válido para o estudo de um processo histórico, justificando-se porém pela necessidade de se criar limites físicos para estudos regionais.

Começando pelas fontes utilizadas teríamos que fazer algumas observações à margem do assunto, para que se pudesse encarar corretamente o problema que representa hoje, um estudo profundo da História de Goiás. Em o número anterior da "Província de Goiás", numa breve exposição da bibliografia básica para estudos de História de Goiás, aludimos às dificuldades que encontraria todo aquele que entrasse em tal campo. Nunca houve um estudo sistemático da História de Goiás, e a bibliografia é bastante restrita. E pelas fontes bibliográficas enumeradas pelo autor no fim do volume, verificamos que nem mesmo uma décima parte dessa bibliografia restrita foi utilizada como fonte de consultas.

E mesmo entre as fontes consultadas, nem todas poderiam ser considerada como francamente utilizáveis. Assim ocorre com as obras literárias apontadas. Não que se pretenda aqui fazer críticas literárias. Os autores e as obras citados, são de fato o que existe de melhor na literatura goiana. Entretanto, à exceção de Hugo de Carvalho Ramos, todos os outros autores são posteriores a 1930, e os acontecimentos e a vida da região após essa data merecem do autor apenas um panorama sumário que serve de apêndice à obra. Então, não poderíamos considerar completamente válidos os tipos e situações desfeitos hoje, na reconstrução de uma sociedade anterior, a não ser depois de uma pesquisa que desse um caráter técnico às descrições. Junto com esse reparo, gostaríamos de observar que é na obra de Bernardo Ellis, Eli Brasileiro, Bariani Ortêncio, que iremos encontrar as descrições mais válidas, apesar de não terem objetivo histórico, porque os textos dos historiadores que pretenderam descrever para a posterioridade os acontecimentos de diversas épocas, de um modo ou de outro, sempre estiveram vinculados ao coronelismo e à posse, perdendo com isso a liberdade de descrição, e adquirindo sempre uma feição partidária e semi-oficial que cmitia, no mais das vezes, muito da realidade. O que desejamos dizer, é que, à exceção de alguns literatos tudo o que se escreveu em Goiás é reflexo dos pontos de vista da classe dominante, quer dos que estivessem no poder, quer dos que

encontrassem na oposição. E ainda sôbre a utilização de fontes literárias, achamos falta dos nomes de Godoi Garcia ("O Caminho de Trombas"), Veiga Neto ("Antologia Goiana", e Gilberto Mendonça Teles ("A Poesia em Goiás"), além de obras dos autores já citados.

A "Antologia Goiana" e "Poesia em Goiás" têm um contexto histórico, porque procuram descrever o panorama literário goiano no correr do tempo, e embora não estabeleçam as necessárias ligações entre a estrutura social e a produção intelectual, certamente são o índice do desenvolvimento das letras entre nós.

Entre as fontes de cunho claramente histórico, deixaram de ser citadas, e conseqüentemente consultadas, as melhores obras do professor Zoroastro Artiaga ("História de Goiás", "Geografia Econômica Histórica e Descritiva do Est. de Goiás", "Síntese de História e da Geografia de Goiás", "Depoimento Histórico e Roteiros" "Coletânea de Documentação Relativa à História do Estado de Goiás") a "História de Goiás" do Professor Colemar Natal e Silva, a "Súmula de História de Goiás" de Americano do Brasil.

Além dessa, seria importante recorrer ao que Henrique Silva deixou ("A Bandeira do Anhanguera a Goiás em 1722", "Memória Descritiva dos Limites de Goiás com os Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Bahia, "Coletânea de Mapas Coloniais"), além da coleção da revista "Informação Goiana", que êsse grande conhecedor de Goiás manteve por muito tempo no Rio de Janeiro.

No poderíamos citar, interminavelmente, as fontes não utilizadas. A maioria delas, como já dissessemos anteriormente, reflete posições políticas assumidas por seus autores, as quais nem sempre correspondem à verdade histórica, mas é o que temos para ser estudado.

Não gostaríamos que os reparos aqui aqui feitos à obra do Sr. Silva Bruuno, fôssem interpretados errôneamente. Não é uma tentativa de invalidar o que êle realizou, mas de mostrar as restrições e cuidados que deverão ter todos os que se utilizarem dela. E mais do que isso, esperamos que esta modesta apreciação possa ser de utilidade ao autor, nas edições subsequentes que a obra venha a ter, porque de qualquer maneira, dada a coordenação cronológica, e a ordenação clara que os assuntos têm, é um livro que, se não veio preencher uma lacuna, apresenta melhor conteúdo do que os que atualmente possuímos sôbre a História de Goiás. Isso porque, se o autor não conseguiu analisar e interpretar o processo de desenvolvimento histórico de nossa região de uma forma válida para hoje, por outro lado, não se restringiu a fixar "apenas a crônica política, o relato de guerras, de revoluções, de mudanças de forma de governo, mas também as etapas sucessivas da paisagem econômica, social ou cultural". E é justamente esta a diferença entre as obras anteriores e o seu livro.

Isso representa um avanço considerável em relação à estru-

tura arcaica e inválida das obras que têm sido editadas sobre Goiás. Mas não chega a ser uma interpretação desse processo, porque não vai além da descrição dessas paisagens, sem que tivesse feito uma análise objetiva das relações sociais em cada período, e do seu relacionamento com a estrutura econômica correspondente.

No que diz respeito à sociedade do século XVIII, período correspondente à atividade mineradora intensiva, isso seria de suma importância. É que a classe dominante nesse período será exatamente a mesma que durante o século XIX se transformara na classe dos grandes proprietários, e que persiste até os nossos dias como núcleo central dos que detêm o poder.

Alude-se no texto, a alguns aspectos básicos para o estudo do período da mineração, como a expansão dos arraiais do ouro (sem que chegue a esboar uma análise no sentido dessa expansão para a ocupação de um vasto território), a produção aurífera e nos números dessa produção (do que se conhece muito pouco), a comunicação fluvial com o Pará, as boiadas e tropas, e outros aspectos. São importantes, e de fato merecem ser estudados mais detidamente.

Sobre a navegação fluvial, que possibilitaria comunicação e comércio como o Pará, e à qual existem algumas alusões no texto, nunca deixou de ser intermitente, e jamais adquiriu um sólido caráter econômico, com influência no desenvolvimento regional.

É bem verdade que no tempo de João Manoel de Meneses (1800), o açúcar goiano era vendido no Pará. Entretanto essa exportação nunca foi regular, e esse produto não tinha condições de concorrer com o produto local, porque chegava úmido ao mercado (não se sabe se por causa do transporte, se pela inferioridade da técnica de produção, se por desonestidade dos produtores).

Mais tarde, Lopes Gama alude a uma partida de sal que veio do Pará pelo Tocantins (1626) e que foi vendida a 4\$00 a arrôba, enquanto que o sal vindo de São Paulo em carros chegava a Goiás pelo preço de 7\$000 e até mais, o que representava um acréscimo de quase 100%. Mas esse transporte fluvial, como dissemos, nunca chegou a ser regular.

Das melhores contribuições que o livro traz para os estudiosos de História de Goiás, são os trechos relativos às atividades econômicas que sucessivamente tentariam ocupar o lugar do ouro, que a partir de 1760 já entraria em franca decadência.

E também o quadro que procura formar, de um "tosco patriarcalismo", que representa um aspecto importante na estrutura da sociedade do século XIX.

Sobre este último aspecto, há uma faceta que não foi exploração, e que só poderia sê-lo por quem tivesse uma vivência mais profunda e conseqüentemente uma visão mais aguda das classes sociais em Goiás. É que não existia apenas um patriarcado rural, que seria formado pelos grandes proprietários de terras, mas que verdadeira-

mente o núcleo da classe desses proprietários não estava na área rural, mas se constituía de um patriarcado urbano, que era composto por descendentes das famílias mais antigas e mais poderosas.

Eram eles os donos das grandes extensões de terras e das grandes boiadas, não porque estivessem profundamente vinculados à terra, mas porque constituíam o pequeno e fechado círculo dos habitantes locais que enriqueceram com o ouro, e que com a decadência da economia mineradora, tinham que deslocar as suas atividades para outro setor. É a criação foi a única alternativa, por ser o único produto que poderia concorrer no mercado externo com vantagem. Evidentemente a tentativa de buscar na criação uma nova atividade econômica, foi comum a todos os braços livres da capitania. Entretanto, apenas aquele pequeno círculo ligado à administração colonial tinha acesso pleno à propriedade da terra, e realmente foram eles que se transformaram nos donos das melhores terras, as terras mais acessíveis e próximas dos caminhos de exportação.

Mesmo passando à condição de proprietários rurais, não abandonaram a sua condição de habitantes das cidades (ou aglomerados) e o pequeno círculo continuou pequeno e fechado, vindo a formar um verdadeiro patriarcado que controlava — apesar da falta de autonomia durante o Império — a vida da Província que de modo discricionário, graças ao isolamento geográfico, à distância que separa Goiás do litoral.

Dissemos que só um estudo demorado, que pudesse produzir uma visão bem mais aguda da problemática regional, permitiria a percepção do problema da formação do sentimento de casta. A mesma coisa podemos dizer com respeito aos anseios do norte. Desde fins do século XVIII, que o norte de Goiás tem mostrado tendências separatistas, que são as manifestações políticas de uma realidade bem mais profunda, e que encontra suas raízes na situação geográfica, na estrutura econômica, na composição étnica, e na própria formação cultural, bastante diferenciada das condições encontradas no sul.

Quanto ao que se refere ao século XX, infelizmente o autor não pesquisou as transformações sócio-econômicas posteriores a 1930, que é o período mais rico e mais significativo de toda a História de Goiás, se se deseja formar um quadro de evolução histórica que seja válido para a compreensão do presente. Considerando-se a limitação de meios de que o Sr. Silva Bruno dispõe, e que foi uma obra elaborada à distância, e toda ela baseada em informações bibliográficas, foi conseguido muito.

O PRESÍDIO DE SANTA MARIA DO ARAGUAIA

Prof. Sérgio Paulo Moreira

Os anos que se seguiram à chegada do príncipe real e sua família ao Brasil foram anos de formulação de nova política para o Brasil. O fato de D. João ser casado com uma princesa da família real espanhola, retirada do trono por Napoleão, criava a possibilidade da formação de um império luso — espanhol, com a integração de toda a América ibérica. Durante esses anos, a coroa portuguesa mostrou especial interesse na ocupação efetiva de todo o território brasileiro. Assim foi que em 1811 um aviso regencial liberava a incorporação de uma companhia de navegação no Araguaia, e em 1812 foi autorizada a construção de um presídio à beira do rio, o qual daria garantias à navegação e ao comércio do vale do Araguaia. Em princípios mesmo do ano de 1812, partiu de Vila Boa o tenente Francisco Xavier de Barros, outros brancos e mais oitenta peccas entre paisanos e praças, descendo o rio até o local determinado para erguimento do presídio, cerca de dezoito léguas da atual cidade de Araguacema, sendo iniciada a construção imediatamente. Decorrido quase que um ano, exatamente a 13—II—1813 índios de três tribos diferentes, xerentes, xavantes e carajás, com seus homens de guerra, cercaram o presídio.

A descrição mais pormenorizada que se pode encontrar sobre esse combate e consequente destruição do forte, é feita por Alencastre nos "Annaes da Província de Goyaz", com dados complementares de outros autores. Entretanto, tanto uns como outros fazem uma fan-

tástica narrativa à qual não se pode dar inteiro crédito. Teria ocorrido, em síntese, o que se segue.

Na manhã do dia em que se efetuou o ataque o forte foi cercado por um sem número de índios armados e enfeitados, enquanto o presídio contava, de momento, apenas doze praças para sua defesa. Depois de horas em que se patenteou a bravura de quantos estavam no presídio, o tenente Barros, utilizando-se de uma intérprete índia, conseguiu convocar os chefes para uma reunião em que os índios disseram estar em guerra contra os brancos "alegando para justificar a sua necessidade, que os brancos tinham tomado suas terras e os queriam cativar". (Alencastre)

Entretanto, não houve entendimento possível entre brancos e gentios, travando-se então uma batalha sangrenta, com mortes de ambos os lados. A tarde, retiraram-se os índios, deixando sentinelas por toda parte.

Percebendo que os selvagens se preparavam para atacar durante a noite, o tenente agiu rapidamente, preparando o embarque e a fuga das trinta e oito pessoas que restavam vivas no presídio. Embarcaram sem preparativos, levando alguns doentes, e sem piloto que os guiasse. Alguns dias depois, só restavam vinte e cinco seres depauperados e desesperados, que já não possuíam sequer uma canoa. Desesperados "atravessando as areias ardentes do Araguaia, internando-se pelas florestas, galgando serras, a pequena caravana procurou o rumo do norte, acompanhando as sinuosidades do rio. Quase sessenta léguas venceram em dez dias, para chegarem ao presídio de São João de Duas Barras. Poucos foram os que o conseguiram entretanto.

Depois dos meados do mesmo ano um novo aviso regencial mandava restaurar o presídio, sem que nenhuma providência fôsse tomada pelas autoridades provinciais.

Dissemos antes que há algumas coisas em tal narrativa que não poderíamos aceitar como verdadeiras, a não ser com provas, as quais não cremos existir: 1 — não eram tantos os índios que atacaram o presídio, pois apenas doze praças conseguiram resistir por todo um dia ao cerco e às flechadas. Mesmo considerando que haveria civis, além dos soldados, um tão grande número de indígenas levaria de vencida tão poucos bravos. 2 — Poderiam os índios alegar que atacavam o presídio por não quererem ser cativados, pois de há muito se praticava escravidão indígena, e disso tinham medo. Mas não poderiam europeicamente alegar que desejam retomar as terras que os brancos lhe haviam tomado. 3 — Não é muito provável que índios carajás, xerentes e xavantes se preparassem para atacar à noite, embora não seja inacreditável. 4 — Não se pode crer que vinte e cinco pessoas, perdidas, doentes, sem armas e mantimentos pudessem percorrer em dez dias nada menos de sessenta léguas até São João de Duas Barras.

Entretanto, isso tudo pouca valia histórica tem, sem o conhecimento do que por ali aconteceu.

Muito mais tarde, em 1858, frei Francisco do Monte São Vitor se transfere de Boa Vista (Tocantinópolis), com algumas famílias, para o local onde está hoje Araguacema. Algum tempo depois (1861-1862), durante o governo de José Martins Pereira de Alencastre, é restaurado o presídio, não mais no antigo local, mas dentro da vila de Araguacema, o qual vai servir de sede para a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Araguaia, fundada por Couto de Magalhães

Já em 1919, a povoação de Santa Maria do Araguaia (antigo nome de Araguacema) é, anexada ao município de Couto Magalhães foi mudada para Araguacema.

UMA COLUNA NA HISTÓRIA

Prof. W. Villela Horbyllon

Os remanescentes da tropa tinham acampado no largo da Igreja de N. S. d'Abadia, em frente ao venerando cruzeiro de aroeira, na antiga vila de Tôrres do Rio Bonito, no sudoeste goiano, a 5 de julho de 1925, comemorando o primeiro aniversário da revolução armada que se manifestara na região centro-sul do País.

O padre Senabre Sanroman oficiou a missa encomendada por mil e duzentos cavalheiros da coluna que se engrossara então de guascas sulinos e bugres d'Oeste, tendo êsses atos o consentimento tácito dos capitães Carlos Prestes e Miguel Costa, assim como do tenente Siqueira Campos.

Supersticiosos ou crentes, sustêm, com a mão esquerda, o chapéu de aba larga, segurando cabrêstos e mosquetões, num só tempo. Com a direita se persignam. Cochicham uns, sorriem outros.

Contudo, depois de animado churrasco de costela e lombo de novilhos, com tempêo da salmora, pimenta malaguêta e limão galego e de farta irrigação da cachaça bem destilada e forte, os aflitos colonistas montam em seus cavalos suados e galopam no rumo do Norte, temendo a aproximação da brava polícia mineira e dos bem municidados soldados federais sob o comando do major Bertholdo Klinger.

Todavia, êsses rebêlde não contam com a desejável provisão de retaguarda, nem com a tranquila remonta de animais de arrêio. Também não devem romper a pé aquêle mundo espaçoso, desde que

a lerdeza na fuga os forçaria a travar combates desvantajosos e, em consequência, vai-se afrouxando demasiadamente a necessária disciplina militar. E o desespero informa a consideração de surpreendentes circunstâncias adversas que iam surgindo e se acumulando. Uma das mais cruciantes ou prementes consistia em se descobrir um meio de trocar os animais de cela cansados ou afrontados irremediavelmente. De graça e sem o poder oficial da requisição, aliás também desacreditada, o assalto a fazendas de criação ou a pastagens redundaria na perigosa hostilidade dos habitantes locais.

Entretanto assim se fez.

E com excessos irracionais, propagando-se o vandalismo.

No interior das casas, toda a provisão de sal-grosso, farinha de milho e de mandioca, açúcar, rapadura, carne-sêca ou qualquer porção de mantimento das despensas que não se podia acondicionar em mochila ou na garupa, fôra derramada, misturada, molhada e emporcalhada, de preferência com o estrume dos homens. E a depredação atingia os manguieirões e chiqueiros, onde os suínos capados eram, todos, cortados ao meio a golpes de facão ou sabre, sem nenhum outro propósito de que largar a carniça aos urubus.

Ora, êsses elementos de subsistência tinham naqueles lugar e época, certa importância insubstituível a curto prazo. Não eram comprados com dinheiro, nem adquiridos em troca, mas obtidos exclusivamente com o trabalho dos habitantes e a paciência que a natureza obriga

E a brutalidade não se limitara à destruição de bens fungíveis, deterioráveis ou facilmente perecíveis. Alastrara-se, ainda, no fogo ateado a cercados, paióis, casas de moradia e de despensa, especialmente nas fazendas do Cérvio e do Monte, pertencentes a pioneiros da estirpe dos Villelas e Goularts que, na primeira quadra do século XIX, conduzindo uma pequena tropa de burros arreitados de cangalha e carregados de bruacas contendo ferramentas de carapina, além de machados Collins, foices, enxadas, facões de marca "jacaré" ou Rogers e espingarúas Flaubert ou de esporlêtas, bateram estacas e armaram barracas de lona às margens do Rio Bonito, afluentes do Caiapó. E, conforme a tradição verbal, fôra êsse o primeiro pouso do homem lusitano naquelas vertentes caiaponenses, com ânimo de permanência.

Procedentes das regiões de Barra Mansa e Ouro Preto, fluminenses e mineiros, com raízes no arquipélago dos Açores compuseram a reduzida comitiva chefiada pelos intrépidos irmãos José e Gabriel Villela Junqueira e que, inicialmente, se estabeleceu em dois pontos primitivos e vizinhos de poucas léguas.

Refiro-me às modernas fazendas agrícolas de Tôrras ou Pedras, nas vertentes do rio Araguaia e as de Lagoa, Vau cu Três Pontes, nas correntes do rio Claro do Paranaíba, sempre florescentes e aprazíveis.

Primeiramente, a intenção dos colonizadores resumia-se em cultivar a terra, criar rézes de corte, leite ou tração, assim como de ferrar poldros, nutri-los e acertá-los de rédea para o custeio.

A excelência das águas, a suavidade do clima, pastarias viçosas, madeira de bom cerne e terra fecunda insularam, ali, a oeste de serra das Divisões e a leste do diamantino Araguaia, por mais de trinta lustros, êsses ágeis cavaleiros, eficientes na lida dos campos de criação, no manejo do laço ou no comate ao indígena bororo atacante. Principalmente construíram amplas mansões, de muitas janelas de tramelar, com estêios de aroeira lavrada, baldrames de jacarandá, largos beirais travados de cedro, tábuas de peroba, telhas côncavas, paredes de tijolos barreados e caiadas de branco, ou seja casas de varanda e escadaria, bonitas, arejadas, ensoaradas e caprichosamente mobiliadas com mesas de bálsamo, tamboretas de couro esticado nas armações de sucupira, catres de moreira e arcas de viático, ostentando a pujança da natureza, com o perfume de essências silvestres.

Não obstante, enquanto se celebrava a missa campal do dia 5 de julho de 1925, a vanguarda dos forasteiros explorava as furnas e váus por onde corta a estrada vicinal na direção da serra Selada, entre os córregos do Buriti e do Caixão, atacando um camarada-agregado da propriedade agrícola de Zacarias Villela, quando, acompanhado de sua mulher, ia conduzindo alguns animais de sela. E apesar do efeito de surpresa, êsse campeiro sertanejo conseguira afundar-se na mata próxima, não sem luta e na qual tivera de eliminar um adversário a golpes de facão e derrubar o cavalo de outro assaltante que perdêra os estribos e afrouxara as rédeas, esfolando-se no chão duro.

Em consequência, meia hora depois, os colonistas, espumando vingança, toparam nas proximidades da sede pastoril do Monjolo, três rapazes desprevenidos, ainda não avisados sobre aquêle incidente, sendo arrojados a troncos de árvores à margem da estrada carroçável que do sitio denominado "Engenho do João Magro" conduz à ponte do "Major Néca", enquanto êsses prisioneiros recebiam a mortal intimação para que denunciassem, incontinenti, o refúgio das famílias ali radicadas e, ante a negativa resistente, foram sangrados a faca, vagarosamente, e largados sem a piedade de um sepultamento.

Reverentemente cito os nomes dêsses estóicos sertanejos goianos que são Prudêncio Cardoso, Aniceto Procópio e Luiz Helrigel.

Contudo, sempre fugindo, mas guardando seu azêdo rancor, os colonistas, em seguida e estúpidamente atearam fogo aos cercados, aos estabulos, às casas de moradia e dos arreios, a tudo, nas fazendas de pecuária do Cérvio e do Monte, destruindo-os completamente.

.....
Equivocavam-se tremendamente êsses forasteiros.

Sua justa punição estava selada e fôra jurada ante as cinzas dos lares arrazados e a memória dos heróis ali imolados.

Dessa hora em diante se iniciou a caçada, com a eliminação sem dó, dêsses bárbaros amotinados. Especialmente se utilizou o laço de quatro tentos e onze braças, manejaço por exímios peadores, quando os embates se verificavam em campo aberto e, nas angusturas e nos entrevêros, os magníficos, rápidos e certos atiradores sertanejos do Caiapó demonstraram a eficiência da carabina Winchester-44, do revólver Smith-Wesson-38 e do preciso parabellum alemão "sinal da cruz".

E de tal modo se desbaratou essa colúna que se viu forçada a mudar de rumo para, finalmente, apavorada e enfraquecida, internar-se no Paraguai e na Argentina.

Nas macegas e nas churrasqueiras a oeste da serra Selada, ainda por muito tempo, se encontraram singulares troféus largados, em alívio, pelos aventureiros escarmentados.

Vagando a cavalo pelos campos brotados, em setembro, laço na garupa, à cura de umbigos de bezerros recém-nascidos, com um canudo de tabóca ou piquá de mercúrio em pó, em minha juventude, divisei, miudamente, certos guampos reluzentes de chifres encastoados na prata de desenhos peruanos, ou embaçadas perneiras de couro curtido, bombachas de franjas, chicotes trançados, de tala, e até lombinho de cabeça chapeada... quinquilharias, enfim, de uma fuga histórica.

Contudo, as esporas de tipo chileno eram o objeto de preferência dos garotos daquela época.

Suas avantajadas rosêtas não tinham mais arrogantemente nos calcanhares dos cavalirianos, mas rodavam na ponta dos eixos de carrôs-miniatura, em voga no momento, como passa-tempo de crianças então despreocupadas, porém que tinham sido assustadas atôa, inutilmente, em dias de atropelo inuzitado naquele mundo ainda êrmo e sonhador.

JARBAS JAYME, UM HISTORIADOR GOIANO

Prof. José Sisenando Jayme

Inicialmente, permiti que eu deixe consignados, aqui, os meus candentes agradecimentos, que traduzem o sentir uníssono de todos os meus irmãos, pela oportunidade, que ora se me oferece, de apresentar este modesto trabalho de pesquisa, referente à vida e à obra do professor Jarbas Jayme, meu Pai. A nossa gratidão é dirigida, particularmente, às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de ambas as Universidades Goianas e, ainda, ao Centro de Estudos Históricos, da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, pela inclusão, na II Semana de Estudos Históricos, realizada de 21 a 26 de outubro p. findo, nesta Faculdade, como um dos temas, sob o título "Jarbas Jayme, um Historiador Goiano", da conferência que, neste instante, irei proferir. Se o faço só agora, a des- tempo daquela Semana, motivos houve, alheios aos desejos de todos os interessados.

JARBAS JAYME nasceu a 19 de dezembro de 1895, na fazenda denominada "Água Limpa", do município de Pirenópolis, propriedade rural então pertencente a seu progenitor, Sisenando Gonzaga Jayme. Orfão de pai antes de completar os dois anos de idade, foi criado por sua mãe, minha veneranda avó e madrinha, viva e forte em Pirenópolis, apesar dos seus 90 anos, vividos e sofridos. Realizou Papai os primeiros estudos em sua terra natal, com os professores Joaquim Propício de Pina (Mestre Procópio), José Avclino e Ana das Dôres Brandão. O curso secundário, Papai o fez no arraial de Ouro

Fino, município de Goiás, antiga Capital do Estado, no velho Seminário de Santa Cruz, modelar educandário, supervisionado pelo santo bispo D. Prudêncio Gomes da Silva, de imperecível memória. Do Seminário trouxe Papai os profundos conhecimentos que possuía de história, geografia, português, latim e francês, língua que falava como qualquer filho da gloriosa França. Naquela vetusta casa de ensino, que não era então apenas Seminário, mas, igualmente, escola de ensino médio, aberta aos filhos das melhores famílias do Estado, Papai, sob a influência de D. Prudêncio, pensou em ser padre. Porém, sua vocação sacerdotal morreu logo, pois dificilmente daria um bom padre o irrequieto seminarista, que furtava os cigarros de palha do reitor do Seminário, o saudoso monsenhor Confúcio e, ao depois, lhe contava o pecado, em segredo, nas confissões; o trêfego seminarista que nas férias, em Pirenópolis, acabou por deixar de lado a batina, trocando-a pelos langorosos olhares das moças pirenopolinas, famosas por sua beleza e graça!

Em 1913, já homem feito, dedicou-se às atividades agro-pecuárias em sua fazenda "Barreiro", do município de Jaraguá. Em 5 de junho de 1915, contraiu matrimônio com Maria Dinah Crispim, minha falecida mãe, anapolina de velha cêpa, que conhecera em namoros furtivos, e à distância, no Colégio Imaculada Conceição, de Pirenópolis, onde minha saudosa mãe foi aluna interna, sob a vigilância implacável e ciumenta das dedicadas mães espanholas, Filhas de Jesus.

Em 1923, o professor Jarbas Jaime transferiu residência para a cidade de Anápolis, então burgo modestíssimo, com perto de mil habitantes. Ali exerceu, inicialmente, o comércio, que logo abandonou, para dedicar-se a outras atividades, mais consentâneas com o seu preparo intelectual. Em Anápolis, durante mais de dez anos, exerceu Papai as seguintes funções públicas, sucessivamente: de professor primário, nomeado pelo intendente municipal Odorico Silva Leão; de delegado de polícia, por decreto de 19 de fevereiro de 1924, no governo estadual do coronel Miguel a Rocha Lima; de fiscal geral do município de Anápolis, na administração de Graciano Antônio da Silva; de professor do grupo escolar "Dr. Brasil Ramos Caiado"; de procurador fiscal, em 7 de fevereiro de 1928, por nomeação do intendente Adalberto Pereira da Silva; das mesmas funções, nomeado a 3 de fevereiro de 1931, pelo prefeito João Luiz de Oliveira; e de secretário da prefeitura, nomeado pelo mesmo prefeito.

Em Bonfim, atual Silvânia, onde residiu quase dois anos com a família, exerceu o cargo de fiscal geral do município. Transferido-se para Pirenópolis, ali exerceu os cargos de procurador geral e de secretário da municipalidade, na administração do prefeito Mário Mendes. Mudando-se para Palmeiras de Goiás, ocupou o cargo de secretário da prefeitura, de 1938 a 1942, quando então foi nomeado prefeito municipal, por decreto do então interventor federal, Dr.

Pedro Ludovico Teixeira. Afastado do cargo, em virtude do movimento militar de 1945, a êle foi reconduzido a 19 de fevereiro de 1946, por decreto do general Felipe Xavier de Barros, à época interventor federal em Goiás.

Além do magistério público primário, Papai foi professor, diretor e um dos fundadores da primeira escola normal de Anápolis; professor do Ginásio Arquidiocesano Anchieta, de Silvânia; professor e um dos fundadores da extinta escola normal "Padre Gonzaga", de Pirenópolis; professor da escola normal "Gercina Borges Teixeira", de Palmeiras de Goiás; todos estabelecimentos particulares de ensino. Em 1951, transferiu residência para esta capital, onde, a 1.º de fevereiro, foi nomeado Chefe de Polícia do Estado, cargo que corresponde hoje ao de Secretário da Segurança Pública e que exerceu por mais de três anos.

Dedicou-se meu Pai ao jornalismo, acima de 40 anos, d'uturna e ininterruptamente. De sua pena brilhante e muitas vezes agressiva, saíram milhares de artigos para os jornais goianos e do Triângulo Mineiro. Colaborou, assiduamente, em "O Araguari" e em "O Albor", de Araguari; no "Lavoura e Comércio", de Uberaba; no "Diário de Notícias", de Ribeirão Preto; no "Matutina" e "O Pirineus", de sua cidade natal; em "O Ipameri", de Ipameri; em "O Lar", da cidade de Goiás; no "Bonfim", da cidade de Silvânia; no "Palmeiras", de Palmeiras de Goiás; em "O Social" e o "Cinco de Março", desta Capital. Em Anápolis, foi um dos fundadores, com o saudoso José Lourenço Dias, do jornal "Voz do Sul", no qual escreveu, de novembro de 1930 a novembro de 1934. Fundou, na mesma cidade, o quinzenário "O Verbo", que circulou nos anos de 1931 a 1932. Colaborou, posteriormente, nos jornais "O Anápolis" e "A Imprensa", da mesma cidade. Foi colunista constante da "Revista Genealógica Brasileira", de São Paulo, como sócio e conselheiro efetivo do Instituto Genealógico Brasileiro.

Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, porém, jamais quis concorrer a uma cadeira da Academia Goiana de Letras.

Deixou várias obras publicadas, cuja edição lhe custou tremendo sacrifício financeiro, pois Papai era homem sabidamente pobre: "Cinco Vultos Meapontenses", retrato biográfico de pirenopolinos ilustres; "Do Passado ao Presente", genealogia completa de ilustres troncos familiares goianos, trabalho grandioso de acurada pesquisa, que papai denominou, modestamente, de "ensaios genealógicos"; "Vale Seis", obra de crítica genealógica em que, numa linguagem polêmica, espanca dúvidas quanto à origem da família Fleuri e exhibe farta e irresponsável documentação histórica; "Aneótário Meiapontense", chistes e piadas, que retratam a vivacidade mental e a presença de espírito da gente pirenopolina. Deixa, inéditas, as seguintes obras, cuja conclusão custou a Papai mais de 30 anos de labor

pertinaz, de cansativas buscas em velhos arquivos roídos pelas traças: — “Esbôço Histórico de Pirenópolis”, ora confiada à Universidade Federal de Goiás, para publicação póstuma, graças ao grande protetor das letras goianas, que é o professor Jerônimo Geraldo de Queiroz; “Genealogia Goiana”, em quatro alentados volumes, obra na qual Papai faz o levantamento linhagístico total de perto de quarenta famílias goianas. Recentemente, poucos meses antes de falecer, Papai concluiu um grande trabalho histórico, também inédito, que é “Os Sumos Pontífices”, história dos papas, desde São Pedro.

Minado por dolorosa e crônica enfermidade, que vinha, lenta e pertinazmente, destruindo-lhe o físico há mais de vinte anos, por mais incrível que possa parecer, foi justamente nos últimos cinco lustros que mais brilhou a lâmpada de sua intelectualidade, que de sua pena incansável saíram tôdas as suas obras, publicadas ou inéditas, e a sua mais brilhante produção jornalística!

A par dessa assombrosa atividade intelectual, encontrava meu Pai tempo para manter volumosa correspondência com amigos e parentes, colegas de imprensa, historiadores, linhagistas e políticos, de Goiás e de vários pontos do País, o que está atestado nos seus arquivos, que tive a satisfação, mesclada de saudade, de compulsar, ainda na semana passada, à busca de subsídios para esta palestra. E ainda achava tempo para fazer discursos para outros lerem, discursos para paraninfos de formatura, para orações de turma, para prefeitos e vereadores que iam tomar posse...

Residindo em Pirenópolis, nos últimos 14 anos, sua casa foi, sempre, centro de peregrinação obrigatória, de todos quantos demandavam a velha Meia Ponte, seja para matar saudades, seja para conhecer as tradições, a feição colonial e o folclore da vetusta cidade de Joaquim Alves de Oliveira. Conversador fluente, brilhante e culto, a todos encantava com a sua prosa magnífica, que transformava as horas em minutos.

Faleceu o professor Jarbas Jayme, na madrugada do dia 21 de julho deste ano, no Hospital Evangélico de Anápolis. Cumprindo sua última vontade, expressa em carta-testamento, seu corpo foi transportado para Pirenópolis, onde repousa sob a mesma campa, que marca os restos mortais de seu pai, falecido a 13 de novembro de 1897

Prezados ouvintes:

Não poderia eu, nesta oportunidade, deixar sem referência facetas interessantes do caráter de meu Pai, aguçadas nos últimos lustros, talvez em decorrência dos anos vividos e da enfermidade.

Tradicionalista e de um conservadorismo rígido, o mundo em que vivemos, com sua evolução e inovações, estava se tornando difícil para nêle Papai viver. Em matéria de linguagem, era castiço e rigoroso, não admitindo gírias nem neologismos. Tinha verdadeira alergia pelos cronistas sociais, que usam palavras, tais como para-

benizar, acontecer, no sentido de realizar, guardar o leito, circular, no sentido de ser visto etc.

Certa vez, num cinema de Goiânia, Papai assistia a um filme brasileiro, cujo roteiro era o livro *Iracema*, de Alencar. No desenrolar da fita, Papai já não estava muito satisfeito, pois achava que o roteiro não era fiel ao livro. A coisa — entretanto, chegou ao auge, numa cena em que Martim, ao sair da tribo, virou-se para Iracema e disse: — Tiáu, Nesse momento, Papai colocou o chapéu na cabeça, levantou-se e disse: “Ê! E! com essa eu também me vou!” E saiu do cinema.

Conservador radical em matéria de usos e costumes, ao que nós chamamos hoje de terno, que é o vestuário masculino completo, Papai dava o nome de parêlho ou costume. Segundo ele, terno é uma indumentária composta, como o próprio nome o diz, de três peças: — paletó, calça e colête. Nunca deixou de usar chapéu, pois o considerava parte integrante do traje masculino. Tercia a cara, revoltado, para a mini-saia, para as calças apertadas e camisas de cores extravagantes dos nossos rapazes, para as músicas meio doidas de nossos dias.

Profundamente tradicionalista, Papai não aceitava certas inovações da Igreja, tais como: freira de vestido, padre sem batina, igrejas sem imagens, etc.. Entretanto, dos sacerdotes a quem admirava, foi grande amigo. Entre os sacerdotes mais conhecidos, nestes últimos tempos, sei que Papai foi sincero admirador de D. Abel Ribeiro Camelo, de quem era compadre; de D. Epaminondas, Bispo de Anápolis, cuja amizade com Papai foi recíproca; do cônego Rafael Fleuri; do saudoso padre Trindade, também historiador e linhagista; do padre João Pian, salesiano, e de muitos outros ilustres sacerdotes.

O intelecto de meu saudoso Pai foi preciosa gama, que o tempo, o estudo e a cultura acabaram por lapidar em muitas faces, cada qual mais brilhante e primorosa.

Soube Papai perlustiar e viver intensamente uma atividade intelectual vastíssima, deixando em tôdas elas o cunho marcante de sua personalidade. Historiador, biógrafo, linhagista, poeta, jornalista romântico, satírico ou político, contista, orador fluente e conferencista exímio, em tôdos êsses setôres de sua quase cinquentenária e rica diligência mental, deixou marcos imperecíveis, que engrandecem a cultura goiana.

Ainda aos 36 anos de idade, casado e cheio de filhos, Papai não escondia o seu espírito romântico, que transparece neste seu soneto, que fui buscar no jornal “Voz do Sul”, edição de 30 de agosto de 1931, coleção de João Luiz de Oliveira, fraterno amigo de Papai:

"A ÁRVORE ISOLADA

Ao caro amigo Josevalse

Numa chapada agreste, sêca e erma,
Qual testemunha muda do passado,
Exuberante, forte, resistente,
A sua sombra, quanto amor jurado!...

De vê-la, tive ensêjo há muitos anos;
De vê-la eu sinto funda, aguda dor...
Sinto saudades do saudoso Arlindo,
Que me falava dela com amor.

Ele se foi... e ela ficou aí,
Hirta, soberba, assim eu nunca vi,
A tudo resistinção conformada.

Chuvas, relâmpagos, trovões e ventos;
Por mais que queiram os duros tormentos,
Não se lastima a árvore isolada!"

Tão ao gôsto da época é a seguinte página literária, assinada com o pseudônimo JAJAHY, um dos muitos que Papai usou, ao lado de outros, como FERRABRAS, PRÍNCIPE NEGRO, BLV e BLV II:

"POEIRAS...

Quando tenho a suprema ventura de te ver, em noites enluaradas, pelas ruas da cidade, com tuas amigas, formando gracioso cordão, sinto desejos incontidos de ser a terra em que pisas ou os raios da lua que beijam tua face delicada, teu colo alabastrino e teus cabelos, cujas ondulações audaciosas e cheias de volúpia fazem vibrar um frade de pedra...

Procuo desviar-me de ti, afim de minorar meus tormentos, mas um não sei qué me arrasta, sem que eu o queira, e me obriga a alguns encontros...

Nesse vaivem constante, percebo que me lanças, furtivamente, olhares observadores...

Ainda não me compreendes?...

Não gosto de desconfiar... Ouviste ...

Anjo ou demônio, que a fatalidade pois em meu caminho, e ao qual me entrego, de corpo e alma.

Quantas noites de vigília!..."

(Voz do Sul — 14.6.1931)

Como contista, Papai versava, de preferência, temas do folclore goiano, procurando ressaltar a côr regional de nossos usos e costumes e o linguajar típico de nosso roceiro. Ainda em "Voz do

Sul”, edição de 13 de dezembro de 1931, fui buscar esta jóia literária de sua autoria:

“O MUTIRÃO”

Aproxima-se o mês de agosto, mês das queimadas, da fumaça, das brotas, das podas e dos “furúnculos”; mês aziago, tristonho e abafado...

“Chico Maique” ainda não havia “batido” a capoeira, cuja roçada implicava num trabalho insano, árduo, estafante, pois o mamãozinho, o amor de velho, o carrapicho, a vassoura e tantas outras ervas daninhas se misturavam com as mamoneiras, que espontaneamente, exuberantemente vegetam nas palhadas. “Chico Maique”, atacado de anquilostomia, de indolência, pensava no futuro, soltando baforadas de fumaça de um formidável e baboso cigarro de palha, de qualquer um “tiralá”.

“Sá Zabé” preparava a frugal refeição, consistente em feijão com orelha de porco, arroz e carne de “catingueiro”.

A garotada barriguda, nua, de palidez doentia, cheia de “rabiscos” pelo ventre, brincava no terreiro, fazendo “arapucas” de sa-bugos.

“Chico Maique”, depois de muito “matutar” sobre o porvir, que lhe não parecia risonho, pois não havia feito “roça nova” e na capoeira, que era sua única esperança e terrível pesadêlo, vira-se para a mulher e diz:

— É muié, a coisa tá feia; nós num tem remédio sinão infia o ferro na desgraça da paiada, mas eu tô sem corage.

— Ocê tamem é mole e tá desacurçuaado demais; fais uma dimão.

Estavam as coisas neste pé, quando chega Zé Joaquim, vizinho, compadre e amigo de “Chico Maique”.

— Ô de casa!

— Ô de fora! Bamo apiá e intrá cumpadre. Como vai a cumade e os fio?

— Graças a Deus bão, e a brigação boa?

— Deus louvado, tudo bão, brigado. Oia, cumpadre, inda agorinha mêmo, eu tava a falá com sua cumade, a respeito da paiada.

— Fais um ajutório, cumpade; nós tudo vem e vai sê um tremedá. Garanto qui nós bate ela num dia, intê o sóli meio artinho.

— Eu tô mêmo arresorvido, porquê a bicha tá crú de ruê.

Trocaram-se idéias, delinearam-se planos e, afinal, ficou assentado o “mutirão”. ..

“Chico Maique” saiu a pedir um dia de ajutório aos vizinhos amigos, cada qual com sua foice, e “Sá Zabé” foi cuidar dos preparativos da casa: doces, biscoitos, matança de porco e vaca e tanta coisa mais. Mandou pedir vasilhame à vizinhança e a expectativa era maravilhosa. ..

O ajuntamento teria lugar em uma sexta feira, a roçada no

sábado e terminados os trabalhos, um pagode de estrondo, até ao amanhecer de domingo.

No dia aprazado, começam a chegar as mulheres, com suas rodas de fiar, as mocinhas de toalha ao pescoço e a rapaziada da foíce, alegre e folgazã.

Durante a noite houve um simples "treino" de dança e algumas rodas de jôgo de truque, que se prolongaram até às 22 horas.

Ao amanhecer do dia do "pega pra capá", as foices "gem'am" nas pedras de amolar e o pessoal se dirigiu à capoeira, cantando cantigas tristes e saudosas.

Chegados à palhada, se estenderam em linha. Zé Joaquim, como homem enérgico e que não gostava de "amamentar" a foíce, foi designado para "cortador" e, "Mané da Pituca", para "beradeiro".

No "virá do sóli", estava batida a palhada e "Chico Maique" mais "Sá Zabé" não se continham de satisfação.

Durante a roçada foi servido café acompanhado, muita cachaça, etc..

"Chico Maique" não se esquecia dos "agueiros" que traziam grandes cabaças cheias do precioso líquido.

No calor da roçada, se ouvia a seguinte estrofe:

Bamo, bamo m'inha gente,
bamo logo acabá,
Qui o jantá tá isperano,
Pra depois sapatia.

Depois do jantar, começou o "batuque", ao som das violas e dos pandeiros e os poeta-cantores entoaram os seguintes versos:

Quando era rapais nôvo,
Era um rapais perverso;
Arriava meu cavalo
E num saía do cumerço
Mais eu muito pôco fazia
Nos bem qui pissuia,
Tôda minha disventura
Tinha por galantaria.

Os conseio qui vancê deu,
Ante eu tivesse aceitado;
Tava livre de eu passá
Pelos trabaio qui tenho passado;
Mais a fulô da mocidade
num aceita parecê;
Depois de me vê perdido
É tarde pra arrempecê.

Agora eu ando pelo mundo
Avuano como u'a pena;
Tôda minha disventura

Foi pru causa duma morena.
Tem dia que as veis eu choro,
Despois torno a me consolá
Pois quem morre cumprindo os gosto
Deixa o mundo sem pesá.

E a noite se passou, tal qual a de um pouso de folia, tendo cada qual sua namorada, e os jogadores a gritarem: — “Truco! Despacha o preto, qui êle mora longe e é disconfiado! Quem num pra fubá, disacupa o lugá! Pula lá, parcêro! Êsse pessoá num manda nós mêmô! Daí há pouco: “Truco! toma seis, jogadô, qui treis é pouco! Cunheceu, papudo?”

Assim ficou “Chico Maique” com a capoeira roçada e garantidas as tulhas para o ano vindouro.

E o pagode foi até ao amanhecer do dia, quando todos se despediram:

“Inté outro dia, seu “Chico”, si eu num travaêi a seu gosto, vancê mi discurpe”.

As mulheres partiram, as mocinhas se foram e só ficaram as saudades...”

Como jornalista político, empenhou-se em tôdas as campanhas cívicas, de que o Estado foi cenário nos últimos quarenta anos. Democrata sincero, combateu tôdas as formas de opressão e arbitrariedade. Para meu Pai, o conceito de democracia estava indissolivelmente ligado ao da imprensa sem censura e ao da escola popular soberana. É dêle, escrito no ano passado, o artigo que lerei a seguir, no qual condena, com a veemência característica de sua pena destemerosa, o adesismo político, tão em moda em nossos dias:

“CÍNICOS! CANALHAS!

Ao tempo de nossa meninice, ou seja, lá pelos idos de 1902 a 1905, havia, em Pirenópolis, duas correntes políticas antagônicas.

Eram como água com azeite.

Chefiava uma delas a figura dominante e insinuante do grande facultativo Dr. Olavo Batista. Era o partido católico.

O partido centrista tinha, como chefe, o coronel Aristóteles Barbo de Siqueira — inteligentíssimo e arguto, a quem o Sr. Leopoldo de Bulhões dava inteira cobertura.

Havia dedicação, lealdade e firmeza de convicções.

Se um simples eleitor desertava de suas fileiras (coisa rara), para se filiar aos ex-adversários, era olhado com escárnio pelos antigos companheiros e nenhuma confiança inspirava à corrente a que se filiará.

Quando o tráfuga saía à rua, os indicadores dos homens de bem o apontavam e vinham as chacotas: — “Alí vai um que virou, um muca-casaca, que se vendeu por um costume de brim”.

Hoje, tornou-se trivialíssimo aquele canalhismo, que vem sendo praticado com a maior naturalidade, até por homens abas-

faços, que se não deviam rebaixar tanto. São corruptos e nós os dividimos em duas categorias:

a) — a dos que se vendem pelo dinheiro, fazendo curvaturas ao oiro dos poderosos. Sim, porque segundo disseram alhures, o ciro fala e dá ordens. O oiro compra tudo, até a honra que estiver em leilão. Desceram tanto êsses desfibrados morais, que são capazes de vender ou alugar as suas próprias espôsas;

b) — a dos que, também ricos, comerciantes ou industriais, não têm valor para enfrentar as vicissitudes da opposição, e necessitam, para accumularem mais haveres, dos favores e da proteção do Governo, para seus grandes negócios e indústrias. É sem número o número dos canalhas. É sem número o numero dos traficantes da consciência.

Dizia o grande Ruy que, ao derredor do poder, formigueja a multidão venal. É, ainda do grande mestre liberal, o seguinte conceito: "Tôda essa triste súcia podre dos quatro costados não distingue entre Deus e o demo. Mas tem a religião do embornal, guarda a fé na mangedoura ou no cocho, e adora o milho. O milho é o idolo dos afocinhadores da traição".

Vanitas vanitatum et omnia vanitas!

Pouco se incomodam êsses trânsfugas com essa pouca vergonha, com essa indignidade e, muito menos, com os conceitos desairosos que, sôbre suas personalidades, possam a ser pronunciados pelo tribunal da opinião pública.

Quando um político se sente melindrado em sua dignidade, pelos dirigentes da corrente a que se filiou (desde que procedente a sua mágoa), e passa a apoiar o partido contrário, merece as escusas da opinião popular. Mas, o que temos presenciado, o que temos assistido, de três anos a essa parte, nos assegura que o homem é um abismo de contradições e de miséria.

Tudo está racionado e desapareceu firmeza de convicções e a gratidão. Políticos há, que só sabem' receber. Na hora em que seu partido perde a liderança, passam para o outro lado, com a maior desenvoltura, com a mais cínica desfaçatez. Sim, porque, do lado do Governo, principalmente de um governo desonesto, há empregos desnecessários, há sinecuras rendosas e mercês de tôda hora, "há isca e anzol para todos os gostos e categorias de corruptibilidade".

Adversários de outem, intransigentes e até inimigos rancorosos, se reconciliam, abraçam-se e esquecem os impropérios com que se mimosearam, reciprocamente.

São os áulicos, sempre dispostos e prontos a lisonjear quem está no poder. Esquecem-se daquilo que receberam, da confiança que se lhes depositou e da amizade que lhes dispensaram antigos companheiros. São cadáveres ambulantes, que perderam o sentimento da honra e da dignidade. Esses indivíduos, que nos "causam nójo e asco", vêm aumentar o já enorme cardume de bagres ensaboados. Ante êsse poderolro, somos forçado a renunciar ao próprio olfato. Para nós, a amizade e a gratidão lançam raízes profundas

nos corações honrados. Só os hipócritas, os perjuros, os falsos negam aquelas duas virtudes, porque não as conhecem”.

Jornalista humorístico, quando queria sê-lo, deixou esta agradável página, em que é protagonista o desembargador Maximiano da Mata Teixeira, cuja amizade muito nos honra e engrandece a memória de meu Pai.

“TANTO HEROÍSMO, PARA UMA LUTA INGLÓRIA”

As palavras que me servem de epígrafe foram proferidas pelo grande Presidente Eptácio Pessoa, quando visitou os feridos no movimento insurrecional do Forte de Copacabana.

Faz aproximadamente há vinte anos que tive a honra e a satisfação de falar, pela primeira vez, com o ilustre desembargador Maximiano da Mata Teixeira, que é, sem favor, uma das glórias da magistratura goiana.

Em uma de minhas viagens de Palmeiras (onde residí, durante 13 anos), a Goiânia, passando pela rodovia que liga Rio Verde à Capital, encontrei-o, junto da ponte do rio dos Bois, em traje de camponês, e com um chapéu de palha que teria, pelo menos, 25 cms. de aba, se divertindo em uma pescaria e já trazia, dentro de um saco, duas caranhas enormes.

Sabia eu que o digno e culto desembargador Maximiano era “caído por pescaria e supunha que outra diversão não o tentasse. Refinadíssimo engano, pois há pouco, em Goiânia, revelou-me um amigo, confidencialmente, o que vou relatar ao leitor, ainda em caráter sigiloso.

O insigne magistrado se dedica, também, e há anos, ao trabalho, às vezes dispendioso, de colecionar utensílios de porcelana e loiça antigas. Possui êle, segundo meu informante discreto, variada e rica coleção de pratos chineses e japoneses, preciosíssimos pela antiguidade, e um catálogo, que lhe possibilita identificar a era de velhíssimas peças orientais, a partir do século XIV.

Informado de que, em Tocantinópolis, havia em poder de certa pessoa um prato de porcelana preta, com arabescos dourados, apressou-se o culto juiz em recorrer ao infalível catálogo e, após acurado estudo, consegue identificar a raríssima preciosidade, que se encontrava, por sem dúvida, ignorada no setentrião goiano: aquele prato era contemporâneo de el-rei D. Manuel, o Venturoso. O desembargador perdeu o apetite, perdeu o sono, perdeu alguns quilos de músculo, perdeu a tranquilidade. Como fazer para adquirir àquela relíquia. Ao cabo de alguns dias, durante os quais deu tratos à privilegiada inteligência, decidiu-se: preparou a mala, muniu-se de dinheiro, rumou para o aeroporto de Santa Genoveva, meteu-se dentro de um bimotor e, depois, ei-lo na longínqua cidade do setentrião goiano.

Com aquela habilidade e diplomacia, atributos que ninguém lhe poderá negar, consegue o desembargador localizar o dono da am-

bicionada relíquia, que lhe vinha causando "cócegas" e não lhe dava sossêgo; era um chacareiro, nas imediações da cidade, dois ou três kms. distante. Após o jantar, dirige-se, a pé, à chácara em referência, onde chega, coberto de suor e esbofado, pois, como todos sabem, é de "rachar", a temperatura de Tocantinópolis principalmente para os forasteiros sulinos, mormente se forem um pouquinho gordos, como o desembargador, que ainda sofreu a sobrecarga de andar cêrca de 2 kms.

Ao avistar a casa do velho chacareiro, seu coração de colecionador de velharias de louça e porcelana pulsa, sem ritmo. Maravilhosas ilusões lhe povoam a fantasia. Aproxima-se da porta. Pára. Descansa. Procura acalmar o coração e os nervos. Com o médio da mão direita, dá três pancadinhas na porta:

— Boas tardes, seu môço, bamo intrá e sentá, diz-lhe o velho dono da casa.

— Boa tarde, meu velho, como vai passando? Eu sou o desembargador Maximiano da Mata Teixeira. Vim conhecer o senhor e sua magnífica propriedade.

— Puis bamo intrá e sentá seu de...de...como é mêmo

— Desembargador, retruca-lhe o magistrado.

— Bamo sentá, seu disembagadó. Qui honra pra mim, o sinhô vim na minha casa!

— A honra é tôda minha. O senhor, pelo que ouvi dizer e estou vendo, é um dos homens honrados desta boa terra, cujo clima ameno deverá contribuir para o prolongamento de tantas vidas preciosas. Magnífica a sua vivenda, meu velho. Já me haviam feito, do senhor e de sua chácara, as melhores referências.

— Bondade do sinhô, seu dotô, tá tudo as suas orde.

Em um dos ângulos da sala de chão batido, via-se um prato de porcelana preta, com arabescos doirados, no qual havia um pouco de leite, que um gatinho branco com pintas pretas bebia. O desembargador fitou a preciosidade, verificou, sem se trair, que vinha ela da era manuelina e suspirou, profundamente. Descobrimdo, no decorrer da palestra, que o velho chacareiro era também amante de pescarias e caçadas, discorreu, com muita felicidade, sôbre uma e outra coisa, sem deixar de lançar, de minuto a minuto, um olhar devorador ao velho prato. Convenceu-se o desembargador de que a sua conversação estava agradando ao velho, mas vinha descendo a noite e era preciso agir. Depois de alguns ensaios, disse o íntegro magistrado:

— O senhor soube que, em Goiânia, apareceu uma peste desconhecida que matou todos os gatos da cidade? Foi uma coisa horrível! Os urubus se fartaram. Minha mulher, coitada, tinha um gatinho igual àquele que ali está. Nunca ví tamanha semelhança. Também morreu, não obstante os esforços de um veterinário. De maneira que Amália ficou inconsolável. Agora, estou eu a pensar que o senhor me poderia vender êsse seu gatinho, que eu levarei com mui-

to cuidado, certo de que minha senhora irá ficar contentíssima com o presente.

— Ora, seu dotô, êsse gatinho é de minha fia e é muito estimado. O sinhô me vai disculpá, praquê eu não posso vendê êle pro sinhô.

— Que tolíce, o senhor obterá outro, com facilidade, pois há por aí tantos gatos. Eu lhe dou mil e quinhentos cruzeiros por seu bichano.

— Agora deu, seu dotô, uma oferta dessa não há tatú que aguenta. Poê levá o bichainho, retruca o velho com satisfação.

O desembargador recebeu o gatinho, passou os cobres ao velho, despediu-se e saiu. Um minuto depois, ei-lo novamente a bater na porta.

— As orde, seu dotô, diz-lhe o velho, todo prazenteiro.

— Olha ca, meu bom amigo, estive pensando que minha viagem de retôrno, amanhã, será de algumas horas. E eu não desejo que meu bichano sofra fome. Tenho que comprar um litro de leite, com que êle se regalará, durante o longo vôo. Ora, como está êle habituado a beber leite naquele prato velho, estou certo de que o senhor me irá vendêr também o referido prato, que lhe pagarei, generosamente, arrasouu o desembargador.

— Agora, seu dotô, foi que o carro bateu com o eixo no tóco. O gato foi, mas o prato não vai. Creia o sinhô, que eu já vendí vinte gatinho e bem vendido, pra mode êsse prato véio! Isso pra mim tem sido u'a mina, responde o velho com um sorriso significativo.

O desembargador pigarreou, sorriu amarelo e saiu, sem as mesuras da chegada, levando o seu "querido" bichano. Quando se encobriu, na primeira curva do caminho, atirou ao chão, com raiva e violência, o pobre gatinho que, apesar de seus sete fôlegos, teve morte instantânea".

Conservador impenitente, Papai condenava e combatia, com veemência, como eu já disse, a mini-saia. Contra a exposição das belezas femininas, escreveu no jornal "O Anápolis", em 30 de dezembro de 1967:

"IMINENTE O NUDISMO"

A família brasileira sente-se melindrada em seus tradicionais hábitos de pudor e recato. A educação moderna, desviando-se dos costumes austeros dos nossos antepassados, descambou escandalosa e cinicamente, para a falta de decôro e decência, especialmente a que vem sendo seguida pelas senhorinhas. E quais os responsáveis pelo desaparecimento daquilo que constituia o orgulho dos brasileiros e de maneira especial, dos pirenopolinos. Em primeiro lugar, os pais que, segundo tudo está indicando, abdicaram da autoridade que exerciam sobre os filhos. A êles, incumbe o indeclinável dever de orientar a vocação e os primeiros anseios daqueles que lhes vão perpetuar o nome e com inteligência e boas maneiras, ministrá-les

salutares ensinamentos sôbre a moral, o pudor e o recato, sôbre a obediência e o acatamento que devem ao autor de seus dias, bem como o respeito que somos obrigados a render à velhice. Em segundo lugar, os professôres, dos quais depende, mais que dos pais, o futuro do mocidade. O mestre precisa saber dominar-se a si mesmo, para poder exercer o domínio pela palavra, pelo coração e, sobretudo pelos exemplos, tornando, destarte, multiplicativos e fecundos os seus ensinamentos, bem como para dar autoridade às doutrinas que incutir nos espiritos, cuja cultura lse for confiada. É indispensável que o professor pregue o domínio dos sentiçôes, a conservação da saúde uma das fôrças físicas, a moderação, que exclui os excessos danosos, e combata o exagêro das modas, principalmente quando elas ameaçam o respeito público. A instrução, sem educação, é diamante sem lapidação.

Já que fazamos em moda, não seriam ociosas ou importunas, algumas considerações, ainda que, às vêzes, incisivas, em tôrno das modas femininas, cujo exagêro ja atingiu os limites da decência e começa a descambar para a indecência. Conhecesse melhor a psicologia amorosa do homem e não existiria essa predileção ostensiva da mulher, pela perna núa, essa tendência indisfarçada para o nudismo. O maior prazer que nos pode proporcionar a mulher, não é o de vê-la semi-núa como elas se nos estão apresentando, mas o perturbador prazer de advinhá-la. A saia de balão e, posteriormente, o vestido de cauda e o vestido comprido eram mil vêzes mais voluptuosos que a fácilima, desastrada e indecorosa mini-saia de hoje, que mal encobre as partes mais pudendas das senhoritas. A verdade é que essa semi-nudez está estragando tôdas as delicadas emoções que nos poderiam vir da mulher. Em nossa juventude, ficávamos extasiados diante de um tornozelo fino, calçado de seça côr de rosa. Os homens, hoje, voltam-se para o outro lado, diante de côxas expostas e nádegas à vista. "A Eva que passa na rua — disse alguém — não é a desejada, mas a decantada. Não sugere pensamentos amorosos, mas provoca grosseiros comentários". Aquele respeito, quase veneração, que, em todos os homens, produzia uma senhora, na maior acepção da palavra, ou uma senhorinha, está desaparecendo, frente ao desregramento das modas. Diante de uma criatura de pernas expostas, seja ela a mais virtuosa mulher, é impossível o sentimento de veneração — um tanto antigo, mas enternecedor. Admitamos seja a saia comprida inadapável às condições da vida moderna. Pois bem, que a faça subir, até que deixe de ser incômoda, mas não tanto que ultrapasse os limites da discrição ou do decôro. Urge que os pais, os mestres e os párocos tomem posição enérgica e decisiva contra a desenvoltura e a pouca vergonha que andam por aí, no mais acintoso insulto ao pudor, da decência, do recato. Os virgários, não consentindo que, na casa de Deus, penetrem as semi-nuas e combatendo pela palavra, o pernicioso licenciosidade das jovens. Se êsses preceptores não conseguirem moralizar as modas femininas que marcham para o nudismo, torna-se necessário então que o

poder público, via de leis drásticas, lançando mãos da polícia, entre em ação e faça compreender às desassissadas e inconsequentes que, aqui, não é o paraíso antes da desobediência do casal edênico”.

De seu livro “Anedotário Meiapontense”, extraí a seguinte página histórica de Pirenópolis, em que é protagonista o capitão Antônio Alves Bastos, falecido em 1884. O capitão Bastos era homem carrancudo e franco, mas de vez em quando tinha as suas. Conta Papai:

“Certa ocasião, lá pelos idos de 1860, foi o capitão Bastos a Bonfim (hoje Silvânia), onde tinha negócios a resolver. Divulgada a notícia de sua chegada, o vigário da paróquia, cônego Antonio Thomaz de Campos, que era meiapontense, foi visitá-lo. No correr da palestra, após se informar de tudo e de todos, pergunta-lhe o visitante:

— Senhor capitão Bastos, ainda há, em Meia Ponte, a rua das bêstas?

— Não, senhor cônego, não há mais. Depois que V. Revma. mudou-se de lá, essa rua passou a chamar-se Rua Direita”.

.....

Linhagista emérito, Papai, sem favor algum, foi em Goiás a maior autoridade na matéria, aliás, por reconhecimento unânime de seus pares. Para que o distinto auditorio, que me vem escutando com tanta paciência, possa ter uma idéia do rigor com que Papai cercava as suas pesquisas genealógicas, buscando sempre a verdade e somente a verdade, transcrevo aqui, e vou ler, essa página brilhante de sua pena, na qual deita por terra quaisquer dúvidas porventura existentes sobre a origem da família Fleuri, extraída de seu livro “Do Passado ao Presente”. Dedicado inteiramente à origem da mesma família, escreveu êle “Vale Seis”, obra na qual sepulta, para sempre, com esmagadora prova documental, a lenda que dizia ser francesa a origem da ilustre família goiana.

Escreve Papai:

“A tradicional família Fleuri, de reconhecida projeção nacional e cujos numerosos descendentes têm sabido elevar bem alto o patrimônio moral e intelectual do Brasil teve, como genealogia, em Goiás, o capitão João Fleuri Coelho, nascido em Traíras, a 2 de junho de 1763, época em que, naquelas remotas paragens, esplendiam promissoras minas de ouro, que atraíam aventureiros de diferentes nacionalidades. Era filho de Luiz Coelho Furtado — ao que diziam, de origem francesa — e de Joana Emília Leite, natural da antiga Vila Boa de Goiás.

Relativamente à origem de Luiz Coelho Furtado, vinha sofrendo a tração, que é a palavra oral, transmitida de geração em geração, séria controvérsia. Segundo alguns investigadores, procedia êle da nobre família Fleuri, que deu grande lustre à gloriosa França e que, por motivos de ordem política ou religiosa, se viu

forçaço a deixar seu país e, com aquêlê nome suposto, a se radicar entre nós, não se opondo a que seu filho adotasse o apelido da illustre família. Segundo outros, dito apelido nada mais representa, senão um preito de gratidão em homenagem a um padre jesuíta que fôra preceptor do capitão João Fleuri Coelho e que dito sacerdote descendia daquela nobre estirpe. Essa hipótese, segundo seus adeptos, vem corroborada pelo fato de haver sido o capitão Fleuri Coelho conhecido pela alcunha de "Fradinho", alcunha essa uecorrente de sua convivência com o religioso a que alludamos. Tal versão, fiente à história, cai por terra: os jesuitas foram banidos de Portugal e seus domínios pelo marquês de Pombal, em 1759, e, pouco depois, do Brasil. E a ordem foi suprimida, em 1773, por Clemente XIV e sômente restabelecida, em 1814, por Pio VII. João Fleuri Coelho nasceu em 1763, pouco depois da expulsão daqueles religiosos de terras brasileiras, e contava dez anos de idade, quando deixou de existir a poderosa congregação. Pode-se, entretanto, admitir a hipótese de haver sido de outra congregação — um franciscano, por exemplo — o preceptor daquele nosso antepassado. O registro de batismo do capitão João Fleuri Coelho vima, por sem dúvida, liquidar a debatida questão. Diligenciamos obtê-lo, mas a desilusão não se fêz esperar: os livros paroquiais de Traíras, daquelas priscas eras, guardados na famosa cadeia daquela localidade, após a ruína da matriz de N. S. da Conceição, foram reduzidos a cinzas, quando reduzido a cinzas foi aquêlê vetusto edificio colonial. O têrmo de batismo do Luiz Gonzaga, primogênito do capitão Fleuri Coelho, documento êsse adiante transcrito, e que nos custou estafantes pesquisas, não resolveu a controvérsia e nenhuma luz projetou sôbre o mistério que envolvia a nacionalidade do Luiz Coelho Furtado. Desenganado, ante a falta de documentação autêntica e vencido pela impossibilidade de descobrir qual a terra de berço de Luiz Coelho Furtado, estávamos já resolvido a deixar de lado a velha pendência, quando nos lembramos de que, em Santa Cruz de Goiás, nasceram três filhos do casal — Fleuri-Camargo — e, graças à boa vontade do nosso distinto confrade, cônego José Trindade da Fonseca e Silva, illustre titular da Secretaria do Estado da Educação, ao qual deixamos, consignados, aqui os nossos sinceros agradecimentos, foi-nos facultado o manuseio de parte do arquivo eclesiástico daquela cidade lendária. No decorrer da leitura daquelas páginas bi-centenárias, amarelecidas pelo perpassar dos anos e corroídas pelas traças, deparamos com os assentamentos de batismo dos irmãos — comendadores Antônio de Pádua Fleuri e João Fleuri de Camargo e Maria das Dores Fleuri —. Os dois primeiros documentos que, por sua preciosidade, lemos, com grande emoção e profundo contentamento, e que, com prazer, transcrevemos, no presente opúsculo, vieram dar cabo da velha controvérsia e localizar a terra de nascimento de Luiz Coelho Furtado, que é natural da freguesia do Irivo, conselho de Penafie, bispado do Pôrto, do então reino de Portugal. Essa, a verdade histórica que ressalta, insofismável, serena, indes-

trutível, da leitura dos preciosos documentos que nos autorizam a afirmar, sem temermos contestação, não ser de origem francesa a ilustre família Fleuri”.

.....

Como historiador, Papai deixou, inédita, extraordinária obra de pesquisa, a que modestamente deu o nome de “Esboço Histórico de Pirenópolis”, em dois volumes, a ser editada pela Universidade Federal de Goiás, por gentileza do ilustre Reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz. Nessa grande obra, as primeiras 100 páginas datilografadas, versam a história de Goiás, espancam dúvidas e dirimem controvérsias, à luz de documentação inédita até agora. Deixo de transcrever, aqui, trechos escolhidos da referida obra, afim de não tomar por demais longa essa nossa tertúlia. Faço, porém, fervorosos votos no sentido de que a Universidade Federal torne realidade, para breve, o grande sonho de meu Pai: a edição dessa obra, a que Papai dedicou 30 anos de sua vida.

Embora pouco dogmático em matéria religiosa, Papai foi espiritualista e cristão. Atesta essa verdade, o prefácio de sua obra, “Os Sumos Pontífices”, também inédita, em que história a vida e a obra de todos os Papas, a começar de São Pedro:

“ADVERTÊNCIA

Fruto de cuidadosas pesquisas e rigorosa compilação, vinha sendo, de há muito, objeto de nossas cogitações, o presente trabalho. Se é a História a narração dos fatos ou dos acontecimentos dignos de memória, seja ela profana ou religiosa, o historiador, que é um produto complexo e cujo aparecimento, aliás raro, assinala uma etapa da prosperidade intelectual de um povo, para realizar suas aspirações, se vê na contingência de coligir documentos de diversas procedências, referentes a determinadas épocas, os quais, com as descobertas que houver conseguido, constituirão o fruto de seu labor.

Entre os autores respeitáveis, por nós consultados, existem controvérsias, relativamente à ordem cronológica dos quatro primeiros papas e ao período de pontificado, não somente desses, como também de outros- Isso se deve, especialmente, no que diz respeito aos três primeiros séculos de nossa era, à incipiência da Igreja, naqueles tempos, e às perseguições movidas contra os prosélitos da doutrina do amor e do perdão.

Reconhecemos a nossa desvalia, frente aos historiadores e jamais alimentamos a pretensão de escrever uma história eclesiástica, pois a história da Igreja não é outra senão a dos pontífices romanos.

Nosso humilde trabalho, resultado de esmerada e escrupulosa compilação, não obstante as suas omissões, ufana-se de ser imparcial e de respeitar a verdade.

Deslises, alguns até escandalosos, encontrará o leitor, na vida de alguns papas, que deslustraram o seu pontificado.

Tais escorregões, entretanto, não atingem aos dogmas. Outros, e muitos, honraram e engrandeceram a cátedra. A Igreja, no dizer de grande filólogo, "tem sido, na providência de Deus uma força para manter no mundo a idéia cristã, um grande baluarte do princípio da autoridade e da idéia fundamental e unidade cristã e que, na atividade e consagração de seus missionários e em suas largas obras de beneficência, tem ela prestado assinalados serviços à humanidade". Que continue ela na senda que lhe foi traçada por Cristo, são os nossos votos.

Pirenópolis, 1965".

.....

Conferencista versado, terso, agradável e eloquente, entre os inúmeros trabalhos do gênero, Papai deixou esta página de lirismo imorredouro, dedicada à cidade de Anápolis, quando dos festejos comemorativos de seu aniversário. Escreveu Papai:

"Fechando os olhos do corpo, que já perderam o brilho da vitalidade, e abrindo os da alma, cujo brilho é eterno, num retrospecto ao passado, eu vou ler, nesse "Livro de Horas", que é a bela e monumental cidade de Gomes de Sousa Ramos e Zeca Batista, livro em que, cada época, marcou a sua página com uma folha de malva, afim de rever o que está numa curva longínqua de tempos idos. Para tanto, acendí a lâmpada de minha lembrança e vou contemplar-te, ó cidade querida, dentro da noite escura do tempo".

Em seguida, depois de recordar Anápolis e sua gente simples, numa peregrinação sentimental pelas ruas da cidade, como devia ter sido há 50 anos atrás, conclui:

"Pouco adiante da casa, 10 metros, se tanto, o antigo cemitério tendo, a lhe assinalar a entrada uma cruz muito alta com os emblemas do martírio de Cristo. Haviam-me dito antes que fora feita por José Crispim de Sousa. Aí, na cidade dos mortos, deixando de visitar, por exiguidade de tempo, pequenos bairros da cidadezinha e alguns amigos, encerro minha peregrinação pelas planícies e pelas ondulações do passado, através do "Livro de Horas" a que me referí.

No antigo cemitério, transformado hoje em parque infantil e jardim, estão os que nos precederam nas lutas pelos frutos que estão colhendo os habitantes desta grande cidade. Aí estão os homens obscuros mas decididos, que escalaram penosamente, passo a passo, os degraus da civilização anapolina. Aí estão os nossos antepassados, os nossos avós, pais auteros de muitos filhos ilustres desta terra dadivosa, homens de têmpera, sertanejos audazes que mais que vós outros, tiveram de lutar contra fatores diversos, por implantar nesta altiplanura esta cidade maravilhosa, esta civilização que é o orgulho do Estado de Goiás e aqui deixaram rebentos cujas

progênes os recomendam ao nosso respeito e que perpetuarão, no tempo e no espaço, os nomes beneméritos de seus patriarcas. Jazem no esquecimento, mas merecem ser lembrados, pelas gerações coetâneas; merecem mais que lembrados e, mais do que ninguém, o culto do amor e da veneração, do carinho e da gratidão da posteridade. É ali, naquele parque, que dormem as gerações passadas desta terra pessoas queridas, que já pagaram, como iremos fazê-lo, o nefário e inexorável tributo da mortalidade do corpo. Sim, porque São Francisco de Assis nos assegurou: — “A morte não é um ponto final, mas uma transição para a imortalidade”.

Rebuscando à luz das tochas de minha lembrança, nas trevas de mais de 50 anos, eu sinto reflorir na alma, os ecos do passado, os gritos de uma vida distante, em que nada mudou, no decorrer dos lustros. Os altos e baixos da vida se me afiguram lances “de um jogo de xadrez, em que a vida e a morte se defrontam, no tabuleiro dos acontecimentos, a pleitear o absoluto domínio sobre as pessoas, a movimentá-las na surpresa, como peças autômatas, até que a última citada jogadora as imobilize com o choque fulminante do inexorável poder colocando-a à parte”. É ali, naquele jardim e parque, que dormem as gerações passadas desta terra, para mim de gratas recordações. Que cada um daqueles arbustos seja um criobento e votivo de lembrança, de homenagem, de saudade e de bênçãos que os vivos dedicam aos mortos, aos queridos e sempre lembrados obreiros do passado e do presente de Anápolis. Cultuei, sempre, a memória dos mortos, especialmente daqueles que se fizeram beneméritos. E esse culto é tão antigo, é tão antigo o culto aos mortos, como a inteligência do homem. Nasceu êle, segundo um escritor patricio, com a primeira vibração de inteligência do pobre e angustiado primata pensante. Bárbaro ou religioso, o culto aos mortos é, não obstante o paradoxo, grande culto à vida, pois, na passagem do homem sobre a terra, a vida e a morte se entrosam e se completam. Veneremos, portanto, a memória augusta daqueles que constituíram os alicerces desse grande marco de civilização, que é a magnífica cidade de Anápolis, a capital econômica do Estado de Goiás. E aqui fecho o “Livro de Horas”, com a leitura daquela página marcada com uma folha de malva e simulo apagar a lâmpada de minha lembrança. Na página seguinte está a Anápolis de hoje, com seus arranhacéus, com suas emissoras, com seus rádios estentóricos, seus arranha-céus, com suas emissoras, com seus rádios estentóricos, ruas asfaltadas e congestionadas, com seus automóveis, estrada de ferro, etc. Não é Anápolis que vivi e hei de viver.

Disraeli, o judeu genial, cuja vida enche um dos mais brilhantes capítulos da história inglesa disse, certa ocasião, que a vida é tão curta que nem chega a ser pequena”.

Há, entretanto, na vida que é tão curta, horas feitas de minutos longos, minutos que se prolongam na doce eternidade da lembrança. Existem, com efeito, minutos que exercem decisiva influência na vida das criaturas. E esses rápidos instantes, esses mi-

nutos comuns na mecânica dos relógios, ficam na ressonância da saudade, como ficam, nas conchas, os rumores oceânicos das vagas. E eu hei de viver sempre a Anápolis daqueles tempos. Hei de sentir os minutos longos que se hão de prolongar na doce eternidade de minha lembrança”.

Concluindo estas minhas palavras, em que, sem atavios de linguagem ou arroubos literários, porém, com ternura e saudade, procurei reviver, para todos vós, a personalidade de Jarbas Jayme, quero buscar o fêcho destas palavras no diário de Papai. Ali, em data de 18 de julho deste ano, três dias antes de seu falecimento, deixou ele, exarado, sobre a visita que, naquela data, lhe faziam minha família e eu: “José, Zarita, Maria José, MariaLúcia e seu noivo nos passaram agradável surpresa. Almoçaram conosco”.

Foi a última página que saiu de sua pena incansável.

Go., 20.11.1968

JOAQUIM DA CUNHA BASTOS, O HOMEM

Domingos Velascos

Foi meu sobrinho João de Azereão Bastos quem me intimou a escrever sobre o centenário de nascimento do Sr. Joaquim da Cunha Bastos. Com o seu jeito de mandão nato, logo me foi dizendo que eu devia fazê-lo por dois motivos: o primeiro, porque fora amigo e correligionário do velho político; o segundo, porque Joaquim da Cunha Bastos tinha sido o último bulhonista a ocupar cargo eletivo, o de senador estadual, enquanto eu era considerado por muitos como o herdeiro da linha política de Leopoldo de Bulhões, em Goiás.

Que fui amigo e correligionário de Joaquim de Bastos, não há dúvida. Lutamos juntos, na oposição, antes de 1930. Participamos do grupo da VOZ DO POVO, sob a chefia de Mário d'Alencastro Caido, Augusto Jungmann, Inácio Bento de Loyola, para contar apenas aqueles que dirigiam o jornal. A esse grupo se juntou o que editava o Sudoeste, em Rio Verde, orientado por Antonio Martins Borges, então senador estadual, Pedro Ludovico Teixeira e Ricardo Campos, para também citar apenas os responsáveis pelo jornal. Da união destes grupos, surgiu o Partido Republicano de Goiás, que foi apoiado por chefes políticos de vários municípios, e respaldado, no Rio de Janeiro, por homens de categoria de Guimarães Natal, Eduardo Sócrates e Benedito Velasco, ainda para citar apenas os que mais ajudaram o movimento.

Joaquim de Bastos foi logo eleito para o Diretório Estadual do Partido, do qual também fiz parte. Assim, não há dúvida sobre

o primeiro motivo apresentado pelo meu sobrinho, ao exigir-me este artigo.

Mas tenho restrições quanto ao segundo, isto é, de ser o herdeiro da linha política de Bulhões. Antes de tudo, porque, apesar da minha grande admiração pelo inolvidável goiano, eu não estava à altura do brilhante acervo de tradições do bulhonismo.

É verdade que, ao se organizar o Partido Republicano, e mesmo antes disso, procurei muitas vezes Leopoldo de Bulhões, em seu escritório da rua São Pedro, no Rio, e dele recebia orientação e conselhos, não só para transmitir aos companheiros de Goiás mas sobretudo para conduzir a campanha que eu desencadeava, na imprensa carioca e paulista, contra a situação dominante no Estado.

É possível que as sucessivas entrevistas com Bulhões — que, aliás, me dispensava um tratameto quase paternal, tenham exercido sobre os meus 25 anos uma influência decisiva para minha carreira política. Isto somente me honra; e é caro que muito concorreu para me aproximar de Joaquim de Bastos, o último dos bulhonistas fiéis ao mestre, na antiga Capital.

Joaquim de Bastos era um homem sizado, de poucas conversas. Eu diria que era um homem duro, se este adjetivo não houvesse alcançado o sentido pejorativo, na hora que passa. Ele fôra prevenido de que, em certo ponto da estrada que ia para sua fazenda SOBRADINHO, alguém estaria à sua espera para matá-lo, quando regressasse à noite. Joaquim de Bastos antecipou a viagem e, aproximando-se sorrateiramente do local, foi encontrar o seu matador ainda dormindo. Desarmou-o e, depois de acordá-lo, deu-lhe uma surra e mandou-o embora.

Não sei se meu relato vai correto, mas é o que está na minha lembrança, para retratar a coragem e o feito moral de Joaquim de Bastos.

Tenho ímpeto de contar também a história da porteira pesada que ele construiu na ponte do rio dos Bois, na estrada de Anicuns que passava por terras do SOBRADINHO. Mas fica para outra ocasião, a fim de não alongar este artigo. Os que a conhecem, sabem que ela também serve para ilustrar o espírito de determinação e coragem de Joaquim de Bastos.

O seu Quim, como o chamavam, era fazendeiro forte, criador de gado, na fazenda SOBRADINHO que eu conhecia, desde quando menino viajava para Anicuns. Tinha muitos camaradas e os tratava como o faziam todos os fazendeiros.

O trabalhador rural, fôsse vaqueiro, lavrador ou lenheiro, era mercadoria muito cara. Para se admitir um camarada, era preciso comprá-lo do antigo patrão, isto é, pagar a sua conta, a sua dívida. O camarada ganhava ínfimo salário (quinhentos réis por dia) que não bastava para as despesas mais necessárias.

Daí os adiamentos que formavam a conta, a dívida. Para deixar o emprêgo, o trabalhador carecia de encontrar novo patrão que a saldasse. Se isso não fizesse e abandonasse o serviço, o patrão

pedia a interferência da policia que iria prender o camarada fução. Muitos fazendeiros tinham mesmo a sua policia particular, e famosos ficaram os crimes que então se praticavam.

Este era o quadro, quando assumi a Secretaria da Segurança, em outubro de 1930. Neguei-me a empregar a policia na captura de camaradas. Criou-se o caso e a onda se formou contra mim. Procurei então vários fazendeiros amigos, entre os quais Joaquim de Bastos, para explicar-lhes a situação jurídica do problema.

A policia não podia interferir nos casos criados pela locação de serviço que era regulada pelo Código Civil. A cobrança de dívidas resultantes não podia ser resolvida pela policia e sim pelo poder judiciário.

Expus a Joaquim de Bastos que a solução seria a assinatura de contrato de locação de serviço, de acôrdo com uma tabela de salária mínimo estabelecida pelas partes e onde se incluísse uma cláusula admitindo a arbitragem do Secretário de Segurança, nos casos de não cumprimento das obrigações contratuais.

O salário mínimo deveria ser suficiente para a manutenção do camarada e da sua família; e, mais ainda, seria acrescido de 10% destinados ao pagamento da conta existente.

Joaquim de Bastos, depois de trocarmos outras idéias, concordou na solução e dispôs-se a ajudar-me. E de fato, mediante convocação pela imprensa, reuni, no salão da antiga Prefeitura Municipal, os patrões e, depois, os empregados, onde o assunto se debateu longamente. Foi estabelecido o salário base de noventa mil réis, em substituição ao de quinze mil réis então vigente. Dessas reuniões, apoiadas pelo interventor Pedro Ludovico, surgiu o Decreto Estadual publicado no Correio Oficial de 22 ou 23 de dezembro de 1930. Instituiu-se, assim, pela primeira vez no Brasil, a arbitragem nas relações de trabalho e se adotava o instituto do salário mínimo.

Joaquim de Bastos cooperou para isso. É que, sob aquêlê aspecto sizudo e, por vêzes, brusco, estava o homem bom e compreensivo que conheci e a cuja memória desejo prestar a minha homenagem, no centenário de seu nascimento.

NOTA — Joaquim de Bastos nasceu em Goiás, a 17 de junho de 1968 e foi casado com dona Maria Confúcio de Bastos. São seus filhos: Violeta Celeste casada com Argeu Curado; Anita, viúva do cel. Frederico Sócrates; Natália, viúva do Dr. José Honorato da Silva e Souza; Adesilda, casada com o Dr. Joaquim Perilo, Evanira, casada com João Pimenta; Dorcina casada com Osvaldo Sócrates do Nascimento; Dr. Luiz Confúcio da Cunha Bastos, casado com D. Anita Nogueira; e o general Eduardo Confúcio da Cunha Bastos, casado com D. Dora Moraes.

O INDÍGENA BRASILEIRO NO SÉCULO XIX EM TRÊS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO: GOIÁS, PARÁ E MARANHÃO

Prof. Vivaldo Vieira

INTRODUÇÃO

Aquê que se propuser a um estudo cuidadoso com o propósito de entender a realidade nacional, ou sejam as características essenciais da sociedade brasileira, poderá enveredar-se, a princípio, por dois caminhos diferentes, mas que se juntam, inevitavelmente, no decurso dos acontecimentos históricos plasadores da civilização que hoje representa o Brasil: 1.º — poderá iniciar com o estudo da sociedade européia a partir do período expansionista, que se inicia com o século XVI, quando, mal se entreabria, os primeiros colonos portugueses emigravam para a nova colônia, que só três séculos mais tarde adquiria a sua independência política; ou 2.º — aprofundar-se no estudo das culturas indígenas que outrora floresceram nas Américas, sobretudo a cultura indígena brasileira, representada pelos dois troncos principais: o Tupí, do litoral e o Gê do planalto, buscando, se possível, esquadrihar a formação histórica e seguindo-a até nossos dias.

Não se pretenda contestar que a cultura indígena tenha contribuído decisivamente para a formação da naciona-

lidade. Até certo ponto êsse pensamento negativo prevaleceu por muito tempo entre nós. Hoje, porém, ninguém em sã consciência ousaria defendê-lo, mercê do largo desenvolvimento das ciências sociais de nossos dias, resultando daí uma profunda reformulação do pensamento de outrora, revolução essa só comparável com a da teoria atômica ou a da física nuclear.

Confessamos, no entanto, que nenhuma nem outra das orientações acima referidas serviu-nos de escopo na confecção dêste modesto trabalho, e isso porque insignificante que é, já pelas limitações naturais do autor ou pelas do tempo disponível, impossível nos seria adctarmos êste ou aquê critério.

Com efeito, propusemo-nos a estudar determinado fenômeno em determinado espaço geográfico e num lapso de tempo que, na melhor das hipóteses, poderíamos situá-lo dentro de um século, o século XIX.

O espaço geográfico é constituído de apenas três Estados da federação brasi-

leira: Pará, Maranhão e Goiás, sem dúvida alguma altamente significativos no estudo das relações sócio-econômicas da população indígena com a sociedade nacional, mas que, longe de esgotar as fontes de consultas e pesquisas, para compreensão da realidade brasileira em seu todo, apresenta, apenas, determinados e sugestivos aspectos das interrelações raciais e dos padrões de comportamento frente a problemas nacionais da época, dentre os quais se sobressaem, com uma evidência marcante, os da agricultura e os da colonização e expansão territorial.

O indígena brasileiro só no século XIX ou, mais precisamente, a população indígena dos três Estados citados acima, é que vai interessar-nos diretamente neste estudo sócio-cultural, em que se pretende pôr em evidência a contribuição silvícola na fase expansionista de nosso País, quando, mal saído da situação de dependência política da nação portuguesa, ainda cheirava a colônia, já pelos métodos administrativos adotados largamente e sem exceção em tôdas as províncias, ou pela mentalidade ostensiva de submissão às funções de mando da realza européia.

Temos para nós que a compreensão dêstes problemas de integração e de forjamento de uma Nação, como pretenderíamos no presente trabalho, longe de constituir-se em produção científica, revestida de rasgos descritivos, sem qualquer objetividade, senão a de deliciar os leitores, nos leva, certamente, à formulação de novas hipóteses, observáveis no trabalho de campo e evidenciáveis em todo e qualquer estudo sério da formação de nossa nacionalidade.

Por outro lado, subestimar êstes valores, ou sejam, a contribuição indígena e seu papel integrativo em nosso desenvolvimento histórico é, não somente falsear a evidência dos fatos, como também praticar-se uma clamorosa injustiça a êsses antigos senhores absolutos do solo pátrio, que, só por contingências históricas se lhes arrebatou, violentamente, o domínio das terras.

O indígena do século XIX é certamente o mesmo do século XVI, quando

de uma cultura primitiva. Mudou-se, certamente o cenário, já que se lhe não permitia, mal grado o etnocentrismo exagerado da civilização européia e seus maléficis efeitos nas culturas chamadas então de bárbaras, contemplar mais a imensidão do mar, ou mesmo viver próximo ao litoral, mas não mudou, substancialmente a cultura.

Não que se lhe preservasse, expon-taneamente, o seu cabedal cultural, mas porque, num impulso natural de defesa dos valores próprios, o indígena brasileiro soube também impôr-se ao repasto traiçoeiro de sua cultura recuando estrategicamente para o interior, e estabelecendo-se, preferencialmente, nas vertentes dos rios e nas regiões altas, onde buscou e encontrou abrigos naturais da chacina da população por parte dos descendentes dos antigos colonos, que se instalaram no litoral.

No caso específico dos Tupis, habitantes originariamente do litoral brasileiro, poderíamos assegurar que "pagaram elevado preço por tal solução (migração para o interior), pois tiveram de adaptar-se, progressivamente, a regiões cada vez mais pobres. Mas conseguiram, pelo menos parcialmente, combinar o isolamento à preservação de sua herança biológica, social e cultural", — conforme escreve mui acertadamente o prof. Florestan Fernandes, em seu estudo da reação tribal à conquista empreendida pelo Velho Mundo. (1).

Veremos, no decorrer dêste estudo que, nem mesmo assim, a cultura indígena foi preservada da voracidade de seus inimigos ferrenhos: os brancos. Isso porque, onde quer que se encontrasse um acampamento indígena aí foi surpreendê-lo o seu algoz, já agora não em nome da indefectível artimanha de cunho religioso mas, pior que isso, de tôda uma pré-fabricada ideologia, segundo a qual necessário se tornava a integração imediata da cultura autóctone àquela de origem européia, para o fim de socorrer-se uma agricultura que mal se iniciava, mas que era, por assim dizer, a célula máter de salvação nacional, de nossa sobrevivência como nacionalidade.

Os crimes que então se praticaram à sombra dessa mentalidade expansionis-

ta nada ficam aquém daquêles de Lopez no infornado império dos Aztecas, ou dos espanhóis, de um modo geral, em tôda a costa ocidental da América do Sul, notadamente no Peru.

Nós, que precisávamos do vigoroso braço indígena para a lavoura, exercemos, então, êste chocante contraste: extinguíamos êstes braços de maneira vil, sob o guante das armas e do contágio.

Aliás, a respeito do problema do contágio de doenças infecciosas e outras, fatais para o indígena, teremos oportunidade de abordar o assunto no decorrer dêste trabalho. Por ora fiquemos com essa estarrecidura revelação do Prof. Darcy Ribeiro, em artigo que escreveu para a revista "Sociologia": — "É catastrófico o vulto da redução populacional sofrida por êstes grupos indígenas após os primeiros contactos, ocasionada principalmente pela contaminação pelos agentes mórbidos referidos. Tudo leva a crer que o mesmo tenha ocorrido em tôdas as tribos em todos os tempos." (2)

Observando-se as populações indígenas do século XIX sente-se a profundidade dessa verdade: em nome da civilização se as dizimava pela doença quando falhos se tornavam os demais meios de subjugação, e tudo isso, é bom que se repita, em nome da lavoura nacional que deveria expandir-se de qualquer maneira e a qualquer preço.

Tribos inteiras do Pará e do Maranhão foram dizimadas por êste processo, produto do contacto intencional, permanente ou fortuito, com a população silvícola. Enquanto tudo isso ocorria chegava-se ao desplante de negar ao indígena a participação na vida civil dos povoados e vilas sob a efêmera alegação de que lhes faltavam qualidades étnicas indispensáveis ao pleno convívio com o mundo dito e abusivamente colocado numa órbita civilizada, com o qual qualquer contacto mais estreito era repellido enérgicamente.

O indígena só era necessário e indispensável na comunidade nacional na medida em que pudesse contribuir com a sua força de trabalho, especialmente

nas atividades extrativas, que no norte se caracterizaram na colheita de produtos naturais, tais como: a borracha, a castanha, o guaraná, a salsa e o óleo de copaíba, elementos básicos da economia estatal da época.

A própria agricultura não era incentivada. Não havia a preparação metódica do solo e muito menos a distribuição de sementes que possibilitassem um rendimento mínimo apreciável no esforço coletiva das aldeias. Pelo contrário, nota-se por partes dos governos das províncias do norte uma constante preocupação, isto sim, em distribuir periódicamente, apenas balangandans aos indígenas, sem qualquer efeito prático permanente.

Não se pretenda afirmar com isso, que, em teoria, não houvessem bons propósitos por parte das autoridades governamentais. Em todo o decurso da sucessão dos governos provinciais — e êles se sucediam demasiadamente rápidos, à mercê dos caprichos do governo central — nota-se uma constante preocupação pela solução do problema indígena, muito embora o devaneio apocalíptico das soluções aventadas.

A realidade, no entanto, era bem outra: o índio continuava segregado socialmente do mundo oficial, não obstante a obra dos aproveitadores da situação, sobretudo comerciantes ambulantes, como veremos mais tarde.

Assim é que, em todo o desenrolar do século XIX, o indígena brasileiro toma contacto com a realidade nacional.

Antes, perseguido violentamente e até escravizado se se tornasse mais afoito, não tinha o indígena até então privado mais demoradamente com o branco, simplesmente porque, ou fugia como alternativa das perseguições constantes ou sucumbia vencido. Nêsse século, no entanto, pelo menos oficialmente, desaparece a escravidão do indígena e sua busca tenaz. Já pode êle descer fortuitamente das cabeceiras dos rios para as planícies ricas em caça e pesca. Aí, no entanto, vai surpreendê-lo o homem do século passado para uma outra espécie de escravidão, tão odiosa quanto a primeira: a escravidão econômica.

2. — FONTES DE ANÁLISE E CONSULTA

Na confecção do presente trabalho tivemos em mente sermos tão fiéis quanto possível à realidade sócio-econômica do indígena, no período antes referido, ou seja durante o império brasileiro.

As fontes de consulta, afora a documentação oficial, são escassas e mesmo insignificantes. Ao que nos consta, pouco ou nada se registrou até o momento, que reflita aquêle momento histórico, no que diz respeito à população indígena.

Certamente êsse fato se coloca em evidente contraste com os primeiros tempos da colonização portuguesa, dos quais existe copiosa documentação, seja nas maviotas crônicas de colonizadores europeus, deslumbrados com a chocante cultura indígena surpreendida no Novo Mundo, tais como as de Léry, de Thevet, de Gandavo, de Abbeville, de Gabriel Soares de Souza e de tantos outros, seja nos estudos etnográficos feitos

como os de Florestan Fernandes, Horta Barbosa e Alípio Bandeira, dentre muitos outros.

Com efeito, graças a êsse valioso material já hoje se podem reconstituir, em termos científicos e com elevado grau de exatidão, os usos e costumes do indígena brasileiro do século XVI, em uma palavra, a própria cultura, especialmente do grupo Tupinambá, com quem os primeiros colonizadores privaram mais de perto.

Êste trabalho é tanto mais importante quanto se apercebe que tribos inteiras já desapareceram na voragem da conquista do solo, e com elas certamente se extinguíram, sem qualquer possibilidade de reconstituição, tôdas as suas manifestações culturais, não fôsse o documentário existente, acima referido.

Por outro lado, os estudos de Darcy Ribeiro, Rondon, Amílcar Botelho de Magalhães e uns poucos mais nos colocam em contacto com o indígena do século XX, vivendo ora isolado, ora em fase de aculturação, em todo o hinterland brasileiro. Falta-nos, por conseguinte, um acervo mínimo de trabalhos que compreenda êste grande lapso de tempo, isto é, do século XVII ao XIX, durante o qual transformações profundas se processaram na organização social dos indígenas, por força mesmo de seus contactos sucessivos com a sociedade nacional, cada vez mais penetrada de seu papel histórico na formação da nacionalidade.

Por êstes motivos expostos difícil se tornou o nosso trabalho de pesquisa e consulta de fontes. Assim é que, é no registro oficial contido nos numerosos relatórios anuais de presidentes de Províncias, quer dirigidos a seus sucessores ou às Assembléias Provinciais, por ocasião da abertura de seus trabalhos, onde vamos encontrar o melhor documentário da época.

Ali são refletidos, de passagem, mas com absoluta fidelidade, os contactos havidos com a população indígena, as inter-relações sócio-econômicas e, sobretudo, a história de uma legislação específica, da qual se salva, apenas a intenção do legislador, como veremos mais tarde. É ali também, e apenas aí, onde se pode colher algum elemento de classificação das tribos então existentes e que mantiveram contacto com o branco.

Em segundo plano, mas de importância considerável no estudo das formas e produtos dos contactos, estão as poucas mas valiosas colaborações da "Revista do Instituto Histórico", sejam sob a forma de monografias ou de diários de excepcional valor, escritos pelos exploradores da época. Este documentário é tanto mais importante quanto se aquilata expontaneidade de sua produção, muitas vezes redigido desinteressadamente, e isso se revela evidente no relato pormenorizado e vivo de situações de contacto, de soluções esboçadas e de conceitos individuais.

A terceira fonte de consultas de que

lançamos mão foi a produção literária de historicistas da época. Muito embora só eventualmente o problema indígena é focalizado, do estudo deste material depende em grande parte a compreensão do momento histórico e do ambiente cultural e natural, do qual emanaram tentativas sucessivas de solução do problema indígena, indiscutivelmente de boa fé e sem pretensões políticas.

Afora estas fontes perenes de fatos e revelações, resultantes do entre-choque de culturas diversas, de que já falamos resumidamente, outros poucos mananciais nos serviram de subsídios e orientação, sobretudo na compreensão de certos e determinados problemas que, esquecidos por motivos óbvios nos relatórios oficiais, silenciados nos trabalhos monográficos por fugirem aos objetivos dos mesmos, ou simplesmente ausentes nas obras históricas, onde eventos de maior vulto afloravam, virão, de futuro, corrigir atitudes, modificar regulamentos e impregnar-nos de nova mentalidade no trato com os silvícolas.

Nêste material fomos encontrar, portanto, explicações de atitudes e de conceitos, de valores e de normas, quer partidos de autoridades públicas ou de particulares.

Dessa maneira, e paradoxalmente, existe uma bibliografia esparsa e desordenada sobre o indígena brasileiro do século XIX, que está à espera de quem a reuna e codifique. Levantamos, apenas, o problema e esperamos que etnólogos e etnógrafos dela se ocupe mais demoradamente, pois, longe de ser êste um assunto puramente acadêmico ou literário, o é, essencialmente, de interesse científico em nossos dias, mercê de inúmeras tribos que ainda vivem por aí, à espera de soluções para o problema de encontro de culturas diversas, que até hoje só tem sido adverso e catastrófico para aquelas mais primitivas, no caso o nosso indígena brasileiro, que vem pagando um preço muito alto.

3. — OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa que ora empreendemos tem por objetivo primordial estabelecer, através da análise de fatos históricos registrados, os produtos do contacto dos grupos indígenas da região mencionada com a sociedade nacional.

É evidente que êsses contactos vão desde os primeiros encontros, fortuitos ou adredemente preparados pelos elementos de conquista e catequese, até a contribuição sistemática e perene do labor indígena para a economia nacional, notadamente nas Províncias objeto deste trabalho.

Até que ponto a cultura indígena suportou o impacto de uma cultura diferente e adversa por isso, e em que grau aquela assimilou os valores desta, sem quebra de sua unidade funcional, é outro assunto que nos preocupou desde o início .

Naturalmente que os relatórios oficiais, objetivos tanto quanto possível, não se preocupando com os retoques literários nem com os recursos de qualquer trabalho de ficção, constituem, a nosso ver, a melhor fonte de consultas, apesar de fastidiosa, pelos motivos expostos.

Já se falou que o problema indígena é um problema de salvação nacional. Daí a preocupação constante de nossos etnólogos ou simples sertanistas em estudá-lo em todos os seus ângulos, com vistas à contribuição para solução de problemas que nos assoberbam no Brasil de hoje, em sua fase ainda precária de desenvolvimento.

Nada mais natural. O equacionamento de nossos problemas não será feito, apenas, com o elemento do asfalto e das aglomerações urbanas. O homem do campo, desde o seringueiro do Amazonas e do Pará aos boiadeiros do Rio Grande do Sul, aspira e deseja, com os precários elementos de que dispõe, me-

lhores oportunidades e maior produtividade. Da mesma forma o elemento indígena, se em contacto permanente com a sociedade nacional.

Ora, a marcha para o Oeste, que já se processou com êxito na outra América, aqui já se começa a sentir, inaugurando-a oficialmente embora um pouco tardio, o governo central, com a mudança do centro político do País para o hinterland brasileiro.

Essa marcha implica, evidentemente, em contactos, cada vez mais sucessivos, com tribos até então consideradas arredias e infensas à cultura nacional e, por conseguinte, puras e intactas de qualquer desvirtualização de seu complexo cultural.

A prova disso é que nestes últimos sessenta anos, como bem acentua o prof. Darcy Ribeiro, inúmeras tribos, até então inteiramente isoladas, já sentiram os efeitos, na maioria dêles desastrosos, de nossa penetração desordenada para o Oeste.

Até quando assim acontecerá? Francamente, não sabemos. Parece-nos evidente, no entanto, que dos estudos etnográficos do indígena brasileiro, como aquêles dêse eminente antropólogo patricio, possamos empreender, no futuro, novos métodos de tratamento, que ao menos nos capacitem a preservar, não obstante o esfacelamento da cultura, o elemento humano, livre das mazelas de nossa herança social, isto é, as endemias próprias de nossa civilização.

Ora, longe ainda estamos de conseguir isso. Basta lermos a obra citada (3) para nos certificarmos da verdadeira catástrofe que pesou e ainda pesa sobre o elemento indígena no Brasil.

Tribos e mais tribos são sacrificadas inteiramente, ao contacto conosco, vítimas que são de epidemias de tôda sorte. Seria insolúvel o problema? Com os métodos e técnicas usados até o momento nas tentativas de aproximação, o problema nos parece, de fato, insolúvel. Isso, no entanto, não nos leva a crer que essa situação continue indefinidamente, e tanto mais nos convencemos disso quanto é de há pouco o nos-

so interesse científico pela cultura indígena no Brasil. Haverá, certamente, métodos e técnicas mais aprimorados que nos livrarão dêse morticínio irremediável até o presente.

A solução do problema certamente não surgirá por acaso, antes, queremos crer, deverá surgir dos estudos aprofundados e criteriosos que empreendermos nesse sentido.

Uma das contribuições valiosas deverá ser a análise do passado, visto êste de uma perspectiva diferente, por efeito mesmo de momentos históricos diversos, que nos capacitam uma análise fria e sem preconceitos, importante ao aperfeiçoamento metodológico.

Daí a necessidade de estudos dessa natureza, tanto quanto possível objetivos, mas visando um ideal a conquistar, se queremos ou pretendemos salvaguardar as culturas ditas primitivas, que ainda subsistem no Brasil, verdadeiro e autêntico laboratório natural de estudos antropológicos.

Ninguém, na atualidade, ousaria destruí-lo, seja consciente ou inconscientemente. Êste valioso cabedal de elemento humano será preservado na medida em que nos aperfeiçoemos e nos capacitemos de seu valor, quanto mais não seja, de sua fonte de experiências inesgotáveis no campo das ciências sociais, sobretudo a Antropologia, preservando-se, acima de tudo, o conteúdo humano, tão humano quanto o nosso, por isso inviolável e digno de melhor sorte que a até então desfrutada.

4. — ORIENTAÇÃO SEGUIDA . .

Nosso objetivo, como já acabamos de ver, visa, principalmente, tirar lições

para o futuro de fatos históricos do passado, na medida em que essas lições possam, de qualquer maneira, trazer-nos luzes no trato com a população indígena.

Naturalmente que o nosso modesto trabalho seguiu uma orientação. Não foi ao acaso a escolha do tema e sua localização no tempo e no espaço. A época em que iniciamos a nossa pesquisa se prende ao início da nacionalidade brasileira.

Recém-saído o Brasil da posição de simples colônia européia, uma a mais no imenso celeiro de provisão dos povos da velha e sofisticada Europa, nossa pátria parte daí para novos rumos. Já agora a sua política de expansão e desenvolvimento, sobretudo da primeira, não obedece mais a velhos e estratégicos sistemas pré-fabricados no outro lado do Atlântico, mas é vasada em interesses próprios, pelo menos em princípio, utilizando métodos de ajustamento a uma situação de direito: a soberania nacional, política e econômica.

Como todos os problemas enfrentados pela nova ordem de coisas, e eles foram impressionantemente numerosos, aflorava também o indígena. Urgia encontrar soluções que permitissem incorporar à sociedade nacional e, portanto, à capacidade de trabalho agrícola, aqueles milhares de seres humanos, que perambulavam sem rumo certo e sem objetivo de qualquer natureza, que, longe de prestarem alguma contribuição valiosa, agiam justamente em sentido contrário: com as sangrentas correrias, desordenadas e incertas, hostilizavam a todo instante os poucos e impávidos aventureiros que, em busca de fortuna, varavam rios e florestas, quando não ficavam a contemplar, indiferentes e hostis, uma sociedade em plena expansão territorial.

Havia motivos, portanto, para um interesse incomum na solução do problema, que o é de hoje também, embora seu equacionamento nos pareça ser diverso, o que não excluem os elementos fundamentais da questão.

Por outro lado, a região geográfica estudada, das mais densas em popula-

ção indígena, oferecia, como oferece hoje, um campo de experimentação de valor imensurável, entre outros motivos porque foi nele que se processaram as mais características experiências de contacto do elemento branco com o indígena, durante o desenrolar do Império.

Dessa forma é na região norte do País onde devemos buscar os resultados dessa experiência, não somente sobre o estrangulamento e o avassalamento da cultura indígena como sobre os seus reflexos na sociedade nacional, indiscutivelmente incrementada de novos valores.

Ora, se pretendemos tirar lições de real proveito de experiências passadas natural é que busquemos, antes de tudo, dentre todas aquelas significativas e perenes, as que melhor contribuíram para a nossa formação, não apenas étnica mas, e sobretudo, de toda uma ideologia, crenças, mitos, normas e valores, de cuja argamassa emergiu e ainda emerge uma sociedade autenticamente nacional.

Esse conjunto de valores está presente em grande parte no Brasil de hoje. Onde quer que vamos, desde os campos agrestes, onde vegetam de teimoso o sertanejo e vaqueiro, até as grandes aglomerações urbanas, eles se fazem sentir, nós os trazemos conosco como jóia preciosa de tal significação que nos ditam o destino.

Compreender esse sistema de valores, perscrutando-os e analisando-os em suas verdadeiras fontes, inquirindo as suas causas e desvendando suas funções, são autênticos problemas da atualidade.

Já se vai muito longe o tempo em que o desenvolvimento consistia, para nós, em aplicação tão somente de métodos e técnicas aperfeiçoados alhures, descuidando-se inteiramente de uma das coordenadas do problema que é a cultura nacional, com todos os seus produtos de interação, assimilação e aculturação. Naturalmente que o desenvolvimento só é possível com a adoção de novas técnicas de trabalho, mas estas, a nosso ver, devem vir acompanhadas, simultaneamente, de reformas sociais não pré-fabricadas e aplicadas abruptamente

sobre um conjunto de valores diversos.

Muito se tem escrito sobre o problema do desenvolvimento nesta última década de nossa história, mas, por menor que seja a contribuição de cada um, ela é sempre indispensável à realização de novos planos de trabalho.

Cada especialista ou cada cientista vê o mesmo problema por ângulos diversos. Isso, no entanto, não significa contradições. Seria muita ingenuidade pretender-se que o economista, ou sociólogo, ou o historiador, ou o simples técnico o equacionasse da mesma forma, ou se servissem, por exemplo, das conclusões do antropólogo para delas retirarem o substrato dos seus pensamentos.

Pelo contrário, a colaboração de todos é indispensável à visão geral, porque cada um, usando métodos e técnicas privativos em seu raio de ação, retira os elementos indispensáveis à síntese, que a alta administração irá por em prática, na consecução dos elevados objetivos da nacionalidade.

Um estudo da natureza do que ora empreendemos, longe de fugir à realidade e constituir pura divagação acadêmica, êle, na medida de suas conclusões, também traz a sua colaboração à política desenvolvimentista, quer colocando em evidência os erros do passado ou sugerindo medidas de integração nacional e expansão territorial, permitindo à administração central uma melhor distribuição de riquezas e de trabalho, pelo soerguimento total e não apenas urbano.

É bem verdade que nestes últimos anos, um contingente cada vez maior tem procurado as cidades, sobretudo do sul do País, em busca de trabalho e de oportunidades. O surto industrial da periferia das cidades tem contribuído para êsse estado de coisas, a nosso ver, fatal para o homem do campo que, não sendo um trabalhador especializado e nem ao menos possuindo as técnicas mínimas da mão de obra assalariada, só tem a perder nas cidades, desiludindo-se dentro de pouco tempo, quando não se torna um pária ou um marginal da sociedade cidadina.

Repete-se, queremos crer, o mesmo problema do século passado, quando a tônica reinante era retirar-se o indígena do seu habitat natural para o trabalho das fazendas agrícolas. A verdade é que o nosso sertanejo ou camponês de hoje conhece tanto de trabalho assalariado das fábricas quanto o índio do século passado conhecia do trabalho nas fazendas. Uns e outros receberam o impacto de valores diversos, com evidentes prejuízos para a parte mais fraca.

1 — MUDANÇAS SOCIAIS NO BRASIL — Florestan Fernandes (Cap. Reação tribal à conquista) — Difusão Européia do Livro — São Paulo — 1960 — pág. 305.

2 — CONVÍVIO E CONTAMINAÇÃO — Darcy Ribeiro — in revista SOCIOLOGIA — Vol. XVIII — n.º 1 — março de 1956 — S. Paulo — pág. 16

3 — CONVÍVIO E CONTAMINAÇÃO — O.C. — pág. 25.

O INDÍGENA BRASILEIRO NO SÉCULO XIX EM TRÊS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO: GOIÁS PARÁ E MARANHÃO

Prof. Vivaldo Vieira

I CAPÍTULO

A POPULAÇÃO INDÍGENA

A região objeto de nosso estudo se estende pelo Norte e pelo Centro Oeste do País, compreendendo uma das zonas de maior densidade de habitantes indígenas do território nacional, estando nela representados todos os grandes grupos ou troncos dos antigos povoadores do Brasil, como sejam os Tupís, os Gês, os Karibs e outros.

A fauna é a mais rica possível, especialmente a aquática, graças aos grandes rios que correm na região, desde o fabuloso Amazonas, com seus inúmeros afluentes, mesmo após entrar no território do Pará, até os misteriosos Tocantins e Araguaia, que correm de Sul a Norte por entre cachoeiras e corredeiras sem fim.

Não admira, pois, que tantas tribos

aí se adaptassem, retirando da fauna o seu principal alimento, vivendo, diríamos, despreocupadamente, dada à fonte inesgotável de alimentos de origem animal.

A flora não é menos rica. Aliando-se à exuberância da flora amazônica, que atravessa o Pará e vai morrer, apenas, nos confins do Maranhão, as estepes e cerrados de Goiás, forneciam toda uma série de produtos naturais comestíveis, desde a castanha até os variados frutos sazonais, contribuindo tudo isso para que a região acolhesse milhares de silvícolas, sem o desgaste natural que uma cultura rudimentar poderia ocasionar se outros fôssem os fatores mesológicos.

Daí a pouca movimentação migratória que ali se verificava em contraste com outras zonas, onde escassos fôssem os recursos naturais e as possibilidades de adaptação. Com efeito, só havia um problema para a população indígena dessa vasta região estudada: aquêle resultante do contacto com os brancos, especialmente com os aventureiros e exploradores, para quem só ha-

via uma meta a cumprir, um ideal a conquistar: o enriquecimento imediato, não importavam os meios.

Esse problema foi tanto mais dramático quanto imbuídos estavam os conquistadores da existência de uma raça inferior no solo pátrio, cabendo-lhes o infausto mister de exterminá-la ou, quando muito, sujeitá-la à fôrça, enquanto pudesse fornecer produção e satisfazer seus impulsos de conquista e contrôlo.

Dir-se-ia que importava ao branco tomar posse da terra a despeito de tudo. Importava-lhe assenhorear-se das imensas riquezas que possuía a região, utilizando-se do índio apenas na medida em que pudesse ajudá-lo a extrair os produtos de que carecia, sem os inconvenientes de uma mão de obra dispendiosa e escassa.

É assim que os documentos oficiais estão repletos de lamúrias, não pela resistência que poderia ter oferecido o indígena ao conquistador, mas pelo que deixavam de produzir os silvícolas para o Estado e para os intermediários, não obstante sua presença em todos os recantos prenhes de riquezas naturais.

São páginas e mais páginas em que se lamenta o que deixou de fazer o indígena.

Governos e exploradores particulares não se preocupam com as suas possibilidades de produção e adoção de novas técnicas extrativas mas simplesmente com a pretensa inércia de que seriam portadores os habitantes da terra. Exclamações como: indolentes, preguiçosos, errantes, inquietos e entregues ao abandono são comuns nos relatórios e memórias, em que transparece, flagrantemente, o desgosto por senti-los improdutivos para a Província e dispendiosos para os cofres públicos.

Numa época em que o desenvolvimento da agricultura era vital para o Estado, todos os esforços da administração eram carreados nesse sentido, exigindo-se, por isso, que a populosa quota de indígenas existente na região tomasse a si, também, uma parte do encargo e a realizasse satisfatoriamente. Como, porém, em época alguma, isso foi possível, surgiram os conflitos, os desajustamentos.

Araújo Brusque, Paula Ribeiro, Alencastre e tantos outros observadores da época abordaram o problema de perto, sentiram-no insolúvel, indefinível. "Por tôda parte — diz o primeiro autor onde pela vez primeira chegar o homem civilizado, lá hade encontrar os traços aqui citado — em tôdas as direções, dessa população errante, que descuidada vagueia nas selvas entregues ao abandono de si mesmo" (1).

São tribos e mais tribos a viverem despreocupadas, apenas bastando-se a si próprias com os recursos que a Natureza lhes foi pródiga, sem qualquer outra preocupação que a satisfação de suas necessidades imediatas. E, mais que isso, arredias e desconfiadas dadas as lições do passado, quando sofreram

Mas, pode-se admitir que, de fato, foram inteiramente improdutivas e nenhum benefício trouxeram aos exploradores das suas terras? Um estudo mais cuidadoso demonstrará o engano em que incorreram administradores e cronistas ao taxarem os indígenas de indolentes e dispendiosos ao erário público. o desastroso impacto das primeiras explorações.

Com efeito, quem deu origem a um sem número de povoações e feitorias do interior das Províncias senão a presença do indígena? A história pátria está cheia de exemplos dessa natureza. São povoados inteiros, com a vida econômica perfeitamente organizada que tiveram origem com o estabelecimento de uma aldeia e que, pouco a pouco, se foi miscigenando com o elemento branco, resultando daí uma descendência perfeitamente assimilável aos usos e costumes dos europeus.

Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas e Maranhão, para não citarmos outros Estados, possuem hoje povoações e vilas inteiramente formadas de elementos resultantes da miscigenação das duas raças, o produto conhecido como mameluco, convivendo ao lado do branco, cujos costumes foram ou estão sendo inteiramente assimilados por êles.

Daí a injustiça com que se procura isolar o índio e colocá-lo fora das possibilidades de integração nacional, não

obstante a distância social das duas culturas.

Compreendemos perfeitamente as dificuldades encontradas para êsse complexo processo de assimilação mas não julgamos se constituam elas um problema insolúvel, como pareceu aos observadores do século passado.

Nem sempre, porém, foi o índio incompreendido. Através do vasto material consultado encontramos exemplos de verdadeiros sacerdócios entre os catequistas e funcionários encarregados de entrarem em contacto com êle.

Vítimas, no entanto, de contactos mal orientados ou sem qualquer planeamento, as populações indígenas decresceram em número de maneira impressionante durante o século passado, tendo como causas, quase sempre, as contaminações sucessivas por agentes mórbidos a elas levadas, consciente ou inconscientemente, pelos brancos. Com efeito, tem-se notícias de um sem número de epidemias que assolaram as tribos do Norte, numa época em que nem as populações das cidades e vilas tinham qualquer possibilidade de evitá-las ou isolá-las. Não admira, pois, que perecessem milhares de índios nas aldeias, salvando-se, apenas, aquêles que, apavorados, fugiam antes do contágio para as ínvias florestas.

Os relatórios nos dão conta de inúmeras tribos que, ou desapareceram totalmente com as epidemias ou se tornaram tão reduzidas que os elementos sobreviventes, para não perecerem também, se infiltraram em outras, cêdo perdendo as características próprias, inclusive os dialetos falados.

Não são poucos os administradores que se dão conta desta triste realidade. No Maranhão, na década de 1840 a 1850, várias epidemias assolaram a população, desgastando-se em muito maior escala o contingente indígena, por motivos óbvios. No Pará não foi menor a baixo sofrida em consequência dessas epidemias.

Vilas e povoados do interior desapareceram do mapa e isso não é de admirar tanto pois que até mesmo nas capi-

tais das Províncias as baixas foram consideráveis, devido, sem dúvida alguma, à absoluta carência de vacinas apropriadas e, talvez mais que isso, à falta do pessoal habilitado para atender a todos os afetados pelas doenças epidêmicas.

Isso nas capitais e cidades mais importantes.

Sendo assim, que poderia o indígena esperar por parte da assistência governamental? Que dizer do interior, onde raramente haviam médicos ou enfermeiros? Que poderia o índio esperar de assistência sanitária do poder público se êle não tinha ao menos possibilidade de socorro para a população urbana? Eis o porquê da catástrofe sofrida por um sem número de aldeias na citada década, sem qualquer possibilidade de sobrevivência.

Em 1862 existiam no Pará, devidamente aldeados, cêrca de 26.000 índios nos diversos municípios em que se dividia a Província, conforme nos relata Araujo Brusque. (2)

Neste número não está incluído, é evidente, o contingente de indígenas isolados da civilização e que não mantinham contacto de qualquer espécie com ela.

Aliás, as dificuldades de recenseamento da população indígena eram imensas, até mesmo daqueles que mantinham contacto permanente com catequistas e diretores parciais, pois nem sempre êstes encarregados cumpriam o seu dever, como veremos mais adiante.

Não admira, pois, que não tenhamos qualquer idéa, por menos aproximada que seja, do número de indígenas existentes no século passado, na região em estudo. O que podemos afirmar é que, à base dos relatórios e de tôda a documentação existente, houve sensível decréscimo da população como, aliás, continua a haver nos dias atuais, não obstante as medidas efetivas de proteção que se procura prestar ao indígena da atualidade. Será insolúvel o problema? Cremos sinceramente que não, mas não nos cabe, nesta oportunidade, ditar diretrizes a êsse respeito por fugir ao nosso propósito no momento.

Em 1850 existiam no Maranhão cêrca de 3.500 índios devidamente aldeados, que estavam sob a orientação e proteção de seis diretores parciais, além de uma colônia, a de São Pedro, esta sob a supervisão de um missionário catequista. (3)

Já em 1859 a estimativa é de 5.000 índios confinados em aldeias controladas, acréscimo êsse verificado em função da criação de novas diretorias pioneiras nas cabeceiras dos grandes rios da Província. (4)

Das Províncias por nós estudadas parece-nos que a do Maranhão foi a que melhor soube aproveitar o seu potencial indígena e realizar algum serviço digno de registro, pois que já em 1877 aquela divisão administrativa do Império apresentava um efetivo aproximado de ... 25.000 indígenas devidamente aldeados e distribuídos por 24 diretorias parciais, além de seis colônias em pleno funcionamento.

Em 1883, sendo presidente da Província o Dr. José Manoel de Freitas, êsse número caiu para 18.436, não obstante a criação de novas diretorias de índios, perfazendo um total de 36. Essa queda sensível deve-se a agentes mórbidos que assolaram aquela Província em diversas ocasiões, sendo os indígenas os mais atingidos pelas epidemias, ocasionando a anulação do crescimento vegetativo e ainda atingindo o efetivo de seis anos antes em cêrca de 6.000 índios. Êsses números ainda se tornam mais significativos se levarmos em conta o acréscimo de novos contingentes silvícolas, com a pacificação de várias tribos até então arredias, o que motivou a criação de novas diretorias parciais de aldeias.

É curioso notar-se a predominância dos índios da tribo Guajajara nas estatísticas do Maranhão. Das seis colônias então existentes ali, nada menos que cinco eram integradas por índios Guajajara, o que demonstra o grau altamente favorável de aculturação dessa tribo, não sendo poucos os serviços prestados à administração pública por aquêles representantes do grande tronco Tupi. Fato idêntico ocorre no Pará, dessa vez com os Mundurucu, indiscutivelmente os mais numerosos em tôda a

Província e de mais fácil tratamento.

Das três Províncias estudadas, a de Goiás parece ser a que menores índices apresenta de catequese e contactos permanentes. Em 1856 o missionário Fr. Rafael Tuggia informava que existiam em tôda a Província apenas 2.139 índios Cherente e Chavante devidamente aldeados, sendo maior o número de mulheres. (5).

Diversos são os fatores para êsse de estímulo à catequese. O mais importante deles parece-nos ser, no entanto, a dificuldade, não sòmente das comunicações internas como e principalmente as menores vantagens oferecidas a quem se dispusesse a trabalhar no serviço de catequese e pacificação.

Além disso, eram precárias as vias de acesso ao interior da Província para quem se deslocasse da sede do Império, o que deu margem a que muitos religiosos preferissem seguir com destino às Províncias do Norte, onde, pelo menos, poderiam atingir a capital por via marítima, com um mínimo de esforços dispendidos.

Sendo uma unidade central, Goiás não oferecia qualquer vantagem, por mínima que fôsse, capaz de suscitar o interesse de missionários identificados com o ideal de catequese do índio, e muito menos de pessoas qualificadas para o serviço de pacificação do indígena. Êsse fato deu origem a diversas lamúrias dos administradores da Província, sem que daí resultasse qualquer compensação.

Mesmo assim, com os elementos de que dispunham, os presidentes da Província não pouparam esforços por pacificarem diversas tribos que habitavam as margens dos dois grandes rios que cortam a Província de sul a norte: o Tocantins e o Araguaia.

Afora os Cherente, Chavante e Krahô, que juntos formavam o maior contingente, os Apinagé não eram de todo arredios. Temos notícia de que só em uma Missão existiam cêrca de 2.000 representantes dessa tribo, que se encontravam entregues ao zêlo de um religioso capuchinho. (6)

Em 1858 existiam na Província cinco Missões religiosas, encarregadas da catequese de cerca de 5.300 índios de diversas tribos, especialmente dos Charente, Chavante, Apinagé, Gradau e Krahô. (7)

Três anos mais tarde já é sensível o decréscimo do número de índios pacificados e não menos lisonjeiro é o cálculo para os anos seguintes, devido, como já dissemos, não somente a epidemias que assolavam a população como à carência de elementos qualificados para o serviço, o que anulava qualquer esforço da administração central por transformar o contingente indígena em um poderoso auxiliar na produção agrícola, de que tanto necessitava a Província.

Quanto à população aproximada das Províncias por nós estudadas os cálculos ainda são mais precários, dado às dificuldades de um recenseamento seguro e real. O Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, que fôra presidente da Província do Pará em 1848, estima que naquela unidade do Império existiam, na época, cerca de cem mil índios, isso sem computar as tribos inteiramente isoladas da civilização, das quais nenhum conhecimento tinham até o momento. Não exageraríamos, portanto, se calculássemos em 150.000 indígenas habitando aquela região, para os quais jamais houve número suficiente de catequistas e pacificadores disponíveis. A seguir, acrescenta Francisco Coelho: — “A charidade Christã, e o interesse próprio, tudo nos aconselha o dever de chamar ao gremio da comunhão civil e religiosa tantas almas ignorantes, e selvagens, e tantos braços vigorosos mas inúteis, perdidas para si, e para nos.” (8)

Já no Maranhão a estimativa é de 80.000 índios, segundo Paulo Ribeiro. (9)

Isso em 1819. Em 1841, o Dr. João Antônio de Miranda, que fôra presidente da mesma Província, referindo-se à catequese desenvolvida ali, diz textualmente: — “Não posso, nem mesmo com remota probabilidade, avaliar à quanto sobe a população selvagem. Apenas, a concluir de alguns mui fracos dados, e fugitivas informações, será possível declarar, que a população Indiana tem no-

tavelmente decrescido, não podendo contudo avaliar-se em menos de cento e cinquenta mil almas.” (10)

Quanto à Província de Goiás os dados e informações que temos à disposição são ainda mais inseguros. Em 1858 o Dr. Francisco Januaria da Gama Cerqueira calculava entre 25 a 30.000 o número de índios em sua Província. (11)

Alencastre, em 1861, orçou em 20.000 almas, mas, lamenta êle: — “parece que o serviço da catequese devia estar montado com certa regularidade, e que pelo menos se podia ter na repartição do director geral dos índios notícia circunscianciada dos actuaes aldeamentos, sobretudo quando se desejasse saber relativamente ao seu pessoal e à boa ordem e economia d'elle.” (12)

A mesma estimativa é feita por êle no ano seguinte, acrescentando no entanto que dêste número apenas sete ou oito mil estão aldeados e recebendo a influência dos missionários, não obstante pensar que em épocas passadas quase todo o contingente indígena da Província tivesse recebido a influência de catequistas ou simples aventureiros, especialmente vindos de São Paulo para explorarem a região. (13)

Também Cunha Mattos é de opinião que 20.000 índios perambulavam pela Província, sobressaindo a tribo dos Chavante, cujo número de guerreiros montava a quatro mil, “traidores e cobardes”, no dizer do autor, vivendo ao longo do rio Tocantins. (14)

Uma referência especial é feita aos misteriosos Canoeiro, que, no dizer de quase a totalidade dos cronistas e narradores da época, constituíam o terror e a destruição para todos os pacatos moradores de Goiás. Recentemente alguns etnógrafos afirmam a não existência dessa tribo fantasma em terras de Goiás. Quanto à controvérsia nada podemos adiantar por enquanto, mas uma coisa é absolutamente certa e a afirmamos desde já: existiram, de fato, e quase uma centena de autores por nós consultados o comprovam em trechos candentes. Que não se chamassem Canoeiro, que fôssem uma sub-tribo Chavante ou Charente, como querem al-

guns etnólogos atuais, ou que qualquer outro nome verdadeiro tivessem, não discutimos. A verdade é que — aí está toda a documentação da época para provar — uma tribo altamente agressiva e infensa à catequese campeava pelos rincões de Goiás, semeando o terror e a morte e liquidando desapiadadamente aquêle que dela se aproximasse, inclusive até representantes de outras tribos.

Desprovidos de qualquer recurso tecnológico das civilizações atuais os indígenas brasileiros não tinham como modificar ou adaptar as diversas estações meteorológicas às suas necessidades básicas. Assim é que ficam êles inteiramente à mercê das disponibilidades naturais para o suprimento dos materiais indispensáveis à alimentação.

Eis aí uma das razões de seu reconhecido nomadismo. É que, dependentes da natureza, cada região habitada por êles, por um certo tempo em breve tem os seus recursos naturais diminuídos, o que obriga a tribo a emigrar para outras mais bem providas de caça e pesca, onde possam com relativa facilidade retirar a alimentação de que necessitam.

Não é sem razão, por isso, que duas ou mais tribos irreconciliáveis entre si disputem as mesmas terras, possuindo-as, finalmente, aquela que se mostrar mais agressiva e forte.

É bem verdade que os nossos indígenas, com recursos próprios e mais ainda como resultado de seus contactos com a sociedade nacional, já possuíam no século passado alguns rudimentos da agricultura sedentária e dos métodos de processamento dos produtos agrícolas, libertando-se, por isso, em grande parte, da caça e da pesca e da simples coleta dos produtos naturais comestíveis. Essa libertação progressiva, longe de se apresentar completa, tende, no entanto, a prosseguir à medida que novos contactos se fizerem entre brancos e índios.

Assim é que só em determinadas épocas do ano, os chamados períodos produtivos, é que os indígenas se dedicam à insipiente agricultura, restando-lhes um largo lapso de tempo para, à falta de outros recursos, lançarem-se às caçadas e às pescarias, num esforço de sobrevivência extraordinário mas inteiramente adaptado à sua capacidade de resistência,

tanto física como emocional.

Terminadas as colheitas, como dissemos, os indígenas se lançam às aventuras pelas florestas e chapadões. Nessa faina pela alimentação toda a tribo participa. Apenas os velhos e os inválidos, para quem o dilema entre viver e morrer já não há razão de ser, permanecem nas malocas, a quem incumbe guardá-la dos intrusos e aventureiros, até que os demais possam regressar com o produto do seu labor, caças diversas ou peixes, devidamente preparados nos muquéns, para o repasto de alguns dias de festas e de confraternização, findos os quais novas aventuras os aguardam.

As tribos aldeadas são mais sedentárias, como é óbvio. Vivendo em contacto mais ou menos permanente com missionários e diretores, encarregados da pacificação, dêstes recebem alguns ensinamentos de como se abastecerem de produtos agrícolas e deles retirarem a alimentação necessária para todo o ano.

No século passado se cultivavam a mandioca, o arroz, o milho, o feijão em algumas aldeias, sendo que em umas poucas, além dêstes produtos básicos, também se cultivava o algodão. Essas culturas, no entanto, eram tão incipientes que mal davam para o consumo interno, não obstante estabelecerem os diversos regulamentos das aldeias que os produtos de cultura do índio aldeado deveriam ser enviados para as capitais das Províncias, onde funcionários a serviço dos diretores gerais de índios procederiam a venda, recolhendo aos cofres públicos o produto em dinheiro. Esse dinheiro, uma vez recolhido — diziam os citados regulamentos — será empregado na compra de produtos e instrumentos necessários aos aldeamentos e para êles remetidos. Não admira, no entanto, que, muito embora se procedessem a algumas vendas, o dinheiro assim arrecadado mal dava para as gratificações de praxe aos intermediários, ficando as aldeias inteiramente espoliadas em seus esforços de produção.

Não escapavam a essa transação de sonesta nem mesmo alguns missionários, dos quais temos notícia de que conseguiram acumular consideráveis fortunas à custa do suor indígena, sem que

a administração central das Províncias nada pudesse fazer, porque em muitos dos casos a intervenção nas Missões escapava à autoridade dos órgãos civis, sujeitos e submissos como eram os catequistas à jurisdição das missões religiosas.

Nem só produtos agrícolas eram remetidos para as capitais. Também o produto da coleta de castanhas e cocos diversos e de outros alimentos naturais que abundavam na região.

Era de se esperar, dessa maneira, que as aldeias e missões fossem auto-suficientes. Isso, porém não se deu em momento algum. Pelo contrário, era comum nos aldeamentos por nós estudados a migração sistemática de seus componentes em busca de víveres nas florestas, o que dificultava, sobremaneira, os serviços de catequese e pacificação, quando não o próprio aprendizado dos usos e costumes da sociedade nacional.

Dessa forma concluímos que, não obstante a assistência prestada nos aldeamentos e missões, os indígenas ainda assim retiravam das caçadas e pescarias e da coleta de produtos naturais a maior percentagem da sua subsistência. Isso nos parece tanto mais claro quanto mais nos apercebemos de que a natureza em nenhum outro lugar se mostrou mais pródiga em fornecer ao homem os elementos naturais de que necessita, do que na vasta região amazônica, onde uma fonte inesgotável de produtos comestíveis desafia os seus poucos habitantes.

Demais, a par de suas habilidades naturais na apropriação de produtos que a natureza lhes fornece gratuita e fartamente, os nossos indígenas têm uma capacidade de resistência à fome de todos os modos invejável", ao ponto de poderem passar vários dias sem se alimentarem, sem, contudo, êsse fato influir em sua resistência física e disposição de luta frente ao inimigo ou às feras que campeiam por toda parte, a disputar com êles a mesma fonte de alimentos".

Essa resistência é tanto maior quanto mais árida se encontra a região habi-

tada, numa adaptação perfeita do homem à paisagem.

Já dissemos que o nosso indígena cultivava alguns produtos agrícolas, especialmente sob a assistência direta de um funcionário. Êsse cultivo, uma vez incorporado à cultura da tribo cêdo se transmitia às tribos vizinhas e é assim que vamos encontrar tribos, especialmente no interior de Goiás que, não obstante arredias e infensas à catequese e mesmo aos contactos esporádicos, possuíam também uma agricultura rudimentar, produto de contactos havidos em outras épocas ou em outros rincões.

3. — ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Muita coisa teríamos que dizer sobre os usos e costumes do indígena brasileiro, mesmo limitando-nos, como de fato o fazemos, a uma determinada época, no caso o século XIX. O espaço, no entanto, é pequeno, daí apresentarmos, apenas, alguns aspectos da questão que nos pareceram mais significativos para uma melhor compreensão das relações do indígena brasileiro do século passado com os chamados brancos.

Aliás, farto é o material a êsse respeito que se já produziu, bastando que se consulte uma vasta bibliografia, mesmo em língua portuguesa.

Apenas, de determinadas tribos que sofreram mais de perto o impacto de relações com a sociedade nacional teremos ocasião de focalizar alguns aspectos, por que talvez nos ajudem a compreender os produtos dêsses contactos e suas resultantes, tanto para os brancos como e principalmente para o indígena.

Êsses usos e costumes, é bom que se

diga, em muito influíram nas relações e o seu inteiro conhecimento sempre foi uma condição indispensável para o êxito dos entendimentos havidos e por haver hoje em dia, na luta pela integração do sílvicola à nossa civilização.

Inúmeras foram as tribos que mantiveram contactos com a sociedade nacional no século passado e na região objecto de nosso estudo, cuja relação, ainda incompleta como bem sabemos, daremos no final deste trabalho, para melhor orientação dos nossos leitores.

E' certo que da grande maioria delas pouco sabemos quanto aos costumes, visto que muitas das tribos aqui citadas não estabeleceram qualquer contacto conosco naquele período, aparecendo os seus nomes apenas de relance nas crônicas e relatórios, sem qualquer outro informe.

Contudo, algumas tribos que mais de perto privaram com missionários e pacificadores, puderam ser observadas e o produto dessa observação forneceu-nos o material para o esboço que fazemos de sua organização social.

Entre as tribos que mantiveram contactos, nem sempre promissores, com a população de Goiás destaca-se a dos Caiapó, cujo domicílio se estendia por quase todo o território daquela Província, especialmente nos arredores de Vila Boa e das antigas missões de Santa Maria e S. José. Guerreiros por excelência, os Caiapó se estendiam em suas aventuras por toda a Província e até São Paulo

A experiência dos Caiapó com a civilização deve datar de muito longe, pois que foi observado em suas aldeias alguma coisa do ritualismo judaico, conforme nos informa o Pe. Luiz Antônio da Silva e Souza, que com elles privou por longo tempo. (15)

Essa tribo indígena admitia a poligamia e o divórcio e — no dizer deste padre — “fazem as exéquias dos seus mortos com dansas, e se tingem de negro em as ocasiões do seu sentimento; nas vizinhanças da Paschoa pintam em si com tinta de genipapo, botinas, pei-

tos de armas, e fazem então com grande vozeria as suas festas e jogos, sendo o mais celebre o que chamam de touro, em que disputam uns com os outros as forças na carreira, tomando uns do hombro de outros um grande tronco que empregam n'este ministério.” (16)

Muito semelhante aos costumes dos Caiapó eram os dos Krahô, habitantes do extremo norte da Província de Goiás, nos limites com o Maranhão. Como aquêles, admitem a poligamia e o divórcio, veneram os seus mortos e, o que lhes é significativo, veneram a tal ponto os missionários que os dirigem que, se preciso fôsse, dariam as suas vidas par não vê-los perecerem, o que, segundo o Pe. Rafael Tuggia, “dá boas esperanças para o futuro”. (17)

Diferentes dos Caiapó e dos Krahô são os Apinagé, também habitantes da mesma Província, porém mais ao centro, entre os dois grandes rios Tocantins e Araguaia. Conforme Vicente Ferreira Gomes, que os visitou em dezembro de 1858, quando empreendia uma viagem até Belém do Pará, os Apinagé não admitem a poligamia e o concubinato, mas, nas palavras daquele observador, “parece que desconhecem as leis do pejo, toleram o adultério, a substituição das mulheres com as pessoas estranhas à tribu”, (18) ao ponto de, por ocasião das visitas, alguns chefes não se separarem de suas esposas um só momento, com receio de que seus hóspedes menos escrupulosos as possuam em suas ausências.

E acrescenta Ferreira Gomes: — ‘a facilidade com que essa gente costuma acolher as pessoas que lhe são desconhecidas, a bondade com que tratam aquelles que visitam-a, sua simplicidade, ingenuidade, esse mesmo estado em que o Creador a lançou na terra, produz um não sei que de amor, de amizade, de compaixão, de interesse... que o observador não pôde deixar de ter emoções muito apreciáveis.’ (19)

Importantíssima, sob o ponto de vista das relações mantidas no século passado com os habitantes do Maranhão, foi a tribo dos Timbira, de que houve mais tarde várias subdivisões. Inú-

meros foram os contactos dêsse povo com os missionários da Província e encarregados de os pacificar e estudá-los mais de perto.

Um dêstes, Paula Ribeiro, assim os descreve: — ‘Não se lhe conhece a mais pequena demonstração de culto ou religião qualquer que ella seja, pois é sua razão a esse respeito a mais submergida no chaos da ignorancia, sendo-lhes bem indifferente que o sol nasça ou que se esconda,’ (20) o que não deixa de constituir um êrro de perspectiva e de observação, visto que os nossos indígenas, de um modo geral, apresentam sinais evidentes de culto e veneração.

Uma coisa, porém, que impressionou o nosso cronista foi o fato de que as mulheres Timbira, desde que tenham seus filhos e até desmamá-los, “não devem seus maridos desfrutal-as, para que talvez não succeda a influencia do novo feto na pureza dos leites que devem alimentar e criar os recém-nascidos.” — e acrescenta o arguto observador: — “e eis ahi como entre os barbaros selvagens tem um nobre acolhimento qualquer lição da natureza, que diz respeito ao completo da sua propria existencia e perfeita conservação.” (21)

Terror até dos nossos dias tem sido a tribo dos Chavante, que, como os Cherente e Krahô, habitavam a Província de Goiás.

Observou-os de perto o historiador Cunha Mattos, para quem os chefes guerreiros daquela tribo “são electivos, e a escolha sempre recahe no que melhores creditos tem de valoroso.” (22)

Mais adiante observa o mesmo Cunha Mattos: — “e são obedecidos com promptidão e mui severos nos castigos, até imporem pena de morte”, mas, apesar dêsse rigorismo militar, “quando é hora de trabalhar tanto carrega o capitão e suas mulheres como o último da tribo”. (23)

Os Cherente, que nos referimos acima, eram parentes próximos dos Chavante e, assim, possuíam quase os mesmos costumes que êstes, alterados num ou noutro ponto apenas. Como os Chavante, elegiam os seus chefes dentre os mais valorosos da tribo e tinham o

costume de afogar no rio os filhos das mulheres solteiras, sob o pretexto — “de não terem paes para sustentá-los”. (24)

Como sabemos, de um modo geral, tôdas as tribos brasileiras não conheciam as vestimentas nem os diversos métodos de confeccioná-las. Adornavam-se, no entanto, com plumas de aves nos dias festivos e de ordinário traziam à cinta uma corda qualquer, à guisa de caracterização dos sexos, do estado civil, da hierarquia, etc., o que lhes emprestava um aspecto singular, em contraste com a complexidade de nossos costumes, no que toca a êsse respeito.

Essa mesma tribo, a dos Chavante, tinha costumes inteiramente diversos dos nossos no que toca à educação sexual, visto que, no dizer do pe. Rafael Tuggia, “a educação é brutal para as mulheres criando-se as mesmas sem reservas, quando os machos criam-se apartados em casa particular até chegarem a uma idade competente”. (25)

Os rapazes, acrescenta o mesmo cronista — “são educados visando-se a formação de bons guerreiros, corredores e caçadores, além de receberem lições de canto e dansas, adestrando-se-lhes, por isso, para as guerras e para as festas, duas constantes na psicologia do indígena brasileiro”.

Interessante, sob o ponto de vista das relações entre os sexos, são os costumes dos Apinagé, habitantes da mesma Província. Entre êles — afirma Ferreira Gomes — “as casas todas formam um circulo, e no centro estão duas destinadas uma para os homens e outra para as mulheres que estão na puberdade, ou que se aproximam a esse estado, segundo me pareceu, os quaes só mudam de habitação quando casam, como fui informado, sendo que nenhum homem vai à casa das moças, nenhuma mulher vai à casa dos moços, porque estas casas se reputam privilegiadas; porem — acrescenta — é permitido sahir quando lhes apraz para conversar na casa de seus paes e parentes”. (26)

Êstes fatos demonstram até que ponto leva os nossos indígenas a sério o

problema das relações entre sexos, não se apresentando êles, em qualquer hipótese, em promiscuidade sexual, como pareceu a alguns observadores, especialmente nos primeiros séculos de nossa história, para quem o "barbarismo" em que viviam os nossos indígenas provava por si a indiferença nas relações entre homem e mulher e a não existência da família devidamente organizada e calcada em preceitos morais e étnicos, tal como a entende a civilização cristã dos nossos dias. Esse erro de perspectiva é flagrante em muitos observadores da atualidade.

Um outro erro em que incorreram muitos historiadores é o de admitir que os nossos indígenas não possuíam religião de qualquer espécie.

Que a possuíam e ainda possuem provam-no as observações mais cuidadosas e menos sectaristas. Alguns observadores, mesmo do século passado, incorrem neste mesmo erro de visão, muito embora se contradigam a toda hora.

Entre outros é o caso do Pe. Rafael Tuggia, no estudo que fez dos Chavante, Cherente e Krahô, de que já fizemos referência algumas vezes. Diz êle, por exemplo, a certa altura — "A religião para elles é um nome desconhecido porém creem em uma vida futura, semelhante aos antigos Elysios; por isso guardam um culto especial para com seus defuntos". (27) E mais adiante, referindo-se aos Krahô, afirma também êles admitem uma vida futura, além da morte, (28), o que é o bastante para evidenciar a existência de um culto aos antepassados e uma série de cerimônias religiosas, todas elas, é verdade, condizentes com seu estágio cultural, o que não poderia ser de outra forma.

O que não poderíamos esperar é que os indígenas brasileiros, com a sua cultura dita primitiva, apresentassem a complexidade de nossas religiões em suas manifestações místicas. Daí o erro de os incriminarmos arreligiosos ou coisa que o valha. Aliás, sobre o assunto existe uma copiosa documentação demonstrando a existência do sentimento religioso em todas as tribos primitivas

de nosso conhecimento, motivo porque se torna desnecessário mais uma contribuição sobre o assunto.

Nem sempre, porém, os escritores do século passado admitiram esse erro de perspectiva. Perdigão Malheiro, em cuidadoso e metucioso trabalho escrito na década de 1860, dedicado à escravidão no Brasil, é uma dessas exceções. Com efeito, diz êle, na parte relativa à escravidão do indígena: — "Se a religião (dêles) não tinha templos, nem por isso deixavão de reconhecer a existência de um Ente Supremo Tupan, que lhes era manifestado pelo trovão e raio." (29)

Nas suas observações os cronistas não esqueceram de descrever algumas residências de tribos, com as quais privaram mais de perto em suas andanças.

Ferreira Gomes foi um deles. Levado pelo simples espírito de aventura, resolveu empreender uma viagem de Goiás a Belém do Pará, tendo visitado demoradamente, em suas malocas, os Apinagê, que calculou em mil e oitocentas a duas mil almas. Uma da aldeias — diz êle — "é composta de trinta a quarenta casas e talvez seiscentos habitantes: as casas são de palha, baixas e espaçosas em cada uma moram quatro, cinco e seis famílias, cujo número se conhece pelas grandes camas ou girões cobertos de esteiras de palha de palmeiras," (30) aí se alojando todos os membros da família, exceto os rapazes e moças, que tinham residências especiais, como já vimos anteriormente.

Esse número de quatro a seis famílias, convivendo em uma mesma casa, contrasta com o que foi observado no início da colonização do Brasil, quando uma mesma maloca abrigava de sessenta a setenta famílias. A redução do número possivelmente adveio da influência dos catequistas, que sempre tiveram o especial cuidado de isolar as diversas famílias de uma mesma tribo, para — segundo êles — melhor serem observadas as regras da moral e da decência cristã, ou, em outras palavras, para imporem aos indígenas os padrões de comportamento da civilização européia.

Segundo o mesmo autor acima cita-

do, os Carajá tinham habitações permanentes, ao contrário dos Cherente, que nelas habitavam, apenas, temporariamente, de acordo com as suas provisões alimentícias.

Esse fato demonstra a maior integração dos Carajá, como, aliás, ficou evidenciado por aquele autor. Suas casas eram construídas em círculo e aí viviam sedentariamente, às expensas de produtos naturais, tais como o côco, as batatas, etc., sem que ao menos se lhes ensinasse o cultivo de cereais, e isso porque, em muitos dos casos, aos missionários e catequistas importava, antes de tudo, o exercício do ministério religioso.

Muito já se escreveu sobre os instrumentos de guerra e de caça do indígena brasileiro. Em geral, esses instrumentos se conservam em suas formas e funções ao longo dos séculos da colonização, sendo acrescidos, apenas, de utensílios de metal, como o machado, o têrço, a foice, etc. que lhes tem sido fornecidos desde os primeiros tempos de contacto. Assim é que excetuando-se a contribuição de nossa cultura, pouco ou nada evoluiu a arte e a capacidade de invenção do indígena brasileiro, em relação aos instrumentos de ataque e defesa. O arco, a flexa, a clava, o machado de pedra polida, o tacape, eis quase tudo o que sabiam fazer.

Essa deficiência, no entanto, é perfeitamente compensada com a destreza e valentia, que sempre foram uma constante no nosso indígena. Quem se der ao trabalho de consultar a documentação passada certificar-se-á disso. Ainda estão em nossa memória os rasgos de heroísmo de um grande número de tribos, que preferiram vender caro o seu extermínio a se entregarem submissas ao invasor estrangeiro. Os valentes Canoeiro da Província de Goiás são um exemplo disso.

Os Timbira, no Maranhão, antes de serem definitivamente pacificados, fizeram um sem número de vítimas entre os brancos. Os Chavante, os Caiapó e os Cherente, se banharam em um mar de sangue antes da pacificação definitiva. E assim poderíamos citar tribos e mais tribos, cuja coragem e cujos rasgos de valentia sempre foram respeita-

dos por quem se dispusesse a entrar em contacto com eles pela primeira vez.

Dos Canoeiro, diz o Pe. Luiz Antônio da Silva e Souza: — “Nação cruelíssima, bellicosa, e que não sabe fugir, resistindo nos seus combates até morrer, investindo furiosamente as mesmas mulheres e cães bravos que trazem consigo”. (31)

Dos Timbira, diz Paula Ribeiro: — “Foram-lhe algum tempo horrorosas as nossas armas de fogo, porém hoje familiarizados com tudo o que nos diz respeito, até sabem que sem a bala ou chumbo, a mesma polvora não vale contra elles”. (32)

Se a coragem e a valentia eram inerentes ao indígena brasileiro, não menos o era a destreza com que manejavam suas primitivas armas de ataque e defesa, o que, muitas vezes, deixavam atordoados seus inimigos brancos, situação essa que sabiam aproveitar para levarem de vencida em suas sucessivas investidas.

Muito embora o uso de armas de fogo já fôsse comum em algumas tribos, especialmente do Pará e do Maranhão, de um modo geral o indígena resiste a qualquer inovação em suas técnicas primitivas. A esse respeito são significativas as queixas dos catequistas e encarregados da pacificação. Seus relatórios se constituem em um rosário de lamentações desse estado de coisas. Não é de admirar, pois, que à técnica dos brancos, que pouco conheciam, os indígenas preferissem seus próprios instrumentos, em defesa da cultura, que a cada instante é evidenciada, não obstante a dura pena a que ficavam expostos, na defesa de um patrimônio cultural de séculos.

E' assim que, várias foram as tribos, ao lhe serem ofertadas armas de fogo, preferiam o manuseio de seus arcos e flexas, com os quais se defendiam eficientemente, apesar de tudo.

Essa resistência à mudança nunca fôra, porém, absoluta. Com o decorrer dos séculos e intensificação das relações inter-culturais, muitos dos usos e costumes perderam suas características próprias e não são poucos os que perderam

a sua função, tendendo, por isso, ao desaparecimento. Isso ocorreu e ocorre frequentemente porque é bem sabido que o complexo cultural mais avançado, no caso o do branco, tende a predominar e a ser assimilado pelas culturas primitivas, perdendo essas suas características essenciais em proveito daquela.

Um dos costumes mais arraigados na cultura indígena, fruto de sua vida errante e pouco sedentária, é sem dúvida o conceito que têm de liberdade. Adquirem tanta consciência de uma liberdade sem limites quanto as possibilidades de locomoção que o simples aldeamento dirigido para eles significa privação de uma série de direitos, inclusive o de vaguearem sem destino, em busca de novos ares e novas aventuras. A essa respeito podemos afirmar que, de um modo geral, nenhuma tribo ainda se sujeitou a um confinamento imposto sem um gesto de revolta ou de excusa.

Vários são os depoimentos que demonstram a insatisfação do indígena, se colocado em uma aldeia sob a supervisão de algum catequista ou pacificador. Em todos eles se observa o gesto de revolta dos aldeados, mesmo às simples insinuações para que abandonem a vida errante e se radiquem em um determinado lugar. Esse, ao nosso ver, é um dos grandes obstáculos aos aldeamentos dirigidos.

Um outro obstáculo, se bem que em menores proporções, é a exigência para que se apresentem devidamente vestidos ou, na pior das hipóteses, que, à guisa de roupas, tragam uma tanga à cintura. É muito comum associarem ao conceito de liberdade o direito de se apresentarem com as peças simbólicas de vestimenta que melhor se adaptem ao estágio cultural.

O indígena brasileiro não possui uma única característica física. Desde o tipo étnico que poderíamos chamar de branco, de olhos azues até o trigueiro retinto, se estende uma gama de variações de côr, estatura, textura dos cabelos, etc, o que certamente comprova o intenso cruzamento havido no passado remoto.

• Só no rio Xingu foram encontrados

indígenas de diversas compleições étnicas, segundo o relatório do Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, que se empenhou no seu reconhecimento quando presidiu a Província do Pará, em 1863. Com efeito, alí localizou êle os Uruaia, “elegantes e de bellas formas, e de bonita côr”; os Juaicipóia, “indolentes e disformes”; os Peopáia, “de horrendo aspecto, baixos, feições irregulares, e tez da côr de cobre”; os Tauá-Tapeará, de côr “amarello escuro”; os Tapuia-Eretê, “altos, musculosos e de côr trigueira”, os Carajá-Mirim, que “symbolisão perfeitamente o homem no derradeiro gráu da degeneração da espécie humana”; os Carajá-Pacu, “delgados e de côr quase negra e de cabeça e nariz extraordinariamente chatos”; “de branca, e cabellos castanhos claros”, e muitas outras tribos, cada uma delas com características próprias, como a desafiarem os cientistas na procura de suas origens étnicas. (33)

Branco ou quase negro, pardos ou trigueiros, altos ou baixos, os indígenas brasileiros têm, talvez, um aspecto em comum: apresentam todos uma simplicidade quase constante. Essa característica não passou despercebida de quantos privaram com êles. Bem significativa é a opinião de um desses observadores, o sr. Vicente Ferreira Gomes, Juiz de Direito na comarca de Goiás, na década de 1850. Diz êle com muito acêrto: — “Alli se observa a natureza em toda a sua singeleza; alli não se vê os adornos occultando os defeitos naturaes, nem as produções da arte e do capricho occultando a formosura, contrafazendo a obra do Creador: alli não sentem as delicadezas da sociedade civilizada de envolta com o fingimento, com a mentira; alli só se vê a formosura natural, só se respira o ar puro da natureza, só se ouve a verdade (tal como elles a entendem) pura e simples como é a mesma verdade”. (34)

Um outro aspecto da organização social do indígena, que tem sido explorado por quantos superficialmente entrem em contacto com as diversas tribos, tem sido a sua natural apatia pelo trabalho, tal como o entendemos. A opinião geral, então, é de que o in-

dígena é preguiçoso, indolente, indifferente à ânsia de riqueza.

Bem mais consciencioso foi o autor acima citado, quando discorria sobre o assunto, em que teve ocasião de afirmar: — “Pode-se chamar de preguiçoso a aquelle que trabalha para satisfazer as necessidades reais e ficticias da vida? Poder-se-ha qualificar como tal aquelle que, não conhecendo outra necessidade senão a da conservação, trabalha para alimentar-se com o resultado do seu trabalho?” (35)

Uma outra imputação que por muito tempo se procurou sustentar, menosprezando-se a organização social do indígena, é aquella que diz respeito à ausência de qualquer autoridade ou governo central. Uma observação mais racional é o suficiente para concluir-se que, a par de seu estágio cultural, o indígena possui um sistema de governo tão eficiente quanto possível e está submetido a uma série de leis tradicionais, das quais não pode fugir, sob pena de submeter-se às sanções de seus superiores hierárquicos.

Já Jéan de Léry, profundo observador francês e cronista do século XVI, observava isso e, com elle, a maioria dos cronistas de sua época, que nos legaram verdadeiras jóias primas da história do indígena brasileiro, tais como Thevet, Ivres d'Evreux, Claude Abeville, Gandavo e muitos outros aventureiros e catequistas dos primeiros tempo da colonização.

São milhares de palavras escritas com beleza e simplicidade, que caracterizaram os primeiros historiadores de nossas tribos, a attestarem que o indígena brasileiro sempre possuiu um sistema de governo rigorosamente estruturado, a elle se submetendo espontaneamente ou pela força, quando as circunstâncias assim o exigiam.

Nem só na guerra a autoridade dos chefes é respeitada; também na paz os Tuchauas exercem o poder, quase absoluto, podendo dispôr, algumas vezes, até da própria vida de seus comandados, tudo conforme a tradição de cada tribo, seus usos e costumes, etc.

Cunha Mattos teve ocasião de obser-

var isso, tendo o cuidado de deixar registrado o seguinte: — “As pessoas que dizem que os índios não tem governo estabelecido enganam-se: elles tem governo puramente militar: o mais valeroso é eleito chefe da tribo: cada homem é um soldado, e todos elles são sujeitos aos seus capitães, alguns dos quaes exercitam absoluta autoridade sem consultarem os anciões”. (36)

Essa autoridade, acrescentamos, não é puramente militar: também essencialmente civil, cuja moral mantem-na de pé, tanto na paz como na guerra.

Os relatórios e observações que se fizeram no século passado contradizem as próprias conclusões a que chegaram muitos daqueles que privaram mais de perto com o indígena, quando afirmam que nenhum proveito se tirou da pacificação de tribos até então arreadas. Com effeito, muitas dessas tribos, em contacto permanente ou não com os encarregados e catequistas, conseguiram assimilar um sem número de officios domésticos e os exerceram a contento de seus instructores, mal grado a desorganização dos serviços e da assistência prestados, nem sempre permanentes.

Assim é que temos notícias da fabricação de artefatos caseiros até então desconhecidos das tribos e inexistentes em seu contexto cultural, graças aos parcos ensinamentos transmitidos, o que vem demonstrar o interesse do índio pela assimilação de novos valores e novos traços culturais, provindos da sociedade que com elle entra em contacto.

As mulheres Chavante e Carajá, habitantes do aldeamento de S. Joaquim do Jamimbu — segundo informa o missionário local — aprenderam com relativa facilidade a tecer panos grosseiros, fiando elas mesmas o algodão necessário, fato esse sem dúvida alguma producto de aprendizado de novas técnicas introduzidas na aldeia pelos catequistas.

Aliás, Apinagé e Carajá eram considerados pelos catequistas e administradores da Província de Goiás como os mais inclinados à colaboração com o branco, assimilando com facilidade os novos costumes e aprendendo rapidamente o fabrico de vários objetos ca-

seiros, inclusive até o artesanato de produtos destinados ao comércio.

Estes são uns poucos exemplos, apenas, de como é susceptível ao aprendizado de novas técnicas o indígena brasileiro, além da relativa rapidez de assimilação de novos traços culturais pertencentes aos brancos.

Muitos outros exemplos poderíamos dar, e os relatórios por nós consultados estão fartos deles, como a demonstrarem o erro em que incorreram tantos outros observadores que se mostraram descrentes da possibilidade de assimilação de novos valores e técnicas por parte do nosso indígena.

As notícias que temos, no entanto, não somente da fabricação de vários objetos até então de uso e função desconhecidos pelas tribos, mas também do intenso comércio mantido por elas com a sociedade nacional da época, nas mais diversas regiões, nos autorizam a crer-

mos que o indígena pode submeter-se a novos valores ou assimilar novas técnicas artesanais, se para tanto houver um conveniente aprendizado, cientificamente dirigido.

Eis, de relance, alguns aspectos da organização social do indígena do século passado, seus principais usos e costumes, suas habilidades manuais, em suma, suas possibilidades de integração numa cultura muitas vezes superior à dele, mas passível de assimilação, desde que convenientemente implantada.

Tivessem os catequistas e encarregados da pacificação do indígena durante o Império os conhecimentos que hoje possuímos, a técnica de aproximação que hoje se emprega e uma orientação realmente eficaz e outra teria sido a história daqueles tempos, certamente muito menos dramática, com reais benefícios para a economia do País, àquela época calcada exclusivamente na incipiente agricultura e na extração de produtos naturais.

1. — ARAUJO BRUSQUE — Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Pará, em 1.º de setembro de 1862 — pág. 12
2. — Idem, idem — págs. 12 a 21
3. — EDUARDO OLYMPIO MACHADO — Relatório Apresentado à Assembléa Legislativa em 1850 — pág. 23
4. — JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ — Relatório de 1859 — pág. 22
5. — Pe. RAFAEL TUGGIA — Mappas dos Indios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Thereza Christina no rio Tocantins e dos Indios Charaós da aldêa de Pedro Affonso nas margens do mesmo rio — pág. 119.
6. — VICENTE FERREIRA GOMES — Itinerário da cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará... pág. 491.
7. — FRANCISCO JANUARIA DA GAMA CERQUEIRA — Relatório apresentado à Assembléa Legislativa, em 1858 — pág. 20.
8. — JERÔNIMO FRANCISCO COELHO — Falla dirigida à Assembléa Legislativa do Pará, em 1.º de outubro de 1848 — pág. 101.
9. — PAULA RIBEIRO — Memoria sôbre as nações gentias. — o. c. — pág. 442.
10. — JOÃO ANTÔNIO DE MIRANDA — Discurso recitado na abertura da Assembléa Legislativa, em 3 de julho de 1841 — o. c. — pág. 49.
11. — FRANCISCO JANUARIA DA GAMA CERQUEIRA — Relatório apresentado à Assembléa Legislativa, em 1858 — pág. 20.
12. — ALENCASTRE — Relatório apresentado à Assembléa Legislativa de Goyaz, em 1861 — pág. 16.
13. — Idem, idem, pág. 46.

14. — CUNHA MATTOS — Chorographia Historica da Província de Goyaz — pág. 18.
15. — Pe. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA E SOUZA — Memória sôbre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz — pág. 494.
16. — Idem, idem — pág. 494.
17. — Pe. FAFAEL TUGGIA — o. c. — pág. 123.
18. — VICENTE FERREIRA GOMES — o. c. — pág. 123.
19. — Idem, idem — pág. 492.
20. — PAULA RIBEIRO — o. c. — pág. 186.
21. — Idem, idem — pág. 191.
22. — CUNHA MATTOS — o. c. — pág. 22.
23. — Idem, idem — pág. 23.
24. — ANTÔNIO CÂNDIDO DA CRUZ MACHADO — Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Goyaz, em 1854 — pág. 30
25. — Pe. RAFAEL TUGGIA — o. c. — pág. 121
26. — VICENTE FERREIRA GOMES — o. c. — pág. 491
27. — Pe. RAFAEL TUGGIA — o.c. — pág. 120
28. — Idem, idem — pág. 123
29. — PERDIGÃO MALHEIRO — A escravidão no Brasil — pág. 6
30. — VICENTE FERREIRA GOMES — o. c. — pág. 491.
31. — Pe. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA E SOUZA — o. c. — pág. 495.
32. — PAULA RIBEIRO — o. c. — pág. 191.
33. — FRANCISCO CARLOS DE ARAUJO BRUSQUE — Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIII legislatura em 1.º de novembro de 1863 — pág. 16 a 25
34. — VICENTE FERREIRA GOMES — o. c. — pág. 492
35. — Idem, idem — pág. 494
36. — CUNHA MATTOS — o. c. — pág. 79.

UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO :
A FORMAÇÃO CULTURAL DE GOIÁS

Prof. Antônio Theodoro da Silva Neiva

A formação cultural de Goiás remonta ao próprio momento da descoberta, quando o Anhangüera reconhece o lugar em que estivera com seu pai, 40 anos antes, e resolve permanecer, construindo as bases físicas da sociedade.

Sítio do Ferreiro, ou Barra, aí nasceu o primeiro agrupamento, esbôço do arraial de Santana, cuja capela se inaugura a 26 de julho de 1727. Nasceu também aí o traço básico da cultura não material, exatamente aquêlê que reúne os homens, no sentido do divino. A vida jurídico-administrativa de Vila Boa instala-se, oficialmente, a 26 de julho de 1739. Fundada a Igreja, a Câmara Municipal e o Pelourinho, ficavam ainda as relações jurídico-administrativas presas à Comarca e Capitania de São Paulo. Em 1749, com a investidura de D. Marcos de Noronha, surge o govêrno próprio. Corta-se o cordão umbilical, integrando-se, por êste meio, o nôvo ciclo de cultura.

Já sabemos o que significa, em Antropologia, a palavra cultura. Soma total das criações humanas, como a definiu Arthur Ramos; ou expressão harmônica do sentir, pensar, querer, poder, agir e reagir de uma unidade social, expressão essa que nasce de uma combinação de fatores hereditários, físicos e psíquicos com fatores coletivos e morais e que unida ao equipamento civilizador (instrumentos, armas, etc.) dá à unidade social a capacidade e a independência necessárias à luta material e espiritual pela vida — como a conceituou Baldus, de qualquer modo, a cultura como somatória de

tudo que o homem faz ou produz, no sentido material ou espiritual, constitui uma resposta ao meio ambiente, um processo de adaptação a este através de inventos, criados para satisfazer necessidades. Como réplica à pressão do ambiente, cada sociedade cria processos e realiza inventos distintos.

Assim, para um perfeito entendimento da formação cultural de Goiás, é indispensável que analisemos a interação das três raças, que reagiram entre si e o ambiente histórico-geográfico, que constituiu o manancial dos estímulos para a gênese cultural.

Paulo Prado, em seu livro "RETRATO DO BRASIL", ressalta, no caráter do povo brasileiro, certos atributos que, segundo ele, constituíram herança de nossos antepassados. A luxúria e a cobiça, por exemplo, tiveram entroncamento na paixão genésica que fatigou o português e o índio; e na fome de ouro, que incendiou a alma lusitana, no século XVIII, entroncou-se a tristeza da nova raça, a que o africano pagou o tributo de exilado e de escravo. Mas o brasileiro, como bem pondera Fernando de Azevedo, apoiado em arguta observação de Humberto de Campos, não é absolutamente um povo triste, nem tem de onde lhe advenha este mal. E continua: "O português é jovial, festeiro, comunicativo. Provam-no a alegria de seus vilarejos e os seus folguedos campestres em que predominam os bailados nacionais. E o nosso índio não o era menos. As suas festas bulhentas, tumultuosas, duravam dias, e, às vezes, semanas. O nosso indígena, isoladamente, mostrava-se, de fato, taciturno. Mas ser taciturno não é ser triste. A taciturnidade é uma das características dos povos caçadores e torna-se um hábito pelas próprias exigências da ocupação. O silêncio e a quietação não significam assim tristeza, que só poderia vir do desgosto da vida. Os nossos silvícolas viviam satisfeitos da sua condição. De outro lado, esta "apagada e vil tristeza" não mergulha as razões nos africanos, que antes comunicaram à nossa vida doméstica uma nota festiva e cujas reservas extraordinárias de alegria e robustez lhes permitiram tolerar bem — escreve Gilberto Freire — o ramerrão tristonho da lavoura da cana em que falharam os índios".

Sem dúvida alguma, o homem possui uma herança constitucional ou bio-psicológica na qual o habitat e os fatores genéticos e sócio-culturais desempenham um papel interatuante. O ponto de localização dessa herança é o corpo do indivíduo, com suas estruturas e tendências comportamentais.

Se o fenótipo, ou morfologia orgânica, resulta de uma complexa interação de fatores genéticos, ambientais e sócio-culturais, não há, entretanto, capacidades uniformes inatas a raças. As qualidades psicológicas não se ligam geneticamente a aspectos raciais (côr da pele, natureza do cabelo, etc). (1).

Em tôdas as raças, o potencial genotípico é variável entre os indivíduos, ou heterogênea a capacidade de reagir a estímulos culturais. O conceito de superioridade racial vem do erro científico de se admitir a existência de correlação de caracteres genéti-

cos e padrões de comportamentos culturais, acreditando-se na uniformidade destes em relação a todos os indivíduos de uma raça. Este foi o supremo erro dos nazistas ao admitirem a superioridade dos dólco-louros; e o de quantos afirmam que todos os orientais são inerentemente industriais; todos os nórdicos, individualistas; todos os negros, de talento musical; e todos os índios, apáticos (2). Os antropólogos sustentam que os rumos do comportamento não são devidos a uniformidades genéticas inerentes a cada indivíduo, mas devidos à tradição cultural da população. Os comportamentos estão ligados a valores, objetivos, ideais peculiares a determinadas culturas.

A cultura goiana, bem assim a brasileira, tinha de herdar do povo lusitano a sua forma atual. A argila portuguesa — escreve Fernando de Azevedo — lançada no molde do mundo americano, então todo por colonizar, saiu, evidentemente, transformada; é um sópro sempre poderoso que animou a estátua antiga.

Eis que não se pode explicar o caráter e predizer o futuro de um grupo humano, apenas em função de sua composição étnica, porque os fenômenos religiosos, morais, econômicos são sociais e não raciais. A cultura é corolário de um complexo de forças externas e internas. Dotada de extremo dinamismo, cresce pela difusão e pela invenção. Assim, os hábitos físicos e mentais, as concepções de vida e as técnicas de trabalho tinham que, forçosamente, mudar com os contactos e a interpenetração das três culturas, que se encontraram na mesologia brasileira.

Em Vila Boa, no Planalto Goiano, houve uma repetição intensa dos fenômenos que tiveram por moldura a linha litorânea. Lá, como em todos os núcleos surgidos, no sertão, ocorreu uma verdadeira orgia de sexo. Era natural isto: não havia mulheres brancas e o intercurso do português e mestiços com as negras e índias tinha de ser forte. Foi a primeira mudança.

Das causas da segunda, fala melhor este trecho selecionado de um estudioso: "As sociedades que se organizam nas regiões, onde a mineração constitui o fundamento da vida, são sempre marcadas pela instabilidade e pela intranquilidade, mobilidade resultante dos descobrimentos continuados, que exigem os vai-vens dos grupos e, da exaustão a que descem os filhos; e intranquilidade consequente aos choques que se verificam entre os grupos que disputam os veios, ou pretendem, desprezando o regime da lei, enfrentar as autoridades, ou sobrepor-se a elas. Os elementos que integram esses organismos sociais, na generalidade aventureiros, audaciosos, são homens inquietos, saídos de todas as camadas, preferentemente das menos elevadas. Com o andar dos tempos, vencida a disciplina, estabelecida a ordem política, alterada a atividade econômica dos mineiros, a paisagem toma novas cores. E a sociedade sedentariza-se, desenvolvendo-se dentro de um novo ritmo. Foi o que ocorreu na Austrália, no Transvaal, na Califórnia. No caso do Brasil Central, vamos encontrar esse quadro, que foi também o quadro que apre-

sentaram as Minas Gerais e o Mato Grosso do ciclo colonial da mineração". (3). De fato, estas ocorrências são pintadas com tintas vivas pela totalidade dos historiadores goianos: Zoroastro, Americano do Brasil, Alencastre, Cunha Matos, etc.

Mas a terceira mudança não tardaria; veio após o declínio da mineração, quando a infra-estrutura econômica passou a ter base agrária e pastoril. Viviam, na Capitania, 60 mil indivíduos, descendentes dos sertanistas do século XVIII. Constituíam uma população mestiça. O índio recuara para o Norte. O negro diminuíra. O branco escasseara. A explicação deste panorama étnico reside no minguar das correntes imigratórias e na perseguição do índio. Após a independência, a população cresce pela entrada de maranhenses, baianos e mineiros; crescem também a agricultura e o criatório. Define-se uma sociedade goiana, tipicamente brasileira, cujos traços principais são: a Família Rural, a Igreja e a Escola.

Os fundamentos religiosos datam de 1727, quando se erige a capela de Santana; os jurídicos e administrativos vinham da proclamação da descoberta, em 1749. Quanto à Escola, leiamos o que escreve Saint-Hilaire: "Na época em que Goiás era ainda um Estado próspero, não se descuidara da instrução da mocidade: criou-se em Vila Boa uma cátedra de Filosofia e de Moral, uma de Retórica, uma terceira de Gramática Latina, e, para completar, contratara-se um mestre de ensino primário. No começo deste século (XIX), o Conde da Palma, Governador da Província, teve a idéia de fazer economia; incluiu na sua reforma vários professores, e, na época de minha viagem, não havia em toda a Província, mais do que um professor de Gramática, em Meia Ponte, um outro, em Vila Boa, e um mestre-escola em cada uma das principais povoações. Pohl, que visitou Goiás, em 1839, diz pela boca de Kidder, que o número das escolas primárias se eleva, nesta Província, a 60 para meninos, 2 para meninas, existindo 5 ou 6 escolas de ordem mais elevada". (4).

Só em 1846, no Governo de Joaquim Inácio de Ramalho (Barão de Ramalho), inaugura-se a primeira Escola Secundária do Estado, pela Lei n.º 29, de 20 de julho de 1846: o LICEU DE GOIÁS. Anteriores ao Liceu, e de nível secundário, são as aulas do Pe. Luís Antônio da Silva e Souza, que não cobrava de seus alunos. Em 1872, surge o Seminário de Santa Cruz, instituído por D. Joaquim. Em 1898, a Faculdade de Direito. E após a revolução de 30, multiplicam-se as escolas primárias, normais e ginasiais; fundam-se: o Instituto Histórico e Geográfico, o Museu Estadual, a Academia Goiana de Letras, o Instituto de Educação e vários estabelecimentos de ensino de nível superior: Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Filosofia, Escola de Enfermagem, Escola de Belas Artes, etc. Estas são brilhantes antecipações das Universidades, que apareceram: a Católica em 1959; e a Federal em 1960.

A imprensa goiana data de 1830, quando surgiu, em Meia

Ponte, a Matutina Meiapontense dirigida por Joaquim Alves de Oliveira. O Correio Oficial, impresso nas oficinas daquêle órgão particular, circula em 1837. Daí em diante são numerosos os jornais e Revistas Goianas, que vão levando o pensamento literário, político e científico por todos os recantos do Estado e para o resto do Brasil.

No entanto, se os fundamentos culturais de nosso Estado: fundamentos sociais, econômicos e religiosos, constituíram-se, remotamente, a partir do advento do Anhangüera, em 1725, (5) inquestionável é que só puderam desenvolver-se, ostentando complexidade e peculiaridades, quando existiram condições favoráveis ao desenvolvimento. Os alicerces, ou fundamentos, são sempre idênticos, em panoramas culturais de um mesmo ciclo, como os sistemas latino-americanos. No princípio: a família, a Igreja, o pelucurinho. A lavoura, o criatório ou a mineração formavam a infra-estrutura econômica. Esta, a nebulosa primitiva de que surgiram os complexos culturais de todo o continente.

No Brasil, formaram-se assim as províncias culturais do grande todo. Lembrem-se as palavras de Fernando de Azevedo, referidas há pouco: A argila portuguesa, lançada no molde do mundo americano, então todo por colonizar, saiu, evidentemente, transformada.

Entretanto, a cultura é portadora de um dinamismo intrínseco pelo qual cresce e se diversifica, refletindo as condições ambientais. Por isto, — já o assinalamos atrás — dizem os antropólogos: a cultura é uma resposta à mesologia. Tal definição reflete a verdade, pois sendo a cultura um complexo de meios materiais e não materiais criados pelo homem, como arma na luta pela vida, tem de acomodar-se as condições ambientes. Estas lhe determinam as dimensões e os poderes, que são específicos. Daí as peculiaridades, os coloridos *sui generis*, os regionalismos. Por isto, distingue-se uma cultura goiana, de uma cultura nordestina, de uma cultura gaúcha etc., assim como se distingue também uma cultura brasileira de uma cultura francesa, de uma alemã, de uma inglesa etc.

A verdade é que nossa cultura mediterrânea, antes de 1930, não podia crescer, nem expandir-se, à míngua de estímulos. Atilio Correia Lima, urbanista e idealizador do plano piloto de Goiânia, observou, com justeza, que o Estado de Goiás sofreu como os outros Estados centrais de grandes extensões, os males provindos da centralização comercial e industrial, no momento em que passa do feudalismo agrário escravocrata para o trabalho livre. É notório o aspecto desolador de todo o interior brasileiro, onde, a cada passo, encontramos vestígios de prosperidades, em épocas passadas. Essa nova era, na economia nacional, abre um período de larga expansão ao capitalismo, rompendo de direito os laços de um passado feudal, embora de fato subsistam influências dêsse sistema. Para as transformações profundas, num ambiente que conserva ainda reminiscências de uma economia feudal agrária e, conseqüentemente, de uma

sociedade que dela decorre, foram precisas lutas tremendas. Entre as reformas de que carecia o Estado, para o pleno desenvolvimento, destacava-se, como principal medida, a mudança da Capital”.

Sem dúvida, as características feudais e agrárias da cultura goiana amarraram o progresso por intermédio do insulamento, da rotina, do tradicionalismo. Uma das forças responsáveis pelas mudanças culturais é o contacto, a intercomunicação, a difusão. Ora, antes de 30, cada comuna goiana vivia isolada, ensimesmada, empecada, ou envolvida por um meristema de tradições impermeável às influências externas. Os contactos eram superficiais e intermitentes, no ritmo lento do carro de boi, ou no passo estradeiro das comitivas. De quando em quando, aparecia o cometa, vendendo a mercadoria produzida nas cidades litorâneas, ou o juiz de direito, o médico, o advogado, ou o padre, que vinham de fora, quando não fôsseem filhos da terra que regressavam dos estudos, depois de longa ausência.

Goiás, a velha cidade fundada por Bartolomeu Bueno, não possuía condições a fim de polarizar as atividades dos núcleos municipais, mobilizando-lhes as potencialidades econômicas, imprimindo-lhes expansão e impulsos centrifugos e retemperando-lhes as energias espirituais. A serra Dourada era como que uma blindagem granítica, que tornava Vila Boa insensível aos anseios da comunidade goiana. Era a capital do Estado, porque nela residia o govêrno, porque dela partiam as resoluções fiscais, vinculando-se aos municípios próximos e remotos apenas politicamente. Em última análise, a velha Capital não tinha poderes para abrir as fronteiras de Goiás a novas correntes culturais, nem possuía faculdades para irradiar progresso material e espiritual. Já este conhecimento se revela, em 1839, na idéia de Miguel Lino de Moraes, fazendo sentir a necessidade de transferir-se a Capital do Estado para outro lugar (imediações de Água Quente no Norte de Goiás); no pensamento de Couto de Magalhães, quando escreve: “a situação de Goiás era bem escolhida, quando a Província era aurífera. Hoje, porém, que está demonstração que a criação do gado e a agricultura valem mais do que quanta mina de ouro há pela Província, continuar a Capital, aqui, é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a indústria que iniciou a escolha deste lugar; no interesse do Governador Rodolfo Custavo da Paixão em solucionar o problema; no texto da primeira constituição republicana do Estado, quando diz: a cidade de Goiás continuará a ser Capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso; finalmente, na oração do Dr. Pinheiro Chagas, quando focalizava, ao empossar-se no govêrno, em 1930, a necessidade de transferir-se a Capital, no menor prazo possível.

Coube a Pedro Ludovico fazê-lo, encarnando, civicamente, o ideal de seus antecessores e a aspiração coletiva, que refletia uma necessidade histórica. O mérito deste homem decidido não está na originalidade, mas na compreensão de um importante problema, cujo equacionamento encerrava o próprio futuro de Goiás, e, na vi-

rilidade homérica com que soube vencer os imensos obstáculos, que se lhe antolharam na grande marcha, que foram a construção e fundação de Goiânia.

As conseqüências desta empresa arrojada e audaciosa foram tão grandes que se projetaram nos próprios destinos da nacionalidade: sabe-se que além de um estímulo, a construção de Goiânia ensejou uma série de experiências com que se beneficiaria, mais tarde, a de Brasília.

No tocante ao expandir cultural vinculação à mudança, refere-se este argumento extrapolação da apresentação do livro GOIÂNIA DOCUMENTADA, escrito em 1958, para comemorar o 25.º aniversário da mais jovem metrópole estadual do Brasil: "Ressalte-se que com a mudança do eixo político administrativo, a receita estadual de cerca de 5 milhões de cruzeiros, antes de 1930, oscila, atualmente, em torno de um bilhão de cruzeiros, com previsão, sujeita à retificação, de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros em 1959. E, agora, que completa 25 anos de existência, encontra-se entre os primeiros municípios brasileiros, acusando surpreendente expansão de sua população. Em face do ritmo de crescimento vertiginoso que anualmente apresenta, Goiânia, em dez anos, poderá estar com sua população triplicada, isto é, na casa dos 300 mil habitantes.

Verifica-se, portanto, que a renda estadual, sob os efeitos da mudança, aumentou em proporções imprevistas, atuando, de outra parte, para favorecer não só o melhoramento do nível de vida de suas populações, como intensificar a produção das atividades básicas da economia goiana — agricultura e pecuária — além de dar forte impulso ao comércio e às indústrias de transformação, apesar de que o Estado, por motivos óbvios, não alcançou ainda grau de industrialização apreciável. Hoje que não se tem mais dúvida quanto às benéficas influências de Goiânia, no processo de progressivo desenvolvimento do Estado até então amarrado aos elos de uma economia de tipo feudal, fechada, inacessível aos empreendimentos de vulto, que subsistia à custa da pecuária e lavoura produtiva, pode-se dizer que se transformou num dos principais pontos de atração de capitais do Brasil, tal o surto de progresso que aí se verificou, e passou a ocupar, nos últimos anos, um lugar de saliência no concerto geral da nação".

Note-se que os dados estatísticos mencionados, no fragmento supra, são referentes ao ano de 1958, quando Goiânia comemorava o seu 25.º aniversário.

Hoje, outro é o panorama; e pode-se dizer que, em decorrência da mudança, Goiás consegue apresentar, neste dezembro de 1963, os seguintes índices de desenvolvimento cultural:

População do Estado: 2.239.000 habitantes (6)

População de Goiânia: 200.000 habitantes (7)

Receita Estadual: Cr\$ 13.166.711.093,00 (8)

Receita Municipal de Goiânia: Cr\$ 328.996.912,90 (9)

Salas de aula primária: 4 mil (10)

- Matrículas primárias: 232 mil (11)
 Estabelecimentos escolares de grau médio: 169 (12)
 População escolar de grau médio: 19.619 (13)
 Ensino Superior: Duas Universidades
 Assistência Médico-Sanitária: 28 Postos de Higiene no interior e 8 em Goiânia. (14)
 Departamentos Hospitalares: 6 além de numerosos hospitais particulares na Capital e no interior. (15)
 Unidades Sanitárias: O plano MB prevê a instalação de 135 US no quinquênio 1961/1965. (16)
 Produção Agrícola: Cr\$ 14.468.082.662,00 (arroz, milho, feijão, mandioca, etc). (17)
 Produção Agrícola: Cr\$ 14.468.072.662,00 (arroz, milho, feijão, Rebanho bovino: 6.616.755 cabeças (5.º lugar no país) (19).

Estes elementos estatísticos são atinentes apenas às expressões mais vigorosas do desenvolvimento cultural goiano. Através deles se pode conjecturar a respeito dos restantes setores. Como é patente, Goiás ainda não chegou à fase da industrialização. Sua infra-estrutura repousa em atividades predominantemente agropecuárias. Tal fato se deve em parte à carência de energia elétrica que, maxime, em Goiânia, tem entravado a expansão industrial, que jamais esteve paralela à agrícola e pastoril. Por isto, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Plano MB) acelerou a construção das últimas etapas da Usina Cachoeira Dourada, o que dará, em breve, às nossas necessidades uma potência superior a 160 mil KW. Acha-se em elaboração um grandioso projeto para o aproveitamento das possibilidades dos rios Corumbá, Claro e Tocantins, onde se iniciou a construção das Usinas do Lajeado, Mosquito, Farinha e São Félix (todas no Tocantins), que representa a passada inicial da industrialização da Zona Norte do Estado, opulenta em minérios.

E apesar da complexidade dessa tessitura cultural entretecida a partir das primeiras passadas do Anhangüera, em 1725 — temos ainda muito que fazer, pois Goiás possui 64% de seus municípios sem profissionais de medicina, 67% de analfabetos e 300 mil crianças sem escolas. (20).

REFERÊNCIAS

- ** — Este estudo é um capítulo do nosso livro a publicar-se sob o título de "ANTROPOLOGIA CULTURAL DE GOIÁS".
- 1 — Felix Keesing, in Antropologia Cultural, página 127, Edit. Fundo de Cultura, Tradução de José Veiga.
 - 2 — Idem, ibidem, páginas 129 e 130.
 - 3 — A. C. Ferreira Reis, in Goiás, Uma Nova Fronteira Humana, páginas 10 e 11. Edição do Conselho de Imigração e Colonização, 1949.
 - 4 — Saint-Hilaire, in Viagens às Nascentes do São Francisco e Província de Goiás, Tomo I, página 314, nota 52 da página 315, Edição da Companhia Editora Nacional, ano 1937.
 - 5 — Colemar Natal e Silva, in História de Goiás, página 130, n.º

- 24, 1.º volume, 1935, Edição do Estabelecimento Gráfico Mundo Médico Borsor e Cia., Rio de Janeiro.
- 6 — Estimativa do Laboratório Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 - 7 — Idem, *ibidem*.
 - 8 — Lei Orçamentária do Estado de Goiás publicada no Diário Oficial de 31-12-1962.
 - 9 — Informação prestada pela Inspetoria do IBGE, em Goiânia, e relativa ao ano de 1962.
 - 10 — Estatística colhida no livro Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás (Plano MB), Capítulo sobre Educação e Cultura, edição da Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1963.
 - 11 — Idem, *ibidem*.
 - 12 — Idem, no livro Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, página 70, Ano 1961.
 - 13 — Idem, *ibidem*, página 70.
 - 14 — Idem, *ibidem*, página 77.
 - 15 — Idem, *ibidem*, páginas 79 e 80.
 - 16 — Idem, *ibidem*, página 78.
 - 17 — Idem, no livro Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás (Plano MB), Capítulo sobre Agricultura e Pecuária, Edição da Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1963.
 - 18 — Idem, *ibidem*.
 - 19 — Idem, *ibidem*.
 - 20 — Idem, *ibidem*.

OS CANOEIROS

Prof. Antônio Theodoro da Silva Neiva

I — ETNOLOGIA:

1 — Escôro histórico:

Conta Johann Emmanuel Pohl (1) que, durante sua presença no arraial de São Félix, esta localidade, entre alarme e inquietude, preparava uma bandeira contra uma tribo de índios da margem oposta do Maranhão. Os tais eram os Canoeiros a cujo respeito assim escrevia o ilustre viajante: "São cruéis, implacáveis e obstinados, na realização de seus intentos. Não perdoam. Se um deles quiser ceder a sentimentos humanos, perdoando a um prisioneiro, imediatamente se levanta um grito feroz: mata! mata! E a hesitação de um sucede à decisão dos outros que levam a cabo, imediatamente, a sangrenta tarefa. Na crueldade e sede de sangue, não ficam atrás as mulheres; antes, muitas vezes, excedem os homens. Levam para a luta grandes cães, que participam dos combates e, com sua fúria e alarido, aumentam o horror dos ataques".

E Pohl relata como se organizou a bandeira e como esta encontrou no rio das Almas, uma aldeia de índios com uma grande roça de milho, que acabavam de plantar: "A aldeia foi sitiada. Proposta a paz aos Canoeiros, foi esta repelida corajosamente. Um menino de dez anos, roubado, dois anos antes, aos portugueses e vivendo, na aldeia, como escravo, foi convidado, em altas vozes, a passar para o lado dos sitiados. Mas esse plano falhou porque os índios rapidamente assassinaram a criança. Entre eles, achava-se também um Canoeiro nato, que dez anos antes, fôra batizado e vi-

vera, algum tempo, entre os colonos portugueses da capitania de São Paulo. Tinha longa barba e era muito obstinado, não querendo ouvir falar em negociações. Gritou o comandante da bandeira, Major Joaquim Pereira: "Morrereis todos se não render-vos". Ao que respondeu o mencionado índio: "E vós também". Apenas proferira essas palavras, foi varado por uma bala de espingarda. A seguir a bandeira disparou contra as cabanas de palmeira e incendiou-as, matando a punhal, ou a tiro, sem compaixão, todos os índios que pretendiam fugir. Ainda assim, fugiram dois. Prenderam seis crianças e uma velha. Esta vitória, vergonhosamente alcançada, de modo nenhum extinguiu a tribo, pois a maioria dos Canoeiros não estava presente" (2).

Como se vê, pela viva descrição de Pohl, êstes feroz silvícolas são dominados por algum ódio profundo à raça branca. Estudemos os "leitmotiv" de tão crua animadversão, a fim de que possamos compreender a conduta violenta dos Canoeiros, destarte afagando esperanças de conduzi-los à paz.

É verdade que semelhante empresa representa uma lança em África. Mas não é impossível: o exemplo dos Nhambiquara que retesaram, furiosamente, seus arcos contra as passadas civilizadas do Gal. Rondon; o dos Kaingang, cujo extermínio foi pedido, no início dêste século, por Hermann von Ihering (3), que pensava fôsem êles invencível estôrvo ao avanço da colonização e dos trilhos da Noroeste do Brasil; e, recentemente, o dos Xavantes, sob cujas bordunas implacáveis caíram tantas vidas preciosas à Pátria — constituem cintilantes provas de que não há tribos irreductíveis, ou definitivamente perdidas para as tentativas de pacificação e para a fraternidade universal.

Recordemos, de início, que as bandeiras do século XVII incluíam, em seu objetivo, a escravidão do gentio. No ano de 1673 — escreve Americano do Brasil (4) — teriam partido de São Paulo, visando ouro e aborígenes, duas bandeiras notáveis: a de Manuel de Campos Bicudo, que levava seu filho — Antônio Pires de Campos, ainda menino; e a de Bartolomeu Bueno da Silva, conduzindo um menor que tinha do pai o mesmo nome e apelido (5). Chamava-se o rio Araguaia, nos roteiros dos primeiros e destemidos sertanistas, de Paraupava (6); e Bicudo, que esteve no Araés e de lá trouxe uma aldeia de índios, narrou ao **Diabo Velho** com quem se encontrou, no sertão, que não havia trazido todos os selvagens por numerosos e, que, em Araés, existia ouro. Bicudo subiu o Araguaia, pisou a ilha dos Karajá, conheceu o rio das Mortes e viu os Martírios.

O encontro das duas bandeiras que acabamos de mencionar, neste quadro histórico, verificou-se, segundo Americano do Brasil, em 1674 (7).

Por essa época, os índios Kaiapó eram conhecidos pelo nome de Bilreiros e já haviam sido preados pela bandeira do Capitão Belchior Dias Carneiro, que partiu de São Paulo em 1607, andou dois

anos pelo sertão e regressou trazendo grande leva de gentios daquela tribo (8).

A conquista dos Bilreiros tinha sido ousada, baldadamente, em 1608, pela expedição de Martim Francisco Tenório de Aguiar (9), e um ano após a bandeira do Anhangüera, pelo capitão-mor Sebastião Pais de Barros, que foi batido e destruído pelos valentes filhos da terra, em 1675 (10).

Quando o afamado Bartolomeu Bueno da Silva encontrou índios e ouro no rio Vermelho — os homens válidos da tribo Goiá, foram, numa festa, aprisionados de surpresa e, sob algema, conduzidos a São Paulo, onde deviam ser vendidos como escravos (11).

De Antônio Pires de Campos — Pai Pirá (12) e filho de Manoel de Campos Bicudo, este tomado, na História de Goiás do prof. Zoroastro Artiaga, por Manuel Pires de Campos (13) — diz aquele historiador (14) que recebeu uma arrôba de ouro em pó por ter limpado as estradas que davam acesso a Vila Boa e às regiões de Caiapônia, Auriândia e rio Pilões, infestadas pelos Kaiapó e Araé (15).

Diversamente escreve Americano do Brasil (16) ao informar que D. Luís de Mascarenhas ajustou o Coronel Antônio Pires de Campos para fazer a vigilância permanente dos territórios infestados pelos índios, dando-se-lhe o hábito de Cristo e 50\$ de tença em nome de Sua Majestade, um ano após o cumprimento da missão; e o ofício de escrivão da Ouvidoria, isento de donativos e tércas partes, se, três anos depois, os Kaiapó não cometessem mais tropelias (17). O Coronel Antônio Pires de Campos comandava 500 borôro com os quais arrasou as aldeias Kaiapó, não deixando pedra sobre pedra (18).

Por isto, ficaram tristemente assinalados na história das cruéis algaras contra os silvícolas: Antônio Pires de Campos — pai e filho; os Victor Antônio; os João de Godoy Pinto da Silveira e até o próprio Bartolomeu Bueno da Silva — o Anhangüera, que se celebrizou pela astúcia, nas relações com o gentio: queimando aguardente, ameaçou-o de incendiar as águas, se não lhe fôsse revelado o lugar em que se apanhava ouro; usando argolas de ferro, diante de numerosa e aguerrida tribo, maniatou caciques, no intuito traiçoeiro de os fazer dançar, como falsamente havia feito com alguns dos seus. E mal se viram acorrentados, o astuto Bueno os prendeu e grande número dos mais, durante a imensa confusão em que se viu a tribo, uma vez descoberto o embuste (19).

Acontecimentos odiosos, compondo páginas melancólicas da vida colonial, são as chamadas guerras de resgate (20).

O Pe. Luís Antônio da Silva Souza refere (21) “que o obstáculo a vencer, opondo-se ao aumento da população goiana, era a fúria dos Kaiapó, na parte Sul, e, na parte Norte, a dos Xavante, Acroá e Xacriabá, que a cada passo faziam roubos, incêndios e mortes, ou por sua congênita ferocidade, ou em vingança dos primeiros sertanistas, que entraram nas suas aldeias e coliraram os campos

de cadáveres, conduzindo, como em triunfo, empacotadas as orelhas do grande número que tinham morto, que mostravam com prazer e com vanglória". Semelhantes violências estendiam-se até mesmo aos quilômbolas: Bartolomeu Bueno do Prado levou a São Paulo 3.900 pares de orelhas humanas, como troféu sinistro de soberania. (22).

O Prof. Zoroastro Artiaga consignou, em sua História de Goiás (23), estes incríveis eventos: a poluição das cacimbas da aldeia de Pedro III, pelo cianureto e a distribuição de roupas de variolosos aos aldeados. Acrescentem-se a isso os comandos para a eliminação sumária dos silvícolas. Tais acontecimentos enodoam a história da colonização nas terras do Tocantins e do Berocan. Muitas tribos desapareceram e outras se retiraram do território goiano, procurando lugares longínquos e inacessíveis, em Mato Grosso e Pará.

Eis que não se pode estranhar que os índios Canoeiros se tenham deixado possuir pelo ódio aos colonizadores, furtando-se, obstinadamente, aos contactos, salvo os que lhes propiciassem o desfôrço contra as horribéis perversidades que os infelicitavam.

Informa Americano do Brasil (24) que eles iniciaram suas vinditas contra os brancos, depois que a grande expedição, enviada pelo Capitão-General Tristão da Cunha Meneses (25), em 1796, ao governador do Pará, destruiu muitas de suas aldeias localizadas em ilhas do Tocantins, não havendo notícia de que em tempo algum, se fizesse tão grande carnificina, em alojamentos de selvagem. E sabemos que tais desforras, ou perseguições aos brancos, como as denominou Americano do Brasil (26), ocorreram, intensamente, não só no governo de Tristão da Cunha (27), em 1783, quando ameaçaram Pontal, Pôrto Imperial (Norte) e tôdas as iniciativas de tráfego do alto Tocantins, como também nos do Cel. José Rodrigues Jardim, em 1831 (28), e Antônio Joaquim da Silva Gomes, em 1850 (29), quando puseram em cheque o sossêgo de várias localidades e fazendas.

Ainda hoje, a despeito do seu isolamento, empreendem façanhas temíveis contra fazendeiros, pescadores profissionais, caçadores de jacaré etc., que barqueiam ou zingam, no rio Javaé e afluentes. Há zonas perigosas, muitas vèzes afastadas de suas aldeias, mas freqüentadas pelos Canoeiros, que alvejam, traiçoeiramente, os que nelas ousam pisar. Segundo Leolídio di Ramos Caiado, autor do livro Dramas do Oeste, a área do Tori-Beroô, afluente do Javaé, constitui uma delas (30). "Muitas vèzes — informa aquêlê escritor — o cristão, numa região de índios agressivos, é espreitado por espaço de longo tempo até que chegue o momento mais oportuno para ser liquidado, após uma emboscada com segurança. O civilizado que se aventura nas terras dèsses índios, sem motivo relevante, é sempre um imprudente, porque sabe que a qualquer momento poderá ser atacado e com pouca chance de se safar com vida" (31).

Aí estão os "leitmotiv" desta formidável inimizade que muitas tribos votam ao civilizado. Entre elas, a dos Canoeiros, dos Kaiapó

e dos Xavante. Êstes, graças aos esforços do SPI, já foram pacificados. Relacionam-se com os cristãos.

São índios de contactos intermitentes. O mesmo fato ocorre relativamente às tribos Kaiapó de que havemos de falar neste livro. Temos visto belos exemplares Xavante, passeando nas ruas de Goiânia.

Quanto aos Canoeiros, conservam-se isolados. Repugnantes os contactos. Eis como se explica a exiguidade de informes e levantamentos etnográficos a seu respeito.

2 — Localização:

Os Avá habitam local incerto da região tocantina do sertão de Amaro Leite, Rio Formoso etc. Couto de Magalhães (32) os deu como moradores dos sertões entre os rios Peixe e Tesouras, sublinhando que esta é a morada mais constante destes índios impetuosos, cujo carácter selvagem e feroz merece especial menção. Willy Aureli (33) informa ser, ainda hoje, o sertão de Amaro Leite, a sede de suas tabas, que aí formam um núcleo ferocíssimo muito temido. O Prof. Zoroastro Artiaga (34) localiza os Canoeiros um pouco ao norte do município de Niquelândia, ou nas matarias do Baixo Maranhão. E enfatiza, numa linguagem profética, que eles se esconderam nessa mataria, onde a civilização, um dia, irá incomodá-los para repetir-lhes a história dos Xavante, dos Kaiapó e dos Goiá, que as chumbeiras bandeirantes exterminaram, na era setecentista, das margens do rio Vermelho. E observa, repetindo uma afirmativa de Couto de Magalhães: "Trata-se de uma nação arredia, que foi enxotada do convívio de outras tribos e viveu por si mesma, na parte mais alta do Tocantins, sem praticar atrocidades nestes últimos cem anos". Esta afirmativa opõe-se, na sua parte final, ao depoimento de sertanistas respeitáveis. Aureli, por exemplo, informa (35) que "as vítimas prediletas dos Canoeiros são os Javaé, há muito estabelecidos no braço menor do Araguaia e suas proximidades. As incursões dos Canoeiros, na ilha do Bananal, eram assinaladas por uma série extraordinária de assassinios e raptos de mulheres Javaé". E Leolídio di Ramos Caiadi (36) ratifica este testemunho de Rureli, quando escreve: "Os Canoeiros, como todos os índios agressivos, não se limitam a ficar em suas áreas, nas proximidades das aldeias, e andam dias, empreendendo viagens a grandes distâncias. Principalmente no verão, época em que efetuam suas façanhas contra os brancos e em certas regiões do Javaé, na margem direita, constituem sério perigo. Os mais visados são os pescadores profissionais e os caçadores de jacarés, que sobem os rios e afluentes menores, em busca do pirarucu e vão aos mais distantes lagos e lagoas à caça de jacaré, e são, não raramente, alvejados por traiçoeiras flechas. Um dos lugares mais temíveis foi a região do rio Tori-Beroô, afluente do Javaé, que era muito freqüentado pelos Canoeiros".

É ainda o prof. Zoroastro Artiaga (37) quem informa: "Diziam que estes índios tinham as aldeias no baixo rio do Côco, ou

talvez no Tori-Beroô, onde o homem branco até hoje não penetrou. Tais índios viveram nas proximidades de Niquelândia, e, posteriormente, na zona do Santa Tereza". E noutro trecho do mesmo livro (38): "Em nossos dias estão arredios; e não querem contato com os civilizados. Estão no baixo Javaé e no vale do Tori-Beroô.

O seu mundo é constituído com as terras do Tocantins e adjacências, sendo vistos raramente". Finalizemos estas considerações com uma de Johann Emmanuel Pohl (39). Localizando os Canoeiros, informa: "Vivem nas matas próximas do rio Maranhão, dos rios Paraná e Manuel Alves e da barra do Palma, onde têm suas aldeias. Possuem, além do rio Maranhão, ao Oeste, os descampados até Amaro Leite, onde muito inquietam os moradores". E acrescenta (40): "A aldeia principal dos Canoeiros fica entre as montanhas de além do Duro até onde nunca penetravam os habitantes brasileiros. Esses bárbaros vagam por toda aquela região e impedem o acesso. Está perdido quem lhes cai às mãos. De vez em quando são encontrados até a quatro léguas de São Félix, na embocadura do rio Maranhão; e tamanho é o susto que causam que ninguém ousa aproximar-se daquele rio".

Em última análise, podemos concluir que os Canoeiros se têm refugiado, dos tempos da preação até hoje, em vários lugares invios e jamais pisados pelo branco até um certo momento, sempre na área mesopotâmica, ora nas proximidades do grande Tocantins, ora nas do belo Araguaia, conhecida a região ou zona, mas ignorada a localidade exata. Ao que se sabe, presentemente, devem eles viver no vale do rio Formoso ou Escuro, cujas nascentes ficam perto da Serra do Estrondo e cujas águas correm para o braço direito do Araguaia. José Maria da Gama Malcher localiza-os na região de Uruçu, Porangatu, braço menor do Araguaia (41).

Quando Castelnau viajou em Goiás, talvez estes bravios silvícolas habitassem as duas margens do Tocantins, num polígono cujos lados tangenciassem Peixe, Amaro Leite e Niquelândia, como escreveu aquele ilustre sábio, em seu livro Expedição às Regiões Centrais da América do Sul (42).

Esta tese geo-etnográfica jamais foi posta em dúvida pelo etnólogo Curt Nimuendaju que admitiu, no entanto, tenham sido os Canoeiros rechaçados das margens do Tocantins e seus afluentes maiores, transformando-se em índios campeiros dos sertões centrais e, aos poucos, recuando, para o Oeste, depois do seu advento, no alto Tocantins, onde viveram uns trinta anos como verdadeiros índios de canoa (4).

3 — Classificação:

Quando o General Couto de Magalhães governou Goiás, de 1863 a 1864, estendeu de tal maneira seu interesse aos indígenas, que chegou a escrever livros sobre eles, conseguindo recolher umas poucas de palavras da língua dos Canoeiros, quase um pequeno léxico, que se acha registrado no excelente livro Viagem ao Araguaia (44). Esse glossário de menos de uma centena de vocábulos foi exa-

minado por Paulo Rivet, que os comparou, conforme diz Herbert Baldus (45) com o guarani de Batista Caetano de Almeida Nogueira, com o tapi do Pe. Tastevin e com o chiriguano dos Padres Romano e Cattunar, inferindo do paralelo que os Canoeiros descendem dos Karijó, vindos de São Paulo. Com efeito, essa explicação da origem daqueles índios, foi consignada pelo ilustre diamantinense, da maneira seguinte (46):

“A tradição em Goiás é, a meu ver, mais racional: aí se diz que, na ocasião de uma desavença havida em São Félix, entre João Leite Ortiz e Bartolomeu Bueno da Silva, descobridores da província, Ortiz tomou para o Norte com os índios Karijó que havia trazido de São Paulo; que estes, chegada a oportunidade, fugiram para os matos, voltando ao estado selvagem e fundaram a tribo dos Canoeiros; de sorte que, segundo esta tradição, os Canoeiros são os mesmos Karijó”.

Couto de Magalhães relata versão, cuja origem não explica, opondo-se à conjectura corrente, ou hipótese de que os Canoeiros fossem os mesmos Xavante (47). Em verdade, divulgava o pensamento de Cunha Matos, cujo ponto de vista — segundo Americano do Brasil (48). — Era este: “Os Canoeiros seriam antes uma raça de salteadores, oriunda de negros e Karijó, do que índios das selvas goianas”. “No curso da história da província — escreve Americano do Brasil — ver-se-ão os Canoeiros, ora roubando donzelas, ora entrando nas igrejas e tudo massacrando, como em Palma, ora destruindo e incendiando fazendas e localidades (49).

E em abono de sua versão, Couto de Magalhães lembra fatos que lhe foram referidos pelo ex-Presidente da Província, Pe. Luís Gonzaga de Camargo Fleuri (50), evidenciando que os índios, em aprêço, possuem conhecimentos de nossa língua, de nossos costumes, de nossa religião católica, conseguintemente, não sendo, na expressão do vocábulo, verdadeiros selvagens, mas, segundo Cunha Matos, um estranho amálgama em que predomina o banditismo (51).

Na sua excelente Corografia Histórica da Província de Goiás, o que, efetiva e conjecturalmente, informa o ilustre governador das armas, podemos resumir no seguinte: “os Karijó a que nesta província dão o nome de Canoeiros são descendentes daqueles que de São Paulo vieram, em companhia do velho Anhangüera e lhe fugiram, na ocasião em que ele, perdeu e foi dar consigo ao rio Paraná (52).

Entretanto, semelhantes afirmações são inteiramente conjecturais, como se evidencia pela nota 103 daquela citada obra, onde, sobre o que concerne aos Canoeiros, Cunha Matos esclarece (53): “Confesso que apesar de todas as diligências feitas para saber a origem desta bárbara tribo, nunca pude alcançar outras notícias senão de serem Karijó de São Paulo, que vieram com Bartolomeu Bueno, descobridor de Goiás; foi o que me disseram pessoas bem informadas, mas talvez elas estivessem pouco ao fato do negócio, e que involuntariamente me enganassem”.

Que o idioma desses bárbaros pertença ao grupo lingüístico

Tupi-Guarani o dizem Rivet e Nimuendaju. Aquêlé chegou até a fixar a época da expansão canoieira para Oeste, rumo ao Araguaia; e éste, a se atribuir prioridade no reconhecimento de um dialeto guarani, no vocabulário avá recolhido e publicado por Couto de Magalhães (54).

Preferimos calar, quanto à natureza Guarani do vocabulário, que nada sabemos de lingüística. Nem olvidaremos a plausibilidade da tese que considera os Canoieiros como produto da cruzada de Karijó com quilômbolas. Sabemos da existência dos últimos, em Goiás, desde épocas remotas. O que, porém, recusamos, por inverossímil, é a versão de que a tribo avá teria sido fundada pelos Karijó trazidos de São Paulo por João Leite Ortiz. Eles fugiram para os matos, voltando ao estado selvagem e originaram aquela — dizem os arautos desta tradição a que se deu foros de cidade. As razões que apresentamos, repontam da própria estrutura da bandeira do Anhangüera, das incertezas pertinentes ao itinerário por ela trilhado, dos roteiros de Silva Braga e Urbano do Couto, que dela tratam. Firmados neste complexo, cujos elementos, muita vez, se contradizem, concluímos pela inviabilidade da fórmula, tendo em vista os seguintes argumentos:

Primum:

A 23 de dezembro de 1725 (55), o Anhangüera e João Leite Ortiz, que haviam chegado a São Paulo em 21 de outubro daquele ano (56), comunicavam, oficialmente, ao governador Rodrigo César de Menezes, os resultados da sua expedição.

Ortiz regressava a São Paulo com o sogro; não podia, pois, ter-se separado d'êlé, tomando para o Norte.

Foi o ilustre autor da Memória sobre Goiás, Pe. Luis Antônio da Silva e Sousa, quem afirmou, naquela prestante obra (57), que tendo chegado Bueno ao arraial de São Félix, aí prevaleceu a tudo a intriga ou a desesperação; que tumultuaram fazendo partidos os companheiros, nada bastando para os conter a autoridade de que Bueno estava investido; que uns, em balsa que fabricaram, desceram pelo rio e foram ter ao Grão-Pará, onde se diz que foram presos até se conhecer o motivo de sua viagem; que outros se ausentaram fugitivamente e ficou o descobridor na extremidade de não poder continuar nas suas diligências.

E Silva e Sousa interroga: cansado de calamidades, desprovido de gente e do necessário, que podia Bueno fazer? Voltar sobre os mesmos passos...

Como se vê, o historiador não diz que João Leite tenha tomado para Norte com os Karijó que havia trazido de São Paulo. Ele não os trouxera nenhum (58). Ao relato histórico fez-se, portanto, acréscimo que responde pelo estropiamento da realidade.

Secundum:

Nem é difícil verificar que a versão em foco prende-se à narrativa do ouvidor da Câmara de Vila Boa — José Correia Seixas, que inspirou ao Pe. Luis Antônio da Silva e Sousa (59) a teoria da

cisão da bandeira do Anhangüera (69): uma parte teria descido o Tocantins até Belém do Pará, enquanto a outra, fiel a Bueno, “voltando sôbre os mesmos passos até o ribeirão do Cabrinha seguiu com os poucos que restavam para São Paulo, onde, envergonhado, Bartolomeu se ocultou à vista do governaôor, que, conhecendo o seu espírito de fidelidade o procurou, animando-o a prosseguir numa emprêsa que interessava tanto à sua gl'ória” (61).

Como admitir a versão, se o relato de Silva e Sousa se fulmina pela epístola de Rodrigo de Meneses, inteirando D. João V do êxito de Bueno?

Inesperadamente êste chegara a São Paulo com o genro, em 21 de outubro de 1725 (62). E a 27 do mesmo mês o Capitão-Gene-ral participava a D. João V (63): “Sem embargo de se ver diminuído de fôrças, por se lhe haver morrido e desertado a maior parte da gente que o acompanhava, Bueno assentara que não appareceria perante êle, governaôor, sem satisfazer áquilo de que se encaregara, sendo-lhe mais fácil perder a vida” (64). Bueno não voltou sôbre os mesmos passos, senão depois da vitória. A despeito da defeccão de Silva Braga, descendo o Tocantins até o Grão-Pará — êle prosseguiu na perseguição de seu objetivo, que era a busca do ouro. E triunfou sua firmeza obstinada.

Tertium:

O roteiro de Urbano que, de certo modo e sob alguns aspectos, completa o de José Peixoto da Silva Braga, levou o Prof. Zoroastro Artiaga à convicção de que, efetivamente, o Anhangüera teria voltado a São Paulo, a fim de conseguir reforços e reequipamentos, deixando o resto da bandeira nos Pilões, antigo Araés em cujas margens viveu a tribo do mesmo nome (65). Acaso a carta de D. Rodrigo a D. João V não seria um cheque mate ao integral teor desta crônica? Se autêntica, no entanto, teremos vulnerado de morte, mercê do roteiro de Urbano, a famosa versão da desavença ocorrida em São Félix, entre João Leite Ortiz e Bartolomeu Bueno da Silva. Porque ela teria acontecido, não em São Félix, mas no rio Rico, onde era exuberante o cascalho do ouro. Êste sempre foi o “leitmotiv” das desavenças humanas. . .

Por isto mesmo — escreve o Prof. Zoroastro Artiaga (66) — o cabo queria explorar a mina e o pessoal da bandeira queria regressar; Bueno desejava maiores troféus para levar ao rei, e João Leite queria que primeiro se acudisse à bandeira doente e faminta. E por falecer acôrdo brigaram e tomaram armas para se matarem reciprocamente (67).

Quartum:

Resta um último argumento tirado da estrutura da bandeira comandada pelo segundo Anhangüera.

Êste quartum salta do roteiro de Silva Braga, a respeito do qual declara Taunay não existir nada mais pitoresco e instrutivo como documento do sertanismo (68). Diz Silva Braga (69) que saiu da cidade de São Paulo a 3 de julho de 1722 em companhia do capi-

tão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera de alcunha, que era o cabo da tropa, com 39 cavalos, dois religiosos bentos, Fr. Antônio da Conceição e Fr. Luis de Santana, um franciscano, Fr. Cosme de S. André e 152 armas, entre as quais iam também 20 índios que o Sr. Rodrigo César, General que então era de São Paulo, deu ao cabo Bartolomeu Bueno para condução das cargas e necessidades. Dos brancos, quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia e cinco ou mais paulistas com os seus filhos e negros a sua custa.

Pela descrita composição da bandeira às ordens do filho do Diabo Velho, notam-se quão poucos eram os índios que marchavam.

Se estabelecermos um confronto entre os depoimentos dos antigos clássicos da História de Goiás, veremos flagrante disparidade de informações: Não se referindo a índios, Silva e Sousa diz que a comitiva constava de mais de duzentas pessoas (70); Cunha Matos, de cem homens de guerra, além do grande número de Karijó (71); e, finalmente, não mencionando índios, Alencastre (72) diz que Bueno organizou uma expedição numerosa com um montante de homens superior a duzentos.

Informa Affonso de Escragnole Taunay (73) que podia ser, porém, que o grosso dos paulistas estivesse com Ortiz, que parece não ter partido com o sogro.

Taunay, todavia, não afirma positivamente; diz que podia ser, ou parece. Páginas adiante, em seu livro (74), escreve que a 27 de dezembro de 1725 João Leite Ortiz narrava ao Capitão General que partira para o sertão à sua custa, levando 35 escravos seus e 38 cavalos e vários homens de sua companhia; que entre brancos e escravos comandava 87 homens de armas; que, afinal, na expedição, perdera a maior parte dos escravos e vários homens brancos. Ortiz, na retaguarda, não conduzia sequer um índio.

Pelo visto, conclui-se que a bandeira levava pouco mais de duas dezenas de índios: os que foram dados a Bueno por Rodrigo César, e outros pertencentes aos paulistas que participavam da comitiva.

Lembre-se que Silva Braga refere-se, em seu roteiro, à morte de quarenta pessoas (75), morte pela fome, cansaço e sofrimento. Quanto aos índios, informa que fugiram oito dos pertencentes ao cabo, mas foram apanhados três, que João Leite trouxe presos (76).

Lembre-se também que Rodrigo César de Meneses, comunicando a D. João V, em carta de 24 de abril de 1725, a decisão de enviar a Bueno, que se achava perdido no sertão, há três anos — referia-se a doze índios evadidos da bandeira.

As notícias que êstes deram ao governador da Capitania de São Paulo coincidiam com as que lhe mandara o marquês de Abrantes sobre o destino de Bueno, então obstinado a descobrir o que buscava, ou morrer na empresa (77).

A conclusão é inevitável: como se compreender que menos de

uma dezena de silvícolas das duas trazidas aos sertões de Goiás pelo Anhangüera, pudesse formar ou originar a tribo dos Canoeiros?

Tampouco se sabe, precisamente, a que nação pertenciam os tais; não o dizem os roteiros, nem os muitos documentos que pudemos consultar (78).

Desta sorte, não é de estranhar a notória divergência de opiniões, quanto à classificação dos Canoeiros. Vejamos o que a propósito escreve Estêvão Pinto, em nota um, ao pé da página cento e onze de seu excelente livro "Os Indígenas do Nordeste":

"Dos escritores que tiveram ensejo de referir-se aos Canoeiros (de nenhum, antigo ou moderno, foram objeto de estudo especial), Pohl, que não os viu pessoalmente, relacionou-os com os Xavante, no que foi acompanhado por Milliet de Saint-Adolphe, que afirmou ter sido o nome canoeiro o primitivamente dado pelos portugueses aos Xavante; Castelnau e Saint-Hilaire assimilaram-nos aos Borôro; e Martim considerou-os Tupi, no que foi apenas seguido pelo General Couto de Magalhães. Dos cientistas que mais recentemente se ocuparam daquêles singulares silvícolas, Ehrenreich não chegou a fazer juízo seguro sobre êles, inclinando-se, todavia, a tê-los como congêneres dos Xerente e Xavante e até achar nêles afinidade com os Borôro; Coudreau entendeu preferível enxertá-los entre os Kaiapó; Néelson de Sena só lhes admitiu a existência como um nome genérico, aplicável aos Karajá, Iguaruna, Tocantin e Xavante; e Teodoro Sampaio, finalmente, viu nêles um possível ramo de Xerente. Ora bem: — Se fôsse exatas as informações e se verdadeiro o vocabulário inserto pelo General Couto de Magalhães na sua primeira viagem ao Araguaia, com relação aos misteriosos Canoeiros, — não tenho dúvida em assegurar que êles são uma horda Tupi, tresmalhada talvez do Sul e que foi parar naquelas remotas rachãs do Araguaia. Com efeito, não só o seu físico e os seus costumes os aproximam mais dos Tupi do que dos Gê, como também da sua linguagem conservam as vozes fundamentais típicas, embora já adulteradas pelo longo contacto com os Tapuia circunvizinhos, dos quais tomaram os ditongos, consonantais, que não existem no nhêe-gatu, nem no abá-nhêe".

Acréscete-se a esta resenha o ponto de vista inaceitável do sertanista Willy Aureli, segundo o qual os Canoeiros pertencem possivelmente à família dos Xavante. Teriam sido — diz Aureli — os tais Xavante de canoa, na época das perseguições (79). Não é de estranhar isto, porque Angyone Costa, em sua Introdução à Arqueologia Brasileira, inseriu os Canoeiros entre os Gê (80). Critério idêntico ao do Sr. Bierrenbach Lima, incluindo os Canoeiros em sua relação de 481 tribos brasileiras, como pertencentes à família dos Acuen ou Xavante (81). Note-se, por fim, esta afirmativa esdrúxula do Cel. Amílcar A. Botelho de Magalhães, referindo-se aos Guató de Mato Grosso: "São os célebres índios Canoeiros de que tratou Couto de Magalhães" (82).

Quanto ao etnónimo **Canoeiro**, são também divergentes as

opiniões: Pohl (83) explica que estes índios tiram o seu nome das canoas que usam: são troncos de árvores escavados, nos quais navegam audaciosamente e habilmente mesmo o caudaloso Maranhão. No caso de ataque — informa Pohl — escondem essas canoas debaixo d'água; enchem-nas de pedras e afundam-nas.

A Castelnau (84) lhe parecia que os Canoeiros pertencessem à raça dos Borôro, provindo seu nome do hábito de estarem sempre navegando, no rio, com suas canoas, enquanto os Xavante sabiam apenas construir balsas. Herbert Baldus (85) tenta uma explicação interessante, e diversa das mais, por intermédio de um informe de Kissenberth: "Diz este que encontrou um Canoeiro como escravo de Valadar, chefe da mais setentrional das aldeias Karajá. Valadar, ao ser perseguido por um bando de Canoeiros, raptara-o do meio deles. O escravo chamava-se a si mesmo de awa (auá) e era designado pelo senhor de índio Kaniwerú. Kissenberth acha provável que os portugueses tenham transformado este nome em canoeiro, similantemente ao ocorrido com o nome da ilha do Bananal, corruptela do nome karajá ABANANÁ, cujo portador era, nos meados do século XVIII, chefe de uma aldeia situada no braço do Araguaia, que corre a leste da ilha". No pequeno glossário de Couto de Magalhães, o vocábulo avá significa, em nossa língua, canoeiro.

4 — Recenseamento:

Ignora-se a quantidade de Canoeiros existente ainda hoje, não obstante o Prof. Zoroastro Artiaga afirmar que são poucos (86).

A seção de estudos do SPI (87) limita-se a informar que os Canoeiros são uma tribo isolada, vivendo, em estado primitivo, entre o rio Formoso e o braço oriental do Araguaia. Em 1819, Pohl anotava que eram das tribos mais numerosas (88), selvagens e cruéis.

Já vimos como descreveu a expedição de São Félix, ordenada pelo ouvidor da Vila de S. João da Palma.

Esta bandeira destruiu, na bacia do rio das Almas, uma aldeia, cuja população cultivava roça de milho de quatro alqueires, Massacraram-se a punhal e a tiros numerosos índios, prendendo-se seis crianças e uma velha. A maioria dos silvícolas escapou, por estar ausente (89). Por este relato, pode-se concluir que os Canoeiros eram numerosos, naquela época. Sofreram outras chacinas idênticas e sucessivas. Por isto, atualmente, devem ser, como disse o Prof. Zoroastro Artiaga, poucos. Aliás esta é também a opinião do etnólogo Curt Nimuendaju, em epístola a Herbert Baldus: "Repellidos das margens do Tocantins — informa Nimuendaju — os Canoeiros abandonaram a navegação e se transformaram em índios campeiros dos sertões centrais, recuando aos poucos para Oeste. Ali, um resto deles se conserva, até hoje, em atitude francamente hostil a todos, mas os seus ataques tem-se tornado raros e suponho que o seu número, talvez em consequência dos repetidos massacres, seja diminuto (90).

5 — Aldeamentos catequéticos:

No início deste século, Frei Sebastião Tomaz, missionário capuchinho de Conceição do Araguaia, tentou chegar, com propósitos catequéticos, às aldeias canoeiras, porém foi flechado (91).

Informa Couto de Magalhães que tôdas as tentativas de catequese têm sido infrutíferas, nem mesmo se conseguindo civilizar os presos em combate (92).

Nada mais a registrar. Analisando a atuação do Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, em Goiás, Americano do Brasil escreve o seguinte trecho, que exprime tudo o que se quis fazer até o presente, no tocante à catequese dos Canoeiros: "Cunha Matos empregou-se, seriamente, na tentativa de catequese destes ferozes aborígenes, e em epistola ao Ministro do Império, João Gomes da Silveira Mendonça, expunha um plano catequético (93): Eu conheço — dizia o governador das armas — três meios para civilizar os índios: 1) atraí-los à força de donativos e em espetáculos pomposos e fascinantes; 2) catequizá-los à força de resignação religiosa; 3) sujeitá-los pelo terror e superioridade das armas de fogo. Em nenhuma província do Império se praticou o primeiro meio em tão grande escala como em Goiás. E depois de falar nas grandes despesas feitas, baldadamente, pelo governo, promovendo o aldeamento de várias tribos — Cunha Matos concluía: O gênio indômito dos Canoeiros é inacessível ao agrado, ou ao processo de catequese religiosa iniciada pelos capuchinhos, nas aldeias de Mato Grosso; sob a direção de Frei José de Macerante. No seu entender, a ferocidade dos Canoeiros só encontraria resistência na força armada, meio que lhe repugnava à consciência. Tinha o governador das armas uma grande expedição pronta para seguir até a habitação destes índios, quando a lei de 20 de outubro de 1823 dispôs que tal objetivo ficasse sob a dependência do governo da Província, o que inutilizou o propósito do brigadeiro (94). Cunha Matos não queria destruir os Canoeiros pelas armas, mas apenas amedrontá-los, como fizera a uma aldeia de Xerente, ou Xavante. Reunidas muitas centenas de índios, o brigadeiro ordenou à tropa que executasse diante deles os mais impressionantes exercícios, desse descargas e tiros de roqueiras para mostrar a força de que dispunha. O alvitre surtiu tal efeito, ficando os índios de tal maneira amedrontados, que imediatamente celebraram a paz e prometeram não mais incomodar os fazendeiros. Os Canoeiros não puderam experimentar o efeito desta encenação caricata de resultados positivos (95).

6 — **Grau de Integração:**
índios isolados.

7 — **Bibliografia:**

Fontes antigas:

Viagem ao Interior do Brasil — Johann Emmanuel Pohl.

Expedições às Regiões Centrais da América do Sul — Francis Castelnau.

Viagem ao Araguaia — General Couto de Magalhães.

Carta ao Ministro do Império, João Gomes da Silveira Mendonça. — Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos.

Memórias sobre o Descobrimento, Governo, População e Cou-
sas mais Notáveis da Capitania de Goiás — Pe. Luís Antônio da
Silva e Sousa.

Corografia Histórica da Província de Goiás — Brigadeiro Rai-
mundo José da Cunha Matos.

Fontes modernas:

Cunha Matos em Goiás — Americano do Brasil.

Súmula de História de Goiás — idem.

História de Goiás — Prof. Zoroastro Artiaga

Dramas do Oeste — Leolídio di Ramos Caiado.

Roncador — Willy Aureli.

Dos índios do Brasil Central — Prof. Zoroastro Artiaga.

Les Indiens Canoeiros — Paul Rivet.

Os indígenas do Nordeste — Estêvão Pinto.

Introdução à Antropologia Brasileira — Artur Ramos.

Introdução à Arqueologia Brasileira — Angyone Costa.

Impressões da Comissão Rondon — Cel. Amílcar A. Botelho
de Magalhães.

Revista do Arquivo Municipal — Ano XII, Volume CIV, de
1945.

Revista do Arquivo Municipal — Ano XVII, Volume CXXXV,
de 1950.

Nos Sertões do Araguaia — Hermano Ribeiro da Silva.

Índios (Grau de Integração na comunidade nacional. Grupo
lingüístico. Localização) — José Maria Gama Malcher.

En las selvas virgenes del Brasil — H. Marie Tapie.

II — ANTROPOLOGIA FÍSICA

O General Couto de Magalhães (96) descreve o tipo dos Cano-
eiros, mercê das referências de um casazinho avá, que encontrou
na freguesia de Entre Rios.

Em nota ao pé da página diz que teve, depois, ocasião de ver
outros selvagens desta tribo, na aldeia da Estiva (97). Eis o retrato
que nos deixou (98): "O Canoeiro é, ordinariamente de estatura
baixa, cabelos e olhos negros, cor de bronze; fino, ágil e com as
pernas levemente arqueadas. O nome vem de se terem tornado cé-
lebres os seus ataques contra os navegantes do Maranhão, a quem
acometiam em levíssimas ubás e com agilidade tal, que chegavam
sem ser pressentidos, retirando-se sem sofrer dano". Leolídio di
Ramos Caiado escreve que o Canoeiro tem tipo acabocladado e vastas
barbas (99); e o Prof. Zoroastro Artiaga, que sua pele é escura; seus
cabelos lisos e compridos, sedosos e soltos em madeixas; seus beiços,
salientes; seus olhos, apertados como o dos chineses; seu nariz, cha-
to (100). Diz ainda o Prof. Zoroastro Artiaga que os Canoeiros
usam barbas postiças para fazer terror (101).

III — ETNOGRAFIA (102)

1 — Habitação:

Moram em cabanas de palmeira (103).

2 — Vestuário:

Andam nus (104).

3 — Economia:

Fazem roça de milho (105). Fazem comércio de escravos, vendendo-se uns aos outros (106). Roubam gado. Comem carne de cavalo e de burro. Caçam e pescam (107).

4 — Organização Social:

São governados por um cacique que, pelo mais leve motivo, impõe a pena de morte (108).

Este tem às suas ordens: tenentes, alferes, sargentos e cabos e é chamado de capitão (109).

5 — Casamento:

São monógramos. Admitem a prostituição, mantendo, nas aldeias, casa de meretrizes. Estas, segundo dizem, não podem comunicar-se com as mulheres honestas (110).

6 — Armas e instrumentos:

São belicosos, levando para o combate grandes cães (111).

Servem-se de punhais, espadas, baionetas, flechas com ponta de ferro, fazendo dêste sempre ampla provisão, nas povoações que assolam. Sua arma mais característica é o porrete, feito de cerne de madeira de lei, com três palmos de comprimento, ponta longa, forma de azagaia, prêso a uma corda (112).

Informa o Prof. Zoroastro Artiaga que os Canoeiros conhecem a fundição do ferro, que lhes teria sido ensinada pelos negros; que na zona do Javaé, alguns garimpeiros viram numa aldeia, cujos habitantes não se encontravam, no momento, uma grande panela de ferro, contendo carne de cavalo a cozinhar; que os garimpeiros fugiram apressadamente daquele local (113).

7 — Caráter:

Parece que apenas um traço, até agora, identifica, inconfundivelmente, o caráter dos índios Canoeiros: um formidável ódio contra o branco.

Como vimos de mostrar, esta idiossincrasia tem raízes mergulhadas no remoto passado das bandeiras de preação, que pisaram as terras centrais, em épocas anteriores ao advento do Anhangüera, quando, talvez, nem ainda existissem os Canoeiros (114).

A partir de 1608, os Kaiapó já haviam sido vitimados pelo bandeirismo preador de Belchior Dias, Tenório de Aguiar e Sebastião Pais de Barros. Já historiamos a triste interação do colonizador com o aborígene, depois de 1675, época em que Bartolomeu Bueno da Silva travou contacto com os Goiá. Podemos avaliar, portanto, a imensidade daquelas raízes. Mesmo assim acreditamos na sua erradicação. Não há ódio que resista ao amor. Isso no-lo ensinou Cristo. E a vida o comprova. Morrer se preciso fôr, matar nunca — foi o instrumento de pacificação de numerosas tribos como a dos Kaingang, dos Xokleng, dos Botocudos, dos Nhambiquara, dos Umotina, dos Parintintin, dos Xavante e tantas outras encami-

nhadas à paz pelo SPI. Há de ser também o da pacificação dos Avá, não obstante o longo passado de agudos sofrimentos. O seguinte trecho de Couto de Magalhães retrata, fielmente, o caráter dos Canoeiros, estuante de ódio que aquêles sofrimentos inculpiram na alma rude dêstes crudelíssimos selvagens:

“No Rio Claro, foram mortos, há poucos anos, alguns Canoeiros, que nos atacaram, e notou-se-lhes uma espécie de casca, que ia desde o cotovêlo até a mão, tão grossa como um calo, resultante da prática que êles têm de acompanhar os brancos, arrastando-se pelos capins como se fôsem serpentes. O Canoeiro é mais valente do que outro qualquer índio, ao que acresce o ser mais sagaz e providente. Quando o Canoeiro bate, a destruição é certa, porque êle não o faz sem escolher ocasião oportuna, custe isso muito embora uma espionagem incessante de muitos meses. Ordiariamente matam e roubam tudo quanto é ferro, couro e roupa. O dinheiro e outros quaisquer objetos preciosos a nossos olhos não têm para êles valor algum.

Em tôda parte do Norte desta Província, vê-se assinalada por uma destruição a passagem desta tribo assoladora. A poucas léguas do lugar em que estou, jazem as ruínas do extinto arraial de Tessoras, cujos habitantes êles mataram e cujas casas assolaram sem a menor piedade, entregando a povoação a um incêndio, que tudo devorou à exceção das paredes e muros de pedra, que ainda existem. Além dêsse, existem as freguesias de São Félix, Cocal, Água Quente e Amaro Leite, cujos sertões foram os mais ricos em população e gado, todos reduzidos a cinzas por êles, além de Crixás e a vila do Pilar, que foram dizimadas” (115).

VOCABULÁRIO DA LÍNGUA DOS CANOEIROS *

Recolhido pelo General Couto de Magalhães

Português	Canoeiro	Português	Canoeiro
Mãe	Ahy	lha)	Tigüera
Veado	Uassú	Milho	Avaxi
Porco	Tara xú	Homem de Guerra	Cuimbay
Sol	Ará	Galinha	Acaré
Papagaio	Ajuruhy	Roupa	Aobá
Menino	Colomy	Abóbora	Tacré
Casa	Ocá	Feijão	Cumundá
Machado	Dgigua	Telha	Jocá
Mulher	Uainvi	Macaco	Kain
Homem	Cuimbaé	Arroz	Avaxi mim
Mêça	Cunhã	Farinha	Ui
Menina	Conhatain	Canoeiro	Avá
Boi	Tapira ete	Chorar	Jacó
Água	Ig	Rir	Opocá
Córrego	Paraná	Madrugada	Ccoemum
Pedra	Itá	Sol entrar	Oique
Palhada (roça ve-		Gente	Bacané

Flecha	Uvá	Mamão	Baiagó
Faca	Ita quiché	Bonito	Semicato
Enxada	Ita pruré	Bom	Icato
Foice	Japrruré	Ruim	Tequari
Machado	Jegrã		
Cabeça	Fe uchmã	NOMES PRÓPRIOS	
Pé	Depu	Joaquina	Jatay Gula
Mão	Depó	Antônio	Jurandeaú
Tacho	Itanhaém	Capitão (atual dos	
Estar pejada	Iprurá	Cançeiros)	Ipaze
Deus	Juvaká	Mãe (atual dos	
Cana	Taquarean	Canoeiros)	Traimb
Taquara	Jatesquá	Sargento (Idem,	
Banana	Manapary	Idem)	Jurubá

* Do livro "Viagem ao Araguaia", Companhia Editôra Nacional, 1957, Pág. 106, 6.^a edição.

NOTAS REMISSIVAS

* Capítulo do livro a publicar-se sob o nome: **Antropologia Cultural de Goiás**

(**) Professor de Antropologia Cultural na Universidade de .. Goiás e na Universidade Federal de Goiás.

(1) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, 1951, pág. 89, Tomo II, 1.^a edição brasileira.

(2) Idem, ibidem, pág. 91, Tomo II

(3) Cel. Amílcar A. Botelho de Magalhães, IMPRESSÕES DA COMISSÃO RONDON, Companhia Editôra Nacional, 1942, pág. 303 a 317 5.^a edição.

(4) Americano do Brasil, SÚMULA DE HISTÓRIA DE GOIÁS, Departamento Estadual de Cultura, 1961, pág. 31, 2.^a edição.

(5) Manoel Rodrigues Ferreira chama a êste fato, registrado por vários historiadores de responsabilidade, de lenda do encontro dos meninos Pires de Campos e Bueno da Silva Junior.

No livro "O Mistério do Ouro dos Martírios" — êste escritor e ex-professor de Matemática e Física, que é também sertanista, afirmou peremptoriamente: Não houve êsse encontro. E tenta demonstrar:

"O descobrimento das minas de Cuiabá, em 1719, e de Goiás, em 1725, constituíram, na época, acontecimentos de grande repercussão. Desconhecia-se a história das bandeiras que, há mais de um século, haviam palmilhado aqueles sertões dos Goiás e do Araguaia principalmente. E um historiador, Pedro Taques, começava a pesquisar arquivos para descobrir fatos de uma história já completamente esquecida. Foi nesse ambiente de completo desconhecimento da grande história das bandeiras anteriores, que surgem dois grandes nomes: Antônio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva

(Junior), penetrando sertões e descobrindo minas de ouro. E ambos contavam o que haviam visto, quando moços, naqueles sertões, inclusive os Martírios, com tôda a certeza.

Depois de terem falecido, os roteiros das minas dos Martírios, cuja verdadeira e longínqua origem ninguém conhecia, começaram a espalhar-se por Goiás e Mato Grosso. Daí, aquêles que ouviram os relatos de Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva passaram a supor que todos os fatos, nesses roteiros relatados, tiveram lugar naquela bandeira de 1673, onde aquêles dois sertanistas estiveram, quando moços. E tudo que nos roteiros estava relatado foi considerado como tendo acontecido no ano de 1673: o nome de um rio Paraupava, que ninguém sabia onde ficava, minas de ouro junto a misteriosos Martírios, e outros tantos fatos que nesses roteiros se contêm. E os próprios roteiros, finalmente, passaram a ser considerados como tendo sido escritos por Antônio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva (pág. 356 e 357)".

Quanto aos meninos, escreve: "O fato do encontro não se deu com êsses meninos (Pires de Campos e Bartolomeu Bueno Júnior), mas sim com os meninos Baltazar Rodrigues e o filho de Sebastião de Freitas, em 1615. Já vimos que, em 1615, voltava do Paraupava a bandeira de André Fernandes, trazendo o menino de dez ou onze anos de idade, Baltazar Rodrigues.

Essa bandeira encontrou-se, em agosto de 1615, com a bandeira de Lázaro da Costa, que também levava outro menino, filho de Sebastião de Freitas. A maioria dos membros da bandeira de Lázaro da Costa, ouvindo o relato de André Fernandes, abandonou a ida aos Karijó e dirigiu-se ao Paraupava sob a chefia de Antônio Pedroso de Alvarenga" (pág. 350).

E depois de provar a impossibilidade do encontro (págs. 351 e 352) de 1673 ou de 1682, quando Pires de Campos teria, respectivamente, 14 e 23 anos e Bueno, 7 e 16 — desautorizando-se, assim, a hipótese em questão, por razões óbvias — conclui Manoel Rodrigues Ferreira (pág. 353): "Acreditamos que Manoel de Campos Bicudo com seu filho Antônio Pires de Campos, e Bartolomeu Bueno da Silva — o Anhangüera, com seu filho de mesmo nome, estiveram, em 1673, na grande bandeira de Sebastião Pais de Barros. Mas, não eram mais meninos. Eram moços. Os meninos eram: Baltazar, filho de Manoel Rodrigues e o filho de Sebastião de Freitas. O relato dos roteiros refere-se a êstes em 1615. Não há um documento que seja daquelas duas pretensas bandeiras de Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva. Os primeiros historiadores de Goiás, que relataram a história do encontro das duas bandeiras, como tendo lugar em 1682, e inclusive o encontro dos dois meninos, foram Silva e Sousa, Cunha Matos e Alencastre. Êles descreveram os fatos, como ouviram por tradição. Isto é, descreveram-nos já passados mais de 130 anos!

A tradição que recolheram foi a dos roteiros. Nem Pedro Taques, antes dêles, se referia àqueles fatos. E nem êsses roteiros fo-

ram descritos por Antônio Pires de Campos, quando êste residia em Cuiabá. Pires de Campos simplesmente era possuidor dos mesmos, fornecendo cópia dêles aos seus amigos" (pág. 354).

Sobre as modificações sofridas pelos roteiros escreve: "Inicialmente devemos advertir que os roteiros não são iguais. Diferem uns dos outros, quer pela maneira de relatar os fatos, quer por acidentes geográficos existirem nuns e noutros não. Manoel Correia foi o primeiro a escrever um roteiro, ou, mais prôpriamente, uma notícia dos índios e do rio dos Araé onde havia ouro. Provavelmente Sebastião Marinho fizera o mesmo. Seriam dois roteiros de uma mesma bandeira. Esta bandeira deverá ter sido a de Antônio Macedo, de 1590 a 1593. Dois anos após, Domingos Rodrigues fôra àquele mesmo sertão verificar se tal achado era realmente ouro. E ao roteiro de Manoel Correia (e talvez ao de Sebastião Marinho), Domingos Rodrigues acrescentara a razão por que dera a denominação Paraupava ao rio que explorara, e já dando notícia dos índios Karajá. Os Martírios devem ter tido origem nesta bandeira de Domingos Rodrigues, desde que estão associados à origem do rio Paraupava. Nessas informações de Domingos Rodrigues devem ter sido feitas referências aos índios Gojá, que êle apresou. Estas referências não chegaram até nós. As bandeiras de Belchior Carneiro e Martim Rodrigues foram àqueles sertões, seguindo aqueles roteiros. Em 1613 — 1615, teve lugar a bandeira de André Fernandes, havendo o encontro com a de Lázaro da Costa. Sertanistas desta bandeira, provavelmente acrescentaram mais fatos aos roteiros originais. O menino Baltazar, ao ficar homem, deve ter, por sua vez, acrescentado aos antigos roteiros a sua própria história, ou seja o encontro com o outro menino. A esta altura, já deveria existir mais de um roteiro, escritos por diversos sertanistas, todos referindo-se a um fato central: rio Paraupava, Martírios, ouro e índios informantes. Simão Pedroso dissera ao governador Gomes Freire de Andrade ter visto, na bandeira de Antônio Raposo Tavares, um roteiro da Bandeira de André Fernandes, indicando certo lugar, onde havia ouro no Araguaia. Êste roteiro não era de André Fernandes, era das bandeiras anteriores. Simão Pedroso e provavelmente todos, àquela altura do século XVII, já supunham ter sido a bandeira de André Fernandes, a primeira que fôra àquele sertão do Paraupava.

Já haviam caído no olvido as de Macedo, Domingos Rodrigues, Afonso Sardinha, Belchior Carneiro e Martim Rodrigues. Naquele meado do século XVII, o rio que fôra denominado Paraupava pelos sertanistas de São Paulo, passava a ser conhecido, no Pará, com o nome de Araguaia, permanecendo a primeira denominação em alguns roteiros, que foram conservados por famílias de sertanistas. Por isso, passavam a existir roteiros onde aparecia o nome Paraupava e outros onde aparecia o nome Araguaia. A bandeira de 1673, de Sebastião Pais de Barros, foi àquele sertão e, provavelmente, os seus sertanistas já não sabiam mais que Paraupava e Araguaia eram um só rio". (págs. 354 e 355).

(6) Americano do Brasil, firmando-se no roteiro dado a Luis Rodrigues Vilares por Antônio Pires de Campos (págs. 25 a 28 da Súmula de História de Goiás), disse que o Tocantins era o mesmo Paraupava ou Paraupeba dos bandeirantes dos séculos XVI e XVII. Este problema geográfico foi resolvido por Manoel Rodrigues Ferreira, no livro "O Mistério do Ouro dos Martírios". A págs. 315 e 316 desta obra lê-se: "O rio Paraupava, já vimos e provamos, era o antigo nome do atual rio Araguaia que hoje serve de divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso. Esse nome aparece pe'a primeira vez num documento referente à bandeira de Domingos Rodrigues, que teve lugar entre os anos de 1596 e 1600. Talvez tenha sido denominado pela bandeira anterior, de Antônio Macedo, entre 1590 e 1593. Entretanto, não há documento que comprove esta suposição. Documentadamente aparece a bandeira de Domingos Rodrigues, como a primeira que chegou a esse rio, onde viviam os índios Goiás, e dos quais aquêle sertanista apresou alguns. A denominação Paraupava permaneceu até 1618, quando, pela última vez, apareceu, num inventário de Antônio Pedroso de Alvarenga. Em meados desse século XVII, o nome Paraupava assim conhecido dos sertanistas de São Paulo, passou a ser denominado Araguaia pelos sertanistas, missionários e jesuítas do Pará, nome que conserva até hoje".

(7) Americano do Brasil, SÚMULA DE HISTÓRIA DE GOIÁS, Departamento Estadual de Cultura, pág. 32, 2.^a edição.

(8) Idem, ibidem, pág. 26.

(9) Idem, ibidem, pág. 27. Manoel Rodrigues Ferreira registra Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, ao invés de Martim Francisco Tenório de Aguiar (pág. 215 de "O Mistério do Ouro dos Martírios").

(10) Idem, ibidem, pág. 32. Manoel Rodrigues Ferreira informa que a bandeira de Sebastião Fais de Barros data de 1673 (pág. 297 de O Mistério do Ouro dos Martírios). De'a teriam participado Bartolomeu Bueno da Silva e Manoel de Campos Bicudo, ambos com seus filhos, não havendo, segundo o citado escritor, nenhum documento relativo a bandeiras daqueles sertanistas, cujo encontro foi relatado pelos historiadores: Silva e Sousa, Alencastre e Cunha Matos. E também por Americano do Brasil (pág. 353 de O Mistério do Ouro dos Martírios). "Das bandeiras que se dirigiram a Goiás, a última de que se deixaram documentos foi a de Sebastião Pais de Barros, em 1673". Depois desta, a única bandeira documentada é a de Bartolomeu Bueno da Silva Junior, em 1722, quarenta e nove anos após a de Sebastião Pais de Barros (Pág. 311 de O Mistério do Ouro dos Martírios).

(11) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1959 pág. 39, 2.^a edição.

(12) No Tomo II da História das Bandeiras Paulistas de E. Taunay, capítulo XIII, pág. 253, escreve o historiador ilustre que os dois ituanos homônimos, Antônio Pires de Campos, pai e filho, alcunhado aquêle o Pai Pirá, foram das maiores figuras do bandeirismo. Escreve ainda que não se sabe bem se tal alcunha pertenceu real-

mente ao pai, ou ao filho, ou a ambos, como é muito provável. O pai tinha sertanizado, ainda menino, com seu progenitor Manuel de Campos Bicudo.

(13) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1959 pág. 26, 2.ª edição.

(14) Idem, ibidem, pág. 90 e 215. Silva e Sousa menciona este pagamento de uma arrôba de ouro (pág. 447 de MEMÓRIA SOBRE O DESCOBRIMENTO, GOVERNO, POPULAÇÃO E COUSAS MAIS NOTÁVEIS DA CAPITANIA DE GOIÁS, in Revista do Instituto Geográfico, Histórico Brasileiro, IV trimestre de 1849). Taunay diz que ele concerne à campanha de 1742 empreendida por Pires de Campos contra os Kaiapó (pág. 254 de História das Bandeiras Paulistas).

(15) O Prof. Zoroastro Artiaga, ora se refere a Manuel Pires de Campos (pág. 215 da História de Goiás), ora, a Antônio Pires de Campos (pág. 90 da História de Goiás), emprestando a ambos a antonomásia de Pai Pirá. Já esclarecemos esta questão na nota 12. Agora, devemos sublinhar a coincidência das informações do Prof. Zoroastro Artiaga e Affonso de E. Taunay quanto à paga de uma arrôba de ouro. Diz Taunay à pág. 245 da História das Bandeiras Paulistas, volume II: "Esperava-se que recebendo o reforço dos 150 ou 200 arcos, que mandara buscar, alcançaria as maiores vitórias sobre tão temido inimigo. E como recompensa de serviços pedira e obtivera o subsídio de uma arrôba de ouro". Reportou-se Taunay à 1.ª campanha de Pires de Campos Filho, em 1742. Pe. Luís Antônio da Silva e Sousa escreveu minuciosamente sobre os fatos referidos.

(16) Americano do Brasil, SUMULA DE HISTÓRIA DE GOIÁS, Departamento Estadual de Cultura, 1961, pág. 60, 2.ª edição.

(17) Idem, ibidem, pág. 61.

(18) Que o Cel. Antônio Pires de Campos comandava 500 Borôro informam Alencastre e Silva e Sousa. Esta notícia consta da História de Goiás do Prof. Zoroastro Artiaga (pág. 90) e do livro homônimo do Prof. Colemar Natal e Silva (pág. 119, I Volume, 1935). Affonso de E. Taunay registra que o sertanista, em aprêço, efetuou três grandes campanhas contra os Kaiapó: a de 1742, a de 1748 e a de 1751 em que perdeu a vida (História das Bandeiras Paulistas, Edição da Companhia Melhoramentos, pág. 256, Tomo II, 2.ª edição). Quanto à paga, diz Taunay: "Mas só faria jus à terça de cinquenta mil reis anuais, do hábito de Cristo a que pretendia, quando indiscutivelmente se provasse que por completo reduzira os Kaiapó à impotência". Tal recompensa concernia à campanha de 1748.

(19) Dr. Antônio Martins de Azevedo Pimentel, O BRASIL CENTRAL — Estudos Pátrios — 1907, pág. 298.

(20) Não obstante a Coroa Portuguesa proclamar a liberdade dos silvícolas, D. Sebastião, em 1570, e Felipe II, em 1605, resolveram que somente os antropófagos e os prisioneiros em guerra justa, isto é, declarada pelo governo, podiam ser escravizados. Felipe III permitiu fosse escravizado o índio turbulento, prêso em guerra. Este

tipo, ou o resgate do prisioneiro de outras tribos, que devia morrer na muçurana e ser comido ritualmente, como era uso entre os silvícolas. Por isto, era chamado índio de corda em alusão àquela. Resgate era, portanto, a compra dos prisioneiros de guerra, que se tornavam, em consequência, propriedade do resgatante, instigavam-se os índios a empreender guerra a seus irmãos com a finalidade única de se obter o prêsco de corda, que era comprado por quinquilharia pelos traficantes da escravidão vermelha (HISTÓRIA DO BRASIL DE FTD, págs. 193 e 194).

(21) Pe. Luís Antônio da Silva e Sousa, MEMÓRIA SOBRE O DESCOBRIMENTO, GOVERNO, POPULAÇÃO E COUSAS MAIS NOTÁVEIS DA CAPITANIA DE GOIÁS, in Revista Trimestral de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, IV trimestre de 1849, pág. 441.

(22) O Prof. Zoroastro Artiaga cita o fato em sua História de Goiás (pág. 215) e na sua Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás — (pág. 83, I Tomo) como se as vítimas fossem silvícolas. Affonso de E. Taunay relata-o assim: "Corria o ano de 1715 e receava-se o levantamento dos pretos contra os brancos. A tal propósito louva Pedro Taques o Coronel José Antônio Freire de Andrade, quando governara a Capitania de Minas Gerais. Conquencera Bartolomeu Bueno do Prado a chefiar uma expedição contra um quase reino de pretos foragidos que ocupava a campanha, desde o rio das Mortes até o Rio Grande, percorrida por quem palmilhava a estrada para Goiás.

Tanto soubera Bartolomeu desempenhar o conceito formado de seu valor e disciplina de guerra que se recolhera vitorioso, apresentando 3900 pares de orelhas de quilômbolas" (págs. 261 e 262 da História das Bandeiras Paulistas, Tomo II).

(23) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1959, págs. 106 e 107, 2.ª edição.

(24) Americano do Brasil, SÚMULA DA HISTÓRIA DE GOIÁS, Departamento Estadual de Cultura, 1961, pág. 98, 2.ª edição.

(25) Idem, ibidem, pág. 77.

(26) Idem, ibidem, pág. 98.

(27) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1959, 2.ª edição, pág. 112.

(28) Idem, ibidem, pág. 145.

(29) Idem, ibidem, pág. 161.

(30) Leôldio di Ramos Caiado, DRAMAS DO OESTE, Gráfica e Editora Edigraf Ltda., São Paulo, 1961, pág. 92.

(31) Idem, ibidem, pág. 93.

(32) General Couto de Magalhães, VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, 6.ª edição, pág. 99.

(33) Willy Aureli, RONCADOR, Livraria Editora Importadora Americana Ltda., São Paulo, 1962, 3.ª edição, pág. 291.

(34) Prof. Zoroastro Artiaga DOS ÍNDIOS DO BRASIL CEN-

TRAL, Estabelecimento Gráfico Triângulo, Uberaba, págs. 81, 86, 87.

(35) Willy Aureli, RONCADOR, Livraria Editôra Importadora Americano Ltda., São Paulo, 1962, 3.^a edição, pág. 291.

(36) Leolídio de Ramos Caiado, DRAMAS DO OESTE, Gráfica e Editôra Edigraf Ltda., São Paulo, 1961, pág. 92.

(37) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1959, 2.^a edição, pág. 112.

(38) Idem, *ibidem*, pág. 31.

(39) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, 1951, pág. 89, Tomo II, 1.^a edição brasileira.

(40) Idem, *ibidem*, pág. 90.

(41) José Maria da Gama Malcher, ÍNDIOS (Grau de Integração na comunidade nacional. Grupo lingüístico. Localização), Conselho Nacional de Proteção aos índios, Ministério da Agricultura, 1964, pág. 193.

(42) Francis Castelnau, EXPEDIÇÃO AS REGIÕES CENTRAIS DA AMÉRICA DO SUL, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1949, pág. 34, Tomo II.

(43) Herbert Baldus, OS TAPIRAPÉ, in Revista do Arquivo Municipal, Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo 1945, Volume CIV, pág. 100.

(44) General Couto de Magalhães, VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editôra Nacional, 1957, pág. 106, 6.^a edição.

(45) Herbert Baldus, OS TAPIRAPÉ, in Revista do Arquivo Municipal do Departamento de Cultura de São Paulo, 1945, Volume CIV, pág. 99.

(46) General Couto de Magalhães, VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1957, pág. 104, 6.^a edição.

(47) Eis o que diz o Dicionário Geográfico do Brasil, no verbete Xavante: "índios valorosos, porém inclinados a roubar, que dominavam nas matas do Tocantins e discorriam por este rio em canoas, que governavam com suma destreza, motivo por que os primeiros exploradores portugueses lhes deram o nome de Canoeiros".

(48) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pág. 199.

(49) Idem, *ibidem*, pág. 199.

(50) I — Uma bandeira de cristãos bateu-os nas margens do Tocantins, no dia oito de setembro. Na ocasião da mortandade, uma índia velha gritou: Ah judeus! até no dia do nascimento de Nossa Senhora nos vêm perseguir!

II — Em quarenta e tantos, o povo de Amaro Leite havia ocorrido com o seu pároco à matriz da povoação; rezavam uma ladainha, quando ouviram vozes numerosíssimas respondendo de fora: ora pro nobis! Alguns espantados foram ver o que queria aquilo dizer: Eram os Canoeiros que, depois de haverem cercado a igreja se divertiam em acudir à reza tirada pelos cristãos (in Viagem ao Araguaia do General Couto de Magalhães, págs. 104 e 105).

(51) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, pág. 199.

(52) Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, COROGRAFIA HISTÓRICA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Tomo XXXVIII, pág. 78.

(53) Idem, ibidem, pág. 19, Nota 103.

(54) Nimuendaju, em carta dirigida ao etnólogo Herbert Baldus (Revista do Arquivo Municipal, volume 104, 1945, pág. 99), reclama tal prioridade, alegando que, em 1914, dez anos antes de Rivet, já havia definido a natureza guarani do vocabulário em aprêço.

(55) Affonso de E. Taunay, HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS, Edições Melhoramentos, pág. 205, Tomo II, 2.^a edição.

(56) Idem, ibidem, pág. 204.

(57) Pe. Luís Antônio da Silva e Sousa, MEMÓRIA SOBRE O DESCOBRIMENTO, GOVERNO, POPULAÇÃO E COUSAS MAIS NOTÁVEIS DA CAPITANIA DE GOIÁS, in revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XII, 1874, pág. 435.

(58) Afonso de E. Taunay, HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS, Edições Melhoramentos pág. 206, Tomo II, 2.^a edição.

(59) Colemar Natal e Silva, HISTÓRIA DE GOIÁS, Estabelecimentos Gráficos Mundo Médico Borsoi, 1935, pág. 125, I volume.

(60) O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos esposa idêntico ponto de vista, in Corografia Histórica da Província de Goiás.

(61) Pe. Luís Antônio da Silva e Sousa, MEMÓRIA SOBRE O DESCOBRIMENTO, GOVERNO, POPULAÇÃO E COUSAS MAIS NOTÁVEIS DA CAPITANIA DE GOIÁS, in Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XII, 1874, pág. 435.

(62) Afonso de E. Taunay, HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS, Edições Melhoramentos, pág. 204, Tomo II, 2.^a edição.

(63) Idem, ibidem, pág. 204.

(64) Idem, ibidem, pág. 204 — Escreve Americano do Brasil (pág. 47 da Súmula de História de Goiás) "que alguns cronistas bissonhos, imitando os caranguejos de Frei Vicente Salvador, têm querido tirar dessa missiva uma conclusão ilógica: a de que Bueno tenha descoberto o local de Vila Boa antes deste regresso a São Paulo. Não consta em parte alguma, em arquivo algum, que Bartolomeu Bueno tenha vindo a estas paragens para encontrar este ou aquê local, o que pouco interessava a D. João V, a quem só distraía o ouro do Brasil, para engordar suas ambições e dourar seus paços, encher de luxo suas amantes e passear grandezas pelas alamêdas lisboetas. Bueno veio a Goiás, já conhecido desde 1592, para descobrir ouro e mais nada".

(65) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1959, págs. 61, 62, 64.

(66) Idem, ibidem, pág. 64.

(67) Idem, ibidem, pág. 64.

(68) Afonso de E. Taunay, HISTÓRIA DAS BANDEIRAS

PAULISTAS, Edições Melhoramentos, pág. 199, Tomo II, 2.^a edição.

(69) Roteiro de Silva Braga, in O MISTÉRIO DO OURO DOS MARTÍRIOS, por Manoel Rodrigues Ferreira, pág. 61.

(70) Pe. Luís Antônio da Silva e Sousa, MEMÓRIA SOBRE O DESCOBRIMENTO, GOVERNO, POPULAÇÃO E COUSAS MAIS NOTÁVEIS DA CAPITANIA DE GOIÁS, in revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XII, 1874, pág. 433.

(71) Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, COROGRAFIA HISTÓRICA DA PROVINCIA DE GOIÁS, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Tomo XXXVIII, pág. 81.

(72) J. M. Pereira de Alencastre, ANAIS DA PROVINCIA DE GOIÁS, in Revista Trimestral do Instituto Histórico Brasileiro, Tomo XXVII, pág. 34, 1864.

(73) Afonso de E. Taunay, HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS, Edições Melhoramentos, Tomo II, 2.^a edição, pág. 197.

(74) Idem, ibidem, pág. 206.

(75) Roteiro de Silva Braga, in O MISTÉRIO DO OURO DOS MARTÍRIOS, por Manoel Rodrigues Ferreira, 1960, pág. 64.

(76) Idem, ibidem, pág. 64.

(77) Manoel Rodrigues Ferreira O MISTÉRIO DO OURO DOS MARTÍRIOS, Gráfica Bibíus Ltda., 1960, pág. 55.

(78) Apenas o Brigadeiro José Raimundo da Cunha Matos supõe fossem os Canoíros pertencentes à tribo dos Karijó, índios que são, segundo Artur Ramos, os mesmos Guarani estabelecidos desde o século XVI, na zona costeira da barra da Cananéia ao Rio Grande do Sul (Introdução à Antropologia Brasileira, pág. 54, I volume, 2.^a edição, 1951).

(79) Willy Aureli, RONCADOR, Livraria Editôra Importadora Americana Ltda., São Paulo, 1962, 3.^a edição, pág. 291.

(80) Anyone Costa, INTRODUÇÃO À ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, Companhia Editôra Nacional, 1959, págs. 226 e 335.

(81) A ORIGEM DO HOMEM AMERICANO e TRIBOS INDÍGENAS DO BRASIL por Bierrenbach Lima, in Revista do Arquivo Municipal, volume CXXXV, 1950, pág. 5 a 36.

(82) Coronel Amílcar A. Botelho de Magalhães, IMPRESSÕES DA COMISSÃO RONDON, Companhia Editôra Nacional, 1942, pág. 347, 5.^a edição.

(83) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, 1951, pág. 89 Tomo II, 1.^a edição.

(84) Francis Castelnau, EXPEDIÇÃO AS REGIÕES CENTRAIS DA AMÉRICA DO SUL, Companhia Editôra Nacional, 1949, pág. 6 Tomo II.

(85) OS TAPIRAPÊ, Herbert Baldus, in Revista do Arquivo Municipal, Volume 104, 1945, pág. 99.

(86) Prof. Zoroastro Artiaga, DOS ÍNDIOS DO BRASIL CENTRAL, Estabelecimento Gráfico Triângulo de Uberaba, pág. 81.

(87) Informação do Sr. Nilo Oliveira Veloso, Chefe da Seção de Estudos do SPI.

(88) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, 1951, pág. 89 Tomo II, 1.^a edição brasileira.

(89) Idem, ibidem, pág. 91.

(90) OS TAPIRAPÉ, por Herbert Baldus, in Revista do Arquivo Municipal, Volume 104, 1945, pág. 100.

(91) Idem, ibidem, idem.

(92) General Couto de Magalhães, VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1957, págs. 101, e 102, 6.^a edição.

(93) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, pág. 198.

(94) Não é difícil perceber que semelhante plano catequético provocaria, se executado, reações contra-aculturativas.

(95) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, pág. 200.

(96) General Couto de Magalhães, VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1957, pág. 103, 6.^a edição.

(97) Idem, ibidem, pág. 103.

(98) Idem, ibidem, pág. 99.

(99) Leoldio di Ramos Caiado, DRAMAS DO OESTE, Gráfica e Editôra Edigraf Ltđa., São Paulo, 1961, pág. 91.

(100) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1959, 2.^a edição, pág. 31.

(101) Idem, ibidem, pág. 113.

(102) A exigüidade de fontes informativas motivou o sumário desta parte de nosso estudo sobre os Canoeiros.

(103) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, 1951, pág. 91, Tomo II, 1.^a edição brasileira.

(104) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, pág. 199.

(105) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, 1951, pág. 91, Tomo II, 1.^a edição brasileira.

(106) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, pág. 199.

(107) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, 1951, pág. 89, Tomo II, 1.^a edição brasileira.

(108) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, pág. 199.

(109) General Couto de Magalhães, VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editôra Nacional de São Paulo, 1957, pág. 101, 6.^a edição.

(110) Americano do Brasil, CUNHA MATOS EM GOIÁS, pág. 199.

(111) Johann Emmanuel Pohl, VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, Tradução do Instituto Nacional do Livro, pág. 89, Tomo II, 1951, 1.^a edição brasileira.

(112) General Couto de Magalhães, VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1957, pág. 101, 6.^a edição.

(113) Prof. Zoroastro Artiaga, HISTÓRIA DE GOIÁS, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1959, 2.^a edição, pág. 113.

(14) Mostramos que tais índios resultaram de completa miscigenação posterior ao descobrimento de Goiás.

(115) General Couto de Magalhães VIAGEM AO ARAGUAIA, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1957, págs. 100 e 101.

A VELHA CAPITAL : MEMÓRIAS DE UMA VISITA

Joviano Ribeiro

As minhas lembranças da antiga cidade de Goiás são reminiscências de um passado de mais de meio século. Tudo um sonho tão nítido, como se fôra da última noite. E guardo ainda na memória tanta coisa, que leva muito para contar. Como tudo é história, entendo que não devo omitir nada, para ser fiel com a nossa terra.

Primeiro, um pedacinho da viagem.

Em uma casa da praça principal de Currealinho, de propriedade do Coronel João Caldas, ficou hospedada a comitiva do viajante da casa atacadista de meu pai, comerciante de Catalão. Realizados os negócios da praça, tomamos o rumo da Capital de Goiás, deixando a comitiva em Itaberaí, entregue ao cozinheiro, Benedito Prego. Na mesma parada da hospedagem ficou a namorada do adolescente que nem sequer ingressara ainda no curso ginasial.

Três cavaleiros atravessaram o Rio das Pedras, na ponte ali do fundo da cidade. O chefe da pequena caravana, meu mano Joaquim Ribeiro, sócio e representante da firma comercial e futuro industrial de Catalão, falecido em Belo Horizonte, quando diretor da Associação Comercial da Capital Mineira — era bem falante e sabia entrar e sair. Meu pai, atilado e previdente, enviara-me como “ataché” da comitiva, a observar e conhecer mundo, para perder o medo do desconhecido. O terceiro cavaleiro era o nosso arrieiro Teodo, morto de tuberculose, chistoso mas desbocado como um pião de boiadeiro. Os nossos animais, possantes e vistosos, como devia ser a tropa de um “cometa” (cacheiro-viajante daqueles tempos) viajavam ligeiro. Depressa alcançamos a ponte do Urú, construída

Logo acima de uma cachoeira que caía com violência, de encontro a pedras. Serra Dourada, por uma estrada sinuosa, bem conservada, guarnecida de pedras aqui e ali. Passamos pela Igrejinha de Areias, saltamos o Bacalhau e, à tarde, entrávamos em Goiás pela Rua Nova do Presidente. Atravessamos o largo do Chafaris e nos dirigimos à Pensão Fernando, na Rua da Estrada, onde ficamos hospedados com relativo conforto, durante os quatro dias passados na Capital. O doce de leite com côco, que lá saboreamos, era digno dos alfeninhos, das passas de caju, e outras guloseimas famosas de Goiás. Fernando era um preto escovado que conhecia todo o mundo e sabia encher de prosa os seus hóspedes.

Na madrugada seguinte acordei com um foguetório e o som acariciante de uma banda de música afinadinha, que me deu saudade não sei de que. De manhã, soube que era a Alvorada da festa de aniversário do Dr. Neto, meu conterrâneo, filho de Catalão. Era uma festa pública. Tal era a quantidade de bandejas recebidas dos clientes, todos atendidos gratuitamente, que a recepção se impunha. Era uma grande noite para a sociedade de Goiás. Acostumado ao atraso das cidades do interior naquele tempo, admirei a correção e o apurado gosto com que se vestia o povo de Goiás. Achei a festa simplesmente deslumbrante. O aniversariante, velho bravo e sistemático, adorava quadrilhas mas aborrecia as outras danças. Fui ao "sereno" do baile. Estranho ao meio, desconfiado, arrisquei uma entradinha no corredor. Foi quando Dr. Neto, adivinhando o conterrâneo, perguntou-me se eu já tinha par para a quadrilha.

Dizia-se que o velho facultativo, formado pela escola da Bahia, em época anterior à era pasteuriana, não acreditava em micróbio. Não fiquei isolado durante a minha permanência na cidade, pois contei com a agradável companhia de Cláudio Cunha, meu conterrâneo, tio de meus filhos e que seria depois padrinho no meu casamento. Trabalhava êle naquele tempo, na chefatura de polícia. Transferiu-se depois para o Rio, onde ocupou elevado cargo no Ministério da Agricultura, percebendo gordos vencimentos. Jovem de fino trato, estava muito bem relacionado na sociedade de Goiás. Apresentou-me em casas de famílias e comigo saía a passear pelas ruas da cidade. Tive a felicidade de gozar do decantado luar de Goiás, que tecia rendas embaixo das cajazeiras, como diria Cora Coralina. Certa noite subíamos a Rua Moretti Forggia, já quase entrando no largo do Rosário, quando avistamos à luz baça da lua, duas jvens de traje escuro e porte elegante. Passaram juntinho de nós. São filhas do Luis Astolfo, disse o Cláudio. Mas tarde, já depois de médico, eu iria conhecê-las no Rio, na companhia de familiares com quem eu já fizera sólida amizade. Somos hoje todos velhos amigos. Passeávamos às vèzes também durante o dia. Numa dessas ocasiões, vimos mancando, mancando pelas ruas de Goiás, Mere Rose de Santa Maria, que mais tarde, ao tempo da presidência do Brasil Calado, seria superiora e mãe bondosa de minha mana, Irmã Marta da Eucaristia, professora no Colégio Santana.

Assim que cheguei fui entregar a encomenda de uma senhora de Curalinho, em casa de um senhor Costinha, no largo do Palácio (não o português Costinha hoje conhecido e estimado em Goiânia, um outro Costinha)

Entreguei-a a dona da casa, os remédios que lhe trouxera e, quando já ia longe, gritou-me:

— O menino! Não respondi, queria já ser rapaz.

— O mocinho! Prontamente voltei e prometi levar de volta outra encomenda, naturalmente o dinheiro, já não me lembro mais.

Conhecendo cidades do interior, onde as moças saíam à Rua até de chinelo de couro, chamou-me a atenção o apuro com que as jovens e senhoras de Goás se vestiam cuja imagem guardo na memória.

Foi quando observei a diferença.

O Largo do Palácio era quase como hoje. As velhas cajazeiras sombreando a praça, no lugar do jardim e do corêto que hoje aparecem nas clássicas fotografias, com que se faz a propaganda de turismo. Contornando o pequeno largo, a Catedral em construção, parecendo ruína do tempo antigo, a Boa Morte, A casa de Eugênio Jardim, a travessa de Mingú e o Palácio Conde dos Arcos que conheci apenas por fora.

Nêle residia o presidente Aprígio Mineiro, mas "Sá Chica", sua cara-metade. Não era êste o seu nome de batismo, mas aquele com que o Bulhões fazendo crítica mordaz, apresentava a primeira dama do estado à imprensa carioca. Humilde caipira do município de Silvânia, viu-se de um momento pra outro guindada àquela alta posição. Não compreendia o seu papel.

„Democráticamente”, vinha lá de dentro bater um papinho com a guarda do palácio. Fazia até cigarro de palha com o canivete do soldado. Viviam maritalmente na fazenda, tranquilos, quando Aprígio foi chamado ao govêrno.

Casaram-se às pressas no civil na cidade de Bonfim e viajaram para a Capital. Na Igreja da Boa Morte, depois de empossado o presidente, realizou-se o casamento religioso. Desajeitada por demais, a nubente foi um fiasco por muito tempo comentado até nas cidades do interior. No Rio o Senador fêz registrar o acontecimento em jornais da capital federal.

— Senador, como está de comportandô o novo presidente do seu Estado? perguntou o repórter.

— Oh! Muito satisfeito. . . Sô Aprígio mais „Sá Chica” — acabam de receber os santos óleos.

Transitando pela ponte que liga a Rua do Carmo com aquela em que se erguia majestoso sobrado do Moisés (uma das minhas lembranças) avistava não muito longe o humilde palácio de Dom Prudêncio, querido e tido como santo.

Não o avistei, mas em Catalão já lhe havia beijado o anel, em uma das visitas pastorais, e, mais tarde, quando Deputado, orei em sua sepultura, dentro da Igreja de Posse.

Naquela ocasião me foi pedida uma verba para a construção de um túmulo que perpetuasse a memória do Santo Bispo, falecido quando cumpria o seu penoso dever de visitar a cavalo, todo o Estado de Goiás. Agora que dispomos de orçamento mil vezes maior seria o caso de algum deputado de porte fazer um projeto de lei para esse fim.

No Palácio, recordava-me de uma mocinha que na minha terra, sofria o mal da pátria distante: Castorina, filha de Nereu Gomes da Silva. Falava dos encantos e belezas de Goiás, de seus manjares, das solenes e tocantes procissões, em que o Bispo ia "caminhando devagarinho". Este era o mesmo Dom Prudêncio, "amado e bondoso Pastor", como dizia um hino a ele dedicado.

Pela ponte da Lapa, passei muitas vezes, mas não existia ali ainda o monumento com a cruz do Anhanguera, nem morava naquelas imediações, a escritora e poetisa Cora Coralina.

Em seu lugar, pode ser que lá estivesse a pequena Aninha que quebrou o prato de estimação de sua avó.

Não fui a Santa Bárbara, nem ao afamado Pôço da Carioca. Isto ficou para a segunda visita, cinquenta anos depois.

O TEATRO DE S. JOAQUIM

Octo Marques

No comêço dêste século, pela estrada sertaneja que vinha do rio Manso, no território de Mato Grosso, com destino ao arraial de Registro do Araguaia, e dêste para o povoado do Alemão, hoje Palmeiras, em nosso Estado, uma comitiva mais ou menos numerosa, ziguezagueava pelos caminhos e atalhos, ora vencendo os estirões de léguas dentro das matas traiçoeiras ou contornando os alagadiços pestilentos, ora desfilando pelas planícies compridas, nas quais os caracarás planavam suavemente sob um céu escampo, as maitacas gargalhavam pelas capoeiras das roças e as araras, papagaios e periquitos banquetevam-se nas verêdas dos buritisais em mistura com os veados campeiros, a ema esguia e solerte emprestando, tudo isto à paisagem, o tom gracioso e selvagem, numa região inabitada e triste.

A frente do séquito, cavalgando um baio retaco e suarento, conduzindo a tiracolo a sua espingarda Caport, de dois canos, e na sua garupa o filho mais velho, de apenas cinco anos, via-se a figura de meu tio Ferreira, (Manoel Ferreira da Costa), companheiro fiel do então Major Cândido Mariano da Silva Rondon, e que se destinava àquela localidade, afim de instalar o aparêho morse, e servir também, por alguns tempos, como chefe de sua estaçãozinha telegráfica.

Mais atrás, vinha o restante da sua prole: três senhoritas, (duas delas, já balzaqueanas, e uma na quadra de menina e moça), postadas nas arreiatas macias, providas, estas, de caçambas de me-

tal; e mais a dona Xandó, espôsa do Ferreira, com o pequerrucho ao regaço.

Seguido a elas, dentro de cada caixote, atrelado no lombo de um bucéfalo troncho e pacato, dois meninos cochilavam de sono, debaixo de um sol regateiro.

O estafêta, galopando no seu rosilho oriundo, tangia na retaguarda do grupo, os cargueiros com o mantimento, as roupas e o vasilhame da cozinha.

Mais adiante delas, seguia-se a outra parte da caravana: criaturas apanhadas em algum pouso do trajeto, e forçosamente, tomariam outros rumos, na próxima encruzilhada, talvez destinando-se ao Rio de Janeiro. A mocinha cavaleira, empertigada no silhão ostentando o chapêuzinho de palha, todo enfeitado de fitas, amarrado sob a sua cabeleira loura, um dia seria minha mãe...

Poucos meses permaneceu Ferreira no Alemão, indo, logo depois, transferido para Vila Boa, pondo-se de novo em marcha, acompanhado de todos os seus entes queridos, convergindo para o local que a nós se nos afigura, como sendo o epílogo desta desprenciosa narrativa.

—:—:—:—:—

Numa tarde saudável de abril, no coréto do Jardim Público, bem de frente ao Palácio Conde dos Arcos, a banda de música do Batalhão do Vinte executava um variado repertório de árias, valsas, mazurkas, dobrados e jandangos, dando cumprimento a uma das suas retrêtas costumeiras. A praça da Matriz regorgitava-se de povo, andando uns pra lá, e pra cá, em torno do quadrado florido, e outros mais, assentados nas calçadas, nas cadeiras à frente do casario circunjacente, ou em rodinhas aqui e acolá, gozando as delícias de um domingo de antanho. Muitos rostos coraram de espanto, quando depararam com a fileira de viajantes a cavalo, que transpunha o largo em festa, e desaparecia no bêco do Mingú, estacionando-se na Rua 13 de Maio.

Era o meu tio Ferreira, que assim penetrava na nossa terrinha, indo alojar-se naquela casinha branca, de barrado de óca, e beirais salientes, que lhe fôra reservada por Artur Napoleão.

Dentro em pouco, nas noites de luar, nos serões artísticos que se realizavam na residência do telegrafista, num violão dedilhava modinhas, que ficaram gravadas na memória da gente local.

Uma jovem cuiabana, de porte miúdo e a formosura dos seus quinze janeiros, cantava com ternura, para os assistentes, "O Candeiro do Amor", "O Lundú da Mulata", e tantas outras coisas bonitas que traziam a autorga de Castro Alves, Batista Cepelos e Gonçalves Crespo.

Francisca Ferreira Sales era o seu nome inteiro. Tinha o apelido de Tanchú.

Sou dos muitos garotos do meu tempo, que conheceram as ruínas do teatro S. Joaquim, situado na esquina daquele bequinho, (diante do qual erguia-se a Cruz do Anhanguera-, e que oferecia acesso para a ruazinha do Manoel Gomes).

O edifício, — se é que poderíamos designá-lo assim, nada apresentava de importante, quer no frontispício ou em todo o seu conjunto.

Lembro-me bem, que era um pouco alto, com telhado de duas águas, circundado de janelinhas nas suas paredes laterais, (área reservadas às gerais), e lá dentro, um vasto salão, (talvez asscalhado nos outros tempos) compreendia-se que fôra a plateia. Em torno desta, um madeirame lavrado de aroeira, onde se via uns restos de escadinhas de degraus estreitos, indicava-nos que situavam-se os tais camarotes, cujos partículos, se falassem, comporiam deliciosos colóquios de namorados. O tablado, enorme e disposto de duas fileiras de camarins, (uma defronte a outra), dava saída para os fundos, (por onde, naturalmente, penetravam ou se retiravam os figurantes, cenógrafos, caracterizadores, etc).

Nêsse palco, (sob cujos destroços brinquei muitas vêzes de esconder, ao lado do meu primo Som, e demais moleques peraltas do centro da cidade), foram montadas, no passado, muitas peças dramáticas de plenos sucessos, tais como "O Caveira do Alcacequibir", (no qual minha saudosa mãe desempenhou o principal papel de Zoráida, coadjuvada por João da Costa e tantos outros medalhões da época). "O Fantasma Branco", e dezenas de obras primas de autôres francêses luzitanos e mesmo nacionais, ou de intelectuais, prata da casa.

Finalmente, muito ao contrário do que hoje se verifica, Francisco Leopoldo, Moisés Lopes Zêdes, Doutor Netto, e tantos outros vultos proeminentes da metrópole, incentivavam, com as suas fortunas, e graças a afeição que nutriam pe'a ribalta, quantos se esforçavam por cultivar a criação imortal do bravo Molière...

O TEATRO EM GOIÁS : UMA TRADIÇÃO QUE DATA DA COLÔNIA

Prof. Domingos Félix de Sousa

Visitando Goiás diversas vezes em pesquisas folclóricas, Renato Almeida salientava a extraordinária vocação cênica dos goianos. E é um fato, facilmente constatável, a adaptabilidade dessa gente às exigências da arte teatral. Ora, se há uma vocação que se não desabrocha senão com base numa extensa tradição, esta é a do palco; razão porque ao fazermos êste ligeiro comentário sôbre o teatro em Goiás, procuramos pesquisar também, embora a largos traços, as raízes tradicionais dessa arte na província.

Certo é que, em Goiás o teatro vive desde tempos imemoriais, desde a Colônia. Os primeiros vestígios da atividade cênica, vamos encontrá-los em Traíras, cidade do ouro no médio-norte goiano, abandonada em fins de 1700, e hoje completamente desaparecida do mapa administrativo. Foi uma cidade rica, ponto de contato entre a província e a metrópole da colônia, então situada na Bahia. Ao que reza a tradição, mantinha em vida ativada um teatro de tamanho considerável, com sessões semanais, o Teatro de São Joaquim, cujos amplos alicerces barrocos ainda se pretende identificar em meio às ruínas da velha cidade. Para alimentar a vida teatral da cidade, haviam, organizadas, duas companhias ou grupos, um de brancos, outro de negros. O grupo de negros era constituído de alforriados, dirigidos, por último, por um célebre e meio lendário Mestre Daniel, ne-

gro vindo de Salvador. Chamava-se "Rancho de Nossa Senhora do Rosário" e representava autos sacramentais da tradição jesuítica. Os dois grupos se revejavam no palco do São Joaquim.

Com o esgotamento das minas, a população local — que parecia só entender de mineração — derivou para o sul, buscando as chamadas Minas do Meia-Ponte, então as mais produtivas da região, e localizadas onde hoje ficam os municípios de Jaraguá e Pirenópolis. Nestas duas cidades se estabeleceram os retirantes trairenses, plantando aí a tradição teatral da velha cidade abandonada. Exatamente os descendentes desta gente mantiveram, até hoje, em Jaraguá, as iniciativas cênicas (famílias Freitas, Ferreira de Amorim, e Gonçalves).

Quanto a Pirenópolis, a primitiva Meia-Ponte, é uma cidade "onde todos nascem músicos e atores de mão-cheia" (Jarbas Jaime) é exatamente o local de vida teatral mais intensa na província, desde quase dois séculos. A preferência é pelas operetas, tendo-se o citado Renato de Almeida extasiado com o "Auto das Pastorinhas", verdadeira obra-prima continuamente reencenada. Ao lado das tradicionais "Pastorinhas" enfileiravam-se inúmeras operetas e autos cantados tradicionais, como "O Cavaleiro de Alcácer-Kibir", "Auto da Graça de Deus", "Aspácia", "O Máscara Negra", "Artaxerxes" e outros mais. No momento, em Pirenópolis, um grupo se empenha na construção de um grande teatro, em obediência aos anseios do povo. (O teatro primitivo chamava-se Ópera).

A cidade de Goiás, antiga capital da Província, parece ter iniciado sua vida teatral bem mais tarde. De qualquer forma, já em 1850, havia ali o Teatro São Joaquim (não conseguimos identificar a relação entre este santo da Igreja e a tradição teatral dos goianos). Neste centro, sacrilegamente demolido em 1928 para construção, no local, de um hotel, se representavam semanalmente óperas (grupos sempre locais), sendo o mais importante a Sociedade Teatral Goiana, (extinta em começos deste século), dramas românticos, comédias (Antônio José e Martins Penna foram vezeiros, ao longo do século passado, no palco da Capital e, eventualmente, espetáculos de variedades com artistas vindos de fora.

Em Goiânia:

Os remanescentes dessas sociedades teatrais da antiga capital vieram, posteriormente, vingar em Goiânia, onde encenaram, em 1942, nova peça musical, misto de opereta e bailado, na inauguração oficial de Goiânia. Não foi, porém, além disso. Daí em diante tem origem o teatro mais universal em Goiás, com a criação do Grêmio Literário-Teatral Pedro Ludovico, dirigido por Sebastião Costa, há pouco desaparecido trágicamente. Este grupo pioneiro encenou diversas peças na magnífica e bem montada casa de espetáculos que é o

Cine-Teatro Goiânia, hoje, infelizmente, transformado quase que unicamente em casa de exibição cinematográfica. Do grupo, hoje extinto, faziam parte o poeta Lopes Rodrigues, hoje professor na Escola Goiana de Belas Artes, João Gonçalves e Otavinho Arantes. Estes dois últimos militam ativamente na arte cênica: Otavinho Arantes como diretor da Associação Goiana de Teatro e João Gonçalves integrando o Teatro Escola de Goiânia.

Há dez anos, a AGT vem encenando peças de todos os gêneros, culminando com "Antígona" e "Édipo Rei", de Sófocles, e até peças infantis, de que tem esgotado o repertório nacional. Nestes dez anos de vida ininterrupta, a Associação encenou trinta originais, com a média de três peças por ano.

Há vários anos o jovem Taufic Sebba é diretor do Teatro do SESC, que representa regularmente peças sérias em sua sede social. Bernard Shaw e Ibsen já foram levados à cena ali, ampliando seu campo com os microfones da Rádio Brasil Central, onde é diretor artístico.

Cici Pinheiro, irmã da grande atriz Florami Pinheiro (ambas surgidas dentro da AGT), fundou em 1952 sua companhia própria, hoje com suas atividades paralizadas, devido à tras'adação da fundadora para São Paulo, onde se encontra filmando e integrando um elenco que está em cena no Teatro Natal.

Um movimento novo veio ultimamente trazer nova fôrça ao teatro no Estado, com o aparecimento do Teatro Escola de Goiânia, fundado por João Nedder que era a principal figura do grupo Cici. Este grupo dá preferência às originais da província tendo encenado com êxito inesperado "O Zebuzeiro", de Valdir de Luna Carneiro, e "O Boqueirão" — Drama de um Posseiro", do mesmo João Nedder. Pretende especializar-se no teatro regionalista, e, devido à pobreza da literatura teatral da província, surpreendeu os meios teatrais com a encenação dessa peça, grama de costumes absoluta e fielmente goianos, versando a luta dos posseiros pela conservação de suas terras assunto atual e intensamente discutido não somente em Goiás, mas hoje de interesse nacional, em virtude das reportagens de cores fortes que vêm saindo em revistas de ampla circulação. O fato é que "O Boqueirão" agradou em cheio ao público e aos meios culturais, tanto pelo conteúdo quanto pelo êxito da cuidadosa e realista encenação.

Um Animador:

Num capítulo à parte caberia a intervenção, ou melhor, a integração de João Bennio nêsse meio teatral. Artista de raras qualidades e consagrado pela crítica, tendo estreado aqui em 1955, acabou por fixar-se em Goiânia, onde arregimentou alguns rapazes escolhidos a dedo e criou sua própria companhia, intensamente atuante, e com planos de fundação de um teatro próprio para breves dias. Agora,

juntando forças e talentos com João Nedder trata da construção do Teatro José Nedermeyer, com aproveitamento de um edifício público abandonado no centro geométrico da cidade.

Certo é que o teatro em Goiânia, firmado numa secular tradição artística, está em plena ascensão, levando ao público espetáculos de méritos e difundindo a arte, como um verdadeiro veículo de cultura.

(*) Este artigo foi publicado no jornal PARA TODOS do Rio de Janeiro, n.ºs 23/24 (maio de 1957).

TEATRO (*)

JoséGomes

Antes do cinema, até a primeira década deste século, as representações cômicas e dramáticas eram as mais constantes e imperiosas diversões populares.

Goiás já as teve perfeitas, artísticas, impecáveis, numa cena de tempestades, viam-se os relâmpagos, ouviam-se os trovões, otimamente imitados. Se era um acampamento militar, surpreendido por um ataque, os clarins, as cornetas, a fuzilaria próxima das carteiras de traques soltas, e a fuzilaria afastada com carteiras de traques de baixo de bacias, com clavinotes e rouqueiras a servir de canhões, marcando o compasso mortífero da luta, impressionavam rigorosamente.

João Regis Perilo no drama, Ludgéro Luz Vieira na comédia, eram inigualáveis, em qualquer parte do país. Eduardo Henrique de Sousa (Dudu) era insubstituível em certos papéis. Das atrizes ultimamente mais bem bradas havia D.D. Cecília Martins, Lida da Maix, Isaura de Camargo, Olívia Cruz, etc. Impossível enumerar tôdas. Lembram-se apenas alguns notáveis a começar de Cincinato, Maceão Totó de Castro Joaquim, Manuel Ildefonso, Sebastião Bios, Cláudio da Silveira, Juquinha da Costa, Felicíssimo Filho, Pedro Gomes, Rainero de Queiroz, João da Costa Oliveira, Respício de Paula, entre os principais. De três ordens de camarotes, o Teatro de S. Joaquim enchia-se com sociedade de escól.

Belas moças, finos perfumes, fumaca de bons charutos, com-

pletavam-se com botequins e ótima banda de música.

FESTA DE ROÇA

Na antevéspera, matavam-se uma ou duas vacas, capados e leitões; amarrados com pano na boca, já havia muitos potes e boiões cheios de doces de leite, de queijo, de ovos, de limão, de mamão, de cidra, de laranja etc.

Enchiam-se muitos panelões de almôndegas, do tamanho de côcos da Bahia, descascados. Na véspera, faziam-se biscoitos, o dia todo, em máxima quantidade. O pessoal já estava muito aumentado para o serviço de forno, de feijão de fazer buracos, de cortar paus, taquaras e folhas para barracas. Já se podia esfregar duas malaguetas maduras, entre os dedos polegar e indicador, e sair procurando qualquer coisa nas mesas, nos girais, junto dos potes, e pegando com os dedos em tôdas as pontas de cigarros, bicos de cachimbos, evitar a tempestade e mudar de turma. "Praga de urubú não mata cavalo", mas praga de mulher faz urubú atolar na pedreira.

Faziam-se cigarros, com uma cabeça de fósforo no centro, em companhia de seis caroços de pólvora. Um dúzia ao redor da mesa pensavam que era, voto, promessa ou moda nova.

Punham-se também nas algibeiras e esqueciam-se nos bancos. De muito efeito, mas em nada recomendável. Podem causar acidentes e até cegar. Enchiam-se uma garrafa de água e outra de cachaça. Dava-se a água, endenira com a pinga. O histórico era que o goiano primitivo, educado, sentia-se honrado com a confiança de brincadeira, e não se zangava. Havia milhares de festas no Estado, anualmente, sem nenhuma desavença, e das quais não resultava uma só consequência lamentável. Ao alvorecer, iam buscar o mastro caído e pintado, a uns 300 metros da casa.

Vinha com salvas respondidas, e com toques de caixa. Tinha a utilidade de despertar a todos para o café geral, sem faltar fogueiras para defender o frio os que se levantavam.

Accontecimento bom para crianças. Chegam alguns durante o dia, e o maior número, à tarde. Os mais entusiastas dão salvas de todos os calibres, respondidas com superioridade.

Essa é uma parte animada. Encontram-se os parentes, os amigos os conhecidos, chegam as namoradas, uma com vergonha, outras sem vergonha. E alguns inesperados, de qualquer quadrante.

O jantar, um colosso de bom, o melhor possível, sempre reformado. Cada turma, ao terminar, reza o Bendito, cantado por dois grupos, com voz solene e grave:

PRIMEIRO CANTO — Bendita, louvada seja, a Santíssima Trindade.

SEGUNDO CANTO — Que em três pessoas, uma só é na verdade,

PRIMEIRO CANTO — Mas também seja louvada, conceição de Maria.

SEGUNDO CANTO — Onde Deus, Verbo encarnou-se sendo

Mãe, e sendo filho,

PRIMEIRO CANTO — Como Filho, a vós pedimos, como Mãe, a vós rogamos.

SEGUNDO CANTO — Para que vamos, todos à Glória em tua fé, a Deus louvamos.

PRIMEIRO CANTO — Bendita seja Maria, imaculada Senhora Nossa.

SEGUNDO CANTO — Como mãe de misericórdia, amparo dos pecadores.

PRIMEIRO CANTO — Bendito seja Deus, lá nos ceus, anjos e santos.

SEGUNDO CANTO — Por todos os séculos, dos séculos, dos séculos sem fim Amém.

O altar, com bandeira, era o que havia de perfeito e bonito. Bem iluminado e florido, homenagem brilhante a Deus, na pessoa do seu santo.

A noite, antes ou depois ãas mesas de doces, a ladainha. Um prático sabe o momento dos foguetes. Terminava com versos cantados de beijar o altar e a bandeira. Seguia-se a procissão, com lamparinas de cascas de laranças da terra, para o mastro, levantado com foguetes, salvas, cantadores a firmá-lo e a serem afirmados por um de garrafa e chicara.

Em cruzeiros de toros de bananeiras, fincavam-se pregos de madeira, aos pares, em que se deixavam as lamparinas acesas.

Baralhos nas barracas. Mesas de café, depois das quais formase o catira na sala, com duas filas de homens.

O violeiro cantador na extrema direita de uma, na extrema esquerda de outra, defronte d'êle, a dispensável ajudante de canto. Este, que nunca sabe a moda, faz a segunda que é a estática, o bando da primeira.

Há bons catiras, ótimos lirismos, regras bem executadas de palmas, de sapateados, de mudanças laterais e de extremidades. No final, é facultativo o recostado que consiste em cantar o violeiro uma quadra de humorismo ou de sátira, a cada companheiro, passando um para outro, em sentido contrário à roda que gira.

Os que sabem tocar viola e têm catiras bons e completos são poucos, e por isso, logo vem o cururú, que é uma roda girante, em que todos podem cantar, um de cada vez, e serem substituídos os cansados ou embriagados.

Violas, violões, pandeiros, cracaxás. Inclusive cantores sem instrumentos. As matronas, olhando, ficam no corredor intransitável de saia escura ou preta, de paletó branco, de brincos e voltas de contas de ouro. Varanda, cozinha, terreiro, repletos do elemento feminino. Sala, frente da casa, com uma quadra fogueiras, cheias de pessoal masculino. Natural separação dos sexos, talvez a última lembrança da austeridade dos bons tempos.

(*) Trechos extraídos dos livros inéditos “Gravetos Históricos e outros cavacos” e “Assuntos de Segunda Classe”. Os originais dessas obras foram, há quatro anos, entregues à Reitoria da Universidade Federal de Goiás para a devida publicação. Até hoje nada se sabe a respeito... (Nota do organizador Ático Vilas Boas da Mota).

HONRA AO MÉRITO

Nice Monteiro Daher

Elas vieram em 1889. Antes disto as meninas de Goiás não tinham um colégio para estudar. O tradicional Liceu, quase tão velho quanto o Pedro II, já derramava suas luzes benfazejas na formação intelectual dos nossos moços.

As meninas, porém, eram flôres de estufa. Estudavam se as mães pudessem encaminhá-las ou então em escolas esparsas com mestras auto-didatas onde se destacavam, em escala e dimensão, os nomes de Mestra Silvina e Mestra Nhola.

Ao escrever isto, abro um parêntesis nos meus pensamentos e avalio a diferença de vida que marca a caminhada das gerações. E pergunto a mim mesma: dentro desta limitação, as meninas de outrora seriam mais felizes do que as nossas meninas? Acho que sim. Seriam talvez menos insatisfeitas. Com horizontes mais fechados, a alma olhava menos para o infinito e é mais fácil viver sem abrir muito as asas da imaginação.

A mocidade de hoje é muito ambiciosa, graças a Deus!

É talvez desta ambição que vem nascendo o florescimento maior de nossas escolas. Mas não faria mal se os nossos moços se debruçassem um pouco sobre a limitação do passado. O espírito comparativo trás, às vezes, mais compreensão e relacionamento humano.

Fecho o parêntesis para voltar a 1889.

Naquele tempo era bispo de Goiás D. Eduardo Duarte e Silva. Em sua alma de prelado, vibrava o esclarecido educador que

sentia, profundamente, o abandono intelectual das moças goianas.

Ele deixara bons amigos na Europa. E resolveu trabalhar pela fundação de um colégio feminino na Diocese. Muita decepção sofreu D. Eduardo, até que, por intermédio da Fraternidade Dominicana, conseguiu a promessa da vinda de missionárias educadoras para Goiás. Teria de obter recursos necessários à instalação e manutenção do colégio em seus primeiros tempos de atividade. Tudo foi conseguido através dos esforços do Prelado e da boa vontade das famílias goianas.

As missionárias chegaram em Goiás a 5 de setembro de 1889.

Estão conosco, portanto, há 81 anos. E, desde então, têm se multiplicado em dedicação cada vez que se renovam em turmas que vêm e que vão. No início, eram somente Irmãos francêses, já que as raízes da Ordem lá se prendem. E vieram trazendo a alma requintada da grande Nação européia, dentro dos ensinamentos preciosos que espalharam em terras tão distantes e tão agrestes.

Muito tempo tem passado desde 1889. Transição de guerra e paz. Em meio à incompreensão dos governos, às vezes, uma espreguiçada mais longa do progresso. As estradas abriam clareiras nas distâncias. Os homens acordavam um pouco e plantavam cidades nestas clareiras. De longe vinham, para habitá-las, outros homens, outras mulheres e outras meninas...

Lá dentro do Colégio tudo igual, na guerra ou na paz: as alunas entrando pequenas nas salas de aula, as alunas saindo moças das salas de aula. Isto era no santo tempo em que as missionárias de Deus viviam com asas de anjo pairando acima das controvérsias humanas.

Chegamos, assim, à década de 90. O meu tempo!

Aí o Colégio Santana já não estava sozinho na educação das meninas: o Liceu já tinha seu curso mixto e havia uma Escola Normal Estadual. A importância do ensino começava a estalar na cabeça dos governantes. As meninas do Interior já contavam com outros estabelecimentos de ensino espalhados aqui e ali. Nossas Dominicanas já tinham levado seu pioneirismo para Formosa, Porto Nacional, Conceição. Mesmo assim a tradição do Colégio Santana conservava cheio de alunas o âmago do seu Internato.

Nesta época, a Ordem Dominicana já permitiu a entrada de Irmãs brasileiras em sua comunidade. E estas mestras, além de levarem, ao casarão do Largo do Chafariz um ambiente de tranquilizante brasilidade, ajudaram a cimentar as bases de melhor ensino do Estado que sempre aureolou o Colégio Santana. Existiam, entre elas, inesquecíveis Mestras. Principalmente Ir. Maria Celéstia. Só nos, suas alunas, soubemos sonhecer e nunca esquecer a alma e inteligência iluminadas de Ir. Celéstia.

Engraçado como o tempo não apaga determinadas nuances de nossos pensamentos! Até hoje Ir. Celéstia é assim como um ponto colorido a orientar minhas lembranças colegiais. Quando penso

nela caminho, de visão em visão, num divagar de suavizante saudade.

”
Vejo-me dentro do uniforme xadrez, engomado, de pregas soltas, gola branca voando ao vento das manhãs goianas. Devia ser ainda no tempo da umburana da Praça. A velha umburana que abraçava em perfumes a cidade inteira. Eu subia, sempre em cima da hora: preguiça de levantar muito cedo. Chegava ao Colégio exatamente antes da sineta dar sinal de entrada das aulas. Mal meus pés tamborilavam as pedras do pátio, o grupo querido entrava-me pelos olhos: Ir. Celéstia e Ir. Terezinha, o duo brasileiro, mais novo e mais compreendido: Ir. Tomázia e Mère Rose o duo francês, mais velho e menos compreendido na barreira do idioma e da idade. Junto ao sino, D. Mariquinha acompanhava a marca dos ponteiros. Encarapitada na parreira, Ir. Cecília no chapelão de palha; era sua vida aquela parreira! Vigiava-a desde a poda até que os cachos viçosos amadurecessem para a colheita.

Em fila, lá adiante, a turma inteira. Éramos 32. Leonita e Zita, as maiorais que se revezavam no 1.º lugar; Avani, uma senhora em Matemática. Entinava-nos, nas dúvidas, com uma bondade de anjo bom; era a alma da Ir. Norbertina de hoje que já desabrochava naquela “entrefechada rosa”. Neli e Ninfa, as companheiras mais queridas. Nair, Célia, Maria das Graças, todo um punhado de harmoniosa afinidade.

Eu encontrava Neli, sempre de livro aberto na fila. E seu bom dia era assim: — “Estou perdida, Nicinha! Não sei nada!” O brilhantismo do seu curso não confirmou esta apregoada falta de estudo. E aí está sua invejável carreira literária!

De vez em quando, uma peraltagem coletiva: enchemos, certa vez, uma caixa de zumbis e cigarras. Soltamos os bichinhos em classe. A confusão foi tamanha que até Mere Rose subiu numa cadeira... Resolvemos, um dia, enfeitar-nos mais para alegrar a aula. Ir. Celéstia, ao entrar em classe, disse, somente, com aquela autoridade que Deus lhe deu: —, As pintadas que se retirem. Uma a uma as vaidosas foram saindo. Continuei calmamente, de pé, consciência tranquila dentro de minha camada de pó de arroz.

Ir. Celéstia bateu a régua, sem levantar os olhos:

— Nice?!

— Não estou pintada, Ir. Celéstia!

E ela: — Está só cinzenta de pó de arroz!

Hoje Ir. Celéstia não está mais em Goiás. Afastou-se de lá cumprindo os desígnios de sua Ordem, já que as missionárias de Deus só criam raízes nas terras do Céu.

Consegui revê-la, há anos, numa visita que fez a Goiás e, numa coincidência feliz, eu lá estava também. Eu ainda não conhecia, completamente, as instalações novas do Colégio Santana. Ir. Celéstia mostrou-me tudo. Rezei na capela nova lembrando-me da outra, velhinha cheia de santos compreensivos que em época de exames, mal se equilibravam em cima de tanto papel pedindo pon-

tos fáceis e notas boas... Vi as arejadas salas de aula com carteiras elegantes, sentindo saudades das outras salas, de janelas coloniais, com aquelas carteiras imensas, tôscas, mas tão simpáticas.

Só era o mesmo o chão amigo em que pisávamos. Subimos ao dormitório. Ir. Celéstia abriu uma janela e mostrou-me a paisagem. Meus olhos descansaram nos horizontes — a cidade abraçando os montes, os montes abraçando os céus. Junto aos morros a S. Bárbara, sentinela branca, vigiando o casario. O olhar da Mestra querida misturou-se ao meu olhar na visão mais linda da Cidade. Ela que esta tão longe, novos colégios, novas alunas e não se esquece da Terra que aprendeu a amar, eu que estou mais perto, outra vida, outras esperanças e que lá estou, às vêzes, para buscar o bálsamo daquela quietude. Nós duas nos irmanamos na mesma afeição e na mesma saudade.

Sei que contando estas lembranças, desfolho as saudades de cada colega que me possa ler. Não só as de minha turma. Porque em tôdas as épocas, as meninas que estudam têm as mesmas recordações de sua escola, de seus mestres e de suas colegas. Sempre o seu tempo é o melhor tempo do mundo e nenhuma geração poderá superá-lo em saudade.

Por isto quero reunir, comigo, a imensa roda de alunas que viveram e foram felizes lá no Colégio Santana de Goiás. Olhem que é muita gente em 81 anos de vida tão dadivosa!

E relembro a inesquecível Mestra Ir. Celéstia, nela personifico tôda a benfazeja Ordem de S. Domingos para receber agora, sua expressão sincera de nossa gratidão.

MINHAS IGREJAS DE GOIÁS

Nice Monteiro Daher

“A casa do Senhor está sòlidamente edificada sôbre a rocha firme”.

Os satélites jogados no infinito pelo milagre da inteligência humana trazem as vozes para meus ouvidos e as imagens entram em meus olhos com a luz de um dia de Maio.

“Aqui é, verdadeiramente, a casa de Deus e a porta do Céu”!

E são mesmo pedaços do céu que formam o chão da Catedral de Brasília através dos vidros que são o seu teto e a sua transparência.

A Nave branca tem a resplandescência do sol e as figuras que nela caminham formam a impressionante visão de outros mundos e outras gentes que os homens sonham encontrar nos astros distantes.

Na diferença de concepção e no arrôjo das realizações, o Século XX sintetiza-se todo naquelas hastes levantadas para o Alto. Elas não dão o sentido da penitência dirigida para o vazio do espaço nem de joelhos caídos na indiferença da terra, mas trazem a alegria de uma tenda abrigando o cansaço dos caminhantes do Céu.

O homem não é, ali, a alma que sente a humanidade de sua vinda do pó, mas a personalidade vitoriosa daquêle que foi feito à semelhança de Deus.

Tudo fala em Deus naquela alegoria do Futuro. Sòmente Êle pode ser dono do milagre que nossa sensibilidade vai bebendo na taça do Vídeo despejando emoções.

É Deus que está na paisagem que os vidros mostram lá fora: Brasília espalhada no Planalto o sol espalhado no Céu, o povo espalhando em Brasília.

É Deus que está naquele átrio rendilhado de luz, onde o simbolismo da Arte traz a presença contínua da unção religiosa — desde os anjos em diferentes tamanhos descendo das nuvens, até o túnel envolto em sombras que nos leva para a claridade intensa.

É Deus que enche o vazio imenso do Templo, multiplicando-se na música, nas vozes, nas velas, no sol. É Ele que lembra a imagem do Homem, nos arquitetos, nos operários, naquêles que ajudaram a construir a Catedral, em todos nós, de longe ou de perto, ou nos outros que lá estão rezando... Será que a gente consegue rezar ali. Porque naquêlê ambiente o espírito não pode repartir-se para dizer "Pai nosso que estais no Céu": a oração ali é um todo indivisível. O homem subiu a Deus e Ele desceu ao homem.

Mistura-se em seu pensamento a meada do tempo e eu me enrodilho em seus fios até a ponta da linha que se prende no passado.

As Igrejas de minha vida perpassam acompanhando a procissão dentro da Catedral de Brasília

Minhas Igrejas de Goiás!

Matriz, Rosário, Boa Morte, Senhora Aparecida, S. Barbara, S. Francisco, Senhora da Abadia, Senhora do Carmo!

A Matriz e o Rosário enfeitaram-se de um moderníssimo romântico.

As outras tôdas elas, branquinhas, de paredes barrigudas de pau à pique, tudo marcado no tempo por mãos pretas de escravos, tudo com cheiro emotivo do mofô da tradição...

Tôdas elas com altares de tábuas largas, com oratórios grandes, uns marcados com a teia rendada da Arte, outros lisos, despretenhosos, pintados com tinta grosseira.

Algumas com lindos santos de Veiga Vale e, quase tôdas com velhas imagens de olhos lindos, roupas coloridas de estrêlas e luas, naquêlê simbolismo ingênuo que os antigos tinham de trazer o Céu para a roupa dos santos.

Quase tôdas fechadas o ano inteiro, só abrindo as portas na festa da Padroeira. Aí então elas tomam alma nas velas acesas, nos sinos tocando, ouvem rezas cantadas, banda de música, foguete no ar.

A S. Bárbara é a nossa sentinela romântica. A que mais fala ao coração de todos com aquêlê jeito de brincado de criança esquecido no alto do morro. Para o goiano que chega, olhos cansados de paisagens estranhas, é ela que abre o álbum das iluminuras da Terra Natal. Para o goiano que se afasta é a última visão de saudade, lenço branco adejando no azul para prolongar o adeus.

A Igreja de S. Francisco é onde reina a comovente imagem de Senhor dos Passos. É ela que enfeita as procissões da Semana Santa dentro da amena beleza das noites de lá. Gerações inteiras

têm subido, em cada sexta-feira, aquelas escadas desiguais. Já se perderam na poeira dos anos muitos daqueles que lá subiram para rezar ao Senhor e molhar os olhos na tinta fresca dos crepúsculos.

A Boa Morte sempre está em meu caminho. Agora foi transformada em Museu Sacro. Encontro-a geralmente fechada quando vou a Goiás, nos velhos tempos, porém, suas portas estavam abertas o dia inteiro. Para quem passava era um chamado à oração. D. Idalina trazia os altares muito limpos, branquinhos de toa has enfeitadas de croché. Um perfume forte de angélicas adoçava o ar e não faltava colorido de rosas nas velhas jarras. A chama de azeite queimava na vigília do Sacrário vestido de cetim e ouro. Era doce chorar tristezas ou agradecer alegrias na quietude daquela nave! Havia, sempre, ali o movimento das novenas. A Folia do Divino saía, festiva, de suas portas. Bandas cantando dobrados, meninos correndo atrás dos foguetes estourados, gente carregando as Bandeiras vermelhas e a Salva de prata do Divino Espírito Santo!

Muitas vezes cantamos ali o Canto do Perdão da Semana Santa e o Bouquet de Maria! Vestidas de branco, trêmulas de emoção na responsabilidade do canto lindo, isto acontecia, sempre, numa noite de 31 de Maio, último dia do mês dedicado à Mãe de Jesus.

A Nave do Século foi consagrada, também, num dia 31 de Maio. Ela guarda, em sua magnificência, as mesmas bênçãos que povcam a humanidade de minhas Igrejas de Goiás! Porque todas elas são, verdadeiramente, a casa de Deus e a porta do Céu...”

OUTROS TEMPOS

Nair Perillo Ritcher

Naqueles dias distantes, como jovem e como colegial, eu também rondava as salas de aulas, carregando uma alma de sonhos e uma vida de esperanças.

No Colégio Santana da Cidade de Goiás, naquela época, velho casarão tradicional de clima religioso e austeridade de Dominicanas, seu ambiente exercia sobre mim uma confiante devoção pelos livros.

Nos espaçosos salões de paredes brancas iluminadas pelas janelas sempre abertas, recebendo sol e a visão verdejante daqueles morros, ao longe, colados no céu, havia, permanentemente, uma imagem de santo ou santa à espera da nossa oração.

Naquele remanso de paz, serenas atividades, leal companheirismo e o sério compromisso de estudar, íamos remando o barco, em águas tranquilas, ... caminho ao pôrto das nossas aspirações.

Enquanto isto, as lições das piedosas Dominicanas invadiam os domínios de nossas inteligências que, aos poucos, se definiam num campo de conhecimentos diversos, disputando cada qual o primeiro lugar ou a melhor classificação.

De fato, éramos numerosas, um punhado de jovens quase da mesma idade e de sonhos iguais, ficando a memória no terreno da História, da Gramática, da Física, da Botânica e de outras tantas matérias que exigiam da gente um regulamento de estudo, esforço e boa vontade.

Entretanto, havia entre nós uma preferência pela gramática portuguesa, um gosto caprichado pelo nosso idioma que contava com

a participação de dois professores, a Irmã Celeste, de doce lembrança e o saudosíssimo Francisco Ferreira, meu tio e mestre que foi a mais luminosa expressão do ensino goiano.

Daquele sábio professor, cujo talento nos irradiava primorosos ensinamentos, recolhemos noções, regras e exemplos jamais esquecidos.

E, dentro de suas comparações, usava repetir sempre que uma frase ou trecho rico de palavras, mas pontilhado de erros gramaticais era como uma mulher bonita mal vestida.

Hoje, entretanto, quando nosso espírito amadurecido acompanha um mundo que se transforma dentro de um processo degradante, também o ensino sofre a influência mudancista da época.

Nos ambientes dos colégios e ginásios, sente-se que o estudo do português vai sendo negligenciado pela maioria dos alunos que revelam um despreparo em questões gramaticais e uma ausência total de imaginação tão proveitosa na formação de idéias.

Enquanto isto se passa, cresce, entre os estudantes, um enorme interesse pelos idiomas estrangeiros.

Não sou contrária aos cursos de inglês, francês ou alemão tão atualizados em nossa cidade e que arrebatam inteligências, acendendo o entusiasmo no seio das massas estudiosas.

Acontece, porém, que considero um lamentável erro o fato de certa gente que quando escreve, cometendo verdadeira tragédia gramatical, desvirtuando o português do começo ao fim, possa ingressar, com tanto fanatismo, nos estudos de outras línguas. Porque os conhecimentos do nosso idioma devem estar em primeira linha, abrindo caminhos para contatos mais valiosos com outros ramos de culturas.

E, pensando assim, acho que toda esta estória de cursos de línguas não passa de um esnobismo muito comum nas classes amantes da ostentação.

Se realmente existe vontade sincera de melhorar o nível de cultura, motivo justo que merece aplausos, que estude, de início, o nosso maravilhoso português com sua riqueza de sinônimos e suas palavras tocadas de beleza como esta tal de saudade que a gente pronuncia, deixando escorrer dos lábios uma nota de doçura.

Minha atitude de intolerância contra o desamor pelo nosso idioma não deve ser traduzida como um alto índice de nacionalismo.

Não se trata de um sistemático pendor patriótico, mas apenas um direito que me assiste de valorizar tudo que é nosso, a prata da casa e o ouro desta terra brasileira que nasceu com o privilégio de ter uma história de enredo fascinante e um passado de grandezas e tradições.

TRAÇOS DA CULTURA PORTUGUESA EM GOIÁS

Prof.^a Regina Lacerda

O estudo dos costumes e crenças que nos legaram os colonizadores portugueses merece especial atenção, quanto a fidelidade à forma, com que foram aqui introduzidas, se conserva até nossos dias.

Um detalhe arquitetônico que continua a ser repetido, a despeito de novas soluções encontradas pela arquitetura; ali, entre ritmos atuais de origens estranhas à nossa cultura, chegados através de modernos meios de comunicação, uma voz entoa canção ou romance na melhor forma portuguesa de séculos atrás; com maior ênfase, porque coletivamente, alhures se celebram festas do Divino Espírito Santo como se fazia em Portugal nos tempos de D. Diniz.

Sem procurar fazer análise dos fatos, anotamos um, que no começo deste século foi estudado pelo ilustre etnólogo e sociólogo português, Rocha Peixoto, que sobrevive em Goiás com toda sua força de expressão.

EX-VOTOS — TABULAE VOTIVAE — MILAGRES

Na sala de milagres do Santuário da Trindade encontram-se ex-votos em pintura semelhantes aos que Rocha Peixoto estudou em Portugal, datados dos séculos XVIII e XIX, no seu trabalho intitulado "Tabulae votivae".

Que são estas pinturas? — Originadas dos costumes dos romanos onde, em "tabulae devotionis", "os cocheiros do Circo votavam aos deuses infernais os seus competidores", aqui, como em Portugal, são quadros ingênuos encontrados em Igrejas e Santuários

como promessa ao Santo de invocação daqueles templos, "que atestam e celebram admiráveis milagres proclamando assim, e perpetuando o reconhecimento pelas graças obtidas".

Como a fidelidade à forma?

Em três exemplos de épocas e lugares diferentes confrontemos os ex-votos: Portugal — 1712; Arraial da Barra — 1887; e Trindade — 1967.

Em geral a pintura representa um acidente, onde o perigo de morte é evidenciado com toda a força de expressão de que é capaz o artista, cu um enfermo à espera da morte, estendido em uma cama, desenganado, ou "despedido dos médicos".

A figura do Santo invocado quase sempre está presente entre nuvens na parte superior do quadro e uma legenda explica o fato e agradece o milagre.

Rocha Peixoto assim se referiu às legendas: "Por via de regra a legenda alude ao obreiro do milagre e começa pelas abreviaturas M. J. F. (milagre que fez) N. Senhora ou N. Senhor ou determinação Santo acudindo a um naufrágio ou a uma desgraça ou atenuando os efeitos dum acidente ou curando uma moléstia".

Entre o vasto material registrado pelo ilustre português, daqueles que nos chegaram às mãos, destacamos para ilustração uma pintura e duas legendas:

1.^a — Tábuca votiva da Capela de N. S. de Aires de Viana de Alentejo. — Numa paisagem de horizonte amplo, próximo a uma pequena casa de campo, em terreno acidentado, uma carroça puxada por dois burricos está tombada sobre um homem, esmagando-o com seu péso. — No ângulo esquerdo inferior, uma mulher ajoelhada, mãos postas em oração invoca a proteção de N. S. de Aires, cuja figura aparece entre nuvens no espaço do céu.

Na legenda: "Manoel Salvador e sua mulher Ignacia das Dores naturais de ... oferecem esta memória a Na. Sa. de Aires em ação de graças por ter livrado duma morte desastrosa ao dito Manoel Salvador no anno de 1817".

2.^a — A outra pintura, não descrita, acompanhava a seguinte legenda: "Milagre que fez Nossa Senhora do Carmo a hum seu devoto estando despedido dos medicos melhorou em oito dias do anno de 1712" — Igreja de S. Vicente e Bragança.

Do ARRAIAL DA BARRA — Goiás — no fim o século passado, alguém manda correspondência ao jornal "GOYAZ", datado de 2.9.1887 (sem assinatura), informando ter encontrado na Igreja de N. S. do Rosário duas pinturas votivas, descrevendo-as assim:

Reprodução da publicação feita por J. R. dos Santos Júnior professor de Antropologia da Universidade do Porto: "Rocha Peixoto como cientista no âmbito da Etnografia e da Antropologia". — 1966

1.^a Pintura — "Sobre um catre um indivíduo envolvido em uma baeta vermelha, entre nuvens. N. Senhora com um rosário na mão".

Legenda: "Mercê que fez N.S. do Rosário-Silvestre Coutinho

Santiago estando muito enfermo com depluçaõ amalinado valeu N.S. do Rosário logo veio pegou a melhorar”.

2.^a pintura: “Subindo a barranca de um rio um burro carregado puxado pelo cabresto por um negro. Entre nuvens N. S. do Rosário com um terço na mão”.

Legenda: “Mercê que fez N.S. do Rosário a Reuene Francisco Antonio a um seu crioulo por nome Francisco indo do arraial da Barra para seu sitio na paçage no barranco do rio imprençou o burro que ja ia as suas caixas nesta ação o burro agarrou com o dente a perna esquerda quase o mata. Valeuça da Cíta Senhora”.

Dos ex-votos que se encontram em exposição no Santuário da Trindade tomamos dois para confronto;

1.^a — Pintura: Entre vegetação mal definida vêem-se duas vacas atacando uma criança caída ao chão, tendo por trás uma mulher com uma pequena vara enxotando os animais. — Ao lado, entre a ramaria, outra mulher com uma criança nos braços.

Legenda: — “O jovem Francisco Silva de Oliveira — morador na Fazenda CACHOEIRA MUN. DE JARAGUÁ na idade de 8 anos foi atacaço por duas vacas e caído por terra, sua mãe pediu ao miig. Divino Pai Eterno que recorrece. E sua vovó com um pauzinho, lhe defendeu”.

2.^a Pintura Uma paisagem com montanhas ao longe. Dominando o centro do quadro, um moderno caminhão tem sua carroceria quase toda submersa nas águas do rio, porque houve um acidente. Os passageiros estão em pânico: uns se agarram às grades do veículo, tentando salvar-se, outros quase afogados têm os braços erguidos pateticamente, alguns são levados pela correnteza semi-mortos. As cargas espalhadas por tôda parte ou boiando sôbre as águas. — Em terra firme, junto ao tronco de uma árvore, uma mulher meio ajoelhaða, meio sentada nos calcanhares, com as mãos na cabeça parece enlouquecida pela cena que presencia. — No alto, entre nuvens dentro de um triângulo amarelo vê-se a figura do Pai Eterno (ve'ho de barbas) com a pomba do Espírito Santo, pousada em sua auréola, testemunha sua intervenção no salvamento das vítimas do acidente.

Esta pintura, talvez pelo realismo e dramaticidade expressa, talvez pela evolução dos costumes, não traz legenda.

TRAÇOS COMUNS AS TRÊS ÉPOCAS

1. — A mesma figuração de accidentes.
2. — Representação no alto do quadro do Santo, N. Senhor, ou N. Senhora, invocados, entre nuvens.
3. — Legendas explicativas.
4. — Nomes, datas e lugares de residências das pessoas que agradecem o milagre.
5. — Trabalho de artistas populares, com soluções elementares, e o mesmo conteúdo expressional.
6. — As iniciais M. Q. F. interpretadas por “Milagre que fêz, são

nos do Arraial da Barra integrantes das palavras "Mercê que fêz", porém omitidas nas pinturas da Trindade. ,

7. — Forma litesásia: — Onde o ilustre etnólogo português vê nas inscrições concisas ou prolixas "um risonho depoimento cacográfico" com suas corrutelas populares, abreviaturas incongruentes, pontuação errada e fantasiosa separação de vocábulos, vimos, com pesar, quando o mesmo ocorre aqui, o atestado do estágio primário dos executantes das obras.

R. Peixoto cita ainda alguns retábulos de forma artística mais culta, e destaca entre outros, um gravado em bronze e esmalte, no qual figuram de joelhos "o duque de Borgonha, Felipe, o Bom, o Filho de Carlos, o Temerário, a duquesa Isabel e os filhos desta, mortos novos cada qual armoriado". Se não temos visto entre nós trabalhos de artistas mais eruditos na apresentação de ex-votos, encontramos algumas vezes, legendas em linguagem apurada.

Quando afirmamos que, apesar da evolução social e econômica, dos recursos mecânicos modernos estarem ao alcance de grande parte da população, o fato ainda permanece vivo entre nós, não nos valemos apenas dos exemplos aqui citados, e, sim das dezenas de pinturas que se acham expostas no Santuário da Trindade, onde o "milagre" é recebido quando de acidentes de veículos motorizados, serras elétricas e até mesmo de avião particular, conforme a seguinte legenda: — "J. N. de Oliveira e Sra. em viagem de Mato Grosso para São Paulo quando o motor do seu avião parou em pânico apertaram-se com o DIVINO PAE ETERNO e Perpetou Socorro — o fato ocorreu em 1957 em "Andradina" — S. Paulo. Todos salvos graças ao Divino Pae Eterno: residem em Morrinhos — Goiás".

Ocorre ainda na apresentação deste milagre alguma variação no que se refere aos recursos de expressão: ao invés de pintura, o fato é documentado sob fotografias das pessoas acidentadas, porém continua a legenda narrativa e de agradecimentos ao Divino Pai Eterno.

Antes de terminar, porque é oportuno, queremos lembrar o fato da devoção popular em Goiás, ao PAE ETERNO, quando a Igreja, da SS. Trindade, as figuras do Filho e do Espírito Santo.

Este, porém, é assunto para estudos de outra natureza.

Finalizando oferecemos, aqueles que estão preocupados com estudos sociológicos de Goiás, estas notas atestantes da contribuição portuguesa e do estado em que se encontra entre nós um dos costumes que mereceu estudo especial do ilustre mestre português, homenageado pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Porto, no centenário de seu nascimento, em 1966.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Claro Augusto Godoy

Estudiosos da história goiana e pesquisadores dos costumes locais sempre focalizaram em suas obras ou em capítulos especiais a influência do folclore na alma do povo. Destaco Henrique Silva, Hugo de Carvalho Ramos, Americano do Brasil, J. Aparecido Teixeira, S. Fleury Curado, Vitor de Carvalho Ramos e Regina Lacerda.

Penso contudo que não seria demais acrescentar ao acervo de tais contribuições algumas reminiscências, observações pessoais e vivências que adquiri no decurso de quase quatro décadas em permanente contato com as classes populares da cidade natal.

Refiro-me, particularmente, às tradicionais festas do Divino do Espírito Santo da cidade de Goiás, em que os festejos profanos se mesclavam ao ritual católico, de modo a oferecer mais animação e alegria à sociedade goiana.

Ainda conservo bem nítida no espírito a imagem da "Folia", da qual tão bem trataram Hugo de Carvalho Ramos, em "Gente da Gleba", e Regina Lacerda, em "Papa-Ceia". A partir do Domingo da Ressureição, prolongavam-se por três dias, durante os quais desfiliavam, também, alegres bandos de escolares e jovens aderentes, entoando cânticos alusivos ao ato, de cujas quadras algumas guardei na letra ou no sentido. Uma delas rezava assim:

"O DIVINO ESPÍRITO SANTO
AQUI VEM NOS VISITAR
E PEDIR A VOSSA ESMOLA
PRA SEU DIA FESTEJAR".

Outra, cujo sentido apenas me lembra, dizia que “o Divino não pedia esmola por precisão, mas para saber qual o cristão que tinha mais devoção”.

O período que mediava entre o tríduo da Folia e Dia do Divino era tomado com os ensaios e a confecção das vestes adequadas aos festejos profanos, em composição que, a cada ano, dava maior brilho e suntuosidade. Os mais apreciados eram, realmente, as danças do Congo ou Congada, do Tapuio, o Quebra-Bunda e o Vilão, algumas tipicamente locais, outras recordando pugnas históricas da tradição africana ou do tempo das Cruzadas, como as famosas Cavalhadas, de que adiante tratarei.

Compreensível e justo era o interesse que despertavam numa cidade em que as diversões populares se resumiam a algumas representações teatrais, raros circos de cavalinhos, itinerantes, e saraus familiares.

Desde algum tempo, haviam cessado outros gêneros de festa popular, tais como a Chegança, as Pastorinhas, o Bumba-Meu-Boi e a Dança do Velho. A cerimônia profano-religiosa — “Entrada da Rainha” — realizada por ocasião da Festa do Rosário, foi citada por S. Fleury Curado, nas MEMÓRIAS HISTÓRICAS, juntamente com a Festa do Boi e as Taleiras, que desapareceram sem deixar vestígios na memória do povo.

Alguns daqueles divertimentos tiveram a sua fase esplendorosa até metade da segunda década do século atual, animada pela música retumbante de instrumentos primitivos, com a predominância do gosto artístico, aliado ao chiste, como afirmação do espírito sadio dos seus criadores e intérpretes. Completavam-se com os meios dos corpos, tanto mais ativos quanto maior o aplauso da assistência.

O Congo obedecia à tradição africana, com as suas superstições e a reprodução das guerras locais. O “patuá” do Rei-Pai-Senhor encerrava coisas exóticas, como o “calcanhar de usupruca”, a “munheca de menino pagão”, “mombique-mombaque”, além de outros disparates.

Quando o bando, para a exibição, chegava a uma residência, era esta a embaixada que se dava:

— Senhor dono da casa! Rei-Monarca, vai chegando. Em louvor de São Benedito, nós viemos festejar!

A certa altura do cerimonial, o Rei ordenava:

— “Toca a mariba de guerra e vamos pelear!” Então, os cacarás das cabaças e bambus ralavam-se ensurdecidamente, enquanto os dançarinos davam mais animação às evoluções bem ensaiadas.

Em dado momento, o Rei interpunha a sua autoridade, como a pedir trégua, mas num desafio arrogante:

— “Cala, cala, Secretário! “Que medo de ti não tenho, nem das tuas ameaças, mesmo que viesse com guerra, para contigo pelear”.

— “Erga a tua frente, Secretário! Veja o privilégio que eu trago do Rei, Embaixador de tôda esta terra”!

— “Embarca na canôa! Xô-ô — Xô-ô — lá no Céu. Rei do Congo, Malelé”.

O caracaxá — cabeça sêca e comprida com sulcos paralelos ralados por uma vareta, o bombo ou caixa, o pandeiro e a viola eram os instrumentos mais usados para tais festanças, afóra outros, de percussão, improvisados.

No “Vilão” o que impressionava a assistência, além das côres berrantes do vestuário e a dança ritmada, era a trança que os dançarinos formavam com fitas multicores que se enrolavam num mastro seguro por um dêles no centro da roda, a qual depois se desenrolava na mesma cadência, agora em sentido contrário.

A “Dança do Pio”, a que se refere Vitor de Carvalho Ramos, nas páginas Goianas, fôra inventada pelo velho Pio e se assemelhava ao Vilão.

Quem primeiro se referiu à “Dança do Tapuio”, a que deu a denominação de “Dança dos Índics”, deve ter sido Hugo de Carvalho Ramos, na novela Gente da Gleba”. O ritmo dessa dança, graças à penetração do rádio, pôde sobreviver mais tempo e chegou a transportar-se para o folclore nacional Por Uicara de Goiás (santinha Marques), Lourdinha Maia e Eli Camargo.

— “ARIRÊ-CUM-CUM, JABURÊ-QUÁ-QUÁ”. JAPURUNGA MATÔ MIA FIA — FRECHA NELE SEM PARÁ” — tornaram-se estribilhos familiares daquelas cantoras goianas, excelentes intérpretes da música regional.

O “Quebra-Bunda”, sem dúvida, fôra uma das criações de Sebastião da Silva Jesus (Sebastião do Edifâno), cujas qualidades artísticas e de humorista espontâneo o consagram, no tempo, como maior animador das festas populares da cidade de Goiás, nas duas primeiras décadas dêste século. Era uma dança extravagante e movimentada, na qual, no momento azado, os participantes — VIS-A-VIS — numa virada das costas, faziam encontrar-se com violência as partes glúteas, ao som desta letra musicada:

“QUEBRA-BUNDA-Á QUEBRA-BUNDA-Á,
QUEBRA-BUNDA DA MINHA SINHÁ!
QUERO VÊ BUNDA QUEBRÁ,
QUERO VÊ BUNDA QUEBRÁ!

Essa dança não deixava de ser um tanto lasciva, mas o era menos do que a “UMBIGADA”, em que os pares, nos seus requebros, em instantes exatos, faziam chocar ventre com ventre, ao som onomatopaico desta música agitada:

“A PRIMEIRA UMBIGADA É PAPUDO QUE DÁ;
EU TAMBÉM SOU PAPUDO, EU TAMBÉM QUERO DÁ!

As umbigadas, mais usuais nas festas da roça, faziam parelha com o batuque, o catereté e outras que animavam e ainda animam os mutirões.

Assisti, quando estudante do Liceu, na antiga Pouso Alto, a

uma dança do ENGENHO, reminiscência do trabalho dos escravos na nossa primeira indústria, em que os pares, em roda, no terreiro, à moda da GRANDE-CHAINE das saudosas quadrilhas, davam a impressão perfeita de uma trança humana, sempre a repetir um estribilho monótono.

Por outro lado, as gerações mais novas não chegaram a conhecer as "Cavalhadas" da antiga Capital, no Campo do João Francisco, cujos ensaios se prolongavam por dias seguidos, com a exposição de bons cavalos e cavaleiros que exibiam as suas notáveis

qualidades de peões. Na véspera do Dia do Divino, havia o ensaio geral, que apenas difere do grande tríduo da festa pela razão de que os participantes ainda não ostentavam a vistosa indumentária azul e vermelha dos mouros e dos cristãos, com os seus calções e capas de veludo, enfeitados de galões dourados, reluzentes.

A áfluência era enorme e fazia regurgitar a grande praça, com os seus palanques bem dispostos, cobertos de capim ou fôlhas de buriti e indaiá, paredes de piteiras e adornados com colchas multicolores.

Eram três dias de animação, de grandes emoções, momentos, como disse Hugo de Carvalho Ramos, como o ponto alto das argolinhas tiradas ao galope, nas pontas das lanças, e as prendas que os vencedores, ufanos, ostentavam em volta ao picadeiro.

Os batuques noite inteira e botequins que não fechavam durante toda a festa.

E como estas, tantas outras tradições que o progresso fêz desaparecer, para só deixar saudações aos que ainda podem rememorar-las.

OS CIGANOS EM GOIÁS

Prof. Ático Vilas-Boas da Mota

Pelos povoados, pelas beiras de córregos, pelas estradas e pelas feiras, uma onda de gente diferente, colorida, romântica na maneira de viver, temida por uns e decantada por outros. Refiro-me ao misterioso povo cigano. Se em outros países sobram estudos feitos no sentido de traçar-lhes a perspectiva e a trajetória, entre nós, infelizmente, são muito escassos. Sua origem continua bastante discutida, chegando mesmo a constituir um enigma para antropólogos, etnólogos, historiadores e lingüistas. A maioria dos estudiosos, no entanto, aceita a teoria de terem vindo do norte da Índia. Seriam descendentes dos Tchinganés.

A escassez de estudos brasileiros sôbre os ciganos não quer dizer que lhes reservamos antipatia ou desprezo. Existem alguns trabalhos pioneiros que revelam o nosso interesse em estudá-los, em conhecê-los melhor, em captar-lhes a alma. O primeiro trabalho sôbre os ciganos no Brasil foi o de Mello Moraes Filho, que chegou até a pesquisar-lhes os cantos e as músicas com a finalidade de reuni-los como de fato o fez, em uma importante obra intitulada: "Cancioneiro dos Ciganos". Contudo, sua obra mais conhecida é a que leva como título "Os Ciganos no Brasil", publicada em 1886; este livro, conforme opinião abalisada de Adolpho Coelho, filólogo português que estudou os ciganos em Portugal, não atende a finalidade que se propõe o próprio título, uma vez que a pesquisa se refere tão somente aos ciganos do Rio de Janeiro e adjacências. O trabalho do polígrafo paulista, Prof. China, restringiu também a

área de suas investigações. No Estado de Minas Gerais tivemos a pesquisa vertical de João de Dornas Filho, com "Os Ciganos em Minas Gerais". Creio serem estas as únicas fontes brasileiras que examinaram o assunto de maneira particular

Adolpho Coelho em "Os Ciganos de Portugal" (Lisboa, 1892) reservou, em forma de apêndice, uma parte aos ciganos do Brasil. Mas por não ter tido a oportunidade de visitar o nosso país, teve de basear-se em dados fornecidos pelas referidas obras de Mello Moraes Filho. O trabalho do ilustre filólogo português é muito valioso e importante para todos aqueles que pretendam pesquisar a vida do povo cigano. Até agora não foi superado.

E em Goiás? — Apesar da antiga e tradicional presença dos ciganos no Planalto Brasileiro, pois vêm participando da lenta marcha para o Oeste, não foram ainda estudados. Nós, dentro dos limites de nossas possibilidades, estamos concluindo uma monografia que se intitula: Os Ciganos de Goiás.

Esperamos poder registrar a passagem e a permanência desse povo errante nas plagas goianas.

Os ciganos, em perfeito paralelismo como boiadas e tropas, atravessaram o nosso Estado de ponta a ponta. Têm uma extraordinária capacidade para adaptar-se às novas condições de vida. Até há pouco tempo eram encontrados usando tropas, justamente numa época em que os muares e os cavaleiros constituíram quase os únicos meios de transporte. Na Amazônia já foram vistos usando canoas por entre os igarapés. Curioso, seria registrar, que rarissimamente, para não dizer nunca foram vistos usando carros de bois. Em nossos dias, conforme a região, passaram a utilizar, em suas viagens, veículos motorizados.

Em Goiás, como dissemos, sua presença vem sendo assinalada de há muito tempo. A dar crédito a Silva e Sousa, e aos demais historiadores Alencastre, Colemar Natal e Silva, Americano do Brasil e Zorcastro Artiaga, já no governo de Luiz da Cunha Menezes (1778-1783) os ciganos andaram dando trabalho às autoridades vilaboenses, obrigando o governador de então a tomar sérias medidas contra eles. Por mais que investigássemos, não chegamos a manusear os documentos que comprovam a atitude de Luiz da Cunha Menezes para com os nômades. Fontes históricas existiam, pois devemos crer nos testemunhos de Alencastre que declara, "Dizem documentos do tempo de Luiz da Cunha, os quais tivemos ocasião de compulsar, que três males assolaram a capitania no período de seu governo a fome, as inundações e os feiticeiros". (Annaes da Provincia de Goyza). O trecho que se segue revela-nos que por "feiticeiros" eram tidos os ciganos. Teriam sido presos? Teriam sido expulsos da cidade ou da província? Aliás, se assim procedeu a governadoria, nada de extraordinário haveria em seu gesto, àquela época, pois os "alvarás" de Portugal de há muito tempo haviam inaugurado uma série de medidas fortes contra os zingaros.

Aqui mesmo no Brasil registraram-se atitudes drásticas das

autoridades com referência a êsse povo. Pereira Costa, em Anais Pernambucanos, ao referir-se à expulsão dos ciganos de Pernambuco, declara que êles foram deportados, na época colonial, para a Ilha de Fernando de Noronha, onde chegaram até a semear a lenda do Cajueiro da Cigana.

O que o Governador Luiz da Cunha Menezes fêz com os ciganos de Vila Boa permanece como cousa obscura.

De suas andanças pelo Estado de Goiás colhemos uma enorme tradição, que será registrada em nossa monografia. Andanças marcadas por incompreensões, por perseguições, por lances amorosos, que constituem verdadeiro legado histórico popular, do qual se utilizou de maneira insistente o escritor goiano Leo Godoy Otero em "O Caminho das boiadas" e, de maneira peregrina, Ada Curado em seu romance "Morena".

Ao estudar-lhes a convivência e a permanência em Goiás procuramos fixar-lhes as zonas de predominância para colocá-las em franca oposição àquelas por onde apenas transitaram. Os vestígios toponímicos são muito claros a respeito de sua presença na região. O termo "cigano" aparece nos seguintes hidrônimos: Em PIRENÓLIS: o Córrego Cigano, afluente da margem direita do rio das Pedras; em JARAGUÁ vamos encontrar o córrego Cigano, afluente da margem direita do Rio dos Patos, outro de nome Córrego Cigano que vai formar como afluente da margem esquerda do Arraial Velho. Em MINEIROS: o Córrego-do-Cigano, afluente da margem esquerda do ribeirão Grande e, finalmente, em BOA VISTA podemos registrar a Cachoeira — da — Cigana. Assim como estudo da toponímia, seguindo opinião de Waibel em seus estudos sobre Geografia Tropical, presta-se a um sistemático estudo da ocorrência e predominância de algumas plantas em determinada região, no nosso caso, justamente por ser escasso o documento escrito, a toponímia desempenha papel relevante para o testemunho histórico.

É com esperança de contribuir para a pesquisa horizontal e vertical da goianidade que haveremos de publicar, ainda êste ano, a monografia que carrega em seu bojo, o perfil de um povo tão discutido e, talvez por isso mesmo, tão perto de nossa sensibilidade. Na Introdução escrevemos: "Êsse povo que flui e reflui pelos cantos do mundo, guarda, no mistério de seus encantos e de seus desacertos, qualquer coisa de patético. Seu amor à liberdade, seu gosto pela vida ao ar livre, sua maneira ingênua e despreocupada de encarar o dia a dia, o seu não saber de onde veio nem para onde vai, tudo isso faz do cigano o povo mais curioso e estranho dêste mundo. Ora louvado nas páginas literárias, ora exaltado nas composições musicais, ora perseguido até a morte, ora protegido por nobres e poderosos, ora odiado pelos reis, pelo povo, ora tido como emissário de deuses que desvendam o amanhã, eis, em resumo, o destino histórico do cigano. Ora bem vestidos, ora andrajosos, ora bem enfeitado... Mas que ninguém lhes venha cantar as belezas e as delícias de

ser proprietário, possuir bens, dispor de poder; ter pátria e por ela lutar ou morrer. ,

São-lhes puras abstrações. Nada disso: sua casa é a tenda, a barraca, o rancho; sua pátria é o mundo de meu Deus, mundo rasgado de fora a fora e coberto pelo céu estrelado. E por nada ter, a não ser o fado de ser cigano, perde-se por aí, a esmo, entre o canto e a dança, o furto e o gole de pinga, e a "buenadicha". E não podendo ensinar-nos muitas coisas, ensinam-nos a mais importante: a de ser eles mesmos. Ciganos. Inexoravelmente ciganos. Autênticos". O estudo que nos propusemos tem um motivo: sinceramente julgamos que não se poderá estudar o continente goiano sem aí realçar também a contribuição participacional dos nômades boêmios.

CARACTERIZAÇÃO DA TRADIÇÃO DO INTERIOR GOIANO

Jales Rodrigues Naves

Devido à posição alongada no sentido Norte-Sul, Goiás tem recebido, em sua vida cotidiana, influências das diferentes regiões do País, tanto assim é que os hábitos e tradições dos goianos do Sul, confundem-se com os dos mineiros do Triângulo e dos paulistas, enquanto as tradições baianas atravessaram as fronteiras do Leste e indo até o nordeste do Estado. Os poucos núcleos populacionais do Norte, abrangendo as margens dos dois grandes rios, são influenciados pela vivência dos Estados vizinhos. As superstições, as danças e outras manifestações folclóricas são cultivadas pelos goianos do interior.

Esta caracterização da influência da posição geográfica de Goiás, na formação de sua alma popular em relação aos demais Estados, já foi esboçada pela folclorista goiana Regina Lacerda, em seu livro de pesquisa intitulado "Papa-ceia".

ARTE POPULAR

Primitivamente utilizando a técnica indígena, o goiano sempre teve contato com o artesanato e manifesta-se na arte popular através de vasos e potes, além de colchas e outros artefatos com fios, tirados em rocas e tingidos com corantes caseiros, seguindo a tradição mineira.

Também a técnica indígena orientou os habitantes do interior do Estado a realizarem cestas de fibras, de cipós e de outros materiais, que eram utilizados como capoeiras, espécies de gaiolas grandes, para transportar aves e animais menores.

FESTA DO DIVINO

A Festa do Divino, de origem romana, foi introduzida em Portugal pela Rainha Santa ("Isabel"), sendo posteriormente introduzida no Brasil, na época colonial. O brasileiro transformou-a, acrescentando-lhes elementos populares, e os negros manifestaram, com a sua realização, a passagem de Pentecostes.

Os festejos, empobrecidos pelo desinterêsse, têm determinada decadência desta Festa. Em Goiás, ela já foi celebração de maior ênfase, mas, em decorrência da transformação social, e, com o aparecimento de modernos meios de comunicação e diversão, surgiu o desfiguramento dessas promoções. Alegando descuido cristão, o clero não permite estas Festas, o que tem contribuído para a sua queda.

A Festa do Divino, também conhecida como Festa do Divino Espírito Santo, tem, em seus principais elementos, as seguintes caracterizações: Festeiro ou Imperador, ajudado pelo Capitão de Mastro, Alferes da Bandeira e algumas vezes uma Festeira; Rainha, caso na ocasião sejam festejados os santos de devoção dos negros; Follas; Mastros — Fogueiras — Queima; Liturgia — missa, novena e tríduo; serenata e alvorada; distribuição de comidas em casa do Imperador e Folguedos.

FOLIA

Para a realização de uma Folia, inicialmente se recolhe donativos com uma bandeira de côr vermelha, com a Pomba do Divino pintada ao centro, entre novenas e esplendores, nas casas visitadas. Os condutores da bandeira, coroa e cetro usam roupas vermelhas, podendo a folia durar três dias. O dono da casa percorre-a com a bandeira. Os donativos podem ser os mais diversos.

Na zona rural, a folia só conduz bandeira e as esmolas são pedidas, cantando-se versos, do mesmo modo que é feito o agradecimento. As folias chegam três dias antes da Festa. As despesas correm por conta do Imperador, pois as folias rendem pouco. O programa é feito pelo Imperador, que coordena todos os pormenores, contratando pessoal, solicitando ajuda, e tudo o que for necessário.

A novena marca o início da festa e para cada noite há um "noveneiro". Os grupos que se apresentam recebem do Imperador e no último dia da novena, a bandeira, que, em procissão, é levada pelo Alferes até onde será levantado o mastro. Fogos são queimados, sendo alguns dêles de preparo caseiro. A serenata é no sábado à noite. Aos seresteiros são oferecidas as mais variadas comidas.

MISSA FESTIVA

Para a realização da missa festiva, a Igreja é enfeitada com bandeirolas. O Imperador assiste à missa em lugar de destaque, e segue conduzido de sua casa, em cortejo, com a corôa na cabeça. Cerca-se o Imperador em um quadrado de varas de madeira, com fita vermelha, sendo conduzido por 4 crianças vestidas de vermelho ou branco, côres usadas na liturgia. Além do Imperador, somente convidados e virgens podem entrar. Vão à Igreja e após a missa, comparecem à casa do Imperador, onde são servidos

comes e bebes. Há ainda a participação da Rainha, onde existem reinados, e, dependendo do local, seu procedimento é diferente.

FESTA DO TAMBOR

A Festa do Tambor é realizada, geralmente no terreiro, onde forma-se uma grande roda, com participantes e assistentes, utilizando-se, dentre outros instrumentos, um tambor grande, de 70 centímetros de altura, feito de tronco ôco. A madeira preferida é o jatobá, caxambu, tambor médio, de tronco ôco ou de pote de barro; surdo, tambor pequeno. Participam homens e mulheres, tanto para dançar como bater tambor e cantar. Inicia-se a dança com o canto lento e depois em ritmo alegre e acelerado.

Quando os cantadores passam ao ritmo acelerado, entram os mais entusiasmados. A dança é individual e consiste em requebros e movimentos de braços, que levantam e descem ao longo do corpo. Há os dançadores que se sobressaem, demonstrando agilidade e coreografia improvisadas. Com o jogar de objetos, o dançarino os apanha no ar e, dançando sempre, tira efeitos interessantes, mas, se cair, o dançarino pega-o, continuando a dançar e pode colocá-lo em outro para que este continue em seu lugar. Para interromper a dança, bate-se com a mão no tambor.

CONTRA-DANÇA

A contra-dança é baile ensaiado, para apresentação nas festas do Divino, e tem esta denominação em Pirenópolis e Santa Cruz, com poucos pontos em comum. Em Santa Cruz, o bailado se compõe de 12 pares, sendo que as damas são rapazes travestidos, pois não há participação do elemento feminino. Dançam ao som de uma "charanga". É apresentada três dias antes da Festa. Os passos são simples arrastar de pés e compõe-se das seguintes partes. MARCHA DE RUA — coluna de dois, sem qualquer evolução; ENGENHO NOVO — evolução em círculo; COSTURA — traspasse entre os pares; VILÃO — pares seguram lenço, formando túnel por onde passam os pares; QUADRILHA DO "QUER-ME"; ARANHA, CONTRA-DANÇA — o cavalheiro vem até a dama em extremidade oposta, e com as mãos nos ombros, dançam alguns passos e voltam aos seus lugares; e, MARCHA DE NAPOLEÃO.

RODA DE SÃO CONÇALO

Trazida de Portugal, ainda hoje existe em Goiás, sendo festejada a "10 de janeiro, data em que São Conçalo faleceu, em 1259, em Amarante, no Douro, à margem direita do Tâmega. Ermitão, preocupava-se com as virtudes das mulheres, e, aos sábados, através da dança, cansava aquelas que julgasse estar caminhando para a perdição; fazia-as dançar até se cansarem, para não pecarem no domingo, dia de festa. Terturava-se sob as mais variadas formas, ao contrário do que supunham de sua vida, dedicada à mulher. Sua devoção está, principalmente, no meio feminino e as festas realidades são para agradecer favores cumpridos cu uma boa colheita. A roda muda e a roda cantada formam os dois tipos existentes. Na roda muda, uma mçça dança carregando uma imagem do Santo

e é realizada dentro de casa, só com músicas e a roda cantada é feita no terreiro.

PAPA-CEIA E MICAGEM

Papa-ceia é nome dado, pelo povo, a uma estrêla denominada Vesper, cujo aparecimento é comum ao entardecer e dizem que esta estrêla é um planêta.

Micagem são exhibições mais ou menos humorísticas ao ritmo da dança. Existem gêneros diferentes, entre os quais, a Jiquitaia, Serrador e Negro Velho.

OBRAS SÔBRE FOLCLORE

Uma pesquisa sôbre folclore pode ser mais ampliada, buscando-se conhecimentos nas cinco primeiras obras a serem publicadas: "Cancioneiro e Trovas do Brasil Central", de Americano do Brasil (1922); "Lendas e Encantamentos do Sertão", de I.G. Americano do Brasil (1938), pela Edições e Publicações do Brasil; "Folclore Goiano", de José A. Teixeira (1941), pelo Governo Goiano e Companhia Editôra Nacional; "Goiás, Usos, Costumes, Riquezas Naturais", de Padre Vitor Coelho de Almeida (1944), e, "Lendas de Minha Terra", de Mário Rizério Leite (1951), pela Bôlsa de Publicações "Hugo de Carvalho Ramos", da Prefeitura.

FOLCLORE E ARTE POPULAR EM GOIÁS

J. Pitágoras

O Folclore e a Arte Popular ainda não estão sendo encarados com seriedade em Goiás. O que se tem escrito sobre o assunto está longe de atingir o destaque que merecem estas criações populares, como contribuição valiosa para a cultura de nosso Estado.

Poucos, também, são os estudiosos do assunto. Ninguém se aventura. Não dá lucro, alegam. Talvez não seja apenas o problema do lucro. É que a matéria é profunda e complexa e exige um pouco de humildade e renúncia. Exige que se perambule pelo sertão coletando material, o que não é fácil. A carência de recursos financeiros e técnicos agrava ainda mais o problema. Só o espírito rescluto e aventureiro de uma Regina Lacerda poderia vencer esta série de obstáculos. E ela venceu. Publicou uma obra curiosa: "PA-PA-CEIA".

Não entraremos em detalhes sobre o precioso significado da obra. Abordaremos apenas algumas passagens brilhantes.

A FIGUEIRA DO INFERNO — LENDA

Em todo o sertão brasileiro, se conta a lenda da Figueira do Inferno. Cada lugar, naturalmente, divergindo, acrescentando e abolindo pormenores, de acordo com a região e a capacidade criativa do povo.

A passagem que se segue ocorreu no norte de Goiás.

Conta-se que é na gameleira, que se dá a reunião da "coisa ruim". Na quinta-feira eles se reúnem para comentar as "proezas" da semana. O ambiente é bastante festivo. Cantam e dançam. A

cantiga é monótona: se restringe apenas em repetir os dias da semana — de segunda a sexta. Não cantam o sábado e o domingo. Numa destas tardes, resolveram praticar alguma gaiatice contra um viajante que estava deitado debaixo da árvore “maligna”. Este era papudo e os gaiatos arrancaram-lhe o papo, que pregaram na árvore. Ficou feliz o viajante e, um seu amigo que padecia do mesmo mal, resolveu tentar a sorte. Deitou-se debaixo da gameleira. Os chifrudos apareceram e começaram a cantar. O viajante desejoso de capitar-lhes a simpatia, acompanhou-os na cantiga. Enveredou sábado a dentro. Aí os “chifrudos” resolveram castigá-lo, acrescentando-lhe o papo do companheiro.

A PROCISSÃO DAS ALMAS

Aconteceu em Vila Boa.

Uma velha beata, de boa reputação, estava à janela, certa noite. Esperava que a temperatura se amenizasse um pouco ou padecia de insônia. Enxergou uma procissão que subia a rua. Cortejo silencioso, roupas brancas, procissão não anunciada pelo vigário, sem aviso de sino. A velha, muito reigiosa, esperou que o desfile passasse. E uma pessoa que participava do mesmo, ao passar por ela apagou a vela, entregando-a à beata para procurar no dia seguinte.

Passada a procissão, a velha se recolheu. No outro dia, lembrou-se da vela. Não tinha visto a fisionomia da pessoa. Aliás, não havia distinguido um rosto sequer. Buscou-a na gaveta, mas o que encontrou lá foi um osso. Uma canela de defunto, de criancinha, no lugar da vela. Após os desmaios, a certeza horrorizante. Vira, a procissão das almas e o jeito agora era rezar para as infelizes.

JOÃO DE BARRO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS

Pássaro curioso. Muito conhecido e admirado por suas habilidades. Entende de meteorologia. Se tem casa de porta para leste, a chuva vem do poente. Coisa certa.

É ciumento. Não admite traição. Pena para infidelidade é morte. Prende a companheira dentro da casa e empareda a abertura com barro. A “Joana” morre de fome, presa sem poder sair.

Arquitetura é com João de Barro. Aprendeu a construir casas superpostas como edifícios de apartamentos.

Entende convites. Entende e aceita por sinais. Quem quiser sua companhia, é só convidá-lo para morar em seu quintal. Tiro e queda. Daí a pouco, ele faz sua moradia no lugar indicado.

É pássaro abençoado.

ORIGENS DAS CERAMICAS

Cerâmica: de Ceramus, filho de Bacco e Ariana, protetor dos oleiros. A cerâmica foi transmitida pelos seus mestres de Creta e do Egeu. Monopolizada pelos atenienses durante longo tempo. Na Ásia, nas catacumbas de Biblos e Chipre. Ainda na Índia e entre os povos etruscos, foram encontrados vestígios de interessantes trabalhos cerâmicos. Na China, ficaram famosos os artistas da cerâmica na época Ts' Ing. Também os japoneses se celebrizaram com os produ-

tos de cerâmica: Os Raku (Alegria e Prazer). Os índios da ilha de Marajó e do Peru alcançaram um elevado grau de desenvolvimento na arte do barro cozido.

A CERÂMICA CARAJÁ

Não alcançaram os indígenas do Brasil Central o desenvolvimento dos marajoaras. Elementares e atrofiados eram os bonecos Carajás, a princípio. Hoje, têm outro sentido de expressão. Aproximam-se do realismo. Não possuem mais atitudes estáticas, como antes. Focalizam cenas de vida comum. Desapareceu a pureza do espírito Carajá. Guardam, entretanto, a mesma técnica no trato do material. Antes, davam uma expressão de coisa eterna, mística. Representavam "fim e começo de um anseio de expressão". Fazem agora utensílios de forma variada. Na decoração, empregam tintas de genipapo.

A CERÂMICA POPULAR EM GOIÁS E A PANELEIRA

Não alcançou a cerâmica goiana a perfeição técnica que lhe permitisse a industrialização. Como artesanato, é digna de nota. Usada até hoje na vida doméstica da velha Capital. É fato constatado que certas comidas adquirem melhor sabor, quando cozidas em panelas de barro. A água, também, é mais fresca nos potes de cerâmica. Faz-se além de panelas: vasos, fôrmas, caçarolas e objetos de decoração. Os objetos de cerâmica são apreciados por tôdas as classes sociais.

São denominadas "paneleiras" as pessoas que se dedicam à arte cerâmica em Goiás.

A profissão de padeira é privativa do sexo feminino em nosso Estado. Considera-se trabalho de mulher. A filha recebe a arte da mãe e conserva a tradição. As panelas são artisticamente trabalhadas. As paneleiras são pessoas humildes, mas capazes de reconhecer um trabalho seu por qualquer mínimo detalhe, invisíveis aos olhos dos leigos. Como os grandes artistas.

OS SEGREDOS DA CERÂMICA: qualidade do material, forno e cozedura.

A cerâmica requer um trabalho todo especial. O barro é retirado somente na lua minguante, quer na seca ou nas águas. O barro da várzea é melhor; o preto é mais resistente e dá louças alvas e, o vermelho louças rosadas. É tirado seco ou úmido e, em ambos os casos, é secado antes de mais nada.

É necessário uma série de instrumentos para o trabalho: a foice e a enxada (para retirar o barro); o pilão (para socá-lo); uma vasilha com água, pedaços de sabugo (para ligar os rolinhos por fora); pedaços de cuia (alisar por dentro); uma faca, pedaços de sola molhada (para acabamento); uma pedra lisa (para polir).

As paneleiras goianas não conhecem o tórno, usado para base o fundo de um vaso quebrado. Inicialmente fazem a base, deixam secar um pouco e acrescentam as paredes. O restante fazem em duas ou três etapas, dependendo do tamanho da peça. Em seguida

alisam as bordas com solas molhadas. Põem a secar, fazem o polimento e levam ao forno, quando bem secas.

Usam forno rudimentar, do tipo mais remoto: forma circular, 1,20 de diâmetro e cerca de 1m de altura. No interior há um "crivo" onde se colocam as vasilhas de boca para baixo. Algumas usam um forno cavado no chão, em conformidade com o terreno. Os fornos são construídos ao ar livre, expostos às chuvas.

Não usam o termo cozer, e sim queimar. Enchem o forno com vasilhas e completam os espaços vazios com cacos. Cobrem tudo com latas velhas e ateiam fogo. A queimação dura, em média de 8 a 10 horas. O fogo deve ser sustentado no mesmo nível. As peças não podem ser retiradas antes do tempo, pois se quebram. Quando está no ponto, retiram a lenha e deixam as brasas até que o fogo acabe. Após esfriar bem, retiram as vasilhas.

O trabalho e o cuidado com a cerâmica giram em torno da lenha, que não pode ser forte; da lua para queima (qualquer uma, na opinião geral, desde que o barro seja tirado na mingante); um barro para determinadas vasilhas; como fazer para curtir as vasilhas adquiridas (deve-se fritar gordura, aquecer a panela com água e gordura ou torrar café ou ainda mandioca, antes de levar ao fogo com alimentos).

Para se ter conhecimento se o objeto está bem queimado, é suficiente verificar se êle ressoa, quando atingido por nossos dedos. A decoração é feita antes da queima, com tinta de Oca (Planta herbácea da família das Oxalidáceas. As paneleiras não crêem em "mau olhado" se bem que acreditam que há pessoas que têm "ohar forte". Não invocam nenhum santo como padroeiro da profissão.

FOLCLORE GOIANO : FESTA DO DIVINO EM PIRENÓPOLIS

Braz Wilson Pompeu de Pina

Originárias de costumes portugueses de festejar o Divino Espírito Santo, as festas do Divino tiveram as mais diferentes receptividades e continuidades. Em Goiás, tôdas as cidades do período áureo (comêço do século XIX) adotaram e conservaram êsse costume, sobressaindo-se sôbre tôdas as demais a cidade de Pirenópolis, antiga Meia Ponte, que comemorou êste ano um século e meio de celebração pomposa e ininterrupta do Divino.

As festas do Divino, em Pirenópolis, foram realizadas pela primeira vez no ano de 1819 pelo então festeiro Comendador da Costa Teixeira, genro do Comendador Joaquim Alves, fundador da Matutina Meiapontense. Em 1816 o Pe. Manoel Amâncio da Luz, então festeiro do Divino, doou para as festividades a atual coroa do Divino, sendo provável que desta época em diante, o festeiro tomou a denominação de "IMPERADOR", título que perdura até hoje.

O IMPERADOR

O Imperador é a figura mais importante dos festejos e muitas vêzes da cidade, durando o seu mandato "um ano Imperial". Designado por sorteio no domingo da festa, é o imperador coroado no mesmo dia, sendo levado, após a solenidade, em procissão pelas ruas da cidade, o que rememora a saudação real logo terminada a sua coroação.

Durante o período de uma festa a outra, a coroa permanece em um altar ou trono, geralmente arrumado com muito gosto, na própria casa do festeiro. O imperador só a coloca sôbre a cabeça no

dia da festa, com a qual senta-se em um trono que lhe é preparado na igreja. Ao imperador cabe dirigir a organização dos festejos e mesmo custeá-los com seus próprios recursos e com donativos recolhidos pelas folias, cujos foliões são sorteados no mesmo dia que o imperador.

Em época não remota, o "Imperador" era assistido por um direito que jogava muito bem com o título. Era o seguinte: Durante o curso de seu "império", concedia alvará de soltura aos prisioneiros que por ventura quisesse libertar. Tal costume não vigora mais.

SORTEIO

Todos os cidadãos que se vêem em condições de custear as despesas, pois a festa é cara, têm o direito de concorrer aos sorteios. No entanto, inúmeras vezes, pessoas pobres foram sorteadas e realizaram, com o auxílio popular, grande parte, senão todos os festejos.

Em épocas passadas, 300 a 400 pessoas concorriam aos sorteios. Ultimamente, apenas 25 constam da lista dos interessados.

Junto com o Imperador são sorteados também os diversos mordomos, denominados "Mordomos da bandeira", encarregados do feitiço da mesma. Essa bandeira, que leva estampada a figura representativa do Divino, tem o tamanho de 1,50m por 1,0m na estrutura do quadro. Com os pingentes em sua extremidade, chega a medir de 1,80m a 2,00m. É hasteada no último dia da novena, ou seja, no sábado anterior ao dia de pentecostes.

MORDOMO DO MASTRO

O Mordomo do Mastro é encarregado de providenciar a madeira que servirá para o suporte da bandeira. Tal mordomo manda buscá-lo em uma mata onde são encontrados paus de grande altura. Os mastros atingem, muitas vezes, até 18 m de altura e como diâmetro em sua parte inferior até 30 cm., como foi o caso deste ano. Para colocá-lo em posição vertical, após ser nele fixada a bandeira, faz-se necessária uma verdadeira demonstração de força e destreza: são amarradas ao mastro de três a quatro cordas, sendo cada uma delas puxada por umas dez pessoas.

Tão importantes quanto as cordas são os ferrões e as tesouras. O primeiro, uma madeira de quatro a cinco metros com pontilhões de ferro; a segunda é formada por duas madeiras que formam em sua extremidade uma tesoura. Enquanto as cordas vão puxando e se abrindo em círculo, os ferrões e as tesouras vão sustentando o peso do mastro até o mesmo ficar em posição completamente vertical. O mordomo da fogueira é, evidentemente, encarregado da sua construção. Até o ano passado eram utilizadas duas fogueiras: uma maior, de quatro a cinco metros de altura e uma outra de dois metros, às quais é ateadado o fogo minutos antes do erguimento do mastro.

OS FOLIÕES

Aos mordomos segue-se uma segunda classe de auxiliares, que são os foliões. Cada folião é designado, pelo sorteio, para uma de-

terminada vila, sendo que tôdas as vilas e arraiais recebem os seus foliões. Aos foliões cabe o trabalho de percorrer as diversas casas das vilas e da cidade angariando fundos para os festejos. A folia sai no domingo da ressurreição e chega no oitavo dia de novena. Os foliões divertem-se das mais diversas maneiras: — cantando modas de viola, dançando o catira, e como que para lembrar um pouco do espirito religioso da festa, cantam também o hino da folia, que é uma oração ao Espírito Santo.

COMO É FEITO O SORTEIO

Os nomes dos candidatos são colocados em uma sacola da mesma maneira em que são colocados em outra sacola ou caixa os diversos cargos. A medida em que se tira um nome é retirado também o papel que vai lhe designar o respectivo cargo. O número de papéis colocados na caixa destinada aos cargos é o mesmo, ou melhor, é correspondente ao número de concorrentes. Como os cargos são poucos e muitos os candidatos, os papéis são preenchidos com uma quantia pré-estabelecida, a ser cobrada aos seus respectivos sorteados.

É propósito da comissão de festejos abolir, se já não aboliram, essas taxas. Sua abolição se deve ao diminuto número de candidatos.

AS SOLENIDADES RELIGIOSAS

Começando com um novenário, as solenidades religiosas funcionam até o domingo, com a coroação do nôvo imperador. A novena e a missa são acompanhadas das mais belas e expressivas peças musicais, executadas pelo "côro" da cidade. Na missa cantada, faz-se ouvir peças escritas, orquestradas e arranjadas por músicos e compositores pirenopolinos. É sempre bom ver o clero tão interessado em dar brilho e majestade aos ofícios religiosos, os quais, por alguns foram vulgarizados. Parte ainda das festas religiosas é a bênção da bandeira, momentos antes de ser fixada ao mastro e elevada às alturas. Outras são, ainda, as participações da igreja durante os festejos, os quais serão relatados mais adiante.

A MÚSICA EM FUNÇÃO DAS SOLENIDADES RELIGIOSAS

Durante todo o novenário, orquestra, pequena orquestra, e côro executam as mais belas peças de um barrôco a ser ainda estudado. O novenário musicado é compôsto das seguintes partes: Veni creator Spiritus, Vinde Santo Espírito as quais são pequenas orações musicadas. A seguir vem a Ladainha de todos os Santos; são inúmeras essas ladainhas; o Salutaris, para a exposição do Santíssimo, e logo em seguida o Tantum Ergo, para Bênção do Santíssimo. O dia do novenário termina com a execução do Hino do Divino, obra, talvez, do Pe. Amâncio da Luz, festeiro do ano de 1.826.

Na missa, de acôrdo com os festejos, é executada uma peça determinada. Esse ano foi levada a "MISSA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO" de C. FREITAS, executada pela última vez, há cêrca de vinte e dois anos atrás. O fato de essa peça não ter sido executada nesse período se deve a grande dificuldade e complexidade dessa

obra. Logo após a missa, denominação musical, segue-se o Credo.

O conjunto musical é formado dos seguintes elementos: duas flautas, duas clarinetas, um piston, um saxofone, dois violinos, um violoncelo e um contra-baixo, um bombardino e um trombone. As vozes formam o conjunto harmônico completo, seja: baixo, tenor, contralto e soprano.

Cabe aqui dizer que o câoro da Igreja funciona nas mais diversas solenidades religiosas, sendo a musicoteca daquela cidade uma enormidade ainda desconhecida de quase todos.

A PARTE PROFANA

A Banda de câoro.

Esse é um conjunto de instrumentos de percussão, originária dos escravos que a utilizavam ao realizarem suas festas, no caso, a festa de N.S. do Rosário dos pretos e a festa de São Benedito; é formado por uma Zabumba e um número relativamente grande de caixas de tamanho médio, até o pequeno. Especificando melhor, relacionaremos os instrumentos da seguinte maneira: a zabumba, uma rufadeira sendo tôdas as demais acompanhantes.

O FEITIO DOS INSTRUMENTOS E A SUA EXECUÇÃO

A estrutura dos instrumentos é de madeira, com processo de reapêrto de sola e cobertos com dois câoros de bezerro, curtidos por processos rudimentares. A banda de câoro fazia-se coadjuvar em tempos idos por pequenas flautas de madeira, os pífaros, que executavam as mais pitorescas melodias. Hoje, tais melodias, são executadas por pistons e trombone. Essa participação, no entanto, só ocorre após as cerimônias concernentes ao novenário, sendo ainda uma última hora que êsses instrumentistas acham tempo para tal. Em outras apresentações a banda de câoro funciona somente com os instrumentos de percussão.

Diversos são os ritmos executados pela banda, e interessantíssimas são as composições rítmicas, peças, por executantes daqueles instrumentos. Os toques são, em geral, toques de reinado ou para reinado e o toque para cavalhada. Esse conjunto rítmico pertence à Irmandade de N.S. e S. Benedito dos Pretos, e era apresentado somente como parte integrante nos festejos do Divino.

A ALVORADA

A alvorada é um passeio; é o despertar da cidade para os festejos. A primeira alvorada é realizada no primeiro dia de novena e ainda acontece no último dia de novenário e no domingo de pentecostes. A banda de música e a banda de câoro é oferecido um café com quitandas. Incontável é o número de pessoas que saem de suas casas para a alvorada. É bom salientar que antes da banda de música dar o toque de alvorada, a banda de câoro já o deu.

AS PROCISSÕES

Para acompanhar o Imperador de sua casa até a igreja, que vai dentro do quadro, formado por varas e sustentado por quatro "virgens", fazendo-se acompanhar por pessoas de sua estima, são o nome de "virgens", que antecedem ao quadro. Logo atrás dêsse

segue a banda de música executando as mais alegres peças e arrasando atrás de si toda uma multidão. Após a solenidade religiosa formada as alas da procissão por meninas de branco que recebem da missa, volta o cortejo até a casa do imperador onde são distribuídas verônicas, doces de açúcar com relevos da figura representativa do Divino, e pequenos pães de trigo às virgens. A tarde, o novo imperador, sorteado àquele dia, faz também parte do quadro. No entanto, só desfilará com a coroa após a cerimônia da coroação.

A COROAÇÃO

Estando o velho imperador sentado em seu trono durante a realização de uma missa ou de uma cerimônia mais simples como uma pequena pregação proferida pelo padre, é convidado juntamente com o novo imperador a se dirigir ao altar onde o padre, após retirar a coroa de sobre a cabeça do Velho festeiro e dá-la a beijar pelos dois, coloca-se por sobre a cabeça do que assume naquele dia as rédeas dos festejos do próximo ano. O mesmo ritual acontece ao ser passado o cetro. Nesse ano os cavaleiros ou cavalheiros compareceram à solenidade de coroação formando alas e cruzando as espadas durante a cerimônia. Os mesmos precederam, em fila, o novo imperador até a sua residência.

OS MASCARADOS

No sábado, último dia de novena, ao meio dia, quando a banda retreta à porta da Igreja, bandos de mascarados à cavalo aparecem em grande desfilarada. As máscaras apresentam os mais diversos aspectos e formas, apresentando em sua maioria a compleição de animais como bois e onças. São esses mascarados exímios cavaleiros que divertem e amolam a cidade durante três dias. Existem diferentes grupos de mascarados. Existem os que se exibem à cavalo e os que, em pequenos grupos, dançam e tocam pelas ruas. Existe mesmo até uma quadrilha dançada e tocada pelos mesmos. Tal quadrilha é previamente ensaiada. Não se pode, aqui, descrever todos os tipos de mascarados, pois são inúmeros. Durante a realização das cavalhadas é onde os mascarados mais se exibem e divertem, pois aproveitando os intervalos entre uma corrida e outra saem até o campo, onde são realizadas as cavalhadas, e lê se exibem como podem e resistem. No último dia de cavalhada, quando são realizados os torneios entre mouros e cristãos, saem os mascarados com "argolinhas", (um dos objetivos do torneio) amarradas às suas lanças e varas, procurando trocá-las, como acontece com o disputante do torneio que a conseguiu tirar, por um prêmio qualquer. (Uma explicação antecipada: um cavaleiro, quando tira uma argolinha, leva-a a uma pessoa que já lhe tenha oferecido ou prometido um prêmio, caso a tirasse).

Outros mascarados saem de camarote, lugar onde as pessoas ficam para assistir o desenrolar das cavalhadas, em camarote ora apresentando uma atração qualquer, ora pedindo dinheiro. Esse costume de pedir dinheiro (houve quem tirasse até NCr\$ 50,00 por dia), de roubar lenços das mulheres e chapéus dos homens, de ga-

lantear as meninas, com uma voz disfarçada, fina, ofertando-lhes flôres que ornavam suas pessoas ou seus cavalos, perdura pelos três dias da festa. São, em geral, os últimos a deixarem de festar. É costume ver-se, altas horas da noite, no último dia da festa, um ou outro mascarado, já sem máscara, montado sobre um cavalo já sem forças para ser cavalo, cantando ou quebrando, em sua tristeza por ver terminada a festa, garrafas pelas ruas da cidade; cantando canções plangentes, mais plangentes ainda pelo efeito do álcool que o animou durante êsses dias de festa.

A solidariedade entre os mascarados é algo verdadeiramente marcante. Nunca brigam entre si, e quando um deles é ameaçado por um "civil", tem logo a ajuda de seus companheiros de três dias de farra.

AS CAVALHADAS

O chamado para o campo

Comçando os preparativos para as cavalhadas, cêrca de 12 dias antes da festa, nos ensaios que são realizados pela manhã ou pela tarde num campo afastado da cidade, sai pelas ruas da cidade uma pessoa (ao que parece, é um cargo vitalício) tocando uma caixa: é o chamado para os ensaios. Foi colocado a êsse toque, costume do povo, a seguinte frase exortiva: "Vão pro campo cavaleiro, vão pro campo cavaleiro"; três toques consecutivos e uma breve respiração, e isso sempre em continuidade, constituem o chamado ao campo. Durante os ensaios as corridas são realizadas ao som da caixa rítmica, o galope. Mesmo durante os dias de cavalhada o caixeiro, de um lado oposto ao camarote da banda, rufa sem parar o seu instrumento, fazendo juntamente com a banda a marcação das diversas corridas. Aqui cabe dizer que é sob os sons e ritmos da banda de música que são realizadas as corridas. Diversas são as peças executadas pela banda de música. Essas peças são denominadas, em geral, quadrilhas. Tais peças são também de compositores pirenopolinos, sendo o mais destacado, Tonico do Padre (Antônio da Costa Nascimento).

OS DIAS DE CAVALHADAS

As cavalhadas, que foram levadas a Pirenópolis pelo Pe. Amâncio da Luz, foram apresentadas pela primeira vez no ano de 1.826 quando êste foi imperador. Têm estas a duração de três dias. Tal espetáculo representa as lutas entre Cristãos e Mouros.

O PRIMEIRO DIA DE CAVALHADA

Como todos os espectadores já acomodados em seus camarotes, sentados em bancadas e em sua maioria de pé, entra a banda de música desfilando e precedida pelas flâmulas do Divino e da Banda Phenix, que tem como símbolo essa ave. Antes de ocuparem o seu camarote, a banda executa o hino do Divino à frente do camarote do imperador. Tão logo ocupam os seus lugares no camarote, os músicos ouvem dois silvos, um do lado dos Cristãos e outro do lado dos Mouros. Tais silvos avisam que ambas as partes estão prontas. Aliás, antes de tôda e qualquer corrida ouvem-se êsses silvos,

aos quais a banda responde com um outro silvo avisando que também está pronta. A banda inicia uma quadrilha e começa-se a primeira corrida.

1.^a — Entrada dos mouros pela direita percorrendo todo o largo; 2.^a — Entrada dos cristãos de um lado oposto ao dos mouros, só percorrendo o campo cristão; 3.^a — Após ser atirado o espião mandado pelos Mouros, saem todos os cavalheiros à direita, cada um em seu lado, desfechando lanças; 4.^a — Embaixada dos Mouros; 5.^a — Embaixada dos Cristãos; 6.^a — Arrazoadado dos dois reis; 7.^a — 1.^a carreira — Defesa de praça. Uma fila de cada lado; 8.^a carreira — Escaramuça grande — Uma fila de cada lado; 9.^a — 3.^a carreira — Batalhinha — Dois Cavalheiros de cada lado; 10.^a — 4.^a carreira — União — Duas filas de cada lado; 11.^a — 5.^a carreira — Tórno de parelha — dois cavalheiros de cada lado; 12.^a — 6.^a carreira — Tórno de quatro — Dois cavalheiros de cada lado; 13.^a — 7.^a carreira — Quatro fios fechados — 14.^a Duas filas de cada lado; 15.^a — Embaixada de trégua; 16.^a — Saída dos Mouros; 17.^a — Saída dos Cristãos

Após a saída dos cavalheiros, sai também a banda que desfila mais uma vez pelas ruas da cidade.

O SEGUNDO DIA DE CAVALHADA

Seguindo os moldes do primeiro dia prossegue-se a batalha.

1.^o — Entrada dos cristãos — Só de um lado. (meio campo); 2.^o — Entrada dos mouros — Sòmente meio campo; 3.^o — 1.^a carreira — Guerilha — Duas filas de cada lado; 4.^o — 2.^a — carreira — Castelinho — Dois cavalheiros de cada lado; 5.^o — 3.^a carreira — Napoleão — duas filas de cada lado; 6.^o — 4.^a carreira — Fogo Negado — duas filas de cada lado; 7.^o — 5.^a carreira — Batalhão — Uma fila de cada lado; 8.^o — 6.^a carreira — Castelinho — De quatro fios com duas filas de cada lado; 9.^o — 7.^a carreira — Novata — duas filas de cada lado, 10.^o — 8.^a carreira — Arcancilha de fogo — um cavalheiro de cada lado; 11.^o — 9.^a carreira — Arcancilha de lança — Um cavalheiro de cada lado; 12.^o — 10.^a carreira — Prisão — uma fila de cada lado; 13.^o — Fala dos dois reis; 14.^o — Batismo e entrega das espadas pelo vigário da paróquia; 15.^o — 11.^a carreira — Ouvidor — Engrazamento dos combates, formando uma única fila; 16.^o — Saída — Uma fila única, engrazada.

Quando do batismo, os mouros voltando desarmados, ajoelham e recebem a nova religião, para logo depois receberem as espadas, que haviam sido tomadas pelos vencedores. A emoção dos cavalheiros é tão forte nesta hora que um e outro derramam lágrimas. Parece-me que vivem demais tal fato.

Após a saída dos cavalheiros, repete-se o mesmo que no dia anterior.

O TERCEIRO DIA

1.^o — Entrada dos cavalheiros, (engrazados); 2.^o — 1.^a carreira — Florão — uma fila engrazando a outra; 3.^o — 2.^a carreira

Quatro fios de lança — duas filas de cada lado; 4.º — 3.ª carreira — Tira Cabeça — um cavalleiro de cada lado empunhando seguidamente a lança, a garrucha e a espada, procurando com tais armas arrancarem cabeças enfincadas em diversos pontos, pré-marcados do campo.

5.º — 4.ª carreira — Argolinhas — Outro jôgo, o qual consiste em tirar, com a lança uma argola prêsa em um arco enfeitado. Os que conseguem tirar uma argolinha é levado por um elemento de cada lado dos "ex-combatentes" até a pessoa que vai oferecer-lhe um prêmio. Essas pessoas são praviamente avisadas que receberiam as argolinhas caso conseguissem tirá-las, os disputantes. O torneio das argolinhas é feito de maneira mista.

6.º — 5.ª carreira — Quatro fios de lenço — Duas filas de cada lado. (os cavalleiros agitam lenços brancos durante essa corrida). O povo os aplaude com grande entusiasmo, e êles lançam beijos e acenam para os espectadores.

7.º — 6.ª carreira — Despedida — Uma fila se imiscuindo na outra.

A essa última corrida é executada uma peça intitulade "A cavahada acabou".

Terminadas as cavahadas vão os cavalleiros até a porta da Igreja do Bonfim, onde dão uma salva de tiros. Logo a seguir desfilam pelas ruas da cidade recebendo os aplausos do povo.

Terminando as cavahadas pode-se notar no rosto dos cavalleiros uma grande tristeza, pois êsse é, para êles, um período de companheirismo e diversão.

É importante notar que, durante o período das cavahadas, inclusive os ensaios, os componentes se dedicam quase que exclusivamente a essa apresentação. A escolha e preparação do animal a ser montado é um trabalho exaustivo e demorado, haja visto que, para a apresentação das cavahadas, cada cavalleiro começa a preparar o seu cavalo desde a madrugada. Tal trabalho consiste em limpeza, trançamento das clinas e ornamentação do animal.

VESTUÁRIO E ARMAS

Os cavalleiros, pessoas em geral de posse, vestem-se ricamente para essa apresentação, mormente os mouros. Dos cristãos, sobressaem em vestimentas o rei e o embaixador, sendo que os outros vestem-se com roupas quase uniformizaads em decorações, sendo: perneiras, uma calça azul com galões, um blusão com alguns bordados brilhantes, e um quepe. O rei e o embaixador também vestem-se de azul mas usam uma capa ricamente bordada, e um chapéu, século XVII, enfeitado com plumas.

Os mouros, que vestem-se de vermelho, apresentam em suas vestimentas grandes riquezas, isto talvez seja uma representação da grandeza e luxo dos mulçumanos naquele período de riquezas. Todos usam perneiras, bombachas, coletes ou blusões exóticamente bordados, uma capa de sêda ou veludo enfeitada de arminho, pedras multicôres formando os mais diversos desenhos, um capus

ricamente enfeitado completa a vestiária. A roupa do rei difere das outras apenas pelo gorro e pela maior beleza que apresenta.

AS ARMAS

Lança, espada e garrucha são as armas utilizadas durante a apresentação deste representativo combate. Existem corridas respectivas para o uso de cada uma dessas armas. Grande dificuldade tem o cavalleiro em manter-se firme por sobre o arreio, devido, a necessidade de manter firme cada uma dessas armas.

Cabe apreciar aqui uma diferença entre as diversas cavalhadas das apresentadas em diversas localidades. Em Pirenópolis a batalha começa após ser o espião mouro atingido por um tiro dos cristãos. Em outras localidades apresentam o início dos combates seguidos ao rapto de Floripa, filha do rei cristão, a qual é devolvida após a vitória dos mesmos.

A COMPANHIA DO SIMÃO OU A JORNADA DO NATAL (PASTORINHAS)

As pastorinhas, espetáculo apresentado em Pirenópolis desde 1922 é, naquela cidade, completamente diferente das demais pastorinhas levadas nas diversas regiões do Brasil. Tais diferenças estão na beleza, simetria das formas apresentadas. Em Pirenópolis outros elementos, como Fé, Esperança, Caridade e Religião foram introduzidos aos outros elementos.

Alonso de Tal, que pela primeira vez encenou a Companhia do Simão em Pirenópolis, alegou ser, aquêlê auto, de sua criação. Isso é muito provável devido às inúmeras diferenças que o separam dos outros de várias regiões. Em verdade foi com o passar dos anos que as pastorinhas, recebendo aperfeiçoamento pelos pirenopolinos que a encenaram, adquiriram a forma que hoje apresentam. Em Pirenópolis as partes musicadas foram orquestradas pelo M. J. Propício de Pina, que fez acrescentar várias outras árias.

OS COMPONENTES: Cordão vermelho encabeçado pela mestra, o cordão azul pela contra-mestra; O velho Simão, Benjamin e Diana (a deusa); o diabo e o anjo; a cigana; Fé, Esperança e Caridade; Religião.

AS PEÇAS CANTADAS — As pastorinhas são formadas de quarenta e seis cânticos, todos com partes para orquestra, de grande beleza e de ritmo acentuado. A síncope é muito acentuada. As diversas peças são cantadas em grupo, contando no entanto cerca de treze árias individuais, solos. A única parte contra-contada desenrola-se no início do 2.º ato, quando o diabo disfarçado em mancebo tenta seduzir a contra-mestra.

O ENRÊDO — Simão, Benjamin, Diana e as pastôras, que andam se divertindo pelos campos são informados do nascimento do Messias. Partem, pois, rumo a Belém para adorá-lo. É durante essa viagem de ida que aparecem os demais elementos e consequentemente as diversas partes que compõem êsse auto. Seguem-se êsses elementos: 1.º acto — Quando dormem, após várias canções e apresentações, aparece o demônio (Lúcifer) que brada aos infernos

o nascimento do Messias. Saindo o capêta entra em seguida o anjo, anunciando o nascimento de Jesus. A alegria por parte do Simão é enorme, e todos cantam em preparação à viagem até o término do 1.º acto.

2.º acto — perdida pelos campos é a contra-mestra assediada pelo demônio que tenta conquistá-la e seduzi-la. É impedido pelo anjo, ao qual, cantando, desafia. A contra-mestra agradece ao anjo, e logo depois de sua saída encontra-se com suas colegas, relatando-lhes o fato. Seguem viagem e em caminho encontram com uma cigana que, cantando lhes pede uma esmola (tem-se o costume, em Pirenópolis, de atirar moedas e doces à cigana). Chegados à gruta onde se encontra o menino Deus, ajoelham-se e lhe ofertam as flôres colhidas pelos campos (êste último trecho já é passado no terceiro acto).

3.º acto — terminadas as ofertas das flôres começam os preparativos, cantados, para o regresso aos lares, quando se lhes apresentam Fé, Esperança e Caridade. Saindo estas, entra em cena a Religião, à qual o demônio tenta matar, sendo impedido pelo anjo Gabriel. Depois de cantarem e dançarem, com grande simetria alguns outros folguedos, despedem-se do público presente jogando-lhes flôres e palmas. Termina a peça com uma apoteose que mostra tôdas as pastoras. Sim, Benjamim e Diana, cantando ajoelhadas diante da figura do menino Deus. Nessa apoteose aparecem ainda os três princípios básicos da cristandade, a religião e o anjo pisando o diabo, significando, então, a vitória do cristianismo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PASTORINHAS

Sendo a "jornada do natal" um costume do norte, teve em Pirenópolis a maior receptividade, chegando mesmo a tornar-se a mais querida encenação naquela cidade. O povo vibra com as apresentações e lota o teatro durante tôdas as noites de espetáculo. Sendo que tôdas as pessoas da cidade conhecem aquêl auto, tornam-se extremamente exigentes quanto à apresentação, fazendo críticas sérias aos que, por desgraça, não agradarem, (quase tôdas as crianças de Pirenópolis sabem cantar e dançar vários trechos das pastorinhas, não raras vêzes houve encenação infantil, muitas ensaiadas pelos próprios meninos).

A PEÇA

A peça em si é uma mistura de crenças religiosas e populares. Apresenta elementos de mitologia e elementos bíblicos. Quanto ao português, é uma miscigenação de um português clássico e um português vulgar; às falas do Simão são adaptadas frases em latim" Algumas em latim correto e outras sem quererem dizer nada, em um latim fantasioso. Aparecem também frases em francês.

E pois, o auto das pastorinhas, uma mistura de crenças, de lingua, de costumes, mistura essa que forma uma peça interessante e variada.

A QUEIMA DE FOGOS

No último dia do novenário, terminada a cerimônia religiosa,

inicia-se um espantoso festival pirotécnico. O primeiro a queimar fogos é o mordomo da bandeira. Seguidamente os mordomos da fogueira e do mastro queimam também, à medida em que é acesa a fogueira e erguido o mastro. Quando terminados êsses poucos foguetes, que são muitos, a massa popular, seguindo a banda de música, dirige-se até ao largo da cadeia onôe o imperador mandará queimar seus fogos. (A queima de fogos no largo da cadeia data de somente dois anos. Antigamente era realizada no largo da matriz). A queima de fogos durou, êste ano, cêrca de 25 minutos, ininterruptos, de não se ouvir mais nada que não os tiros, que pela simultaneidade se assemelham a um rádio dando estática, e um eco sonoro vindo dos morros que cercam a cidade, os quais pertencem à serra dos Pireneus, sonoridade essa produzida pelos tiros. Os espectadores dêsse espetáculo pirotécnico, olhando sempre para o firmamento, se encantaram com as milhares de faíscas que dançam fazendo inveja às estrêlas, que não dançam.

Durante os festejos do Divino são queimadas milhares de dúzias de fogos, sendo essa queima o principal "robe" do imperador. Pode-se notar, que para o povo, o melhor festeiro é aquêle que mais fogos queima.

AS ROQUEIRAS

É pouco usado devido ao seu preço e à explosão suficiente que cano de ferro afixado a um tóco, de madeira, ao qual é colocado pólvora e depois farinha, em seguida são socados para dar um tiro mais sêco. Já houve festeiros que fizeram enfileirar seiscentos tocos de roqueira, lgaôdos entre si por um rastilho de pólvora, conseguindo desta maneira uma sequência rápida de estrondos. Digo estrondo porque não é um tiro comum. Um estrondo só já abala e faz tremer o terreno, imaginem pois, seiscentos estrondos seguidos.

OS MORTEIROS

É pouco usado devido ao seu preço e a explosão suficiente que dá. Consiste em um grande cano firme à terra com um dispositivo para lançar a bomba ao ar, onde à grande altura explode em um tiro sêco que ressoa por entre a serra.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DO ESTADO DE GOIÁS

Prof. José Ubiratan de Moura

A água das chuvas, quando chega a terra, toma três caminhos diferentes:

1) — Evapora-se, contribuindo deste modo para novas precipitações;

2) — Escoa-se, abastecendo os rios, lagos, mares, etc.

3) — Infiltra-se, alimentando os lençóis subterrâneos. (Gráf. 1).

Aproximadamente, uma sexta parte da água das chuvas infiltra-se ou escorre, enquanto que o restante se evapora. A maior ou menor infiltração da água no solo dependerá de diversos fatores tais como:

a) — Vegetação — Alguns geólogos acreditam que a cobertura vegetal (dependendo, é claro, do tipo de vegetação) seja mesmo mais importante para a infiltração do que a constituição do solo; baseados em certas espécies vegetais (árvores características do cerrado: pequizeiro, pau terra, murici etc.), que com suas raízes poderosas, acatam por criar fissuras ou separar as rochas, mesmo as mais resistentes. Isto prova-se, quando o homem retira a cobertura vegetal da nascente de um rio: a água, não podendo infiltrar-se para abastecer o lençol subterrâneo, que irá alimentá-lo, acaba por secá-lo em poucos anos. O pisotear dos animais acaba por criar uma camada tênue impermeável que não permitirá a infiltração da água; tal fato não ocorreria se houvesse a cobertura vegetal, pois a água se infiltraria pelas fissuras da terra criadas pelas raízes;

b) — Declive do solo — Quanto maior fôr o declive, menor será a infiltração, pois, dêsse modo, a água no seu transcurso terá menor tempo para infiltrar-se e a fôrça de gravidade atuará com menor intensidade sôbre as moléculas de água forçando-as para baixo;

c, — Natureza do solo — Da maior ou menor porosidade das rochas que constituem certo tipo de solo, dependerá a maior ou menor infiltração da água no mesmo.

Outros fatores concorrem direta ou indiretamente para facilitar a infiltração da água, porém, de maneira menos intensa do que os acima citados. Nas regiões acidentadas e de formação rochosa como na Serra Geral (Goiás), o escoamento predominará sôbre a infiltração, porém, nas regiões planas com forte vegetação e de solo poroso, como em certas regiões do Sul de Goiás e no Complexo do Pantanal Matogrossense, a infiltração se processa de maneira muito acentuada. Não se deve esquecer a importância da cobertura vegetal, na proteção do solo contra a erosão. A árvore amortece o impacto das gotas da água contra o solo, evitando dêste modo a erosão do mesmo, também, os vegetais de menor porte desempenham papel semelhante, se bem que de maneira mais modesta.

Atualmente, o estudo do ciclo da água e, mais ainda, do seu escoamento e infiltração, é de uma importância capital para os estudiosos da Hidrologia. Pois, cada dia, torna-se o seu emprêgo em grande escala mais necessário, não só para o abastecimento das cidades para fins domésticos, como porque o seu uso em quantidades apreciáveis está sendo feito na agricultura e na indústria.

Os rios e lagos são alimentados em grande parte pela água de escoamento e desempenham e continuam desempenhando papel de relevo para a manutenção dos povos. São eles, quase sempre, os responsáveis pela higienização, fornecimento de energia elétrica, alimentação, turismo, moderação do clima, transportes e comunicações dos povos. Porém, de acôrdo com os requisitos de higiene sanitária, está provado que as águas dos rios e lagos, não são ideais para o abastecimento de água potável às cidades. Por outro lado, o tratamento da água por agentes químicos (cloro) não satisfaz plenamente, gerando, em certas pessoas, distúrbios orgânicos, se bem que de importância secundária. Daí a grande importância que as autoridades dos países desenvolvidos vêm dando ao problema do aproveitamento das águas subterrâneas, que, com exceção das encontradas nos lençóis freáticos, são puras e cristalinas.

As águas oriundas das chuvas, neves, ou qualquer outra forma de precipitação, que se infiltram no solo, vão formar duas zonas:

- 1) — A subsaturada;
- 2) — A saturada.

Ambas são separadas pelo nível hidrostático. A água subterrânea propriamente dita é aquela que se encontra debaixo do nível hidrostático e é chamada de zona saturada, porque se acha totalmente impregnada de água.

O LENÇOL SUPERFICIAL OU FREÁTICO — Encontra-se acima do nível hidrostático e é contaminado não só pelo ar, responsável por certos movimentos da água subterrânea; pela radiação solar, que no verão faz evaporar grande parte da água contida neste lençol; por detritos disseminados no solo, que se infiltram pelos interstícios existentes entre as rochas, tornando a água existente nesse lençol imprestável para fins domésticos. Esse lençol assenta-se sobre uma camada impermeável constituída, às vezes, por argila, margas, rochas eruptivas quando não estiverem fraturadas etc., e situa-se num lençol permeável, onde a água encontra-se disseminada nas rochas. Esta água encontrando-se num nível superior aos rios, ou lagos próximos, infiltra-se por meio de fissuras, ou canais subterrâneos, e vai alimentá-los.

Fontes — são afloramentos de água provenientes do lençol pelos diferentes tipos de fontes conhecidas.

Fontes de escarpa ou laçeira — Acontecem quando a água situada num lençol freático fôr interceptada, jorrando na ladeira de um vale. (gráf. 2).

Fontes de vale — Quando num vale, graças à grande saturação de água, o nível hidrostático subir além do fundo do mesmo, proporcionando o jorramento da água. (gráf. 3).

Cisternas — São fontes artificiais, criadas pelo homem e vão desaparecendo a medida que a civilização vai chegando. A água retirada desse lençol como já vimos, é impura. Trata-se de uma perfuração cujo objetivo é alcançar o lençol freático, logo que a água é atingida, retiram-na utilizando-se de vasilhames presos a cordas, ou de bombas mecânicas, que farão a água jorrar à superfície.

O LENÇOL PROFUNDO OU ARTESIANO — Após o lençol freático, chega-se a uma camada de terreno impermeável (quase sempre argilosa). Essa camada impede que o ar vá até à água e provoca certos movimentos, que a irradiação solar aqueça a mesma e provoque a evaporação, que os detritos nela cheguem e a contaminação. Esse lençol encontra-se entre duas camadas impermeáveis que impedem a sua contaminação. Se se fizer uma perfuração numa sinclinal, e a mesma atingir esse lençol a água contida no mesmo, jorrará à superfície. (gráf. 4). A água situada nas partes mais elevadas pressionará a existente na parte baixa, fazendo-a aflorar à superfície. A água obtida desse modo proporcionará o que se chama de artesianismo natural. Caso contrário, isto é, se a perfuração fôr efetuada numa região plana, sem elevações próximas, a água desse lençol para vir à superfície, terá que ser bombeada, intitulado-se semi-artesianismo.

O lençol profundo é o mais importante. A água existente no mesmo é pura, não sofrendo os efeitos da evaporação, mantendo-se estável durante todo o ano, e conforme localização do poço, jorrará à superfície, sem a necessidade de bombeamento. Nos países mais civilizados do Mundo, tais como: E.E.U.U., U.R.S.S., França, Grã-

Bretanha etc., é cada vez maior o número de cidades abastecidas por águas de poços artesianos. No Brasil, um dos grandes problemas sanitários é o do abastecimento de água potável das cidades. Mesmo em centros adiantados, como no Rio de Janeiro, o problema é crucial. Inicialmente, faltava o precioso líquido; atualmente, durante as enchentes, a água das adutoras é contaminada. Em diversos lugares do Estado de São Paulo, como Tatuí, cidade progressista próxima de Sorocaba e Tietê, famosa por possuir a maior árvore de natal do Mundo, (um velho pinheiro de aproximadamente 40 metros de altura), conhece atualmente um dos maiores dramas de sua história, o da falta d'água, às vezes, chega de três em três dias, ou mais. No Nordeste, o problema tem sido de tal envergadura, que levou as autoridades daquela região a estudarem o problema com tamanha seriedade, que, com exceção de São Paulo, pode-se dizer, que é a área do Brasil onde os estudos do aproveitamento das águas subterrâneas se encontram mais desenvolvidos.

Dos 222 municípios integrantes do Estado de Goiás, apenas cerca de 28, possuem serviço de água, alguns dos quais, de maneira precária. Relação das cidades goianas servidas por água encanada:

- | | |
|--------------------------|---------------------------|
| 1. Anápolis | 15. Cidade de Goiás |
| 2. Arraias | 16. Jataí |
| 3. Bela Vista de Goiás | 17. Mineiros |
| 4. Buriti Alegre | 18. Monte Alegre de Goiás |
| 5. Caldas Novas | 19. Morrinhos |
| 6. Catalão | 20. Niquelândia |
| 7. Combinado Agro-Urbano | 21. Orizena |
| 8. Dianópolis | 22. Pirenópolis |
| 9. Formosa | 23. Pires do Rio |
| 10. Goiandira | 24. Posse |
| 11. Goiânia | 25. Rio Verde |
| 12. Goianira | 26. Santa Cruz de Goiás |
| 13. Ipameri | 27. Silvânia |
| 14. Itaberaí | 28. Trindade |

Atualmente, vários estudos de prospecção de solo estão sendo efetuados no Estado. A Petrobrás, Departamento Estadual de Saneamento, são os responsáveis diretos pela maioria destes estudos prospectivos. Salienta-se que os já referidos estudos, realizados em vários locais do Estado de Goiás, revelaram possuir o mesmo, grandes reservas de água subterrânea.

Nomes de alguns municípios goianos, onde se fizeram perfurações de poços artesianos.

1. Anicuns — foram perfurados 2 (dois) poços, com uma profundidade de 100 e 180 metros; perfil geológico — Regolito-capetano micaxisto;
2. Combinado Agro-Urbano de Arraias — 2 (dois) poços, profundidades de 80 e 128 metros, perfil geológico — Regolito-ardósia-calcáreo;

3. Firminópolis — 2 (dois) poços, profundidade de 59,3 e 48,6 — perfil geológico — não foi registrado;
4. Inhumas — 1 (um) poço, profundidade 143 metros — perfil geológico — Regolito-granito;
5. Itumbiara — 2 (dois) poços, profundidades de 135 e 135 metros, perfil geológico — Regolito-diabásio-micaxisto;
6. Jataí — 1 (um) poço, profundidade 177 metros, Perfil geológico — Regolito-basalto-arenito-folhelho-basalto;
7. Sanatório JK — Goiânia — 1 (um) poço, profundidade 36 metros — perfil geológico — Regolito-micaxisto;
8. Pedro Afonso — 1 (um) poço, profundidade 103 metros — perfil geológico — Regolito-folhelho-arenito;
9. Rubiataba — 2 (dois) poços, profundidade 65 e 80 metros — perfil geológico — Regolito-micaxisto-quartzito-micaxisto;
10. São Luiz de Montes Belos — 1 (um) poço, profundidade 41 metros — perfil geológico — Regolito-micaxisto;
11. Goianira — 1 (um) poço, profundidade 71 metros — perfil geológico — Regolito-micaxisto;
12. Golandira — 3 (três) poços, profundidade 68 metros — dados de apenas um poço — perfil geológico — Regolito-gnaiss;e;
13. Goianésia — 1 (um) poço, cuja profundidade não foi registrada — perfil geológico — Regolito-micaxisto;
14. Piracanjuba — - (um) poço, profundidade 120 metros — perfil geológico — Regolito-micaxisto.

Fato curioso é o da cidade de Pedro Afonso, próspera cidade do setentrião goiano. Antes de receber o primeiro poço artesiano, a população obtinha água utilizando-se de animais que transportavam o precioso líquido do rio até à cidade.

O estudo das reservas de água subterrânea neste Estado encontra-se na fase embrionária; somente em regiões de interesse da Petrobrás ou que possuam dificuldades para se abastecerem pelos rios próximos, prospecções de vulto foram efetuadas.

As prospecções realizadas em Goiás revelaram a presença de água subterrânea, principalmente nas zonas sedimentares. Os técnicos que perfuraram poços em diversas regiões do Estado, enquadraram os perfis geológicos dos mesmos com a denominação de regolito. Mesmo em regiões xistosas, gnaissicas e graníticas — sábiamente conhecidas pela pouca porosidade que possuem, têm sido localizados bons lençóis freáticos e artesianos que precariamente sustentam as populações da desenvolvida região meridional do Estado.

Quanto ao nosso vêr são os principais fatôres responsáveis pela existência de abundantes reservas de água subterrânea em nosso Estado.

1. Pluviosidade bastante acentuada (seis meses de intensas chuvas por ano — de setembro a fevereiro);
2. Relêvo moderado propiciando a infiltração das águas;
3. Solo bastante poroso em quase tôda sua totalidade;
4. Cobertura vegetal — Com aproximadamente 60% de seu

vasto território ocupado por cerrado compostos na sua quase totalidade por árvores cujos portes variam de 3 a 8 metros de altura, possuidoras de raízes de até mais de 20 metros e tendo ainda segundo o prof. Horieste Gomes em seu livro intitulado "Introdução à Geografia de Goiás", 62.000 Kms² de florestas primitivas ainda intactas, é fácil pois, concluir-se quão fissurado deve se encontrar o solo ocupado por árvores de tão poderosas raízes.

Conclusão — Assim como as letras, as artes etc. têm seu apogeu em regiões onde a prosperidade econômica é um fato comprovado, o desenvolvimento técnico e científico terá que ser implantado em Goiás — Estado mediterrâneo que caminha a passos de gigante para a sua predestinação histórica. A sua proximidade da capital federal — Brasília; a sua situação geográfica centralizada; o seu clima propício ao desenvolvimento do homem tropical; sobejamente conhecido pela sua perseverança, resistência física, espírito de criação e improvisação, amante da paz e da liberdade; pelo seu relevo moderado, pela sua hidrografia notável, pelo seu solo favorável a várias culturas, pela sua potenciaidade energética, pelas suas enormes reservas vegetais e minerais e, sobretudo, por ser semelhante a São Paulo, cosmopolita — com uma única diferença: porque foram em grande parte, povos de longínquas terras os responsáveis pela grandeza daquele Estado, enquanto que, quase somente brasileiros de Norte a Sul, de Leste a Oeste, aqui se irmanam para o engrandecimento e prosperidade deste grande Estado continental.

1. Geologia Geral — Viktor Leinz
2. A Geologia — André Cailleux
3. Geografia Física — Emmanuel De Martonne
4. Geologia — Melendez — Fuster
5. Atlas de Geologia — M. Font-Altaba — A. San Miguel Arribas
6. Manual de Geologia — Dr. M. San Miguel de la Cámara
7. Introdução à Geografia de Goiás — a Terra — Horieste Gomes
8. Hidrologia — Chester O. Wisler — Ernest F. Brater
9. Physical Geography — Arthur N. Strahler
10. Geografia Física — Aroldo de Azevedo
11. Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Mato Grossense — Fernando F. M. de Almeida — Miguel Alves de Lima
12. Recursos Minerais do Brasil — Sylvic Fróes de Abreu
13. Água do Nordeste — Pimentel Gomes
14. Aspectos do Vale do Rio Araguaia — Giovanni Toledo
15. Relatório — Departamento Estadual do Saneamento do Estado de Goiás

A VEGETAÇÃO E O APROVEITAMENTO DOS CAMPOS CERRADOS

Prof. Horieste Gomes

Engana-se o viandante que pensa encontrar no território goiano as florestas compactas e contínuas, citadas nas estatísticas do passado. A paisagem que se estende numa monotonia constante, é o cerrado verde-amarelo, interrompido às vêzes pelas matas galerias ao longo dos rios, ou formando manchas isoladas na superfície.

A mata tropical latifoliada dos vales e encostas do Paranaíba, Araguaia, Caiapó, Rio Claro, do Peixe, São Patricio, Lontra, etc., são verdadeiras exceções dentro do conjunto vegetal regional.

A observação do mapa fitogeográfico evidencia a predominância quase absoluta dos campos cerrados, entre os demais tipos de vegetação. Os dados fornecidos pelo Setor de Fitoleografia do Conselho Nacional de Geografia, floresta equatorial — 14.135 quilômetros quadrados; floresta tropical — 39.303 quilômetros quadrados; cerrados — 555.835 quilômetros quadrados (1) positivam a afirmação.

Trata-se realmente de uma apresentação muito generalizada, semi-verdadeira, visto que, estudos de campo já realizados, como o de Speiridião Faissol, retificaram dados incorretos na área sudeste do Planalto Central.

O conhecido geógrafo no CMG, comenta em seu trabalho, Vegetação e Solos no Sudeste do Planalto Central: "Calcula-se hoje que pelo menos 30 por cento da área do sudeste do Planalto Central seja constituída de mata, muito embora grandemente devastada".

(2)

Tal devastação está notadamente relacionada com as práticas agrícolas, e não com a existência de uma indústria extrativa organizada.

Realmente, incorreríamos em erro, se admitíssemos unicamente 39.303 Km² de floresta tropical para o nosso Estado, quando sabemos que as duas maiores regiões florestais que possuímos — o Mato Grosso Goiano e o vale do Paranaíba — possuem respectivamente 20.000 km² e 18.000 km² restando apenas 1.303 km² para todas as demais regiões, o que seria uma evidente incoerência.

Falta-nos um levantamento aerofotogramétrico completo, que possibilitaria a delimitação mais perfeita das atuais reservas florestas do Estado.

O que está bem definido, e do conhecimento público, é o domínio dos campos cerrados em nosso meio geográfico, comparado aos demais tipos de vegetação existente.

Tal característica reflete a própria economia de Goiás — pastoril — e impõe aos técnicos estudos obrigatórios e aprofundados, buscando as suas reais possibilidades agro-pastoris, porquanto nossas reservas florestais, sinônimo de terras férteis, caminham a passos largos para a extinção.

No artigo intitulado "Cerrado Mineiro e Seus Problemas", o agrônomo Ezechias Paulo Heringer pontifica: "O conhecimento dos problemas relativos à conquista do Cerrado, é no momento aquele que merece o maior carinho e atenção dos homens que arcam com as responsabilidades de aumentar a produção agrária do País. Sejam eles, fazendeiros, agrônomos especialistas em silvicultura, experimentação agrícola, fertilidade do solo, zootecnistas, geneticistas, engenheiros civis e metalúrgicos, médicos rurais, professores etc.-(3)

Basta salientar, que somente para o centro-oeste do Brasil, calculam uma superfície de 1,5 milhões de quilômetros quadrados em cerrados, o que comprova a importância que assume no mundo científico atual, chamando a atenção dos estudiosos.

Representando a paisagem dominante no Centro-Oeste brasileiro, os campos cerrados são ainda de tal forma desconhecidos, que até a sua própria origem permanece no terreno das controvérsias.

O Prof. Félix K. Rawitscher e seus discípulos, que o estudaram no Estado de São Paulo, esposaram a princípio, a opinião de que ele é uma vegetação subclimax "Cerrado at Emas is not the natural vegetation this region, but a fire climax" (4). Possivelmente foi uma floresta queimada que se transformou em pasto, redundando finalmente em campo cerrado.

Atribuíram assim ao fogo papel capital na distribuição atual da citada vegetação. Posteriormente, como assevera Karl Arens, "abandonou-se esse ponto de vista de que o fogo fôsse um fator essencial da ecologia do cerrado" (5).

Uma das objeções apresentadas à hipótese de que o cerrado seja uma vegetação secundária, é a existência de cerrados em topos

de testemunhos, quase inacessíveis no centro do Mato Grosso (Chapada dos Guimarães).

Outros indagam, com muita razão, porque o indígena, em sua agricultura de queimada itinerante estancou a sua ação destrutiva até as barrancas matogrossenses do Rio Paraná, deixando intacto o lado paulista. A pergunta agrava-se ainda mais, quando sabemos que outros grupos silvícolas habitavam a exuberante floresta paulista, ainda em estado virgem.

O Prof. Fausto Ribeiro de Barros, da escola de Rawitscher cita em sua tese "A Transformação Florística dos Campos de Avanhandava Pela Ação das Queimadas": "Somos testemunha das transformações florísticas dos campos de Avanhandava. Temos notado que o campo cerrado foi aparecendo mais rapidamente onde se operavam as queimadas" (6).

Os defensores da teoria de que os campos cerrados resultam de florestas degradadas parecem fundamentar suas justificativas na evolução natural da flora, que segundo os botânicos evolue-se a partir dos microorganismos até as formas superiores vegetais. Elemento que não deve ficar despercebido, apesar de muito conhecido no meio rural, é que após a destruição da mata pela queima ou pelo corte, a nova vegetação silvestre que aparece é a conhecida capoeira e não um campo cerrado.

É lógico que com queimas sucessivas num mesmo local, a vida bacterina tende a desaparecer, juntamente com os elementos minerais, o que ocasionará um evidente raquitismo na vegetação a aparecer.

Outros como Eugênio Warming, Leo Waibel, defendem a originalidade do campo cerrado, considerando-o uma vegetação climax natural atribuindo ao fogo parcela secundária na formação da vegetação: "Absolutamente inadmissível a hipótese que quer que os incêndios tenham provocado essas transformações em toda a extensão imensa dos campos que cobrem o interior do Brasil" (7).

"Se o fogo pode mudar os hábitos das árvores, a sua casca, a densidade de sua formação, o tempo de florescimento e de queda das folhas, éle certamente não pode criar as folhas singularmente grandes de algumas árvores que não ocorre em nenhuma comunidade vegetal da América Tropical, com exceção de plantas de sombra e de brejo" (18).

Waibel impressionou-se profundamente com o tamanho das folhas em árvores tão pequenas (lobeira, lixeira, pau santo, etc.) e pelo fato das árvores e arbustos conservarem até os meados de agosto todas as suas folhas.

Esse proceder foi explicado cientificamente por Félix Rawitscher, por Mário Ferri, demonstrando que elas não necessitam de proteção excessiva à transpiração, uma vez que abrigam no subsolo mais água do que as florestas, e suas raízes buscam-nas, às vêzes, a 18 e mesmo 20 metros de profundidade.

Realmente, os campos cerrados com as suas formações arbó-

reas, arbustivas e herbáceas, exercem papel muito importante na manutenção dos lençóis aquíferos subterrâneos, retendo melhor a água de infiltração no subsolo, trazida pela pluviosidade.

Waibel invoca também as condições do solo do campo cerrado — arenoso, quase sêco, com parcela reduzida de humus, — opinando pelo contraste chocante com o solo da mata, concluindo ser (os campos cerrados) uma vegetação *sui generis*, isto é, completamente distinta da mata e do campo. ,

Henrique Veloso em seu trabalho “Considerações Gerais Sobre a Vegetação de Mato Grosso”, atribui ao cerrado da região estudada o caráter de climax.

Outro que advoga a teoria da primitividade dos campos cerrados, é Kurt Hueck. Apresenta entre as justificativas:

a — “justamente em lugares onde a influência humana é mínima encontramos os cerrados mais importantes e de dimensões gigantescas... revestindo áreas em que nunca viveu uma população suficientemente forte para ser capaz de mudar a cobertura vegetal natural, numa forma progressiva, quer pelas queimas, quer pelos cortes”.

b — “a teoria do fogo não pode explicar a ocorrência de locais onde os campos cerrados surgem como pequenas ilhas nas selvas amazônicas. Parece impossível que, sob as atuais condições ecológicas, possam as sementes das plantas dos cerrados invadir centenas de quilômetros através da espessa floresta amazônica para ocupar pequenas áreas sem árvores, que supõe terem sido forjadas pelo homem... estes locais não parecem ser os primeiros representantes de uma nova vegetação que cobria a região e agora se acham isolados em pequenas ilhas pela poderosa floresta pluvial invasora” (9).

Mário Guimarães Ferri tece a seguinte crítica às conclusões de Hueck: “uma reunião de considerações tóricas e de observações ocasionais, feitas em viagens em geral longas, mas de duração relativamente certa” (10).

Para Paolo T. Alvim e Wilson de Araújo, a distribuição dos cerrados é devido principalmente ao solo, cujas condições nutrientes deficitárias não permitem o aparecimento de florestas. O baixo PH e teor de cálcio condicionam ao meio as espécies dos cerrados.

Há ainda os que consideram como vegetação ecótone, isto é, transição do campo limpo para o campo sujo e deste para o cerrado.

Recentemente, no simpósio realizado em São Paulo, nova hipótese foi aventada com relação à sua origem. Trata-se dos trabalhos do Prof. Karl Arens, que apontou as deficiências minerais, em nitrogênio, fósforo, cálcio, enxofre, potássio... dos solos, dos cerrados como responsável direto pelo aparecimento da vegetação, concluindo: “A falta do C., P, S, N, que, foi constatada pela análise química dos solos de cerrados, produz acumulação de carboidratos e conseqüentemente escleromorfinas, como se desprende de muitos da-

dos de literatura, em parte acima citados. A escassez destes quatro macronutrientes, reduz a síntese das proteínas citoplasmáticas, limitando assim o crescimento.

A escassez de Zn e Mo age aparentemente pelas mesmas razões, ou seja pela redução da síntese proteica.

Daí concluímos, que as árvores e arbustos são limitados em seu crescimento, não pela falta de água, mas sim, pela escassez de sais minerais dos solos pobres dos cerrados". (11)

ROMARIA DO MUQUÉM

Virgílio Gondim

São comuns no Brasil, as romarias, que despertam grande interesse e curiosidade, sobretudo no interior, onde a fé representa o traço dominante do sertanejo.

Suas origens estão sempre envoltas em lendas, constituindo tradição no hinterland.

Em Goiás existem muitas delas, cujos festejos se realizam geralmente na época do verão.

Dentre as mais concorridas destacam-se a de Trindade e a do Muquém, para onde convergem romeiros de tôdas as partes do país.

No momento, vamos nos ocupar apenas desta última, cuja origem perde-se na noite dos tempos. Muitos são as versões sobre Muquém, cada qual mais disparatada, porque não há documento escrito que prove como surgiu. As hipóteses se baseiam na tradição oral, quase sempre deturpada e revestida de fantasias, conforme a imaginação criadora daquêles que contam a sua estória.

Segundo nos relata o Sr. Teófilo Taveira, natural de Niquelândia, pessoa que retrata os fatos da região, os documentos fidedignos deveriam se achar em Traíras, arraial que, em épocas remotas, foi de destacada importância suplantando São José do Tocantins.

De acôrdo com o informante, o que corre como mais razoável é o seguinte Quando Traíras, no apogeu da opulência, contava com mais de três mil escravos trabalhando nas minas de ouro, enriquecendo os seus senhores, muito daquêles, uma centena talvez,

num só magote, revoltados contra a impiedade dos feitôres, que lhes infligiam maus tratos, fugiram das senzalas, embreando-se no desconhecido.

Orientados pelo sol, tomaram o rumo do nascente e, após dois dias de marcha, deparam com um recanto atraente, coberto de densa mata, banhado por um riacho de água cristalina, ao sopé de alcantilada serra disposta em semicírculo, tendo à frente o rio Bagagem, a menos de três quilômetros. Ali, em virtude da abundância da caça, plantaram acampamento, em lugar aprazível, protegido pela mata e pela serra que os envolvia.

Garimpeiros práticos que sempre o foram, não tardaram a ver que a região era extraordinariamente aurífera, daí o se entregarem, ativamente, aos misteres do garimpo donde extraíam o ouro, com que mais tarde pretendiam comprar a alforria.

Havia, em Trairas, naquela época uma milícia conhecida como companhia de Pedestres a quem era dada, além de outras, a missão de pegar negro fugitivo. Para dar caça aos fugitivos, organizou-se uma expedição, cujo comando foi entregue a um capitão de mato.

Não tendo onde se abastecerem, alguns negros da malóca, vez por outra, furtivamente, vinham às minas de Trairas, roubavam ferramentas e tudo mais de que necessitavam.

Seguindo-lhes as pégadas, logo descobertas, a expedição pô-se a caminho, em marcha cautelosa a fim de evitar a surpresa de uma emboscada.

Foi no amanhecer do dia 21 de dezembro que, do alto da serra, o comandante da escolta lobrigou espirais de fumaça indicando o local do quilombo.

Temendo resistência dos negros, ajoelhou-se ali mesmo e, em fervorosa prece, rogou ao santo do dia, prometendo edificar-lhe uma capela, se fôsse bem sucedido na empresa. Com o coração cheio de fé, desceu, então a serra, à frente de seus comandados, chegando ao acampamento dos fugitivos, quando estes, despreocupados, se entretenham moqueando carne para a primeira refeição.

Apanhados de surpresa, os negros mal esboçaram ligeira reação de que resultaram algumas mortes infligidas pelos atacantes, sendo os demais subjugados.

Tomados pelo pânico, e ante a sombria perspectiva de retornar ao cativeiro com todo o seu cortejo de sofrimento e de misérias o choro, o pranto oorreu em abundância e por isso foi dado ao riacho em cuja margem se achavam, o nome de "Córrego das Lágrimas".

Procedendo à busca nos despojos dos prisioneiros, depararam com grande quantidade de ouro com o qual o comandante da escolta, agindo com humanidade, comprou, em Traidas, a liberdade dos fugitivos.

Seduzido pela riqueza do lugar, o antigo Capitão de Mato, renunciando à odiosa profissão, voltou àquela brenha a que batizou com o nome de Muquém, devido a estarem os negros moqueando carne, quando foram surpreendidos e capturados.

Como o local era atraente, fixou nêle a sua morada e dedicou-se ao trabalho do garimpo. Cumprindo a promessa que fizera, edificou, ali, uma igreja, sob a invocação de São Tomé, onde esculpiu a imagem daquêle santo, ruios festejos se realizam a 21 de dezembro.

Em virtude do intercâmbio com Trairas, o lugar desperto; a curiosidade de muitos, sendo frequentemente visitado, resultando daí a convicção de que o seu chefe estava acumulando ouro, sem pagar o quinto devido à Corôa de Portugal. Denunciado pelos invejosos às autoridades, severas providências foram tomadas, sendo inclusive, expedido mandado de busca e apreensão do ouro e consequente prisão do infrator.

Tardiamente avisado por um amigo, não teve tempo de ocultar o produto do garimpo, então, prostando-se de joelhos em prece fervorosa, implorou à Virgem Nossa Senhora da Abadia, venerada em Portugal, rogando-lhe a graça de fazer com que nada ali fôsse encontrado pelos meirinhos.

Em sua oração, prometeu vir do Reino uma imagem da milagrosa Santa que seria por êle trazida às costas, viajando a pé, de São Salvador, na Bahia, a Muquém para ser venerada, na Igreja de São Tomé. Sua fé foi então grande que o milagre se realizou. Em seu poder nenhum vestígio de ouro foi encontrado e o que havia sido por êle extraído, transformou-se em carvão à vista dos esbirros da lei.

Cumprindo o que prometera, trouxe para o lugar a imagem da Virgem Nossa Senhora da Abadia.

Quando Gonçalo — o protagonista da primorosa novela de Bernardo Guimarães — chegou a Muquém transformado em ermitão, já encontrou a milagrosa Imagem, na Igreja de São Tomé e também a Romaria já iniciada.

Dessa época até esta parte, a tradicional romaria jamais sofreu solução de continuidade e a cada ano que passa mais se acentua a fé e a curiosidade aumenta, pois, de tôdas as partes, chegam peregrinos em busca de lenitivo para os seus sofrimentos ou cumprindo promessas, agradecendo benefícios alcançados por intercessão da Virgem Nossa Senhora da Abadia, cuja milagrosa imagem ali se venera.

Nêste bosquejo tentamos mostrar aos leitores a mais conhecida versão quanto ao surgimento da romaria em apreço. Gostariamos, entretanto, de saber se existem outras.

Nosso intento, nestas desprezenciosas linhas, visa também despertar os historiadores, no sentimento de investigar a origem de outras romarias, o que não deixaria de ser trabalho realmente interessante e de grande contribuição para o folclore goiano.

GOIÂNIA DO MEU CORAÇÃO : REPORTAGEM

Jornalista José Leal

Os aviões saem por aí, atropelando as nuvens de Deus e de repente o ronco de seus motores e o assobio de suas turbinas começam a transtornar o silêncio do imenso espaço azul que envolve o Planalto. Em seguida, os gigantes prateados escorregam tranquilamente sobre a pista côr de ardósia do Aeroporto Internacional de Santa Genoveva. Os automóveis partem de São Paulo e, com um dia de viagem, devoram a serpente de asfalto deixando para trás os 932 quilômetros que separam o colosso de Piratininga do colosso de Anhangüera. Outros, percorrendo rota diferente, zarpam do Rio de Janeiro e com 20 horas de marcha tranqüila mergulham num lugar de insólita ambalidade, onde lindas môças morenas varrem os quadrantes coloridos através de seus olhos verdes e luminosos, como as janelas de Yemanjá, e onde louras de raro encanto hipnotizam a gente com seus olhos castanhos e brilhantes, como as pupilas de Yansã.

— Aonde estamos?

— Em Goiânia, companheiro, a cidade-milagre. Poucos sabem, porém, o nome do santo que produziu êsse milagre, quando e como êle acionou suas forças para converter em realidade os sonhos de auteros governantes do passado. Mas eu vou te contar, companheiro, como aconteceu tudo isto. Vem comigo, me acompanha nesta viagem à Goiânia, vamos flandar por aí, eu te mostrarei suas ruas, seus clubes, seus museus, suas escolas. Vamos namorar a retina das morenas de olhos verdes vamos deixar que as louras nos

hipnotizem com o brilho dos seus olhos castanhos. Falarei de coisas que te parecerão áridas de acidentes geográficos, de localização, etc., para, atender a turistas exigentes, mas depois iniciaremos uma conversa informal e amiga sôbre esta cidade amiga e informal, que é a capital dos homens da Aurora.

NASCE UMA CAPITAL

Tudo aconteceu assim, companheiro:

No dia sexto, Deus criou o homem à Sua imagem, conforme a Sua Semelhança, e no sétimo, Ele descansou. Também no sexto dia, um homem de 41 anos de idade desceu as escadas do velho Palácio Conde dos Arcos, na histórica cidade de Goiás, capital do Estado, e dirigiu-se para o seu Salão de Despachos. Esse homem era o Governador Pedro Ludovico.

30 de dezembro de 1932. Naquela manhã, êle resolveu encerrar a sua semana de atividades oficiais com um ato verdadeiramente sensacional. Tranquillo e sóbrio, ocupou sua cadeira, segurou firmemente a caneta que pertencera ao General Couto de Magalhães — antigo governador da Província, e calmamente começou a redigir o decreto nomeando uma Comissão para escolher o local onde deveria ser construída a nova capital, designando para presidir o que hoje chamariamos de “grupo de trabalho” o eminente titular da Diocese de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira.

Imediatamente, o povo tomou conhecimento da notícia e os líderes locais — todos membros de famílias ilustres — protestaram contra o ato “dêsse rapaz inconsequente”, como se referiam ao sr. Pedro Ludovico: admitiam tudo, até que êles derrubasse os tesouros barrocos da cidade colonial, mas não aceitavam a transferência da capital. Mas o “rapaz inconsequente” foi inflexível, resistindo com serenidade aos protestos, aos apelos e até mesmo às ameaças. Afinal, sessenta e nove anos antes, já havia dito Couto de Magalhães: “... continuar a capital aqui é condenar-nos à inanição...”

Em março do ano seguinte, a comissão apresentou ao governador o resultado dos seus estudos, indicando o território onde estava situada a vila de Campinas como o lugar ideal para a edificação da nova metrópole, indicação aprovada pelo Engenheiro Armandó Godoy. Os goianos de duzentos anos, clãs tradicionais e conservadores, deram pinotes de ódio, mas o povo progressista da terra saltou de alegria. O jornal “O Social” promoveu um concurso, solicitando aos seus leitores que sugerissem nomes para a nova capital e o de “Goiania”, apresentado pelo Prof. Alfredo de Castro, foi o escolhido. Em 20 de novembro de 1936 era instalado o município, e logo depois nascia um menino — o primeiro cidadão de Goiânia que recebeu o nome de Goianí, hoje o respeitável Sr. Goianí Segismundo Roriz. Se você quiser conhecê-lo vá à Rua 18 n.º 7. Fica no centro da cidade, perto da Praça Cívica. Será recebido com a clássica amabilidade goianiense.

Finalmente, em 23 de março de 1937, o Governador Ludovico assinava o documento que transferia oficialmente a capital do Es-

tado, de Goiás para Goiânia. A cidade tinha, então, 9 mil habitantes. Hoje, decoridos 33 anos, tem 500 mil, provando que o jovem governante não era um "rapaz inconsequente".

PANORAMA DA CIDADE

Goiânia, companheiro, excelentemente localizada na chamada Zona do Mato Grosso de Goiás, é dona de terras surpreendentemente férteis e firmes, e os arranha-céus que o deslumbram estão implantados em solo compacto e resistente. A velha capital, transformada em cidade monumento, está a 143 quilômetros de asfalto puro e macio, enquanto Goiânia, novinha em folha, com sua altitude de 730 metros, magnetiza multidões de todas as partes do mundo, literalmente. Brasileiros meridionais, nordestinos de fala carregada, amazônicos, matogrossenses com pinta de bugre, europeus, asiáticos, sul e norte-americanos, transferiram-se para a metrópole da Serra Dourada que, começando a crescer, absorveu totalmente o distrito de Campinas, hoje um de seus bairros mais importantes. A superfície de 5.305.448 m² foi dividida em três zonas específicas: o Centro da cidade, ocupando uma área de 1.390.874, onde está o seu comércio espetacular, grandes lojas, estações de rádio, hotéis de primeira classe, tevês, buates, o Palácio do Governo e as Secretarias de Estado. Na Zona Norte, com 851.239 m², estão construções mistas, pequenas indústrias, comércio secundário, residências discretas. Na Zona Sul, vamos encontrar as casas suntuosas, glaucos e exuberantes jardins, praças de esportes, templos religiosos, etc.

Cidade de clima tropical, dá a você uma temperatura amena, com mínimas de 16 e máximas de 30 graus centígrados. Mas não fique assustado se aqui chegar no verão e, de repente cair sobre a cidade um aguaceiro longo e pesado: isto é comum, mas o gostoso mesmo é uma saraijada de granizo em pleno mês de outubro. O granizo se estatela no chão, mas a cidade não pára: os homens continuam a trabalhar, as moças continuam a sorrir e, quem pode, fica em casa, escutando a música que vem do céu, às vezes com a violência de uma peça de Wagner, e às vezes com a suavidade de uma sonata de Beethoven. Quando isto acontece, o povo bate palmas de contentamento e até mesmo os passageiros dos aviões que cancelam suas decolagens, conformam-se com a situação, transformando-se, também, em ruidosos espectadores da festa que as nuvens proporcionam à cidade. Mas depois vem o inverno, e com ele a longa temporada estival que (graças a Deus) não consegue esturricar o nosso velho bem amado Meia Ponte, o único rio decente que banha Goiânia, ponto de encontro de incorrigíveis pescadores e de banhistas regulares e barulhentos.

Audálio Dantas, caboclo alagoano de Tanque d'Arca (quem ouviu falar nesse lugar?...), que é um dos maiores repórteres brasileiros de todos tempos, fez um convite aos seus amigos:

— Vamos ver o pôr do sol em Goiás.

Disse ele que esse pôr-de-sol "de tão bonito daria um dinhei-

rão se Goiás o faturasse”. Eu sou mais drástico, e faço uma intimação:

— Vamos ver juntos a Lua Cheia em Goiânia. Não importa que ela tenha sido maculada por Aldrin e Armstrong: continua sendo a mais bela do Mundo.

NÚMEROS DE GOIANIA

Apenas alguns, companheiro, para que você tenha uma idéia do que é Goiânia. Sede de uma Arquidiocese, estão sempre abertos na capital de Goiás cerca de 30 templos católicos com 27 sacerdotes do clero secular e 98 regulares. Essa Arquidiocese abrange 71 municípios, com 57 paróquias, 29 igrejas e 94 capelas. A formação de religiosos é feita no Seminário Maior e 17 ordens e congregações mantêm em Goiânia diversas obras de assistência social e educacional. Duas publicações católicas são editadas mensalmente: a “Santuário da Trindade” e a “Revista da Arquidiocese”. A Igreja também editou o jornalzinho “Brasil Central” e controla a Rádio Difusora de Campinas. Mais de vinte colégios são mantidos pelo Arcebispado, todos eles considerados como estabelecimentos de primeira categoria. E aqui fica uma sugestão: vá conhecer uma belíssima Igreja em Vila Coimbra, construída e decorada pelo dominicano Frei Nazareno Confaloni. Nasceu na Itália, tem 52 anos, e é um religioso prá-frente: em lugar da batina, calças de brim coringa e o peito coberto por uma camisa esporte. Ele pinta quadros excepcionais: compre um. O dinheiro será aplicado nas obras de sua igreja de linhas especiais. E não se esqueça de ir à Trindade (16 km. de Goiânia), em dos maiores centros de peregrinação do Brasil, tão importante quanto Aparecida, em São Paulo. Lá está a Igreja do Divino Pai Eterno. Em julho, realiza-se a grande festa, com milhares deromeiros presentes.

O protestantismo está bem representado em Goiânia, com mais de 25 templos catalogados e são muitos os centros espíritas das mais variadas linhas, enquanto as religiões afro-brasileiras são praticadas com certa discrição. Goiânia tem cerca de 100 consultórios médicos, com aproximadamente 300 profissionais, o que resulta na média de 1 médico para cada grupo de 13 habitantes. Trabalham em Goiânia, 125 dentistas, 610 advogados e o número de hospitais e clínicas sobe a 40, com 120 farmácias abertas, além de 15 drogarias. Para os orfãos, os velhos, os enfermos, menores abandonados, existem 14 asilos. A cidade dispõe de 40 bancos, com mais de 100 agências, 3 lojas maçônicas, 34 cinemas, 33 clubes, 13 conventos, 45 associações de classe, 22 livrarias, 30 tipografias e 5 editoras, a mais nova é a do CINCO DE MARÇO. Alguns dos melhores hotéis do Brasil estão aqui: Umarama, Augustus, Bandeirantes e Presidente, este último preferido pelos jornalistas famosos, pertencente à família Rassi, gente espetacular, de origem árabe, nascida no interior de Goiás, com o esupendo Atie Rassi capitaneando a frota. Doutor em Direito, quase médico, homem de empresas, 40 anos de idade, você precisa conhecer o Atie — puro sangue libanês, mas homem que

tem a alma e o coração do brasileiro positivo e sadio. Além de um dos donos do Hotel Presidente, é também proprietário da célebre Pousada do Rio Quente, onde estão milagrosas fontes termais (perto de Caldas Novas) e onde construiu esplêndido hotel. Se você desejar conhecer gente famosa do mundo inteiro, artistas de cinema, cantores italianos da moda, manequins de Paris, vá à Pousada do Rio Quente. São 200 quilômetros quase tudo pavimentado. O asfalto é uma beleza e se tem alguma mazelinha no corpo, ficará curado em um dia.

UM POVO QUE ATIÇA FLORES

Atie Rassi é uma crônica viva de Goiânia, conhece profundamente a vida da cidade, principalmente os seus mistérios. Sim, manc, Goiânia é mocinha, mas já tem os seus mistérios, e ninguém conhece melhor os segredos da cidade-menina môça (mais menina que mulher) do que o Atie. Procure-o em nosso nome: ele lhe contará tudo, desde que você demonstre que é um tipo direito. Não vá em busca de roteiros ou guias turísticos para cumprir seus programas em Goiânia e arredores, não. Não há necessidade: grude-se ao Atie, que lhe dará todas as indicações solícitas e se Você quiser passar uns dias no Rio Quente, garanto-lhe que terá bom desconto se falar no meu nome.

Uma boa pescaria? Uma caçada legal? Tudo isto o Atie sabe como, quando e onde se pode fazer.

— Você deseja conhecer a brilhante e culta sociedade goianiense? Os ótimos poetas da cidade? Os grandes escritores? Os excelentes escultores? Os magníficos jornalistas da terra? — O Atie é amigo de todos eles. E se Você deseja comprar lembranças de Goiânia por preços camaradas, vá por mim: procure-o no Hotel Presidente. Não o encontrando, deixe recado com o Neje, seu irmão, que é aquela praça! Neje, Calixto, Miguel, Naim e Atie — cinco irmãos, um quinteto legalíssimo.

Aliás, o povo goianiense tem o dom da bondade natural, sem artifícios, é afável, é um povo que envolve a gente com simplicidade, com gestos longos, pois é dono de um imenso rio de sentimentos, é uma gente que sabe, como ninguém, aticar flôres em nosso sofrido mundo interior. A gentileza, é a marca registrada dos goianientes. Mesmo aqueles que não nasceram na capital, que vieram de municípios distantes ou de outros Estados, logo adquirem a admirável personalidade local: o habitante da jovem metrópole tem muito do carisma dos bons tempos, do tempo em que o Rio era uma poesia.

Eu confesso que os amo, do mais ilustre ao mais anônimo.

GENTE E FATOS

Haverá por acaso coisa melhor neste mundo de Deus do que a gente conversar sobre a vida brasileira, sobre os complexos problemas internacionais ou sobre ciência espacial com o Luiz, engraxate do Hotel Presidente? — Luiz de Oliveira Lobo, seu nome completo. Natural de Goiás. Um intelectual. Fala com desembaraço sobre a guerra de Biafra ou a respeito da evolução do jornalismo bra-

sileiro. Haverá coisa mais agradável do que uma conversa com o goiano internacional Bernardo Elis, escritor de longo curso, de muitas prosas premiadas? E um papo sobre literatura com Lena Ferreira Costa, nascida Lena Castelo Branco, que conheci brotinho, trajando o seu uniforme de bandeirante, pedindo autógrafa a mim e ao Luciano Carneiro na calçada do velho Hotel Central? Hoje, Lena (que é do Piauí) é diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Em um diálogo versátil com o Geraldo Vale, poeta, jornalista, ex-boêmio de classe, íntimo da Humanidade do Além, com a qual mantém regulares contactos, recebendo avisos importantes sobre o que vai ocorrer neste planeta enlameado? Este papo com o Geraldo é indispensável, imprescindível, cabra bom que fôr à Goiânia e não conversar com ele, fica proibido de falar comigo e, pelo meu gosto, irá para na Ilha Grande, a fim de, ali, pagar o crime. Se o Atie Rassi é o camisa 10 de minha seleção goianiense, o Geraldo é o Camisa 9, que correspondem a Pelé e Tostão no onze que vai ao México.

Ah, companheiro, não há dinheiro no mundo que pague tudo isto. E antes que eu me esqueça: não deixe de comer um frango com alho e óleo no restaurante do Presidente. Em toda parte existe esse prato. Mas não sei que mirongas, que mistérios, que mandingas fazem as cozinheiras do Presidente, que o frango por elas preparado não encontra rival em lugar nenhum.

Caso o amigo esteja interessado em ver de perto as môças mais lindas deste País, vá ao Jôquei Clube em noite de baile. Ou ao Jaó. Verdade que a mistura de raças, de sangues, produziu tais deusas. Mas a maioria descende daquelas que o Pero Vaz citou em sua famosa Carta. Se Você é solteiro, de lá sairá comprometido ou quase noivo. E as mulheres goianas ou goianienses gozam a fama (justa) de serem ótimas espôsas.

MAIS GENTE, OUTROS FATOS

Bom: a prosa está muito boa, para mim. Mas talvez não esteja para outros. Portanto, vamos mais alguns números, coisa chata ganada, mas infelizmente necessária. Além dos quatro hotéis mencionados, luxuosos e bonitos, Goiânia tem mais 118 estabelecimentos de todas as categorias, para todos os gostos e com os mais variados preços, e cerca de 50 pensões. As estações de rádio, que eram sete, agora são nove: Anhangüera, Brasil Central, Clube de Goiânia, Independência, Rádio Jornal Brasil Central, Rádio Jornal de Goiás, Musical e Riviera. Esta Riviera, companheirona, vou te contar: é uma coisa! Não sei onde seus programadores foram buscar tanto bom gosto. Levado pelo Atie Rassi, lá entrei certa noite, machucado por arrasante crise de melancolia. De repente, me deu um estalo: Você tem aí aquele disco do Capiba que fala de flôres?" — perguntei ao discotecário de plantão. Tinha. "Então, bota isso aí prá tocar umas dez vezes" — pedi-lhe. Plantei-me lá dentro e saí curaçõ da tristeza.

As duas tevês estão invietas: Anhangüera e Goiânia. E os

jornais? Bem feitos, bem diagramados, matéria bem distribuída. Gente de primeira ordem, um time de craques faz os três jornais da capital: "Fôlha de Goiás", "O Popular" e o CINCO DE MARÇO. "O Popular" é da família Câmara, gente lá do Rio Grande do Norte, das bandas de Baixa Verde, cujo cacique atual é o Jaime. No CINCO DE MARÇO montifica o meu velho amigo Jávier Godinho, doutor em Direito, mestre de jornalismo, cronista delicioso, poeta quando quer. As revistas são bem feitas e modernas, e até eu já tive a minha em Goiânia e oh! que saudades da "Objetiva". A minha" é fôrça de expressão. No duro, no duro, a revista era do Joaquim Neves e do Hermerico Silva, o primeiro dono da idéia, o segundo — dono da gráfica. Isto foi em 58/59. Nosso time também não era dos mais fracos. Prá ser honesto, não havia nenhum perna-de-pau, que me perdõem a imodéstia. Da terra, contávamos com o velho Zoroastro Artiaga (história), Jávier Godinho (crônica), Bernardo Élis (contos), Regina Lacerda (folclore), Ramos Jubé (literatura), Wagner Pimenta (reportagem), Eli Brasiliense (literatura), Geraldo Vale (assuntos diversos) e outros. Do Rio, levei para "Objetiva" uma seleção de ouro, Zé Medeiros, Edmar Morél, Fernando Sabino, Elsie Lessa, Eneida, Adalgisa Nery, Ricardo Serran, Geraldo Escobar, Aymoré Marela, Luiz Mendes, Bernardino de Carvalho, Sílvio Tulio Cardoso, Flávio Maranhão e, para completar, o famoso psiquiatra prof. Jurandyr Manfredini, que escrevia notabilíssimos artigos sôbre sua especialidade. A mim, cabia o papel de coordenar os trabalhos de redação e de alinhar algumas reportagens. Vocês já imaginaram uma revista em Goiânia, no ano de 58, com gente desta categoria escrevendo nela? — Pois nós conseguimos êste milagre. Todo mundo trabalhava na base do amor, porque os preços que pagávamos pelos artigos, crônicas, reportagens, etc., eram insignificantes. Quando a revista saiu à rua, em seu primeiro número, trazendo na capa a foto de uma môça muito bonita, foi um Deus nos-acuda: 15 mil exemplares sumiram das bancas em menos de uma hora. No segundo, editamos 30 mil, que também desapareceram, mas quando estávamos pronto para soltar o terceiro, o Hermerico entornou o nosso caldo, discutindo com o Neves, e a revista morreu em meus braços, num apartamento do Hotel Presidente, e chorei de pena. O Geraldo Vale me consolaria: "Calma, Zé. Um dia teremos uma revista, que não morrerá tão cedo assim".

Isto faz dez anos, e ainda não conseguimos realizar o nosso sonho. Mas ainda hei de ter minha revistinha em Goiânia; o sonho, Geraldo, está de pé. A vida dá muitas voltas e tenho certeza de que ainda irei dar minha ossada em Goiânia, para lá viver, criar meus tucanos, meus papagaios, papear com o Luiz, falar do Líbano com o Atie Rassi, para me ilustrar ouvindo o Bernardo Élis, tomar banho no Meia Ponte, ouvir o papo agradável do Lázaro Costa, rezar na igreja de Trindade e — quem sabe? — morrer por lá mesmo; dar o meu último suspiro em pleno planalto. No túmulo, a inscrição: "Aqui jaz o repórter José Leal, andarilho de cinco continentes, que teve

quatro amores na vida: a espôsa Eunice, o filho Alamo, a reportagem e Goiânia”.

Desculpe, amigo, tanta lenga-lenga: são rasgos de sentimento, confissões de paixão e de amor, da paixão e do amor que tenho por Goiânia, sua terra, sua gente.

O POETA GODOY

Vamos continuar com o nosso roteiro, que de turístico, virou modesto canto sentimental. Vinte e cinco emprêsas de ônibus operam em Goiânia, ligando a cidade a todos os pontos do Brasil e aviões de quatro companhias decolam e pousam no Aeroporto Santa Geneveva: VASP, SADIA, VARIG e PARAENSE, enquanto duas estrangeiras (Air France e Lufthansa) mantém escritórios escancarados, na Avenida Goiás e Rua 6, respectivamente. Não deixe de conhecer as bibliotecas da cidade: são 24, e se gosta de museu visite o de Arte Moderna, lá no Lago das Rosas, mas se suas preferências recaem sobre fauna brasileira, dê um pulo ao Museu Zoológico, no Hôrto Florestal. Se quer conhecer a história de Goiás através de peças do passado remoto e da mineralogia, aparça no Museu do Estado. Se o seu problema é folclore goiano, não vacile: o mapa da mina chama-se Regina Lacerda — e o Atie Rassi lhe dirá onde ela poderá ser encontrada. O goiano é muito bom de bola e em seus times de futebol há verdadeiros craques e você, que gosta de boa bola rolando na grama verde, não deixe de assistir a uma partida quando estiver em campo o Atlético Clube Goianiense. Houve época em que um garôto de Goiânia fêz furor no Maracanã: era Luizinho, que infelizmente jogava pelo Vasco, quando podia ser pelo Botafogo... No basquete, são autênticos ases e até os infantis fazem miséria numa quadra. Meu filho, que joga pelo Botafogo, participou de uma seleção carioca em torneio realizado na cidade de Belo Horizonte, em que figurou, também, o escrete de Goiânia “Ganhamos, mas tivemos que suar a camisa” — me disse o menino. Aquela turma de Goiânia é um osso duro de roer”.

Goiânia também tem sua população bovina, um rebanho considerável. A agricultura não só dá para o gasto interno ou doméstico, como sobra para exportação. Os nomes mais ilustres do Estado estão perpetuados em bronze, nas praças principais: Pedro Ludovico, o criador da cidade, tem o seu, no jardim do Palácio das Esmeraldas, sede do Governô do Estado, mas Ruy Barbosa, que não é goiano, também tem o seu, no edifício da Faculdade de Direito, o busto certo no lugar certo. Na faculdade, dirão a você onde vive o José Godoy Garcia, poetaço companheiro! É o autor de “Rio do Sono” e outros primores. Peça-lhe para dizer alguns de seus poemas. Segundo Godoy, “Tempo de môça bonita/É uma fartura de môça bonita./Tempo de môça feia/Dura demais êsse tempo”. Porém, assegura, êle: “Mocinhas faladas/Têm o seu tempo”. Foi Godoy quem escreveu esta jóia: “Quando uma môça se banha/é Nossa Senhora da Beleza/se banhando nas águas milagrosas/de um rio, num lugar, de manhã./Quando uma môça se casa/parece menino querendo

fumar/ou parece estrêla querendo brilhar/nas vésperas da tempestade”.

Ah, Godoy, continua a poemar a cantar as belezas (muitas) e as tristezas (poucas) de sua terra, que também é minha.

Ainda em Goiânia, cace o Eli Brasiliense. É bicho danado de difícil, parece mutum escondido na copa dos arvoredos ou pepita preciosa em garimpo pobre, garimpo que êle conhece como ninguém. É o autor de “Pium”, escritor prá macho nenhum botar defeito, mas preguiçoso que é danado: já podia ter uns dez ou quinze livros editados, mas prefere coçar o bigode e transmitir sabedoria nos papos do Bazar Oiô, a grande livraria da cidade, onde você encontra do bom e do melhor em matéria de literatura goiana, brasileira e internacional.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Escuta, companheiro, se o teu assunto é educação em nível primário, eu te informo: Goiânia possui 303 escolas primárias. Ginásios? São tantos, que o espaço não permite enumerá-los. Em matéria de nível superior, Goiânia canta as regras do jôgo, com duas universidades, a Federal e a Católica. A primeira tem nove faculdades: Agronomia, Bioquímica e Farmácia, Filosofia Ciências e Letras, Direito, Medicina, Veterinária, Odontologia, Faculdade de Artes, Escola de Engenharia, além da Imprensa Universitária, um Conservatório de Música, a Rádio Universidade, o Instituto de Matemática e Física, o Instituto Central de Patologia Tropical, o de Pesquisas Farmacêuticas e mais: o Serviço de Pronto Socorro e o Hospital das Clínicas. A Universidade Católica tem uma Escola de Arquitetura, uma de Belas Artes, uma de Educação Física, uma de Enfermagem, Faculdades de Filosofia, Direito e Economia.

Aquela rapaziada verde-oliva que você está vendo passar, pertence ao 10.º Batalhão de Caçadores, unidade do Exército que tem seu quartel em Goiânia. São rapazes de tôdas as classes sociais sadias dentro da caserna, aprende a amar o Brasil na melhor escola do mundo, dentro do mundo verde-oliva.

Não deixe de comprar um tatu de madeira feito por Manoel Evangelista de Barros, mais conhecido como Manuel Tatuzeiro. Êle fala grosso e fino, em dó maior e em mí menor: tem um arranjo nas cordas vocais, o que não o impede de ser um dos grandes artistas populares de Goiânia. Os tatus feitos por êles parecem bichos vivos. Homem rude, quase analfabeto, é genial. Mas os tatus não são o seu forte. Onde êle brilha é nos trabalhos que faz para coronhas de espingarda, nas imagens que esculpe e nos desenhos para ladrilhos. É fácil encontrá-lo: Tatuzeiro aparece nas calçadas dos hotéis quase tôdas as noites. Também não se esqueça de conversar com Picapáu, cujo nome é Nefitáli Rodrigues de Abreu. Mas pode tratá-lo de Picapáu, êle não se zanga, não, até gosta. É uma figura! Ferreiro mecânico, eletrcista, bombeiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, decorador — e que decorador! — relojoeiro e padreiro. E pobre.

UM ARIANO NA SELVA

Depois que você terminar suas andanças em Goiânia, mude de panorama. Vá caçar capivaras, antas, veados e onças ou pescar dourados e piraibas imensas no Rio Araguaia.

— Como?

— Eu lhe dou aqui o serviço. Vá à Rua Vinte, número 82-C. Aí funciona uma oficina de rádio-peças, cujo dono é excelente camarada. Diga-lhe que pretendem passar uns dias na fazenda do Henrique Himmelreich, a Fazenda Anhangüera, na margem esquerda do Rio Araguaia. Primeiro, deixe que eu o apresente ao Henrique. O Henrique, companheiro, é uma espécie de Ernst Hemingway em tom menor. Ariano puro, vivia muito bem em Hamburgo como jornalista e repórter internacional de um grande diário e de uma revista. Assim que o Hitler assumiu o poder, êle embaçou para a América Latina, enviado pelo seu jornal para cobrir a guerra do Chaco. Como não ia com a cara de Hitler e previa os acontecimentos futuros, achou a viagem uma beleza: era a tampa e a garrafa. Isto é, ficava livre do nazismo e cumpriria suas obrigações profissionais, pelo menos durante algum tempo, assim pensou. Mas o deus Acaso — que é o deus dos jornalistas — bateu à porta de Henrique. Finda sua missão no Chaco, veio para o Brasil e programou uma reportagem sobre índios. Em São Paulo, juntou-se à Bandeira Piratininga, dirigida pelo Willy Aureli, também jornalista, e embrenhou-se pelas selvas do Brasil Central, com a dupla responsabilidade de enfermeiro da expedição e de repórter. Foi tiro e queda. Bateu na selva e ficou fascinado com as seduções da jângal. Fêz sua reportagem, mandou para a Alemanha, pediu demissão do emprêgo e, com as economias que tinha, comprou um trato de terra em Aruanã. Mas continuou a mandar trabalhos jornalísticos para seu jornal e sua revista, como colaborador. Plantou feijão, arroz, milho, mandioca e foi ficando por ali. Então, casou com uma cabocla de sangue índio com quem teve uma filha lindíssima. Vendeu as terras em Aruanã, ficando só com a casa e os barcos. Adquiriu grande propriedade mais adiante, em terras de Mato Grosso, margem esquerda do Araguaia, no lugarejo chamado Cocalinho. Espalhou bois na fazenda, construiu uma casa, naturalizou-se brasileiro e acabou sendo sub-prefeito de Cocalinho, que era um refúgio de marginais e de párias. Henrique fêz uma limpeza geral e os bandidos sumiram. Dizem que, para tanto, teria usado máquinas de moer carne, isto é, metralhadoras. Mas são intrigas da oposição. O que êle fêz, no duro, foi isto: com fama de brabo, pegou os que estavam condenados e meteu no xadrez. Aos outros, deu um prazo de vinte e quatro horas para deixarem o povoado. De repente, Cocalinho, que era mil vêzes pior do que Caxias ao tempo das tropelias de Tenório, foi transformado num paraíso.

Fêz de sua casa um pequeno hotel, que hospeda turistas e amigos. A fazenda, que comprou por uma ninharia, vale milhões e milhões de cruzeiros novos, bastando dizer que o Jango Goulart ofe-

entre índios Javaés e Carajás, completamente feliz. Bom: então você fala com o homem da oficina de rádio-peças. Ele imediatamente entrará em contacto com Henrique pelo rádio, já que tem uma estação e é elemento de ligação entre o alemão e seus amigos de Goiânia. Apenas isto. Não é agente de viagens, quero que fique bem claro, principalmente para o pessoal do Contel. Você se afunda numa poltrona de um avião da VASP e desce em Aruanã. Lá estará o alemão (como ainda é chamado) à sua espera. Entre no barco com ele e deixe o resto por conta desse tipo extraordinário. Logo, você estará na Fazenda Anhangüera. A viagem aérea de Goiânia até Aruanã dura menos de uma hora. E de Aruanã até o paraíso do Henrique, você vai em quatro horas. Logo, você terá diante dos olhos o rio mais lindo do Brasil: o Araguaia, com mil belezas à sua espera. Caranto que você voltará de lá adorando tudo, principalmente o próprio Henrique, que detesta dinheiro. É possível, por isto, que quando você lhe perguntar: "Quanto devo?", ele responda: "A mim só deve a amizade, se quiser me honrar com ela".

Agora, meu caro, se você não gosta do primitivo, das pescarias, das caçadas, se a selva não é o seu fraco, aqui prá nós: você não pode ser um homem feliz. Se adora o asfalto, e nervosismo, o que é moderno, nem pense no Henrique. De Goiânia, siga direto para Brasília: São apenas 220 quilômetros de distância, sobre asfalto.

FINAL

Quanto a mim, companheiro, vou parar por aqui. Sou apaixonado por Goiânia e ficaria divagando lendas sobre minha doce cidade amada. Bandeira, um dia, disse que iria embora para Passargada, porque lá era amigo do rei, etc., etc. Eu não escondo meu desejo, e parodiando o poeta afirmo que um dia irei embora para Goiânia, pois lá, como em Passargada, a existência é uma aventura, e outra civilização, montarei em burro brabo, e quando estiver cansado, deitarei na beira do rio, lá sou amigo do rei, com os amigos do passado, minha revista editarei.

Perdão, companheiro: cada um tem a sua maneira de falar. Por enquanto, estou com saudades. Saudades de Goiânia. Mas transforme minhas saudades em esperanças, e que não deixa de ser uma tranqüila maneira de amar — como disse outro poeta, mas no meu caso, de amar Goiânia, sua terra, seu povo.

E não vos esqueçais: Olhai os lírios de Goiânia: eles nascem, crescem, vivem e esperam por você. São as lindas morenas de olhos verdes, são as fascinantes louras de olhos castanhos.

BRINCANDO COM A MORTE NO ARAGUAIA

Eduardo Guedes de Amorim

Muito pequeno fui para Portugal e quando regresssei ao Brasil, em 1907, estava com 15 anos e não sabia nadar. Depois que chegamos a Colás, passados meses fui com meu pai a Santa Leopoldina do Araguaia, hoje cidade de Aruanã e lá, sozinho, pus-me a banhar nas águas mornas do rio. Muito tempo fiquei dentro d'água e num momento afastei-me e fui arrastado pela correnteza rio abaixo e engolindo água; debatenço-me na ânsia de salvar-me, batendo desesperado com pés e mãos, consegui alcançar a barranca, onde pude agarrar-me, e subindo fóra d'água fiquei descansando. E com surpresa e alegria vi que já sabia nadar e desde então, nas outras vezes em que estive em Leopoldina, no período da sêca, atravessava a nado o rio de uma margem à outra.

O TIRO DE MOSQUETÃO

Uma vez, em Conceição do Araguaia, estava conversando com o meu amigo Caetano Sipaúba, em seu armazém, que me mostrava e manejava um mosquetão em cima do balcão, com o cano em minha direção, sendo que eu estava do lado de fóra. De repente, o estrondo de um tiro e a bala furcu a minha camisa que estava estufada fóra das calças, e senti o sópro quente da bala junto da pe'e e ambos levamos um susto.

OS ÍNDIOS CARAJÁS

Navegamos eu e o Henrique, barqueiro de confiança, numa pequena ubá subindo o rio Araguaia, na viagem que fizemos durante trinta dias desde Conceição do Araguaia até Santa Leopoldina do

Araguaia. Tínhamos desembarcado numa praia, do lado do Estado do Pará, para limpar e tirar água suja do fundo da ubá, quando vimos sair da floresta muitos índios todos nus, com enfeites de penas coloridas e brandindo arcos, flechas, lanças e bordunas gritando e correndo em atitude agressiva. Certamente pensavam que seria fácil atacar-nos, pois estávamos sòzinhos naquêles êrmos, dezenas de léguas de qualquer povoação, abaixo do rio das Mortes e contornando a ilha do Bananal. E assim, eu e o Henrique tivemos que disparar nossas armas e os índios fugiram, gritando "macauá-macauá" (espingarda) e "lobó-lobó" (rifle), pois naqueles tempos, em 1909, os índios tinham grande medo de tiros. E estranhamos que se mostrassem bravos, pois sempre eu parava nas aldeias e dava-lhes anzóis, colares, fumo, etc., e além disso a tribo Carajá é de índole um tanto pacífica, tendo contáto com os brancos há muitos anos. Embarcamos na ubá e todo o resto do dia nevegamos velozes rio acima e fizemos nosso acampamento numa grande praia na outra margem, na ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, que então era completamente virgem, sem que nenhum branco tivesse devassado seu misterioso interior, rios, campinas e florestas.

A ONÇA NA FURNA

Na nossa fazenda "Capim-Puba", distante nove léguas da cidade de Goiás, então Capital do Estado, meu pai tinha mandado construir uma Uzina a vapor para fabricação de açúcar e aguardente, cujos maquinismos tinham vindo da Alemanha, aliás pela segunda vez, pois da primeira, o vapor tinha naufragado no Atlântico norte. Foi a primeira Uzina a vapor em todo o Estado de Goiás, um empreendimento louco para a época de então, pois a produção era muito superior ao consumo, e vendíamos o açúcar de primeira a tres mil réis a arôba e aguardente a seis mil réis o pipóte. E papai tinha gasto tudo que possuía na aquisição da fazenda, dos maquinismos pesados, principalmente a caldeira, seu transporte em carretões de muitas juntas de bois, por estradas ruins e atravessando em balsas os rios Verissimo e Corumba, isto desde a povoação de Anhanguera, onde terminavam os trilhos da estrada de ferro, até a nossa fazenda.

Esse era o sonho de papai, o seu trabalho constante e honesto de quarenta anos, desde que viera de Portugal ainda muito mço, e que, desiludido, cheio de preocupações e desgostos morreu em sua fazenda, o dia 29 de abril de 1920, longe de suas filhas e irmãs lá em Portugal, estando eu a seu lado. E no tempo da moagem havia muito serviço. Bem cedo, ainda escuro, papai tocava o sino do lado de fóra do seu quarto para acordar o pessoal da fazenda, colonos e camaradas. E o maquinista então acendido as caldeiras fazia soar o apito estridente que ecoava pelas campinas e florestas ainda adormecidas e a alta chaminé lançava fagulhas vermelhas na escuridão da noite. A garapa escorrendo das moendas, as três grandes tachas de melado fervendo, aguardente nas enormes pipas, de bálsamo, o barulho da serraria cortando grandes troncos de árvo-

res, e carros de bois carregados de cana, era o que poderia ver em grandes galpões. Além disso, tínhamos que olhar o cafezal e o gado nas internadas, fazer a escrituração, o pagamento do pessoal, e assim, meu pai e eu, às vezes íamos dormir já tarde da noite. Só aos domingos eu podia fazer minhas caçadas, acompanhado do vaqueiro ou do peão e sempre trazíamos antas, veados e caetitús, pois nossa fazenda era abundante de toda a caça, e no rio Urú havia muito peixe, e tudo isso reforçava a alimentação do pessoal, e ainda se matava um boi ou vaca todos os meses. Meu pai tinha uma espingarda inglesa "Green", de dois canos, calibre 24, que eu gostava de levar caçando perdizes, e quanto a mim, a espingarda era alemã "Sauer-Krupp", de dois canos, calibre 12, e um rifle 44 que tinha trazido de Conceição do Araguaia, e mais um "Colt", cano longo, 38. Um dia, o Agostinho, nosso vaqueiro, disse-me que ia campear umas novilhas que estavam mojando, mandei que esperasse, e fui arrear meu cavalo e montando levei a espingarda calibre, 24, e seguido do perdigueiro, sai escondido dos outros cachorros, porque sempre que me viam com a espingarda e montar a cavalo, era um concerto de latidos alegres, sabiam que era uma caçada. Já distante da fazenda toda a cachorrada nos alcançou, e vi que não podia caçar perdizes, estávamos numa planície e beiradeávamos um capão de mato, onde havia buritis, sinal d'água, onde os cachorros entraram e logo começaram a ladrar tendo descoberto caça. E os latidos foram se tornando mais fortes, numa perseguição furiosa que eu segui a galope, deixando o vaqueiro para traz tocando já algumas novilhas. A cachorrada entrou numa floresta, no sopé de uma serra, e tive que desmontar e subir a pé, deixando o cavalo preso a uma árvore e fui até à acuação que era na frente de uma furna, numa gróta pedregosa, onde no fundo havia um pequeno córrego seco. Alguns cachorros ladravam cá fóra, inclusive o onceiro, mas outros estavam na gruta, cuja entrada era baixa, mas espreitando para dentro, onde havia certa claridade pude observar que se alargava e que se poderia ficar de pé. Assim, não por valentia, mas muita burrice, inventei de entrar agachado, quase de rastos, com a espingarda na mão, e o facão muito afiado na outra, e quando já estava mais dentro que fóra um urro pavoroso, qual um trovão, fez estremecer o interior da caverna, e o Agostinho que chegara num momento gritou; "fóge Eduardinho, é onça". Não precisava dizê-lo, pois eu saía estonteado às arrecuas, e escorregando fui parar no fundo da gróta. E no sei como escapei de ter o pescoço quebrado por uma patada da onça, a qual em vez de ficar no fundo da furna, tinha se escondido numa grande reentrância à esquerda logo à entrada, e eu até já tinha passado por ela. Subimos a gróta e ficamos do outro lado, defronte da furna uns dez metros e passado algum tempo apareceu a cabeça da grande onça pintada, a boca escancarada, vermelha, língua de fóra, bigodes enrijados, dentes compridos, e dando urros que ecoavam pela serra. Apesar da minha espingarda estar carregada com cartuchos de chumbo fino,

dei-lhe dois tiros na cara, fazendo mira nos dois olhos e a onça urrando recuou para dentro da furna, e então foi uma confusão, urros da onça, ladrar e ganidos dos cachorros sendo espancados e eu com tristeza, sem poder acudí-los. Eu e o Agostinho não nos lembramos de estaquear a entrada da furna com paus cortados por nossos facões e que reforçaríamos com grandes pedras, e enquanto eu ficaria esperando com a espingarda, êle montado a cavalo e a todo o galope iria à fazenda buscar minha espingarda calibre 12 e o rifle. Já estava escurecendo e resolvemos voltar para a fazenda e no dia seguinte de madrugada fomos à furna e os cachorros entravam e saíam livremente, sem dar um latido e vimos então que a onça tinha fugido durante a noite. Agachados e com as armas na mão entramos também na furna e lá dentro ficamos de pé, pois era espaçosa e alta, com muitos morcegos dependurados nas paredes e outros esvoaçando, e na claridade do dia, vinda de pequenas fendas, vimos muito sangue no chão, dois cachorros mortos e mais dois estropeados pelos dentes e garras da onça e que trouxemos na frente dos areios para a fazenda e que passado tempos ficaram bons. Alguns dias depois o Agostinho viu muitos urubús voando em circulo sobre a floresta e outros pousando em árvores, e lá chegando encontrou a carniça da onça que morrera, não tanto pela ferida do chumbo, mas de fome, cega pelos tiros que lhe dei nos dois olhos e, assim, vagueara pela floresta batendo com a cabeça nas pedras e árvores.

PUBLICAÇÕES

ORIENTE

**LIVROS
EDITADOS**

**Janela Azul
Do elemento
Primeira Chuva
Romanceiro goiano
Canto Presente
Reflexões do Conflito**

A Hora Maior

As horas e os minutos

POESIA

**Helvécio Goulart
Ciro Palmerston Muniz
Bernardo Elis
Jesus Barros Boquady
Paulo Nunes Batista
Gabriel Nascente
e Aidenor Aires
Vera Americano**

CRÔNICA

Modesto Gomes

CONTO

Campo e noite
Existência de Marina
É a Noite
Texto e Corpo
Cacho de Tucum
As Doze Voltas da Noite

Alaor Barbosa
Ursulino Leão
Aída Félix de Souza
Miguel Jorge
Humberto Crispim Borges
Marietta Telles Machado

ROMANCE

As Lêsmas
Via Viagem
O Comêta de Halley

Heleno Godoy
Carlos Fernando Magalhães
Jesus de Aquino Jayme

REPORTAGENS

A Marcha Além do Oeste
Por êsses mundos afora II

Walder de Góis
Luiz de Carvalho

CONFERÊNCIA

Obras de Arte da Cidade de Goiás
Ética Profissional
Confissão do Abandono

Elder Camargo
Halim Helou
Ursulino Leão

INFANTIL

O saci da mata e o coelhinho do Mutirama

Alaor
Barbosa e Marcos Veiga

TEMAS UNIVERSITÁRIOS

Aspectos da cultura goiana
Direito Procedimental
Evolução Cultural de Goiás

Antologia organizada por
Ático Vilas Boas da Mota e Modesto Gomes
Licínio Barbosa
Jerônimo
Geraldo de Queiroz

VIDA E OBRA

Monteiro Lobato das Crianças
Memórias de um Imigrante
A vida de Couto de Magalhães

Alaor Barbosa
Bourhan Helou
Miguel Jorge

ENSAIO

As fabulosas águas quentes de Caldas Novas — Antologia
Levantamento preliminar da situação universitária em
Goiânia Instituto Euvaldo Lodi (FIEG e DF)
Reencontros com a juventude Getúlio Targinio
Confissões de Goiás Alaor Barbosa
Cadernos da AGT

FOLCLORE

Papa-ceia

Regina Lacerda

TÉCNICO

Manual de Serviço
Composição Escrita
Instruindo ao Motorista

Cotelgo
José Bernardino da Costa
Machado
Tte. João
Francisco e Geraldo Carvalho

**PRÓXIMO
LANÇAMENTO**

**Mensagem livre
Itinerário da aflição
Escrito no Muro
Goiás, morada e semente
Poemas
Eurupção**

**O Livro de Ana
Estórias Infantis**

POESIA

Coelho Vaz
Aidenor Aires
Carlos Rodrigues Brandão
José Godoy Garcia
Oscar Dias
Wendel Santos

CRÔNICA

Ursulino Leão
Modesto Gomes

FOLCLORE

Vila Boa (2.^a Edição) Regina Lacerda

CONTO

A cidade do ócio (2.^a Edição) José Mendonça Telles
O Sítio do Anjo Cego Pascoal Carlos Magno

ROMANCE

São Miguel e Almas Bernardo Élis
Parada proibida Carlos de Souza
Homens de palha Jerônimo Geraldo de Queiroz
Chuva no telhado Almor Barbosa
Paredes Agressivas Ada Curado

TEMAS UNIVERSITARIOS

Sociologia e Desenvolvimento Jerônimo Geraldo
de Queiroz
Literatura Brasileira Mário Bechepeche
A Poesia em Goiás (2.^a Edição) Gilberto Mendonça Telles
História da Literatura Goiana Atico Vilas Boas
da Mota
Introdução à Antropologia Filosófica Ildeu Moreira Coelho
e Joel Pimentel
Fundamentos da decisão política em Goiás Walder de Góis
Situação jurídica da mulher casada Eurico Barbosa

ENSAIO

Leituras e lembranças José Xavier de Almeida Jr.
Cadeira n.º 15 (estudos e documentos da Academia
Goiana de Letras Basileu Toledo França
Bahia Antologia de textos de autores goianos
Os pioneiros Basileu França
Efemérides Goianas Gelmires Reis
Poetas do meu encantamento Jacy de Assis
Goiás, região Leste Emílio Vieira
História de Goiás Colemar Natal e Silva
Geografia de Goiás Orieste Gomes

INFANTIL

O Congresso das Bruxas Marietta Telles Machado

PRESENÇA DA LITERATURA GOIANA

Série ESTUDO & ANTOLOGIA

A nova poesia em Goiás (Carlos Rodrigues Brandão,
Luiz Araújo, Heleno Godoy, Yêda Schmaltz,
Ciro Palmerston Muniz, Edir Guerra Malagoni,
Antônio José de Moura) Carlos Fernando
Magalhães.

A nova prosa em Goiás (Miguel Jorge, Heleno Godoy,
Marietta Telles Machado, Maria Helena Chein)
Carlos Fernando Magalhães.

(Os estudos sobre a prosa e a poesia de CFM serão feitos
por Heleno Godoy).

José Godoy Garcia
Afonso Felix de Souza
Gilberto Mendonça Telles
José Décio Filho
Cora Coralina
Hugo de Carvalho Ramos
Bariani Ortêncio
Bernardo Ellis
Eli Brasiliense
Carmo Bernardes
Isócrates de Oliveira

Basileu Toledo França
Gilberto Mendonça Telles
Elísio de Assis Costa
Antônio José de Moura
Miguel Jorge
Alaor Barbosa
Bernardo Ellis
Licínio Barbosa
Domingos Felix de Souza
Anatole Ramos
Modesto Gomes.

Série ESTANTE GOIANA

Dia do Seno

José Godoy Garcia

Cancioneiro de Trovas do Brasil Central,

de Antonio Americano do Brasil **Apresen-**
tação de Basileu Tolêdo França.

Ontem, de Léo Lynce — Apresentação de José Cruciano
de Araújo.

Poesias, de Ricardo Paranhos Apresentação de Monse-
nhor Primô Vieira.

Fito Açêo

Pedro Gomes

Este livro foi publicado dentro do plano editorial do Instituto Goiano do Livro, do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, sendo confeccionado pela **Gráfica Editôra Irmãos Oriente Ltda.** Av. Alfredo Nasser, 312 - Goiânia - Go.

Próximos Lançamentos da ORIENTE

- O Livro de Ana** — Ursulino Leão
Estórias Infantis — Moçesto Gomes
Vila Boa — (2.^a Edição) Regina Lacerda
A cidade do ócio (2.^a Edição) José Mendonça Telles
O Sítio do Anjo Cego — Pascoal Carlos Magno
São Miguel e Almas — Bernardo Élis
Parada proibida — Carlos de Souza
Homens de palha — Jerônimo Geraldo de Queiroz
Chuva no telhado — Alaor Barbosa
Paredes Agressivas — Ada Curado
Sociologia e Desenvolvimento — Jerônimo Geraldo de Queiroz
Literatura Brasileira — Mário Bechepeche
A Poesia em Goiás (2.^a Edição) — Gilberto Mendonça Telles
História da Literatura Goiana — Ático Villas Boas da Motta
Pluricanto — Joanyr de Oliveira
Confissões do ateu — Brasigóis Felício
Toada do desespero — Gabriel Nascente
Cultura como fator de desenvolvimento econômico — Luiz Fernando Valladares
Poemas — Antonio Carlos Scartezini
Manifestos literários de língua portuguesa — Edição crítica de Ático Villas Boas da Motta e Heleno Godoy
30 provérbios goianos — Album de Xilogravuras de Heleno Godoy
História política e administrativa de Goiânia — Luiz Augusto Sampaio
Manual de antibiótico — Cleomenes Reis
Jornal é humanismo — T. Orieste
O desafio do eixo Goiânia-Brasília — T. Orieste
Flauta andarilha — A.G. Ramos Jubé

